



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 122 - QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 18-7-2005

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48

Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 215 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 215.

.....

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica e regional.”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 10 de agosto de 2005

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **Severino Cavalcanti**
Presidente

Deputado **José Thomaz Nono**
1º Vice-Presidente

Deputado **Ciro Nogueira**
2º Vice-Presidente

Deputado **Inocêncio Oliveira**
1º Secretário

Deputado **Nilton Capixaba**
2º Secretário

Deputado **Eduardo Gomes**
3º Secretário

Deputado **João Caldas**
4º Secretário

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador **Renan Calheiros**
Presidente

Senador **Tião Viana**
1º Vice-Presidente

Senador **Efraim Morais**
1º Secretário

Senador **Paulo Octávio**
3º Secretário

Senador **Eduardo Siqueira Campos**
4º Secretário

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 131ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado da

Defesa

Nº 7.034/2005, de 3 do corrente, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 358 a 392, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 27060

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 838, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Presidente do Banco Central as informações que menciona..... 27060

Nº 839, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 27060

Nº 840, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona..... 27061

Nº 841, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 768, de 2004. **Deferido.** 27061

Nº 842, de 2005, de autoria da Senadora He-loísa Helena, solicitando ao Ministro da Previdência Social as informações que menciona..... 27061

Nº 843, de 2005, de autoria da Senadora He-loísa Helena, solicitando ao Ministro da Previdência Social as informações que menciona..... 27063

Nº 844, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sobre o Projeto de Lei nº 195, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. 27063

1.2.3 – Pareceres

Nº 1.347, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 756, de 2005, dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, que requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica. 27063

Nº 1.348, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 757, de 2005, do Senador José Jorge, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo inglês, pelo atentado ocorrido em 07 de julho de 2005..... 27064

Nº 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha..... 27065

1.2.4 – Ofícios

Nº 95/2005, de 10 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra..... 27066

Nº 96/2005, de 10 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. 27066

Nº 97/2005, de 10 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão. 27066

Nº 139/2005, de 10 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito dos bingos. 27066

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Considerações sobre a Medida Provisória que trata do salário mínimo. 27067

SENADORA FÁTIMA CLEIDE, como Líder – Repúdio aos comentários que vêm sendo feitos pela imprensa a respeito do Partido dos Trabalhadores. Registro dos 10 anos do massacre de Corumbiara..... 27069

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Preocupação com a morosidade do procedimento

de consulta pública para a formulação do Decreto da Biossegurança.....	27070	de congratulações ao economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo. Esclarecimentos sobre os questionamentos feitos pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em seu pronunciamento.	27100
SENADOR LEONEL PAVAN – Comemoração dos 50 anos de criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio.....	27071	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.....	27102
SENADOR MAGUITO VILELA – Crise no setor agropecuário brasileiro.....	27073	SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Esclarecimentos sobre os questionamentos feitos pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em seu pronunciamento.	27012
SENADOR TIÃO VIANA – Elogios ao projeto do Senador Jorge Bornhausen, que estabelece normas para as eleições. Trabalho desenvolvido pelo Ministro Humberto Costa na coordenação de um grupo de trabalho relativo ao uso do álcool no Brasil.....	27080	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.....	27104
1.2.6 – Comunicação da Presidência		SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Considerações sobre o empréstimo concedido ao Presidente Lula pelo PT.....	27106
Deferimento dos Requerimentos nºs 813 e 827, de 2005, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, de licença para tratamento de saúde.	27090	SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Resposta ao pronunciamento do Senador José Agripino.	27106
1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)		SENADOR TASSO JEREISSATI – Comentários ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. Repúdio a incidente provocado pelo Vice-Presidente da CPI do Mensalão, que recebeu das mãos do empresário Marcos Valério, na garagem do Senado, lista de nomes que não havia sido entregue à Comissão.....	27108
SENADOR SÉRGIO CABRAL – Protesto pela desistência do Ministério do Planejamento de realizar a obra do Arco Rodoviário no Rio de Janeiro.	27090	1.2.11 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional	
1.2.8 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Gilberto Flávio Goellner, suplente convocado da representação do Estado de Mato Grosso	27092	Nº 33, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e Seguridade da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 26.867.385,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais) para os fins que especifica. (Mensagem nº 92, de 2005-CN, nº 521/2005, na origem).	27109
1.2.9 – Comunicação		Nº 34, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 600.300.000,00 (seiscentos milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências. (Mensagem nº 93, de 2005-CN, nº 522/2005, na origem).	27115
Do Senador Gilberto Flávio Goellner, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar.	27092	1.2.12 – Comunicação da Presidência	
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)		Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 33 e 34, de 2005-CN, lidos anteriormente.	27119
SENADOR GILBERTO GOELLNER, como Líder – Defesa do Setor Agropecuário de Mato Grosso.	27092	1.2.13 – Leitura de projetos	
SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Comentários ao artigo de autoria da escritora Lya Luft, publicado na revista Veja desta semana, intitulado “A República do rabo preso”.....	27093	Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de fraude em concurso público.....	27119
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários a diversos pontos da atuação do Senador Delcídio Amaral, na Presidência da CPMI dos Correios. Denúncia a “farsa de Minas Gerais”, a respeito das acusações contra o Senador Eduardo Azeredo.	27094		
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Contradições sobre declarações do Ministro Jacques Wagner negando a obtenção de empréstimo pelo Presidente Lula.....	27097		
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Cobrança de explicações do Partido dos Trabalhadores sobre fatos atribuídos ao Presidente da República: o empréstimo pessoal que teria feito ao PT e se o Presidente sabia ou não do Mensalão.	27099		
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – como Líder – Encaminhamento à Mesa de requerimento			

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. 27120

1.2.14 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. 27123

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005 (nº 973/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. **À promulgação.** 27123

1.2.15 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 38, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Efraim Morais, que dá nova redação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal. 27123

1.2.16 – Ofícios

S/Nº, do Senador Edison Lobão, reiterando pedido de informação feito ao Advogado-Geral da União por meio do Requerimento nº 1.126, de 2004. 27126

S/Nº, do Senador Augusto Botelho, reiterando pedido de informação ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário por meio do Requerimento nº 310, de 2004. 27126

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências. **Aprovada com a Emenda nº 6, destacada,** após usarem da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Mão Santa, Sérgio Cabral, Cristovam Buarque, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, a Sra. Heloísa Helena, e os Srs. Paulo Paim, Osmar Dias, Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Magalhães, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Marcelo Crivella e Tasso Jereissati. **(Votação nominal).** À Comissão Diretora para redação final. 27127

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 **(Parecer nº 1.350, de 2005-CDIR).** **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 27151

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se, quarta-feira, dia 17 do corrente, às 10 horas,

no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006, e dá outras providências. 27151

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 2

Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica. **Aprovada,** após **Parecer nº 1.351, de 2005-PLEN,** proferido pela Sra. Ana Júlia Carepa (Relatora revisora). **À promulgação.** 27152

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.346, de 2005, Relator *ad hoc*: Senador Ramez Tebet), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005. **Aprovado,** com voto contrário da Sra. Heloísa Helena. À Comissão Diretora para redação final. 27157

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005 **(Parecer nº 1.352, de 2005-CDIR).** **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 27157

Item 4

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial). Aprovados os Requerimentos nºs 847, de 2005, de tramitação conjunta da matéria com os Projetos de Lei do Senado nºs 76, de 2000; e 848, de 2005, de extinção da urgência. À Comissão de Educação, e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 27157

Item Extrapauta (Incluído nos termos do Requerimento nº 849, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 71, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (AGROFUTURO), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(EMBRAPA). Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	27160	República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Sierra, em 8 de julho de 2004. Aprovado , após Parecer nº 1.357, de 2005-PLEN, em substituição à CRE, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. À promulgação.	27171
Redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005 (Parecer nº 1.353, de 2005-CDIR) Aprovada. À promulgação.	27161	Item Extrapauta (Incluído nos termos do Requerimento nº 850, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)	
Projeto de Resolução nº 72, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal. Aprovado , tendo usado da palavra o Sr. Tasso Jereissati e a Sra. Patrícia Saboya Gomes. À Comissão Diretora para redação final.	27162	Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005 (nº 4.300/2004, na Câmara dos Deputados), que transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências. Aprovado , após Parecer nº 1.358, de 2005-PLEN, em substituição à CRE, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. À sanção.	27174
Redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005 (Parecer nº 1.354 , de 2005-CDIR) Aprovada. À promulgação.	27164	Item Extrapauta (Incluído com aquiescência do Plenário)	
Item Extrapauta (Incluído nos termos do Requerimento nº 851 , de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)		Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004, que institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”. Aprovado. À sanção.	27176
Projeto de Resolução nº 73, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	27165	1.3.3 – Apreciação de matéria	
Redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005 (Parecer nº 1.355, de 2005-CDIR) Aprovada. À promulgação.	27167	Retificação da Lei nº 11.134, de 2005, encaminhada à Mesa, pelo Senador Paulo Octávio, relator do Projeto de Lei da Câmara nº 54, na sessão do dia 19 de julho passado. Aprovado.	27176
Item Extrapauta (Incluído nos termos do Requerimento nº 852, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)		1.3.4 – ORDEM DO DIA (Continuação)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. Aprovado , após Parecer nº 1.356, de 2005-PLEN, em substituição à CRE, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. À promulgação.	27167	Item 10 (Inversão da pauta nos termos do Requerimento nº 855, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)	
Item Extrapauta (Incluído nos termos do Requerimento nº 853, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)		Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Usa da palavra na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, o Sr. Arthur Virgílio.	27188
Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. Aprovado , após Parecer nº 1.356, de 2005-PLEN, em substituição à CRE, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. À promulgação.	27167	Item 5	
Item Extrapauta (Incluído nos termos do Requerimento nº 853, de 2005, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)		Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão.	27182
Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº , de , na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da		Item 6	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão.	27182

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27182

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27182

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27182

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão.... 27182

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico). Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão. 27182

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão. 27183

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos). Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27183

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que dá nova reda-

ção ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27183

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos). Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27183

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco" a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão. 27183

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27183

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27183

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27184

Item 21

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27184

Item 22

Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas

Gerais. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27184

Item 23

Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria..... 27184

Item 24

Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27184

Item 25

Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27184

Item 26

Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura. Apreciação sobrestada devido ao término regimental da sessão..... 27184

1.3.5 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 643, de 2005, lido na sessão do dia 16 de junho passado. **Aprovado.** 27184

1.3.6 – Leitura de requerimento

Nº 856, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando congratulações ao professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo, pelo recebimento do prêmio Juca Pato 'Intelectual do Ano', promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE)..... 27184

1.3.7 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LEONEL PAVAN – Leitura de Nota do PSDB repudiando a atitude do vice-Presidente da CPI do Mensalão, Deputado Paulo Pimenta, que recebeu uma lista apócrifa de deputados que diz terem recebido mensalão. 27186

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Repúdio ao deputado Paulo Pimenta, vice-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, que disse ter recebido ontem uma nova lista de Marcos Valério, acusado de operar o esquema do mensalão. Defesa do Senador Eduardo Azeredo..... 27186

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Condena a atitude do deputado Paulo Pimenta, Vice-Presidente da CPMI do Mensalão, pela divul-

gação de lista apócrifa com nome de deputados que teriam recebidos o mensalão..... 27189

SENADOR FLÁVIO ARNS – Elogios à trajetória de vida do Senador Eduardo Azeredo..... 27191

SENADOR SIBÁ MACHADO – Análise dos acontecimentos nas CPIs dos Correios e Mensalão. 27192

SENADOR MÃO SANTA – Papel do Congresso Nacional para superar a crise política..... 27193

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Agradecimentos ao apoio dos Senadores contra as acusações sórdidas contra S. Exa. na CPI do Mensalão. 27194

1.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Defesa da investigação de denúncias de supostas malfeitorias na gestão petista dos Fundos de Pensão ligados a empresas estatais. Comentários ao artigo intitulado “Lula agüenta?”, de autoria de Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de julho do corrente..... 27194

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro do artigo intitulado “Quero derrubar Lula”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 3 de agosto do corrente..... 27196

SENADOR ALMEIDA LIMA – Considerações sobre a matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 3 de agosto do corrente, sob o título “Agência de Duda sacou em ano não eleitoral”. 27197

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Crise Política e desconfiança das instituições”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 de agosto do corrente. 27198

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a matérias veiculadas na imprensa sobre denúncias de corrupção..... 27199

SENADOR LUIZ SOARES – Registro do artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de julho do corrente, intitulado “A primeira renúncia”..... 27209

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários ao artigo intitulado “Sem cerimônia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 de agosto do corrente..... 27210

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo intitulado “Caracas é lá”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição 7 de agosto do corrente..... 27211

SENADOR PAPALÉO PAES – Análise do problema do lixo dos navios. 27212

1.3.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira,

dia 11, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 27213

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 10-8-2005

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 131ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Eduardo Siqueira Campos

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/8/2005 07:39:37 até 10/8/2005 21:35:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSE SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURÓ FECURY	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

– Nº 7.034/2005, de 3 do corrente, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 358 a 392, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As informações foram encaminhadas ao Requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Banco Central, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

O número de processos que o Banco Rural responde administrativamente nesta instituição, a data de início do processo e a sua atual situação.

O número de fiscalizações a que foi submetido o Banco Rural desde janeiro de 2003, bem como a data da fiscalização.

Justificação

A sociedade brasileira tem acompanhado estarrecida como o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza estabeleceu uma verdadeira rede de tráfico de influência dentro da Administração Pública Federal, defendendo os mais diversos interesses espúrios a fim de conseguir auferir vantagens para si e para o esquema que montou com o Sr. Delúbio Soares. Tal esquema com certeza também atingiu a área financeira conforme se pode depreender de suas nebulosas relações com o Banco Rural. Assim, torna-se fundamental que o presente requerimento seja aprovado por esta Casa e venhamos a ter conhecimento de como tem se comportado a autoridade responsável pela fiscalização das instituições

financeiras em relação ao Banco Rural. Destarte, o presente requerimento enquadra-se perfeitamente nas competências constitucionais do Senado Federal dentro de sua inalienável e indelegável obrigação de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal, a fim de resguardar os interesses nacionais. Portanto, é essencial que se obtenha, no tempo mais curto possível, a resposta às informações solicitadas, a fim de que não parem dúvidas sobre o bom uso dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 839, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie junto à Caixa Econômica Federal, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

Quando a Caixa Econômica teria adquirido carteira de créditos do BMG;

Cópia integral do processo, com os pareceres jurídicos, da aquisição de créditos junto ao BMG;

Listagem de todas as negociações que a Caixa Econômica Federal tenha realizado com o BMG desde janeiro de 2003.

Justificação

A sociedade brasileira tem acompanhado estarrecida como o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza estabeleceu uma verdadeira rede de tráfico de influência dentro da Administração Pública federal, defendendo os mais diversos interesses espúrios a fim de conseguir auferir vantagens para si e para o esquema que montou com o Sr. Delúbio Soares. Tal esquema com certeza também atingiu a área financeira conforme se pode depreender de suas nebulosas relações tanto com o Banco Rural como com o – BMG. Causou espécie também aos parlamentares o empréstimo que o BMG fez ao Partido dos Trabalhadores, dadas às condições e a forma de pagamento. Além do mais, existem denúncias no Senado Federal de que a Caixa Econômica teria beneficiado o BMG durante a aquisição de determinada carteira de créditos. Assim, torna-se fundamental que o presente requerimento seja aprovado por esta Casa e venhamos a ter conhecimento de como tem se comportado as autoridades da Caixa Econômica Federal. Destarte, o

presente requerimento enquadra-se perfeitamente nas competências constitucionais do Senado Federal dentro de sua inalienável e indelegável obrigação de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal, a fim de resguardar os interesses nacionais. Portanto, é essencial que se obtenha, no tempo mais curto possível, a resposta às informações solicitadas, a fim de que não parem dúvidas sobre o bom uso dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 840, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno sejam solicitadas informações ao Exmº Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o atual estágio do pretendido Acordo Trilateral entre o Brasil, a Índia e a África do Sul, aventado no Fórum de Diálogo “G-3/IBAS”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, não só quanto aos denominados “acordos de preferência” de produtos dos referidos países, como também, quanto à formação de uma área de livre comércio entre o próprio Mercosul, a Índia e SACU (África do Sul, Namíbia, Botsuana, Suazilândia e Lesoto).

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 841, DE 2005

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 768, de 2004.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere a retirada, em caráter definitivo, do requerimento que acaba de ser lido.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 842, DE 2005

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, Sr. Nelson Machado, sobre procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência complementar em relação a processos que envolvem a administração da Centrus.

Prezado Presidente,

Com base no Art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, Sr. Nelson Machado, pedido de informações sobre os procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação processos e procedimentos investigativos, em andamento no Ministério Público Federal (MPF), no Tribunal de Contas da União (TCU) e na Justiça Federal da 1ª Região (J.FED), sobre possíveis irregularidades praticadas pela administração da Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).

A Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS), fundo de pensão dos empregados do Banco Central, vem sendo, ao longo dos últimos dois anos, citada pela grande imprensa como uma instituição vinculada a diversos negócios mal sucedidos. Esses negócios, realizados pela administração da Centrus, são suspeitos de impor prejuízos aos cofres da entidade, sendo inclusive objeto de um auto de infração, lavrado pela Secretaria de Previdência Complementar, após fiscalização feita em 2004.

De acordo com diversas fontes, tomei conhecimento de vários processos e procedimentos administrativos em andamento no Ministério Público Federal, na Justiça Federal de Brasília e no Tribunal de Contas da União, conforme dados abaixo relacionados.

Nº do procedimento ou processo	Data	Órgão	Assunto
1.00.000.006622/2004-28	29/07/2004	MPF	Irregularidades em operações com opções de compra, comprovadas pela SPC.
1.16.000.001323/2004-37	24/08/2004	MPF	Irregularidades em operações com opções de compra, comprovadas pela SPC.

1.16.000.001639/2004-29	18/10/2004	MPF	Irregularidades em operações intermediadas pelo Banco Bradesco.
1.16.000.001980/2004-84	09/12/2004	MPF	Interferência dos diretores da CENTRUS em parecer técnico emitido por analistas de investimentos da Fundação.
1.16.000.001981/2004-29	09/12/2004	MPF	Irregularidades nas aplicações financeiras da CENTRUS. Prejuízos de mais de R\$ 500 milhões.
1.16.000.000014/2005-21	11/01/2005	MPF	Alteração de pareceres técnicos. Pedido de afastamento da Diretoria.
1.16.000.000156/2005-98	24/01/2005	MPF	Utilização indevida, pelo diretor-presidente, Pedro Alvim Júnior, dos advogados da CENTRUS.
08280.028054/2004-84	21/01/2005	MPF	Prática de gestão fraudulenta pela direção da CENTRUS.
1.16.000.000157/2005-32	24/01/2005	MPF	Omissão do patrocinador da CENTRUS, o Banco Central do Brasil.
1.16.000.000138/2005-14	24/01/2005	MPF	Pagamento de honorários advocatícios ao escritório Pinheiro Neto, mais de R\$ 12,3 milhões, em dez/2003.
1.16.000.000171/2005-36	26/01/2005	MPF	Omissão do Conselho Deliberativo e do Banco Central do Brasil sobre denúncias de irregularidades na CENTRUS, comprovadas pela SPC e pelo MPF.
1.16.000.000167/2005-78	26/01/2005	MPF	Irregularidades comprovadas no investimento em ações da Globo Cabo S.A. (atual NET Serviços de Comunicação).
1.16.000.000168/2005-12	26/01/2005	MPF	Irregularidade cometida pelo diretor de aplicações da CENTRUS, sr. Ricardo Monteiro de Castro Melo, com a extinção de documento técnico diário que respaldava as operações no mercado de renda variável.
1.16.000.000193/2005-04	28/01/2005	MPF	Irregularidades na aplicação de recursos no Fundo CVC/Opportunity. Prejuízo de mais de R\$ 22 milhões.
1.16.000.000224/2005-19	02/02/2005	MPF	Irregularidades na venda das ações da IVEN S.A. Prejuízo de mais de R\$ 220 milhões.
1.16.000.000231/2005-11	04/02/2005	MPF	Irregularidades na venda das ações de IVEN S.A.
009.649/2003-0	03/06/2003	TCU	Irregularidades na administração da CENTRUS.
019.048/2003-3	22/10/2003	TCU	Irregularidades na administração da CENTRUS.
010.840/2004-6	15/07/2004	TCU	Irregularidades na administração da CENTRUS.
2005.34.00.001570-5	21/01/2005	J. FED	10ª Vara Federal – Inquérito aberto pela Polícia Federal por suposto crime de gestão temerária e outros.
1.16.000.001102/2005-40	30.06.2005	MPF	Administração de plano de Benefícios sem autorização para funcionamento pela SPC.
1.16.000.000971/2005-57	02.06.2005	MPF	Gerenciamento de verbas públicas.
1.16.000.000328/2005-23	18.02.2005	MPF	Irregularidades de aplicações no Banco Santos.
1.16.000.000156/2005-98	24.01.2005	MPF	Improbidade administrativa no uso de advogados da EMRESA para interesses pessoais.
1.16.000.00014/2005-21	11.01.2005	MPF	Adendo a denúncias de modificação de Parecer Técnico

Diante de todos esses procedimentos investigativos, tendo em vista a responsabilidade do poder público na defesa dos interesses dos participantes, requero informações documentadas à Vossa Senhoria sobre todas as providências adotadas pela Secretaria de Previdência Complementar, diante das atribuições estabelecidas na legislação vigente, o disposto no Decreto Nº 4.942/2003 e nas leis complementares Nºs 108 e 109/01, especialmente quanto aos processos e procedimentos adotados pelo MPF, TCU e Justiça Federal.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 843, DE 2005

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, – Sr. Nelson Machado, – sobre procedimentos adotados pela – Secretaria de Previdência Complementar – em relação a CENTRUS.

Prezado Presidente,

Com base no Art. 5º, § 2º da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, Sr. Nelson Machado, pedido de informações sobre os procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação à fiscalização realizada por essa Secretaria no ano de 2004, na Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).

De acordo com nota de 6 de abril de 2005, publicada no **site** do Ministério Público Federal (www.pgr.mpf.gov.br), essa fiscalização culminou com a lavratura de auto de infração, aplicado ao Diretor Presidente da Centrus, Sr. Pedro Alvim Junior, e ao Diretor de Aplicações Sr. Ricardo Monteiro de castro Mello, em face de diversas irregularidades detectadas e comprovadas pelo Ministério Público Federal.

A Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS) é uma importante instituição de previdência privada porque, entre outros fatores, administra hoje valores superiores a R\$7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) dos quais mais de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) são de propriedade do Tesouro Nacional. Considerando a gravidade das irregularidades comprovadas pelo Ministério Público Federal, o disposto no Decreto 4942/2003 e nas leis complementares nºs 108 e 109/01, solicito informações documentadas a Vossa Senhoria quanto ao julgamento do referido auto de infração, considerando o enorme lapso de

tempo desde a autuação até o presente momento, assim como uma exposição de motivos que justifique a permanência dos autuados no comando daquela importante instituição de previdência.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº844, de 2005

Requeiro, nos termos do nº 12, alínea c, inciso II, do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 195, de 2004, que “inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços dos demais tributos sobre eles incidentes”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos, além da análise terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que o conteúdo do referido Projeto trata de matéria de análise típica daquela Comissão, onde melhor se debaterá a eficácia da proposta bem como a viabilidade de se estimar na apresentação do produto os tributos incidentes sobre o faturamento da empresa ou ainda o valor de contribuições sociais cujo cálculo é complicado, dificultando a sua colocação no rótulo ou no momento em que o produto é apresentado ou o serviço é prestado.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.347, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 756, de 2005, do Senador Arthur Virgílio

e Flexa Ribeiro que requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator **ad hoc** Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Requerimento do Senador Arthur Virgílio, fundamentado no art. 222 do Regimento Interno desta Casa, propõe que “seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Solidariedade ao povo inglês, diante do brutal atentado terrorista que vitimou centenas de pessoas.” Solicita ainda que o voto de solidariedade do Senado Federal seja levado ao conhecimento do governo da Inglaterra por intermédio da Embaixada em Brasília

II – Análise

O autor recorda, na justificativa, que no dia 7 de julho “o mundo amanheceu sob o impacto de um brutal atentado terrorista, que matou dezenas de pessoas e feriu centenas de outras, todas no momento em que, de metrô ou de ônibus se deslocavam para o trabalho ou para a escola, em Londres.” Com igual ênfase, manifesta seu repúdio a ações terroristas que disseminam insanidade e tenor, atingindo pessoas inocentes, desprevenidas, indefesas, que exerciam o direito de ir e vir.

Conforme estabelece o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. A iniciativa em exame é meritória, oportuna e relevante e se enquadra nos critérios regimentais, pois se reporta a acontecimento de enorme significado internacional e nacional, pois o Brasil, além de repelir veementemente a prática de atos terroristas, e solidário às vítimas dessas práticas, em qualquer parte do mundo.

III – Voto

Desse modo, voto pela aprovação do Requerimento nº 756, de 2005.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente **Pedro Simon** – **Jefferson Péres** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro**, Relator “ad hoc” – **Marco Maciel** – **Romeu Tuma** – **Gerson Camata** – **Mão Santa** – **Fernando Bezerra** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marcelo Crivella**

PARECER Nº 1.348, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento no 757, de 2005, do Senador José Jorge, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo inglês, pelo atentado ocorrido em 7 de julho de 2005.

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

Relator **ad hoc** Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Requerimento do Senador José Jorge, datado de 7 de julho de 2005 e fundamentado no art. 222 do Regimento Interno desta Casa, solicita aprovação de “voto de solidariedade ao povo inglês, vítima na manhã daquele dia de ataques terroristas, em Londres”.

II – Análise

Na justificativa, ainda sob o forte impacto da notícia do dia do atentado, o autor recorda que aqueles ataques “teriam causado a morte de mais de 40 pessoas e ferido 1500 outras, num gesto de violência que recebe a reprovação do Senado Federal e da sociedade brasileira”. Lembra ainda que gestos como esse não facilitam o diálogo nem buscam encontrar caminhos para a solução de problemas de qualquer espécie.

Conforme estabelece o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. A proposição em exame é meritória, oportuna e relevante e se enquadra nos critérios regimentais, pois se reporta a acontecimento de enorme significado internacional e nacional. Sobre rejeitar e condenar veementemente os atos terroristas, o Senado Federal é solidário às vítimas dessas práticas, em qualquer parte do mundo.

III – Voto

Desse modo, voto pela aprovação do Requerimento nº 757, de 2005.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Arthur Virgílio** – **Jefferson Péres** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro**, Relator **Ad Hoc** – **Marco Maciel** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **Mão Santa** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Fernando Bezerra** – **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 1349, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloízio Mercadante, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.

Relator: Senador **João Batista Motta**

Relator: **ad hoc** Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Face aos recentes acontecimentos na capital da Grã-Bretanha, no dia 7 de julho de 2005, cujo corolário mais dramático foi a execução à queima-roupa de um cidadão brasileiro inocente, após novos atentados, o ilustre Senador Aloízio Mercadante, com fulcro no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento em epígrafe para que o Senado Federal brasileiro expresse seu repúdio aos atentados terroristas praticados nos meios de transporte coletivo de Londres. O Requerimento foi apresentado em 7 de julho de 2005 e distribuído na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a este Relator no dia 12 de julho subsequente.

II – Análise

Os princípios constitucionais de nossas relações internacionais assentam-se, entre outros fundamentos, na prevalência dos direitos humanos, na defesa da paz, na solução pacífica dos conflitos e no repúdio ao terrorismo e ao racismo.

O Senado Federal, junto com a Câmara dos Deputados, casas matrizes da democracia e da representação do povo brasileiro, não poderia deixar de se manifestar nesse momento grave, de mais uma incursão do terrorismo com base em fundamentalismo religioso, e que pode significar o aprofundamento das atividades criminosas em recintos considerados berços das liberdades civis e dos valores humanísticos.

A manifestação imediata e veemente de repúdio ao tenor, além da solidariedade à população atingida, é a atitude mais adequada que as nações amigas, por suas instituições políticas, devem adotar. E a forma de expressar sem tergiversação a postura frontalmente contra o terrorismo, seja de que matiz ideológico ou religioso for.

É nesse sentido o Requerimento de voto de repúdio em análise, de autoria do eminente Senador Aloízio Mercadante, que assim o justifica:

Atentados terroristas cometidos contra população civil indefesa representam a forma mais abjeta de violência política. Além de fazerem vítimas inocentes, eles atingem também, por sua barbárie e insensatez, toda a humanidade.

Nada os justifica. Ademais da barbárie intrínseca do ato em si, o atentado terrorista não contribui para a solução dos eventuais conflitos políticos que os motivam. Pelo contrário, o terrorismo exacerba os conflitos e introduz elemento de irracionalidade que impede negociações e ações conseqüentes que leve à superação pacífica dos embates.

E após relembrar o fundamento constitucional de repúdio ao terrorismo anteriormente citado, o Senador Mercadante requer que o Senado Federal brasileiro manifeste irrestrita solidariedade ao governo, à população do Reino Unido da Grã-Bretanha, e particularmente às famílias das vítimas, nesta trágica hora de vergonha e sofrimento. Nesse momento, ao lado do justo pesar pelas famílias enlutadas e da apresentação de necessárias condolências ao povo britânico, cabe instar ademais para que os Governos de todos os países se apoiem mutuamente para a rigorosa apuração e punição dos responsáveis, na forma da lei, e para uma sempre firme atuação no combate ao terrorismo, no âmbito do direito internacional. Impõe-se a prevalência da racionalidade política e da sensatez. Decisões movidas pelo ódio e pela paixão podem conduzir a uma vereda de incertezas e trevas, o que é exatamente o objetivo do terror.

Por fim, ao expressar nossa concordância com a proposição, queremos aditar ao voto, com o mais sentido pesar, a lembrança do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, executado pela polícia londrina nos momentos imediatos a uma segunda seqüência de atentados, no dia 22 de julho de 2005, como o exemplo pungente da cegueira da barbárie.

III – Voto

Em vista do exposto e da urgente e meritória conveniência da proposição, opino pela aprovação do Requerimento nº 758, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando que este voto seja encaminhado às autoridades da representação diplomática do Reino Unido no Brasil.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **João Batista Motta** – **Jefferson Péres** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro**, Relator **ad hoc** – **Marco Maciel** – **Romeu Tuma** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Mão Santa** – **10. Fernando Bezerra** – **Marcelo Crivella** – **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência aos Pareceres nºs 1.347, 1.348 e 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que acabam de ser lidos, a Presidência informa que as matérias figurarão na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 95/05

Brasília, 10 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio, pelos Senadores Reginaldo Duarte e Luiz Soares, como membros suplentes, nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 96/05

Brasília, 10 de agosto de 2005

Senhor Presidente, nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Leonel Pavan, pelo Senador Arthur Virgílio, como membro suplente, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 97/05

Brasília, 10 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores Teotônio Vilela e Reginaldo Duarte, pelos Senadores Luiz Soares e Arthur Virgílio, como membro titular e suplente, respectivamente, nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 139/05-GLPSDB

Brasília, de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho solicitar a substituição do Senador Reginaldo Duarte pelo Senador Tasso Jereissati para integrar como Titular e o Senador Álvaro Dias pelo Senador Arthur Virgílio, como Suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito, “destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata e ao Senador Aelton Freitas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aelton Freitas, V. Exª tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, V. Exª tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que me inscreva para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Indago apenas ao Senador Mão Santa, se, por ser o primeiro inscrito, não faz a opção de falar da tribuna, por doze minutos em vez de cinco, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Falarei por 12 minutos e também reivindico a V. Exª a oportunidade de falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Na prorrogação da Hora do Expediente, o Senador Gerson Camata e o Senador Aelton Freitas serão atendidos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O Senador Mão Santa ganha o privilégio de falar por doze minutos, neste momento, como primeiro orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E, depois, para uma comunicação inadiável, não pelo Regimento, mas pela bondade do coração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está feito o registro de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadoras e Senadores da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, ontem entramos quase pela madrugada adentro tentando fazer com que este Governo aceitasse conceder R\$10,00 de aumento ao salário mínimo.

Senador Gerson Camata, dezenas de argumentações, de sugestões em prol de R\$10,00 para o salário mínimo, para o trabalho do trabalhador. Senador Aelton Freitas – que representa José Alencar, uma esperança neste Brasil –, R\$10,00! Atentai bem, Senador Gerson Camata, R\$10,00! Eu me recordo, e talvez tenha sido por isso que votei em Lula. Não votei na primeira vez, não votei na segunda, não votei na terceira, Senador Papaléo Paes, mas parece que o cão me tentou e votei na quarta. Vi o Lula na televisão e acredito na palavra. Esse negócio de mentira aprendi com meu pai. Ele pouco fala do pai dele; quando o fez, falou mal. Do meu, não, falo bem: ele está no céu.

Senador Papaléo, meu pai ensinava que quem mente rouba. Eu tenho medo de mentira. Senador Gerson Camata, pois quem mente rouba – esse era o ensinamento de meu pai a nós. Vi o Lula dizer que o trabalhador merecia, no fim de semana, Senador Tião Viana, tomar uma cervejinha. Ó Lula, sei que você gosta mesmo é da cachaça e tem preferência pela Mangueira, do Piauí – pelo menos, essa é uma ajuda que vai dar ao Piauí, porque até hoje não ajudou o Estado em nada. Lembro que ele dizia que o trabalhador tem direito de, no fim de semana, com a sua mulherzinha, com a Adalgizinha, tomar uma cervejinha. Achei aquilo bacana, bacana. Eu gosto, tomo umas. Senador Leonel Pavan, o Senador Papaléo Paes tem que ser levado a Camboriú; S. Ex^a não bebe, é dessa religião aí... Vi Cristo multiplicar o vinho, eu acho.

Pois estamos pedindo os R\$10,00, Senador Sérgio Guerra, aqueles com os quais Lula disse, de Pernambuco, que o trabalhador merecia, no fim de semana, tomar uma cervejinha; os R\$10,00 que ontem aqui discutimos, implorando e ajoelhando para os insensíveis do PT. Mas eles são sensíveis... Não estudaram...

Senador César Borges, disse aqui, no começo, que isso não ia dar certo. Senador Sérgio Guerra, um dos Senadores mais experientes, disse-me: Mão Santa, isso são os desempregados e famintos que estão aí. Vão acabar com o País, mas nós estamos aqui para salvá-lo.

Dos R\$10,00 não vamos abrir mão, porque o Lula disse que o trabalhador, o operário, merece, aos sábados, tomar uma cervejinha com a mulher, “uma gelada”. Pois é, Lula. Lula, aquela palavra, Lula! Quem mente rouba, Lula, assim ensinou meu pai.

Vossa Excelência tem de mandar o seu PT baixar a bola, para acabar hoje, logo cedo. Ontem ficamos até meia-noite aqui e não conseguimos os R\$10,00, da cervejinha que o Lula prometia. Os R\$10,00 têm de sair hoje e por quê? Porque esta Casa não é do PT, nunca foi.

O PT não tem nada a ver com a democracia. Esse Zé Maligno era metido a bravo, e eu aqui adverti: “Lula, acaba essa pelada e vamos trabalhar! Lembra-se, Senador Papaléo Paes? Os peladeiros estão é dando trabalho no campo da paz, que, ao invés de atenderem aos pobres, estão atendendo a eles aí. Acabe com esse negócio de núcleo duro. O que é duro na cabeça é o osso. Vocês não pensam; precisam é pensar, raciocinar. Há oxigênio na massa encefálica. Não é duro, não! É burro!

Eu dizia: “de verdade, em verdade, eu vou digo”. Isso é como doença. Eu sou médico, assim como os Senadores Papaléo Paes e Tião Viana. A doença está lá naquele livro de patologia, do William Boyd. Ela na pára. Ela vai para a cura ou para a morte. A corrupção é uma doença da sociedade. Ela também não parou; nasceu, em Santo André, alimentada pelo Zé Maligno e se expandiu em todo o País.

É, mas os R\$10,00 saem, da cervejinha. Não vamos deixar o nosso Presidente ficar como mentiroso, porque eu ouvi ele dizendo que queria a cervejinha do sábado. E quem mente rouba, Lula! Nós ainda o estamos blindando aqui, dizendo que é bonzinho, porque a nossa missão é entender as coisas. Somos pais da Pátria. Ó, Lula, Moisés estava aperreado, e Deus lhe disse para buscar os mais velhos e experimentados, que eles lhe ajudarão com o fardo. Daí nasceu a idéia de Senado, Lula. Obedeça logo e dê os R\$10,00. Você está dando muito pouco. E inspire-se no baiano, Rui Barbosa: “a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador”. Ele vem antes, ele é quem faz a riqueza. O Lula deu primazia aos banqueiros.

Eu era menino e ouvia: Raul Brunini apresenta Carlos Lacerda. E ele trazia os documentos. Olha a

falta de vergonha, Lula! “Bradesco lucra R\$2,6 bilhões, 110% a mais que em 2004”. Por que você não dá, Vossa Excelência, Lulinha, paz, amor. Tenha juízo. Não é assim, paz e amor, Lula. Aprenda as coisas; está no Livro de Deus: primeiro, a justiça – ô, Camata, atentai bem, despertai! Da justiça é que vem a paz; da paz é que vem a alegria. Então, é isso: vamos fazer justiça. Os bancos ganham 110% de aumento, Papaléo, e como ao aposentado não pode dar R\$10,00? E a vergonha, Lula? Você não tem coragem nada! Você se agachou para o Poder Judiciário; estão ganhando R\$24.500,00. Aprenda a matemática elementar de Trajano, Lula, do Dr. Trajano.

Ô, Camata. Ontem, ouvi que, em uma sociedade organizada e civilizada, é dez vezes a diferença do maior para o menor salário. Se o maior que ele deu para os magistrados é R\$24.500,00, eu acho que essa gente toda está com medo de processo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vai já.

Então, dez vezes menor, V. Ex^a, que é matemático e engenheiro – porque a matemática do Palocci é pequena, é de médico, igual à minha. Então, dez vezes menor o salário, deveria ser R\$2.450,00, para ter esse salário gigantesco do Poder Judiciário. Esse ele deu. Por que não dá R\$10,00 para o salário mínimo? Olha, o Figueiredo foi muito mais gente do que você, Lula. Foram perguntar: e o salário mínimo, se fosse você, o que você fazia? “Eu dou um tiro na cabeça.” Só fez dizer. Seria bom que o Lula desse mesmo.

Pois está aí. Esta é a história: R\$2,6 bilhões. E olhem a imoralidade: um banco ganhou R\$2,6 bilhões! Lula, remaneja; vai gastar no País todo R\$1,3 bilhão, em obras, em infra-estrutura, saneamento, estrada, fossa, esgoto, água – a metade do que ganhou um banco. Aprendi no Livro de Deus que ninguém pode servir a dois senhores. Ou a Deus ou o diabo. E ele não está servindo ao trabalho e ao trabalhador; está servindo ao banqueiro. Só se fala em FMI, em Bird, em BID. É. Mas é o banquinho daqui, não são nem esses grandões aí, não; é o Bradesco. Ganhou, num ano, R\$2,6 bilhões, 110%; depois, vem o Itaú. São só os bancos, só os bancos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, investimentos federais.

Sr. Presidente, ainda tenho tempo, né? Ninguém pode negar à Bahia.

Os jornais informam que o Presidente Lula está remanejando obras para ver se consegue investir R\$1,3 bilhão nesses meses que faltam para terminar o ano. O Plano Plurianual previu investimentos, em 2005, de R\$2,87 bilhões, mas isso não vai acontecer. A lentidão dos gastos é algo assustador.

Por outro lado, hoje, o Bradesco anunciou um lucro de R\$2,6 bilhões, só no primeiro semestre deste ano. Houve um crescimento de 110%. Esse é o maior resultado do sistema financeiro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, vou conceder mais dois minutos a V. Ex^a. Nós temos 31 oradores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está na Bíblia. É preciso dar um aparte à Bahia e homenagear Rui Barbosa. Pelo art. 14, o representante dele, que é o Senador da Bahia, merece.

Esse é o maior resultado do sistema financeiro na história dos períodos.

Vamos mudar o nome do PT, já que o Partido está nessa confusão, para PB, Partido dos Banqueiros. O mais ridículo é ouvir o Presidente Lula dizer que as elites estão contra o seu Governo. Só se estivessem doidos, o que não estão.

Concedo um aparte à Bahia, em homenagem a Rui Barbosa, que tanto ensinou, e o Lula não aprendeu.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, como diz bem, foi prefeitinho do interior e governador do seu Estado, e aprendeu a ter essa sensibilidade em relação à população. É preciso manter as contas ajustadas, contas de qualquer órgão, seja das prefeituras, dos Estados ou do Governo Federal. No entanto, é necessário que se elejam as prioridades. V. Ex^a, quando governador e prefeitinho do interior, na sua cidade de Parnaíba, soube escolher prioridades e atender à população que o elegeu. No entanto, Lula nunca passou por isso. Lula nunca foi isso; nunca foi prefeito, nunca foi governador, nunca administrou absolutamente nada. Nós nem sabemos como ele viveu, quem o sustentou durante esse período todo. Ele era presidente do PT a soldo, pago pelo seu Partido. Era funcionário do PT para sobreviver e não tem essa sensibilidade, sensibilidade social para dar um aumento de salário mínimo, como V. Ex^a está dizendo, que sequer daria mais do que a cervejinha; e nem assim ele quer fazer com o trabalhador brasi-

leiro. Parabeno V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pela sua sensibilidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo...

Sr. Presidente, espere aí, isso é como jogo de futebol: é preciso dar os descontos.

O intelectual da Casa é o Shakespeare; este livro é de 1846, aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Um minuto improrrogável, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí é a ordem.

Ainda tem esperança o PT. Está aí um homem bom... Nós queremos o PT forte, puro, honrado.

Mas diz o seguinte, aqui, queixando-se ao povo. Em 1846, já dizia: recebe dinheiro do banco, tem que passar quatro anos trabalhando. Então, nós estamos escravizados.

Mas, tenho ainda 30 segundos. Cristo fez o Pai Nosso em um minuto; Em 27 segundos, inspirado em Cristo e na CNBB; é o partido dos bispos, forte, igual ao PMDB... E o bispo disse assim: Lula, viaje menos, fale menos e trabalhe mais. E vamos juntos com Deus e o povo às novas eleições fazer alternância do poder...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –...para termos prosperidade e felicidade ao povo do Brasil, mesmo sem som.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, para fazer uma comunicação nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de até sete minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer algumas observações sobre as acusações que vêm sendo feitas ao Partido dos Trabalhadores, sobre tudo o que tem sido dito pela mídia, e aqui me reporto às palavras do Senador Wellington, que ouvi hoje de manhã pela Rádio Senado quando me dirigia a esta Casa: recém-chegado a esta Casa, S. Ex^a dizia que, em política, primeiro se julga, primeiro se culpa, e depois se procuram as provas.

Não sou das maiores defensoras do Partido dos Trabalhadores nesta tribuna, nesta Casa, porque a minha personalidade é a de uma pessoa discreta que

trabalha silenciosamente, mas devo dizer ao Brasil e a este Plenário que é um acinte as coisas que temos ouvido. Grande parte da população também já pede basta. Respeitem-nos, não nos julguem pelas matérias da imprensa, já que grande parte dela se dedica a atender os interesses dos que sempre estiveram mandando e manipulando as políticas públicas neste Brasil e não os interesses da classe trabalhadora.

Neste momento, diante de tantas injúrias e de tantas calúnias que têm sido feitas ao Partido dos Trabalhadores, venho aqui para dizer que me orgulho de ser petista. A maior parte, grande parte – eu ousaria até dizer que 99,9% dos filiados ao Partido dos Trabalhadores neste Brasil – não tem culpa nos erros cometidos, erros esses que, felizmente, estão sendo desvendados pelas várias Comissões Parlamentares de Inquérito que hoje funcionam neste Congresso Nacional e que demonstram que as práticas nas quais dirigentes do meu Partido incorreram são bem antigas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a todos aqueles que hoje posam de vestais e de defensores da moral neste País – de última hora, é claro – que, antes de acusar, coloquem a mão na sua consciência e revejam principalmente o seu passado.

Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje porque considero de importância inquestionável fazer o registro de trágica e recente história que colocou o meu Estado de Rondônia no cenário internacional, com repercussão até hoje nunca vista. Falo aqui do massacre de Corumbiara, que ontem, dia 9 de agosto, completou dez anos de acontecido. O episódio, semelhante a muitos outros que vitimam Brasil afora trabalhadores rurais que apenas querem terra para plantar e que muitas vezes não encontram respaldo para a sua luta aqui no Congresso Nacional, é cercado de dúvidas, de contradições e, até hoje, de impunidade.

É importante lembrá-lo, para que a história não se repita. Foi um crime que vitimou barbaramente nove trabalhadores, entre eles a pequena Vanessa, de apenas sete anos de idade, atingida por um tiro nas costas enquanto corria de mãos dadas com a mãe de toda aquela violência. Além disso, morreram também dois policiais.

Mais do que um crime, uma verdadeira execução, foi um trágico erro. Foi um erro da ação governamental do Estado e da Justiça. Foi um erro na execução de uma forte operação de guerra, montada com mais de cento e oitenta policiais enviados de madrugada à

Fazenda Santa Elina, em obediência a uma reintegração de posse.

Foi um erro cometido por oficiais comandantes da operação, impunes até agora em todo o processo judicial, por oficiais que se omitiram, que passivamente assistiram comandados investirem contra trabalhadores dominados.

Os laudos oficiais das necropsias indicaram que quatro dos nove sem-terra mortos na fazenda (um outro foi encontrado morto boiando sobre as águas de um rio a 70 quilômetros de Santa Elina) foram sumariamente executados. Os médicos de Vilhena que acompanharam os exames testemunharam: os colonos foram atingidos por disparos a curta distância (menos de 30 centímetros) na nuca, nas costas e na cabeça, o que caracteriza a execução.

Todos os oficiais levados a julgamento foram absolvidos. Apenas dois trabalhadores sem-terra e três policiais foram condenados. A prisão dos policiais, especialmente de dois que estão em Vilhena, é um dois pontos obscuros na decisão judicial.

As famílias de Ailton Ramos Moraes e de Daniel da Silva Furtado lutam para reverter sua condenação, a do primeiro a 18 anos de prisão e a do segundo a 16 anos.

Os dados do inquérito mostram que, em nenhuma das vítimas, foram encontrados projéteis disparados pela arma de Furtado, e Ramos não teria sequer disparado sua carabina e o revólver que portava.

Acompanhei na época o julgamento, que durou cerca de um mês, e a família de Ramos traduz o sentimento que vigorava então.

Fatores outros que não as provas do inquérito foram levados em conta na condenação. “Foi levado em conta o tempo que os policiais estavam na Corporação, sua patente, condição financeira e (pasmem!) raça”, diz a irmã de Ramos, Cristina Zulmira de Moraes Guimarães, em recente entrevista concedida ao jornal eletrônico **Portal Cone Sul**. Ramos e Furtado eram os que estavam a menos tempo na PM e são negros.

Faço aqui um apelo, um apelo em nome dos que se sentem injustiçados com tudo o que aconteceu em Corumbiara, episódio marcado para sempre na memória de todos que guardam no corpo a violência praticada por agentes da lei. É preciso rever o processo, é preciso que a Justiça promova o apaziguamento com os que dela se ressentem e promova a punição dos que de fato a merecem.

Esse é o caso da família de Ramos. Seu empenho em reverter a condenação precisa encontrar reciprocidade

na Justiça, ela que, nos conflitos fundiários, não pode continuar agindo como se fosse ente superior, acima de responsabilidades com a manutenção de vidas. A Justiça não pode continuar demandando ordens judiciais sem se importar com o duelo diário travado no campo por pistoleiros a mando de latifundiários e sem-terra de alma aguerrida, alma que vicejava nas dezenas de camponeses de Corumbiara, para sempre na história de Rondônia um símbolo de resistência e fé na terra.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

Pela Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna por sete minutos. Depois, falará o Senador Leonel Pavan.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os Parlamentares, bem como a sociedade civil, lembrem-se das dificuldades para a aprovação do texto consensual sobre a Lei de Biossegurança, principalmente devido ao fato de, por um erro de princípio, o anteprojeto agora transformado em lei reunir no mesmo instrumento normativo duas matérias tão dispare e polêmicas, como o são a pesquisa com células-tronco e organismos geneticamente modificados.

Reporto-me a essas dificuldades com conhecimento de causa, por ter sido Relator, nas Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais, e ter podido contar com a participação de Senadores e Senadoras de todos os partidos da Casa (entre eles gostaria de ressaltar o trabalho incansável e competente dos Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia e Tião Viana) no sentido de viabilizar uma redação moderna, ágil e que contemplasse, dentro dos padrões rigorosos de segurança, as necessidades de desenvolvimento e crescimento da economia brasileira.

Assim, a Lei de Biossegurança finalmente sancionada expressa as posições do conjunto da nossa sociedade e representou, Sr^{as} e Srs. Senadores, o amadurecimento dos operadores políticos que tiveram como marco referencial os interesses maiores do País, de modo a dotá-lo de uma legislação contemporânea e atenta às demandas dos setores produtivos, sem desprezar o mercado consumidor e a dinâmica

econômica, notadamente no que diz respeito às vantagens comparativas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto ao plantio com sementes genericamente modificadas, já tivemos uma lição bastante espinhosa na safra do ano passado, quando a demora na tramitação da Lei de Biossegurança quase inviabilizou o plantio.

Desse modo, cabe expressar a minha enorme preocupação com a eventual possibilidade de consulta pública para o Decreto de Biossegurança e o início dos trabalhos da CTNBio. É a primeira vez que vejo, Sr^{as} e Srs. Senadores, um decreto ter consulta pública.

Numa hipótese otimista, teríamos o seguinte cronograma:

- **até 10 de agosto** – Reunião do Conselho Nacional de Biossegurança para a colocação do decreto em consulta pública;
- **de 9 a 12 de agosto** – A Casa Civil prepararia o texto para consulta pública;
- **15 de agosto** – Publicação no **Diário Oficial** da União concedendo 20 dias para sugestões;
- **5 de setembro** – Fim do prazo para o recebimento de sugestões;
- **6 a 27 de setembro** – Três semanas para a Casa Civil organizar, analisar as sugestões, montar nova minuta do Decreto e agendar reuniões do CNBS – Conselho Nacional de Biossegurança – para a ratificação da minuta do Decreto.
- **Entre 3 e 7 de outubro** – Reunião do CNBS para ratificação do Decreto e publicação no **Diário Oficial**;
- **Entre 7 e 11 de novembro (um mês depois)** – Instalação da CTNBio e definição do cronograma dos trabalhos.
- **Entre 5 e 9 de dezembro (um mês depois)** – Reunião de trabalho da CTNBio para deliberações.

Como podemos ver, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um cronograma, como afirmei, bastante otimista, porque temos que considerar a natureza morosa do processo decisório inerente à coisa pública, a lentidão dos procedimentos, típica da feitura de instrumentos normativos e, por último, mas não menos importante, que teremos quatro feriados para atrapalhar o andamento das coisas no período (07 de setembro, 12 de outubro, 02 e 15 de novembro).

Por outro lado, não podemos perder de vista que nesse contexto a consulta pública pode resultar num desserviço às necessidades dos produtores rurais (que lidam com o imponderável como as chuvas e demais

fatores climáticos na determinação rigorosa do calendário de plantio e safra).

A eles ficará a impressão de mais um mecanismo protelatório, aliás, creditado pelas classes produtoras às ONGs – que estão sempre querendo fazer o Brasil perder tempo –, numa manobra que poderá provocar a perda de mais uma safra neste ano, onde os rigores climáticos já causaram tantas perdas.

E isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não serve a esta Casa, não serve ao Brasil e não podemos tolerar. Portanto, mais uma vez, peço a colaboração de todos os Líderes para que, a exemplo do que foi feito na época da votação da Lei de Biossegurança, possamos buscar um entendimento com o Poder Executivo, com vistas à agilização do processo decisório, mediante a dispensa dessa consulta pública, fazendo prevalecer o bom senso, de modo a que o campo possa continuar plantando riquezas e colaborando, decisivamente, para o progresso e a construção de um Brasil do tamanho do sonho dos brasileiros.

Era este o pedido: para que deixemos os agricultores e os produtores rurais trabalharem em paz. Não é possível que tenhamos que fazer consultas públicas sobre uma lei, da qual V. Ex^a participou tão bem da elaboração na área das células-tronco, depois de tudo que já passou nas duas Casas, depois de todo debate nacional. Isso só pode ter um objetivo: protelar e atrapalhar, mais uma vez, a área de plantio, isso sem considerar a área das células-tronco que, com certeza, também será atrapalhada.

Era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC.)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns analistas dos tempos modernos têm dito que faltam hoje homens visionários, com objetivos à frente do seu tempo. Analisam eles, e com certa razão, que o excessivo pragmatismo dos tempos correntes coloque em cheque o nosso futuro.

Uma situação e um pensamento totalmente diverso dessa realidade, felizmente, há 50 anos, dava um importante passo para o aproveitamento econômico e social no Brasil, desta que está sendo considerada a maior indústria do momento: a chamada indústria do turismo.

E foi graças ao espírito visionário dos dirigentes da Confederação Nacional do Comércio, lá pelos idos de 1955, com a criação do seu Conselho de Turismo,

que o setor turístico brasileiro continua contando até hoje com importante fórum de trabalho, pesquisa e acompanhamento desse segmento como atividade econômica indispensável para o desenvolvimento nacional.

A cada ano e a cada década, o que se viu foi a ampliação gradativa do trabalho desse colegiado que, associado a um esforço de outras entidades e, mais recentemente, do Poder Legislativo, tem dado contribuição indispensável para a consolidação da atual política de turismo que o Brasil vem implantando e que culminou com a recente criação do Ministério do Turismo, iniciativa sempre defendida por todos nós.

E foi através do trabalho e do respeito conquistado entre o setor público e privado, que o Conselho de Turismo da Confederação sempre teve colaboração decisiva na formulação da atual política ao servir como fórum de estudos e análises dos problemas e soluções para o desenvolvimento do turismo nacional, sempre envolvendo as mais importantes lideranças setoriais nos rumos propostos.

Entre os 64 membros do Conselho de Turismo encontram-se empresários, acadêmicos, jornalistas, servidores públicos e Parlamentares, enfim, representantes de todos os setores da sociedade que, de alguma forma, estão envolvidos com a atividade turística. As reuniões ocorrem duas vezes por mês e contam com a participação, na condição de palestrantes, de especialistas oriundos da iniciativa privada e do setor público.

O Conselho de Turismo da Confederação tem tido importante papel e desempenho no desenvolvimento do turismo do nosso Brasil. Uma das contribuições recentes mais importantes dadas ao País, junto com a Câmara Empresarial de Turismo e as Comissões de Turismo do Senado e da Câmara Federal, foi no debate e na elaboração da nova Lei Geral do Turismo, que o Governo deve enviar ao Congresso Nacional este ano, para votação e que deve se constituir num marco definitivo para firmar o Ministério do Turismo e garantir a continuidade da atual política pública do setor, dando a ela bases legais e indispensável sustentação política.

Como homem de turismo, Prefeito por três vezes de Balneário Camboriú, o maior balneário do Sul, onde se vive e respira-se turismo os 365 dias do ano, sinto-me atualmente privilegiado em também dar minha modesta contribuição neste processo lento e gradativo, histórico até, mas absolutamente compensador. Ajudamos a criar a Comissão de Turismo na Câmara

dos Deputados, quando Deputado e, agora, como Senador, inicialmente uma Subcomissão Provisória de Turismo no Senado, que já passou a ser permanente, com a denominação de Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A partir desse processo de interação entre o Poder Legislativo e os diversos atores sociais e econômicos que integram a chamada “cadeia produtiva do turismo”, acredito que podem ser agilizados ainda mais os necessários mecanismos que tornam o turismo um instrumento de crescimento econômico e de melhoria das condições de vida de milhares de cidadãos brasileiros. Ou seja, estamos finalmente saindo do discurso para a prática, e os resultados começam a aparecer de maneira mais palpável, embora ainda tenhamos um bom caminho a percorrer.

Por isso, não poderia deixar de registrar aqui, pessoalmente e de forma solene, mais tarde em plenário, o meu voto de aplauso e de congratulações com todos os integrantes do Conselho de Turismo e da diretoria da CNC pelo cinquentenário desse colegiado. Foi, de fato, uma iniciativa de homens visionários que se transformou, ao longo do tempo, numa vigorosa fonte de idéias e de saberes para todos aqueles que, como eu, acreditam no turismo como instrumento transformador da sociedade, de inclusão social e de interação com todos os setores de economia nacional, ou seja, um caminho para o futuro que deve ser prioridade permanente em todos os governos.

Sr. Presidente, deixo registrado, em nome de todo *trade* turístico do nosso Brasil, em nome de todos os Parlamentares que defendem a indústria do turismo, que começa a despertar e, certamente, no futuro, dará muitas glórias e muitos frutos, pois o Brasil poderá competir com qualquer outro País nesse setor, os parabéns à CNC, pelos seus cinquenta anos nessa atividade, e a seu Conselho, a todos os seus integrantes. Logo estaremos aprovando aqui, com toda a certeza, votos de aplauso pelos seus cinquenta anos.

Para finalizar, Sr. Presidente, já que ainda me restam quatro minutos, gostaria de fugir um pouco do foco do turismo, tão importante, para falar um pouco sobre o momento que estamos vivendo, que infelizmente empobrece a política nacional.

Tenho usado diversas vezes esta tribuna e dito ao Brasil e aos Parlamentares da Base do Governo: os Parlamentares integrantes do PT não podem jogar a culpa na Oposição de tudo aquilo que está acontecendo hoje no País. Não partiram da Oposição as denúncias. Agora, sim, a Oposição está participando na descoberta dos envolvidos, por meio de uma pes-

quisa aberta, democrática e do brilhante trabalho que as CPMIs vêm realizando. Essas pessoas não podem jogar toda esta lama em cima daqueles que não têm nada a ver.

O correto seria que aqueles que estão envolvidos no processo de corrupção e aqueles que estão no Partido e viram que existem pessoas culpadas viessem a esta tribuna e assumissem a responsabilidade ou admitissem que o seu Partido infelizmente frustrou a esperança dos brasileiros, que o PT, que assumiu um compromisso com a ética e com a verdade perante toda a Nação, não o cumpriu. Além de não cumprirem outras promessas importantes para o País, estão envergonhando o seu passado, a sua história, empobrecendo sua bandeira e denegrindo a classe política num todo.

O importante é que os Membros do PT – a minoria, é claro – viessem aqui e admitissem seu erro, seu envolvimento, e aqueles que não estão envolvidos não jogassem a responsabilidade em outros Partidos que não estão participando, não participaram e não aprovam esse processo de corrupção que está ocorrendo no atual Governo Federal.

Sabemos que o Presidente Lula tem um caminho a seguir, tem um compromisso com a Nação, mas Sua Excelência tem que admitir que o seu Partido, o PT, está empobrecendo a política nacional e, lamentavelmente, projetando nosso País em todos os jornais do mundo devido a um dos momentos mais tristes e de maior corrupção de nossa história.

Termino dizendo: não busquem coisas do passado, que também devem ser investigadas, para encobrir as falcaturas e a corrupção que estão sendo cometidas no atual Governo Federal. Se soubermos separar os problemas, se soubermos separar todo esse mar de lama que existe, colocando um pinga no “i” de cada setor, com certeza, chegaremos àquilo que queremos, que é punir todos os envolvidos.

Fica aqui o meu esclarecimento, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Maguito Vilela, e antes, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para cumprir a missão honrosa de anunciar a presença do Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, nosso colega, porque foi Senador por algum tempo, com um brilhante desempenho, e, hoje, com o mesmo desempenho brilhante, é Governador do Mato Grosso e nos honra com a sua visita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Osmar Dias, por registrar a honrosa presença do Governador do Estado do Mato Grosso neste plenário.

Tive a honra de ter exercido parte do meu mandato com V. Ex^a, Governador, e tenho certeza de que se sentem honrados todos os mato-grossenses por terem um governador como V. Ex^a, tão dinâmico e atuante. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, seus colegas, é uma honra a presença de V. Ex^a neste plenário.

Tem a palavra, por cinco minutos, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, fazer coro com o Senador Osmar Dias, que acabou de registrar a presença honrosa do Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi. Trata-se de um Governador inteligente, talentoso e empreendedor. Já tive oportunidade de ir a Mato Grosso, inclusive a convite de S. Ex^a, para inaugurar algumas obras. Podemos dizer que Blairo Maggi é um dos Governadores mais empreendedores deste País. Pertence a uma nova safra de políticos que honram e dignificam a nossa classe. S. Ex^a já foi Senador e é muito bem-vindo a esta Casa. Desejamos que continue com esse trabalho maravilhoso de realização de obras de infra-estrutura no Estado do Mato Grosso. S. Ex^a é realmente um dos grandes Governadores dessa nova safra de políticos comprometidos com o progresso, com o desenvolvimento, com o País e com o povo.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna para, mais uma vez, tratar da grave crise que prejudica o setor rural. Aliás, o Governador Blairo Maggi também está vivendo esse problema em seu Estado, com a agricultura e com a pecuária. Apesar da movimentação feita em Brasília, com a realização do tratorado, não temos visto soluções, mas o aprofundamento dos problemas, da crise no setor da produção rural em nosso País. E se não bastassem os produtores de grãos, que amargam enormes perdas, a crise agora atinge também a pecuária.

A arroba do boi gordo atingiu, em junho, o preço mais baixo da história: R\$52,50. Nunca o preço do boi esteve tão aviltado. O preço mais baixo da arroba havia sido registrado em julho de 1996, ou seja, o preço de hoje voltou a ser o mesmo aplicado quase dez anos atrás.

O recorde negativo chega junto com outra notícia ruim. Estudo da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA mostra que, no primeiro semestre deste ano, o preço pago pelo boi gordo caiu 11,7%, enquanto os custos de produção subiram 5%. Na média, a mão-de-obra, que representa 23% desses custos, ficou 15% mais cara.

A política cambial, sem dúvida, agrava os problemas deste País. Embora as exportações de carne bovina continuem em expansão, os ganhos com a venda externa acabam diminuídos em função do dólar baixo.

O mesmo processo de prejuízos começa a atingir também o setor leiteiro. Os produtores já apontam forte baixa nos preços de leite **in natura** entregue às indústrias, especialmente em Goiás, onde está localizada a segunda maior bacia leiteira do País. A primeira é Minas Gerais.

Esse comportamento de queda constante nos preços se deve à contínua desvalorização do dólar. O dólar baixo estimula a importação do leite em pó. Com isso, os produtores brasileiros ficam prejudicados e recomeça o êxodo rural, o desemprego no campo, e a situação realmente vai se agravando.

O preço do litro de leite gira, hoje, em torno de R\$0,50, mas há produtores recebendo R\$0,42 pelo litro. Como ninguém esperava tamanha instabilidade este ano, os produtores multiplicaram investimentos em modernização e novas tecnologias e agora ficam em situação muito complicada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Paralelamente, os problemas dos produtores de grãos continuam graves. Como se sabe, no ano passado uma série de fatores levou esses produtores a uma situação falimentar. A combinação de juros altos, dólar barato e quebra nos preços criou uma situação insustentável para a agricultura, está criando para a pecuária leiteira e para a pecuária de corte.

Foi o caso da soja, que teve a saca cotada pela metade do preço, se comparado ao valor comercializado em 2004. Mas não foi apenas a soja. Na maioria dos casos, os preços foram insuficientes para cobrir custos de produção. E ficou impossível saldar os com-

promissos de financiamento, comprometendo o plantio deste ano.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Uma pesquisa da CNA mostrou que 51% dos produtores estão com a sua renda comprometida com dívidas. Endividada, a maioria não tem condições de investir para a próxima safra, o que compromete o desempenho da agricultura e da pecuária em 2006.

O competente Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, promete retomar nesta semana as negociações com a área econômica do Governo para ampliar o pacote de ajuda aos agricultores e pecuaristas. Com a seca, os prejuízos aumentaram, porque foram deixados de colher cerca de 20 milhões de toneladas de grãos. Isso significa uma perda de US\$10 bilhões neste ano. Isso aumenta...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – (...) a urgência das medidas anunciadas pelo Governo, mas até hoje não concretizadas.

Concluo, Sr. Presidente.

O Ministro Roberto Rodrigues – repito, o competente Ministro da Agricultura – vai tentar fazer valer os compromissos assumidos no mês passado. Uma das reivindicações mais urgentes é a negociação sobre o adiamento do prazo de pagamento das parcelas dos empréstimos da safra de 2004/2005. Essa negociação beneficia produtores de arroz, algodão, sorgo, milho, soja e trigo.

O pedido é para que as parcelas vencidas e a vencer de junho, julho e agosto sejam também pagas em 2006. Essa medida é essencial e urgente, já que muitos produtores estão esperando sua ratificação para comprar insumos para a próxima safra.

Apenas em Goiás, as dívidas dos produtores rurais ultrapassam R\$2,4 bilhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, como não quero naturalmente atrapalhar os trabalhos desta Casa, peço a V. Ex^a que seja dado como lido o restante do meu discurso, para que o Brasil dele tome conhecimento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MAGUITO VILELA.

Pronunciamento**Senador Maguito Vilela*****Aprofundamento da crise no campo*****Brasília, 10 de agosto de 2005**

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

Volto a esta tribuna para, mais uma vez, tratar da grave crise que prejudica o setor rural. Apesar da movimentação feita em Brasília, com a realização do tratoração, não temos visto soluções, mas o aprofundamento dos problemas. E se não bastassem os produtores de grãos, que amargam enormes perdas, a crise agora atinge a pecuária.

A arroba do boi gordo atingiu em junho o preço mais baixo da história: cinquenta e dois reais e cinquenta centavos. Nunca o preço do boi esteve tão aviltado. O preço mais baixo da arroba havia sido registrado em julho de 1996, ou seja, o preço de hoje voltou a ser o mesmo aplicado há quase dez anos.

O recorde negativo chega junto com outra notícia ruim. Estudo da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, a CNA, mostra que, no primeiro semestre deste ano, o preço pago pelo boi gordo caiu 11,7%, enquanto os custos de produção subiram 5%. Na média, a mão-de-obra, que representa 23% desses custos, ficou 15% mais cara.

A política cambial agrava os problemas. Embora as exportações de carne bovina continuem em expansão, os ganhos com a venda externa acabam diminuídos em função do dólar baixo.

O mesmo processo de prejuízos começa a atingir também o setor leiteiro. Os produtores já apontam forte baixa nos preços do leite *in natura* entregue às indústrias, especialmente em Goiás, onde está localizada a segunda maior bacia leiteira do país.

Esse comportamento de queda nos preços se deve à contínua desvalorização do dólar. O dólar baixo estimula a importação do leite em pó. Com isso, os produtores brasileiros ficam prejudicados.

O preço do litro do leite gira hoje em torno de cinquenta centavos, mas há produtores recebendo quarenta e dois centavos pelo litro. Como ninguém esperava tamanha instabilidade este ano, os produtores multiplicaram investimentos em modernização e novas tecnologias e agora ficam em situação muito complicada.

Paralelamente, os problemas dos produtores de grãos continuam graves. Como se sabe, no ano passado uma série de fatores levou esses produtores a uma situação falimentar. A combinação de juros altos, dólar barato e quebra nos preços criou uma situação insustentável.

Foi o caso da soja, que teve a saca cotada pela metade do preço, se comparado ao valor comercializado em 2004. Mas não foi apenas a soja. Na maioria dos casos, os preços foram insuficientes para cobrir custos de produção. E ficou impossível saldar os compromissos de financiamento, comprometendo o plantio deste ano.

Uma pesquisa da CNA mostrou que 51% dos produtores estão com sua renda comprometida com dívidas. Endividados, a maioria não tem condições de investir para a próxima safra, o que compromete o desempenho em 2006.

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, promete retomar nesta semana as negociações com a área econômica do governo para ampliar o pacote de ajuda aos agricultores. Com a seca, os prejuízos aumentaram, porque foram deixados de colher cerca de 20 milhões de toneladas de grãos. Isso significa uma perda de 10 bilhões de dólares neste ano. Isso aumenta a urgência das medidas anunciadas pelo governo, mas até hoje não concretizadas.

O ministro Rodrigues vai tentar fazer valer os compromissos assumidos no mês passado. Uma das reivindicações mais urgentes é a negociação sobre o adiamento do prazo de pagamento das parcelas dos empréstimos da safra 2004/2005. Essa negociação beneficia produtores de arroz, algodão, sorgo, milho, soja e trigo.

O pedido é para que as parcelas vencidas e a vencer de junho, julho e agosto sejam pagas em 2006. Essa medida é essencial e urgente, já que muitos produtores estão esperando sua ratificação para comprar insumos para a próxima safra.

Apenas em Goiás, as dívidas dos produtores rurais ultrapassam 2,4 bilhões. Os números causam preocupação, porque estão em fase de vencimentos e já está na hora de começarem os investimentos para o novo ano agrícola 2005/2006.

A negociação dos débitos é apenas o pleito mais urgente. Existem outros, importantes para o futuro do setor. Um exemplo é reivindicação para se comprar, com prazo, insumos, máquinas e equipamentos. O governo se comprometeu a atuar junto aos fornecedores para que aderissem a negociação, mas isso não ocorreu.

Outro ponto é a correção dos limites de financiamento de custeio e de comercialização, considerando os aumentos nos custos de produção. E o remanejamento da verba para modernização de frota, de cerca de três bilhões de reais, já que o montante disponível não será todo utilizado.

Há também a questão do Seguro Rural. O governo federal precisa se conscientizar de que é fundamental fazer como fazem os países produtores que concorrem conosco no mercado internacional. Ou seja, alocar recursos suficientes para subvenção de pelo menos um terço do prêmio de seguro, além da criação do Fundo de Catástrofe, através de Medida Provisória autorizada pelo presidente Lula.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

Essas são medidas que se fazem urgentes. Se há poucas semanas falávamos em possíveis prejuízos futuros para a economia do país, hoje já falamos em prejuízos correntes.

A conjuntura adversa, que estava restrita aos produtores de grãos e agora afeta a pecuária leiteira e de corte, começa a provocar desemprego. O nível de dispensas no setor saltou de 7% em 2004 para 20% este ano.

Os reflexos negativos não vão parar por aí. O crescimento do setor será menor, o que irá segurar os níveis de crescimento do país como um todo. Além disso, com a diminuição da renda no campo, diminui também o consumo e aumenta a inadimplência não só no campo, como no comércio da cidade.

As arrecadações públicas, especialmente estaduais, estão sofrendo quedas, o que significa diminuição nos investimentos de infra-estrutura e investimentos sociais. Vai se formando uma cadeia negativa de reflexos extremamente preocupantes, que tende a piorar.

Não é possível que o atual governo repita o descaso pelo campo visto nos anos de FHC, quando se prometia muito, mas nada saía do papel. O ministro Roberto Rodrigues é um homem desta área e sabe da importância da agropecuária. O presidente Lula, por outro lado, tem demonstrado sensibilidade com o setor.

Mas é preciso que boa vontade, conhecimento e sensibilidade se transformem em ações concretas. Se isso não acontecer, teremos que chegar à conclusão de que, como no passado, o atual governo também só guarda palavras para o setor rural.

Faço um apelo ao governo do presidente Lula para que não deixe isso acontecer. Os prejuízos, enormes, já estão afetando não apenas os produtores, mas os trabalhadores do campo e a vida na cidade. Que os compromissos assumidos com o setor aqui em Brasília sejam cumpridos já. E, em médio prazo, que se formule uma política agrícola justa, que dê tranquilidade para que o setor possa fazer os investimentos necessários.

Era o que tinha a declarar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a será atendido na forma do disposto no Regimento Interno desta Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a grata satisfação de registrar a presença no plenário do Senado de um ex-colega nosso, o ex-senador Blairo Maggi, que conquistou a amizade e o respeito de todo o Senado em sua passagem por aqui e que, hoje, governa o Estado de Mato Grosso com grande responsabilidade.

Registro, ainda, a presença do Governador do meu Estado, Jorge Viana, sobre quem qualquer manifestação de minha parte estaria sob a suspeição dos meus colegas, que sabem muito bem o apreço que tenho por ele.

Antes de entrar propriamente no assunto objeto de meu pronunciamento de hoje, gostaria de externar

uma consideração em relação à proposta, apresentada ontem pelo eminente Senador Jorge Bornhausen, em seu nome próprio e de seu Partido, de reforma eleitoral. Foi o documento mais completo que eu já vi para corrigir distorções existentes entre Partidos, candidatos, sociedade e o momento da vida eleitoral brasileira. No meu entendimento, o eminente Senador Jorge Bornhausen, no dia de ontem, apresentou uma proposta que deve merecer a análise judiciosa de cada Senador, de cada Liderança e do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Fiquei muito contente também ao ver o Senador Renan Calheiros, digno Presidente do Senado Federal, reconhecendo a importância e o mérito da proposta apresentada no dia de ontem e acolhendo-a como proposta de entendimento dos Srs. Líderes. A minha expectativa é que, faltando menos de quarenta dias para que o Parlamento aprove uma matéria de tal relevância, nós possamos tratar como emergência absoluta, a Proposta apresentada pelo Senador Jorge

Bornhausen e possamos construir um entendimento junto à Câmara dos Deputados.

É uma matéria em relação à qual não há disputa, e, sim, convergência, pela necessidade de o Parlamento atender a exigência da sociedade brasileira.

A minha posição é de concordância com toda a Proposta apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen, e acredito que a do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, também é nesse sentido, Senador Jorge Bornhausen.

Hoje, o que me traz ao plenário do Senado Federal, Sr. Presidente, é uma resposta que quero dar, por justiça e reconhecimento, mais uma vez, ao trabalho do eminente Ministro Humberto Costa, no que diz respeito ao problema do alcoolismo no Brasil.

S. Ex^a o então Ministro Humberto Costa foi designado pelo Presidente Lula para coordenar um grupo de trabalho interministerial cujo objetivo era estabelecer as diretrizes para o controle de propagandas, o uso e a prevenção do álcool no Brasil, uma droga lícita que traz gravíssimos danos à sociedade brasileira. No plano mundial, há dois bilhões de cidadãos que fazem uso rotineiramente do álcool, e 76 milhões de pessoas têm dependência direta ou indireta da bebida, sem contar os agravos de ordem econômico-social e os agravos psiquiátricos, que se originam do álcool, em todos os países do mundo, porque essa é uma bebida de consumo universal.

É sabido por todos que, no nosso País, não há uma medida disciplinar clara a esse respeito, nem sequer o conceito de álcool, no Brasil, é adequado, porque as bebidas consideradas **ice**, a cerveja e o vinho, são tidas como alimento, ou seja, trata-se de um produto que deve ser consumido pela sociedade.

Não está regularizado o uso do álcool no Brasil, não há controle nem prevenção efetiva da bebida e não há uma política de propaganda adequada. Foi essa a responsabilidade que teve o Sr. Ministro Humberto Costa ao coordenar um grupo de trabalho que envolveu 11 órgãos do Governo Lula, entre Ministérios e Secretarias Especiais, para que um grupo formado por 14 pessoas pudesse elaborar o trabalho. Em 2004, o grupo conseguiu concluí-lo. Estabeleceram 53 diretrizes que apontavam para o controle efetivo do uso do álcool no Brasil.

Essa matéria se confronta fortemente com a indústria de propaganda, com a grande mídia brasileira, e temos de chegar a um ponto de entendimento. Os 53 itens apontados como conclusivos pelo Ministério da Saúde, associado aos outros Ministérios, estabeleceram pontos definitivos de responsabilidade entre os Ministérios que têm vínculo com a matéria: o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Ministério da Educação, Ministério das Comunicações e outros afins.

Entre os 53 itens destacados, eu apontaria os seguintes:

8. O conceito vigente de bebida alcoólica (Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996) deve ser revisto e reformulado, para a necessária inclusão de cervejas, vinhos e bebidas tipo **ice**..

Em relação à propaganda, a matéria é a mais debatida e a mais criticada no Congresso Nacional, como se os Governos anteriores prescindissem de responsabilidade para estabelecer critérios para essa matéria, já que o Brasil avançou definitivamente e conseguiu se firmar positivamente em relação ao fumo e à propaganda de cigarros.

22. A propaganda de bebidas alcoólicas deve ser controlada e regulamentada, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis à estimulação para o consumo de álcool. Deve também proteger o consumidor de associações indevidas entre o efeito decorrente do consumo de bebidas e estereótipos de sucesso e integração social que não correspondam à realidade destes usuários.

23. Deve haver o banimento da propaganda de bebidas alcoólicas em horários que alcancem a parcela populacional, que é mais vulnerável, com avanço progressivo relativo às restrições gerais.

24. Deve ser evitada a associação entre o consumo de bebidas alcoólicas e eventos esportivos, devendo ainda o patrocínio de eventos esportivos ser objeto de restrição e controle.

25. Deve haver a desvinculação, pelo Governo Federal, do apoio a qualquer tipo de evento em que haja a presença da indústria do álcool.

26. Devem ser enfaticamente desestimuladas mensagens que estimulem o consumo e que sejam baseadas em evidências científicas sobre possíveis efeitos protetores/medicamentosos de bebidas alcoólicas, uma vez que não são positivamente significativas para o estabelecimento de políticas voltadas para o álcool e encorajam o consumo, resultando provavelmente em mais prejuízo para a população em geral.

27. Ainda que na vigência de iniciativas oriundas da auto-regulamentação publicitária, de forma relativa à propaganda de bebidas alcoólicas, o Governo deve endossar a

necessidade de legislação específica sobre o assunto, face ao hiato existente entre as propostas para a auto-regulamentação e a realidade evidenciada no País. Esta aponta, de forma incontestável, para a necessidade de maior presença do Governo Federal na defesa do bem comum, em detrimento dos interesses da indústria de bebidas.

28. O acesso às bebidas alcoólicas deve sofrer restrição em sua venda e consumo, em contextos de maior vulnerabilidade a situações de violência e danos sociais.

Ainda há mais três itens que eu destacaria do documento apresentado pelo grupo interministerial:

30. A venda e o consumo também devem sofrer restrições na proximidade de escolas, estradas, postos de gasolina, hospitais, em transportes coletivos e em locais de grande concentração de pessoas;

31. A venda de bebidas alcoólicas em distribuidores, supermercados e atacadistas deve ser realizado em locais específicos e isolados, restringindo, assim, o acesso às mesmas;

40. Todos os ministérios do Governo devem estar implicados, intersetorialmente, nas iniciativas de educação, promoção de saúde e de hábitos saudáveis, reforço da mudança de padrões de consumo, ênfase na responsabilização e do autocuidado.

Sr. Presidente, ainda afirmo que esse documento está em consonância com as diretrizes e as deliberações emanadas da III Conferência Nacional de Saúde Mental, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, que é a instância máxima do controle social para a saúde pública no Brasil.

Trata-se de um documento claro, objetivo, feito pelo Ministério da Saúde, realizado por onze órgãos, entre Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Lula, que julgo da maior responsabilidade, Senador Jefferson Péres. V. Ex^a discutiu essa matéria quando a tratamos aqui. Houve um debate duro, tenso entre as partes. Uns entendiam que deveria haver a proibição; outros, não. E o Governo respondeu com a conclusão de um trabalho que julgo sensato, muito bem estudado e absolutamente comprometido com os princípios fundamentais da saúde pública. Só espero que, agora, haja a execução de tal controle, de tal prevenção e que haja acompanhamento dessa matéria.

Sr. Presidente, sabe-se que pelo menos 12% das internações estão vinculadas ao Sistema Único de Saúde, em consequência do alcoolismo. Quem conhece a vida nos pronto-socorros, quem conhece a vida nos

hospitais de urgência e de emergência sabe o que significam as madrugadas e as internações de pacientes vítimas da utilização excessiva da bebida alcoólica.

Quem conhece a problemática das doenças psiquiátricas no Brasil sabe – e isto é fato concreto – que pelo menos 6% dos pacientes são completamente dependentes das bebidas alcoólicas. Quem conhece o drama da desagregação familiar no Brasil sabe da importância que tem a bebida alcoólica no desencadeamento dos desajustes e dos desequilíbrios familiares brasileiros.

Espero que, agora, cada Ministro, cioso de sua responsabilidade, execute a política de restrição e dialogue com as emissoras de comunicação, porque não tenho dúvida de que, eticamente, essas medidas estarão vinculadas à responsabilidade de não se permitir prejuízo de ordem econômica, mas darão proteção à sociedade brasileira. Temos o dever de encontrar resultados nessas medidas, e espero que o atual Ministro da Saúde, o substituto do Ministro Humberto Costa, seja o catalisador desses resultados.

A responsabilidade está evidenciada, o diagnóstico está feito, as soluções estão apresentadas. A minha expectativa é a de que possamos acompanhar essa questão, e, num prazo máximo de 90 dias, eu mesmo terei a responsabilidade de convidar o Sr. Ministro da Saúde para mostrar a S. Ex^a as consequências práticas dessas medidas, que foram muito bem construídas pelo então Ministro Humberto Costa e todos os 11 Ministérios e Secretarias Especiais que acompanharam tal medida.

Vale a pena deixar como conclusão de minha fala a demonstração da idéia do custo/benefício e do fator econômico, intermediando uma relação no que diz respeito ao alcoolismo no Brasil.

Os gastos e a movimentação com propagandas são responsáveis por 3,5% do Produto Interno Bruto. Os gastos com as consequências danosas do uso do álcool, com a dependência e com o alcoolismo no Brasil, em si, são responsáveis por uma despesa superior a 7% do Produto Interno Bruto. Só isso justificaria as razões éticas para que as medidas aqui implementadas fossem adotadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Sen: Luiz Viana

**GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL VOLTADO
PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
NACIONAL**

SOBRE BEBIDAS ALCOÓLICAS

(DECRETO PRESIDENCIAL DE 28 DE MAIO DE 2003)



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO MINISTÉRIO DOS ESPORTES

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E PRODUTO FINAL**

MAIO DE 2004

(divulgação não-autorizada até 13 de maio de 2004)

RECOMENDAÇÕES DO GTI PARA A POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS

No dia 28 de Maio de 2003, o Presidente Lula constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sob a Coordenação do Senhor Ministro da Saúde. Este GTI é composto por 14 representações da esfera federal de governo e tem como objetivos revisar, propor e discutir a política do Governo Federal para a atenção a usuários de álcool, bem como a harmonização e o aperfeiçoamento da legislação que envolva o consumo e a propaganda de bebidas alcoólicas, em território nacional.

O trabalho do grupo foi prorrogado por 120 dias, conforme disposto no Decreto do dia 30 de Outubro de 2003, com o objetivo de continuar as discussões e aprofundar as propostas interministeriais.

No sentido de cumprir os seus objetivos, e como parte de seu produto final, o Grupo de Trabalho Interministerial apresenta ao Governo Federal as suas recomendações gerais, voltadas para a construção da POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS.

1. As diretrizes para uma POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS contêm princípios fundamentais à sustentação de estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas em questão, devendo ser consideradas como referência para as recomendações seguintes;
2. Da mesma forma, devem ser considerados os aspectos concernentes à mesma finalidade, e contidos em outros documentos produzidos e / ou utilizados pelo Grupo Técnico Interministerial em suas atividades;
3. Deve ser implantada uma política integral e intersetorial de redução dos danos causados pelo álcool, que contemple a atenção integral à saúde e à vida, buscando atenuar, minimizar e/ou eliminar os danos causados pelo uso de bebidas alcoólicas;
4. Esta política deve envolver governo e sociedade, em todos os seus segmentos: saúde pública e privada, áreas cultural e educacional, meios

de comunicação, setor produtivo, comércio e serviços, organizações não-governamentais etc;

5. A política em questão deve prever a sua descentralização e autonomia de gestão e execução pelos níveis federal, estadual e municipal, com a devida definição dos papéis e competências de cada nível;
6. Devem estar claramente definidos os mecanismos de captação, utilização e repasse de recursos financeiros pelos três níveis de governo, possibilitando a equalização dos gastos necessários. Tais mecanismos devem estar claramente normatizados, ampliando o seu controle e visibilidade social, de modo a assegurar sua utilização mais eficaz e adequada;
7. As instâncias estaduais e municipais de controle da política de álcool e drogas devem ser reorientadas e recompostas, de forma a resgatar o seu papel de articular o protagonismo dos diversos segmentos envolvidos, não se constituindo em executoras paralelas de ações;
8. O conceito vigente de bebida alcoólica (Lei 9.294 de 15 de julho de 1996) deve ser revisto e reformulado, para a necessária inclusão de cervejas e vinhos, e bebidas tipo "ice";
9. Os segmentos populacionais de maior vulnerabilidade (crianças e adolescentes – incluindo os que vivem em um contexto de violência doméstica: gestantes, indígenas, portadores de comorbidades psiquiátricas, e outros) devem ser protegidos em relação aos danos causados pelo consumo de álcool;
10. A política em questão deve ainda utilizar a lógica ampliada de redução de danos como referencial para as ações políticas, educativas, terapêuticas e preventivas relativas ao uso de álcool, em todos os seus níveis;
11. As ações mencionadas acima devem estar disponíveis a todos, consumidores ou não de bebidas alcoólicas, devendo ser considerados, para efeito de seu planejamento, o nível de consumo de álcool, o grau de acometimento e as características de cada subpopulação específica que venha a ser alvo das mesmas;
12. Para tanto, a redução de danos deve ser considerada como um conjunto estratégico de medidas de saúde pública, voltadas para minimizar os riscos à saúde e à vida, decorrentes do consumo de álcool. Tem como princípio fundamental o respeito à escolha do usuário, o que tem como consequência inequívoca a maior aceitação de propostas relativas a projetos terapêuticos e de vida. Permite e potencializa o trabalho articulado via rede de atenção integral, possibilitando aos usuários a reconstrução de identidades individuais, a reinclusão social, o protagonismo, a produção de autonomia e o resgate de cidadania;

13. Devem ser implantadas / implementadas redes locais de atenção integral às pessoas que apresentam problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas. Estas redes locais, na ambiência do Sistema Único de Saúde, devem ser compostas por unidades extra-hospitalares especializadas (Centros de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Outras Drogas – os CAPSad, e ambulatórios especializados), as quais devem funcionar de forma articulada aos demais dispositivos componentes da rede de cuidados em Saúde Mental, aos dispositivos assistenciais componentes da rede básica de saúde (unidades básicas, ambulatórios, Programa de Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde), à rede de cuidados em DST/AIDS, à rede hospitalar não-psiquiátrica (somente quando os recursos extra-hospitalares se esgotarem), bem como às redes locais de suporte social;
14. Devem ser enfaticamente estimuladas a participação / aceitação comunitárias em relação à política proposta, na condição de pré-requisito para o sucesso de sua aplicação;
15. A rede local de cuidados deve ter inserção e atuação comunitárias, devendo ser multicêntrica, comunicável e acessível aos usuários, devendo contemplar, em seu planejamento e funcionamento, as lógicas de território e de redução de danos;
16. Os trabalhadores de saúde que atuam (ou irão atuar) na rede de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas do SUS devem ser alvo de programa de formação específica, em seus níveis de atuação profissional;
17. A formação de profissionais potencialmente componentes de equipes de cuidados a usuários de álcool deve sofrer alteração em sua grade curricular, para a inclusão de conteúdos sobre o álcool – com ênfase na questão social, diagnóstico precoce e perspectiva preventiva, devendo também ser contemplada a lógica da redução de danos;
18. A formação de técnicos para a atuação em unidades de cuidados que não sejam componentes da rede SUS deve ser objeto de regulamentação específica;
19. Devem ser promovidas ações voltadas para a comunicação e informação relativas às consequências do uso de álcool, na condição de direito incontestado da população, a qual também deve ser informada sobre as possibilidades de modificação em padrões de consumo, sempre tendo em vista a responsabilização e a autonomia da pessoa, bem como a modificação do atual imaginário social relativo ao consumo de álcool;
20. Os recursos educacionais e de comunicação devem ser utilizados, em benefício da melhor informação e conhecimento sobre os danos associados ao consumo de álcool. Desta forma, as campanhas de mídia

devem abordar a temática de forma criativa e pragmática, mencionando a disponibilidade de tratamento, ações comunitárias voltadas para a atenção aos usuários de álcool, na perspectiva de redução de danos, e outras ações;

21. A população deve ter acesso a alternativas culturais e de lazer, que possam constituir escolhas naturais e alternativas para a composição de projetos de vida que não considerem o consumo de álcool;
22. A propaganda de bebidas alcoólicas deve ser controlada e regulamentada, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis à estimulação para o consumo de álcool. Deve também proteger o consumidor de associações indevidas entre o efeito decorrente do consumo de bebidas e estereótipos de sucesso e integração social que não correspondam à realidade destes usuários;
23. Deve haver o banimento da propaganda de bebidas alcoólicas em horários que alcancem a parcela populacional que é mais vulnerável, com avanço progressivo relativo às restrições gerais;
24. Deve ser evitada a associação entre o consumo de bebidas alcoólicas e eventos esportivos, devendo ainda o patrocínio de eventos esportivos ser objeto de restrição e controle;
25. Deve haver a desvinculação pelo Governo Federal do apoio a qualquer tipo de evento onde haja a presença da indústria do álcool;
26. Devem ser enfaticamente desestimuladas mensagens que estimulem o consumo, e que sejam baseadas em evidências científicas sobre possíveis efeitos protetores / medicamentosos de bebidas alcoólicas, uma vez que não são positivamente significativas para o estabelecimento de políticas voltadas para o álcool, e encorajam o consumo, resultando provavelmente em mais prejuízo para a população em geral;
27. Ainda que na vigência de iniciativas oriundas da auto-regulamentação publicitária, de forma relativa à propaganda de bebidas alcoólicas, o governo deve endossar a necessidade de legislação específica sobre o assunto, face ao hiato existente entre as propostas para a auto-regulamentação e a realidade evidenciada no país. Esta aponta, de forma incontestável, para a necessidade de maior presença do Governo Federal na defesa do bem comum, em detrimento dos interesses da indústria de bebidas;
28. O acesso às bebidas alcoólicas deve sofrer restrição em sua venda e consumo, em contextos de maior vulnerabilidade a situações de violência e danos sociais;
29. Devem ser induzidas posturas municipais e outras medidas que restrinjam, espacial e temporalmente, os pontos de venda e consumo de

bebidas alcoólicas, e que estabeleçam formas de licenciamento municipal para a comercialização e distribuição destes produtos, na condição de importante medida sanitária;

30. A venda e o consumo também devem sofrer restrições na proximidade de escolas, estradas, postos de gasolina, hospitais, em transportes coletivos e em locais de grande concentração de pessoas;
31. A venda de bebidas alcoólicas em distribuidores, supermercados e atacadistas deve ser realizada em locais específicos e isolados, restringindo assim o acesso às mesmas;
32. Devem ser estimuladas, de forma imperativa e sistemática, as medidas previstas em lei e que visam coibir a associação entre o consumo de álcool e o ato de dirigir. Tais medidas podem prevenir acidentes e salvar vidas;
33. Da mesma forma, devem ser estimuladas medidas para o controle da venda de bebidas a pessoas reconhecidamente embriagadas;
34. Deve ser adotada política fiscal específica e relativa às bebidas alcoólicas, buscando desestimular o seu consumo. Tal providência deve ser fundamentada em estudos específicos visando à realização do aumento de taxas e preços finais, de forma escalonada;
35. O Governo Federal não deve conceder qualquer forma de subsídio aos produtores de bebidas alcoólicas;
36. A taxação de bebidas alcoólicas deve ser fortemente considerada como um instrumento de política social, e deve ser um reflexo da seriedade com que o Governo encara a prevenção das conseqüências diretas e indiretas do consumo de bebidas alcoólicas. Deve ser acompanhada de estudos relativos à sua viabilidade tributária;
37. Deve ser considerada, por todos os ministérios envolvidos direta ou indiretamente com aspectos relativos à taxação, a presença dos interesses da saúde pública nacional, que devem ser levados em consideração por todos;
38. A taxação do álcool deve ser aplicada para afastar o sofrimento relacionado ao seu uso, salvando vidas;
39. Dentro de um essencial contexto preventivo, devem ser estimuladas, em todo o País, práticas educativas relativas ao uso de álcool, que estimulem a percepção, a reflexão e a articulação das pessoas frente à temática em questão, de forma pragmática e responsável;
40. Todos os ministérios do governo devem estar implicados intersetorialmente nas iniciativas de educação, promoção de saúde e de

hábitos saudáveis, reforço da mudança de padrões de consumo, ênfase na responsabilização e no autocuidado;

41. As escolas, sejam de natureza pública ou privada, devem ser consideradas como espaços privilegiados para iniciativas de prevenção ao consumo de bebidas alcoólicas, devidamente inseridas em um contexto mais amplo de ação comunitária. Deve ser estimulada a inclusão de ações de prevenção ao uso de bebidas alcoólicas nos projetos pedagógicos das escolas de educação básica;
42. Os ambientes de trabalho também devem ser considerados espaços privilegiados para iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas;
43. Governo, sociedade, empregadores e empregados devem ser chamados a desenvolver e participar de políticas integrais de prevenção e tratamento dos danos à saúde e à vida, causados pelas bebidas alcoólicas. Devem aqui ser contemplados imperativamente o respeito aos direitos individuais, à privacidade e à cidadania dos trabalhadores;
44. Devem ser propostos mecanismos que permitam a avaliação do impacto das ações propostas, implantadas e implementadas pelos executores das ações que compõem a política específica em questão;
45. Deve haver a interação sistemática entre instituições formadoras (nível superior e técnico) e centros de pesquisa e serviços de saúde / sociais / de educação, na constituição de sistemas locais para o desenvolvimento de tecnologia e evidências científicas relacionadas aos danos sociais e à saúde decorrentes do consumo de álcool, gerando conhecimento fundamentado na realidade nacional;
46. O investimento no desenvolvimento de produção de conhecimento e tecnologia assistencial específica deve ter como meta a busca de soluções para melhorar, em médio prazo, a condição de vida das pessoas que apresentam consequências decorrentes do uso de álcool, trazendo, em longo prazo, respostas potentes e relativas ao tratamento, reabilitação e prevenção de tais agravos;
47. As diversas instituições governamentais envolvidas na formulação e execução da política que é alvo destas recomendações devem promover, em seus respectivos campos de atuação, estudos e pesquisas potencialmente colaborativos para a consolidação nacional desta mesma política;
48. Considerando a realidade mundial da utilização cada vez mais freqüente de múltiplas substâncias psicoativas, e que tais associações invariavelmente contemplam o consumo conjugado de álcool e outras drogas, devem ser desconsideradas e não-recomendadas quaisquer práticas de caráter punitivo aos usuários destas substâncias, isoladamente ou de forma associada;

49. Considerando o impacto global das conseqüências do consumo de álcool sobre a saúde e a vida das pessoas, o GTI recomenda enfaticamente que os aspectos propostos para a **POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS**, e relativos ao controle das propagandas de bebidas alcoólicas, bem como do acesso e taxaço das mesmas, sejam objeto de Lei Federal específica;
50. As recomendações constantes deste documento devem se traduzir pelo **PLANO DE AÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS DANOS SOCIAIS E À SAÚDE CAUSADOS PELO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS**, o qual deverá conter a sua indispensável contextualização, objetivos, metas, atribuição de competências (inerentes a cada ministério, ou em caráter intersetorial) e demais parcerias possíveis, incluindo entidades internacionais ligadas à saúde pública;
51. Para o devido acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades de cada ministério envolvido, pela necessidade de revisão permanente, e pela dimensão da problemática em questão, o Plano de Ação em questão demanda por acompanhamento em caráter interministerial, a qual deverá ser realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial que gerou as recomendações acima;
52. Pela dimensão social das conseqüências diretas e indiretas do uso de álcool, pela perenidade histórica e mundial dos problemas relacionados a este consumo, e pela necessidade contínua de reorientação (orientada por demanda) das ações propostas, o GTI deve assumir um caráter permanente, consolidando a integração interministerial evidente e necessária à política em questão;
53. As ações acima propostas estão em consonância com as diretrizes e deliberações emanadas da III Conferência Nacional de Saúde Mental, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, instância máxima de controle social para a saúde pública.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que defere os **Requerimentos nºs 813 e 827, de 2005**, relativos à licença pleiteada pelo nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Esta Casa representa os Estados brasileiros. Portanto, eu não poderia deixar de, neste momento, registrar o meu protesto com relação à matéria publicada hoje, na primeira página do jornal **O Globo**, intitulada: “Obra do Rio deixa de ser prioritária para Lula”.

Sr. Presidente, o arco rodoviário, que é uma obra que este Governo se comprometeu a fazer, que é uma obra vital para a economia do meu Estado e para o Brasil, deixa de ser prioridade para o Governo Federal.

Sr. Presidente, são 31 meses de Governo do Presidente Lula, e, até hoje, Sua Excelência não cortou uma fita sequer no meu Estado, e até a obra que o Governo declarou prioritária não será realizada.

Retomarei esse assunto mais tarde. No entanto, não poderia deixar de me manifestar neste momento, tendo em vista esse absurdo, essa falta de consideração do Governo Federal para com o Estado do Rio de Janeiro. Vimos o BNDES criando problemas absolutamente injustos para a continuação do metrô, e, agora, há a desistência da obra do arco rodoviário, de responsabilidade do Ministério do Planejamento. O quer o Presidente Lula, que, até hoje – volto a dizer –, não cortou uma fita sequer no meu Estado?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador Jefferson Péres, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por

cessão do Líder Osmar Dias, peço que V. Ex^a me inscreva para falar pela Liderança do PDT antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência dará a palavra a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Comunico à Casa que se encontra presente o Sr. Gilberto Flávio Goellner, Primeiro Suplente do Senador Jonas Pinheiro, da Representação do Estado do Mato Grosso, convocado em virtude da licença para tratamento de saúde do nobre Titular.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por Lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

– 2ª VIA –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

D i p l o m a

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, de acordo com o disposto no Art. 215 da Lei nº. 4.737, de 15 de julho de 1965, outorga o presente Diploma a

GILBERTO GOELLNER

eleito 1º Suplente do Senador Jonas Pinheiro da Silva pela Coligação MATO GROSSO MAIS FORTE (PPB, PTN, PSC, FPS, PFL, PAN, PSDC, PRTB, PSD, PV, PRP, PT do B), com 612.965 votos preferenciais do total de 2.217.629 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições Gerais de 2002.

Cuiabá, 3 de agosto de 2005.


Desembargador Paulo Inácio Dias Lessa
Presidente

Eleições Gerais de 2002

Cargo: Senador

Eleitores aptos a votar:	1.730.022
Total de votos apurados:	2.693.292
Votos brancos:	153.007
Votos nulos:	322.656
Abstenções:	383.370
Quitação Serviço Militar:	

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores José Agripino, nobre Líder; Jefferson Péres, nobre Líder do PDT; e Aelton Freitas, para conduzir S. Ex^a ao Plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Gilberto Flávio Goellner é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência solicita que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Senador Gilberto Goellner, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Mato Grosso, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro, adotarei o nome abaixo, consignado e integrarei a bancada do Partido PFL

Nome Parlamentar: Gilberto Goellner

Sala das Sessões, 10 de agosto 2005. – **Gilberto Goellner.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, que já destacou a presença do Ex^{mo} Governador Blairo Maggi neste plenário, registra ainda a presença do Prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti; do Prefeito de Alto Garças, Júnior Pitucha; do Deputado Estadual Humberto Bo-

zaipo; dos ex-Governadores Jairo Campos e Rogério Sales; do ex-Ministro Pratini de Moraes e também do sempre Senador Lourenberg Nunes, em nome dos quais cumprimenta todos os presentes neste ato de posse do nobre Senador Gilberto Goellner.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência concede a V. Ex^a a palavra, na condição de Líder, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que ceda o espaço que me é destinado à palavra inicial do Senador recém-empossado, Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – De acordo com o Regimento desta Casa, a Presidência concede, portanto, a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao Senador Gilberto Goellner, que acaba de ser empossado, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito senso de responsabilidade e com grande satisfação que assumo hoje esta Cadeira no Senado da República.

Sei que os empresários e os produtores rurais de Mato Grosso, como, em geral, todas as pessoas que lá sobrevivem da atividade agropecuária, estão depositando em mim uma grande confiança, na esperança de que eu, daqui, concorra para a solução mais imediata dos problemas do setor rural. Isso porque esperam que o meu espírito empreendedor e determinado, pelo qual sempre pautei a minha vida, possa ser agora simplesmente transferido para a minha vida pública, ao me aderir, no Congresso Nacional, ao trabalho e ao esforço dos Deputados Federais e dos Senadores em defesa do desenvolvimento nacional e, particularmente, da agropecuária e de Mato Grosso.

Também sei que não será tarefa fácil substituir o Senador Jonas Pinheiro. Ao aceitar a candidatura como Suplente, em 2002, meu objetivo não foi o de um dia assumir essa nobre função. Minha intenção era somar esforços junto àqueles que conheciam a necessidade de manter dentro desta Casa um representante tão qualificado e experiente quanto o Senador Jonas Pi-

nhheiro, um homem público e defensor incansável da agricultura brasileira e de Mato Grosso.

Entretanto, Sr. Presidente, mesmo estando aqui por um curto período de tempo, quero defender com dedicação e com entusiasmo os interesses da agropecuária, do homem rural brasileiro e do Estado de Mato Grosso.

Para exercer esta função, usarei minha experiência profissional de produtor rural e de empresário, bem como de participante de diversas entidades de classe e de militante ativo na defesa do agronegócio brasileiro.

Por saber do elevado espírito democrático que paira sobre o Senado e do respeito e da solidariedade que existem entre os seus Pares, sei que poderei contar com a compreensão e com a colaboração de todos os Senadores que aqui se engajam na luta pela superação da atual crise da nossa agropecuária e pela valorização crescente desse importante setor da economia nacional.

Tenho pleno conhecimento de todas as dificuldades inerentes a este cargo e das graves limitações impostas pelo turbulento momento político do País. Entretanto, eu o assumo com grande expectativa e com elevada e salutar confiança.

Como filiado do Partido da Frente Liberal – PFL, mantereí uma postura de vigilância e oposição construtiva ao Governo e estarei sempre alinhado com as orientações das Lideranças do meu Partido.

Pretendo, assim, dar minha contribuição, seja na atividade legislativa, seja na articulação direta com o Governo Federal.

Essa é minha vontade e esse é o compromisso que firmo.

Quero ainda deixar registrada a admiração e a deferência que tenho pelo Senador Jonas Pinheiro e agradecer a S. Ex^a a amizade, a consideração e a confiança em mim depositadas. Também a S. Ex^a meus votos de pleno e completo restabelecimento da saúde, para que, muito em breve, possa voltar e reassumir seu posto nesta Casa, depois desse período em que, compulsoriamente, se dedicará a si próprio.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero agradecer o apoio de primeira hora que tive de meus familiares e dividir minha alegria com meus colaboradores, meus amigos e meus companheiros de jornada, que vieram me prestigiar neste dia, e agradecer também àqueles que não puderam estar presentes neste momento, mas dos quais conheço a lealdade e o firme companheirismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador

Gilberto Goellner, todas as demais autoridades do Estado do Mato Grosso e, como um todo, o povo daquele Estado pela presença de V. Ex^a neste mandato.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Líder inscrito, Senador Jefferson Péres.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento de grave crise que vive o País, melhor do que os discursos de políticos nem sempre sinceros que freqüentemente os proferem de maneira contundente, mas abusam dos maus exemplos, às vezes, melhor do que esses discursos, são os textos dos homens e das mulheres de letras. Eles, com sensibilidade e à distância, traduzem melhor do que nós, políticos, o sentimento nacional.

Vou ler para o Senado, e peço a inserção nos Anais, Sr. Presidente, do artigo publicado pela escritora Lya Luft, na revista **Veja** desta semana, intitulado “A República do rabo preso”:

Senhores, andamos falando demais, e mal. Usamos frivolamente termos perigosos e abusamos das palavras de respeito. Exageramos nos clichês e nos rótulos, geralmente burros e pobres, embora às vezes necessários – como tantas coisas pobres e burras que é preciso suportar neste mundo.

Usar o termo “elites” requer muito cuidado. É temerário empregá-lo como se falássemos de uma entidade abstrata, bicho-papão para assustar – não criancinhas, mas os tolos. Usamos a palavra sem sequer a definir direito. O conceito “elite” significa “o melhor, os melhores”, o que não envolve necessariamente dinheiro nem sede de poder, muito menos arrogância, mas decência, por exemplo. Honradez, pudor e consciência, por exemplo. Boa educação e cortesia também, não vamos esquecer. Nada disso é privilégio de ricos e poderosos.

O que deve nos assustar é o predomínio de um tipo de ralé: a da hipocrisia, da ambição e do cinismo, o que passa por cima do cadáver – não da mãe, mas do povo e da pátria. Nós, a gente brasileira, não somos mais tão bobos assim. Um populismo tardio e a velha demagogia barata ainda tentam seduzir o povo, fingindo que o protegem para melhor o explorar. Porém, acho que falas delirantes, acusações falsas e auto-elogios pueris enganarão cada vez menos os mais pobres e menos cultos, que merecem algo bem melhor. Talvez ainda

os contaminem alguns conceitos superados, fazendo-os pensar que estão sendo ajudados, quando apenas os manipulam. Mas esta crise deve nos tornar mais lúcidos. Esperemos que sim.

Paira no ar uma – espero que passageira – sensação de que tudo poderá se resolver nos velhos moldes do grande PIP, o Partido do Interesse Próprio. Fala-se em tentar estabelecer pactos dos quais nós, comuns mortais, em outros tempos nada saberíamos. Mas hoje em dia, com políticos honrados, jornalistas íntegros e pessoas conhecidas ou anônimas avisando, ninguém mais vai poder dizer “Eu não sabia”. Por isso tenho esperança de que os atuais boatos de acordos e arranjos para que todo mundo se acomode e continue se locupletando em paz sejam apenas boatos.

Cautela, senhores: não se pode enganar muita gente por longo tempo com tamanha desfaçatez. Somos um país pouco desenvolvido, com muita gente ainda desinformada e por isso facilmente manobrada, mas somos um povo honrado. E os honrados podem se manifestar e agir na indignação da integridade – privilégio de poucos.

“Blindar” um tumor não ajuda na cura do corpo, ao contrário: é preciso refletir bem nisso. Que a dolorosa crise propicie uma grande mudança, servindo para crescimento e esclarecimento, novas tomadas de posição, e um recomeço positivo. Depende de cada um de nós. E, à medida que os crimes forem comprovados, que sejam varridos os elementos maus de todos os partidos, e eliminados de seus cargos os corruptos, os incompetentes e os omissos – que são seus cúmplices.

Caso o que deveria ser rigorosíssima investigação de dinheiros mal ganhos e mal aplicados (portanto de corrupção) acabe numa ciranda geral, em que os enganadores dançam segurando o rabo do vizinho, senhores, afundaremos todos juntos num mar morno e de odor suspeito. De lá não se retorna fácil.

Se a verdade não for perseguida e as consequências honestamente tiradas, vamos naufragar, sim: cúmplices do cinismo que vai recobrir esta boa terra – enquanto o povo trabalha com salários indecentes mas paga impostos, acredita em promessas mas morre nas filas, e nossos jovens deixam um país que não lhes dá estímulo, para eventualmente morrer de forma miserável em terra estrangeira. Não

é hora de falar de esquerda, direita, centro, elite ou povão, termos caducos e mofados. Falemos da grande faxina moral, judicial e institucional que deve estar começando, sem a qual seremos meros sobreviventes. Todos nós, os enganados e os enganadores, sere-mos os humilhados habitantes da República dos Rabos Presos.

Se isso acontecer, condolências, senhores.

Espero que a classe política brasileira, a parte saudável, tenha a perfeita consciência do que está acontecendo neste País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jefferson, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PMDB – ES) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A figura de V. Ex^a, um amante do Direito e da justiça, faz-me lembrar outro da democracia, Abraham Lincoln, que ela quis citar nesse grandioso trabalho. Dizia ele: “Poucos podem ser enganados por muito tempo, muitos podem ser enganados por pouco tempo, mas ninguém consegue enganar a todos o tempo todo”. Acabou a enganação. Agora é a hora da verdade. E V. Ex^a representa essa verdade. O próprio Cristo disse: eu sou o caminho, a verdade e a vida.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com o pronunciamento do representante do Piauí, encerro minha presença nesta tribuna, Senador Tião Viana.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, por até sete minutos.

A seguir, falará o Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, e os Senadores inscritos para comunicações inadiáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho pelo Senador Delcídio Amaral profunda estima, mas as Oposições colocam algumas ponderações, algumas reclamações a respeito de sua atuação.

Por exemplo, é para ficar claro que não abrimos mão da quebra do sigilo dos fundos de pensão, inicialmente no que tange às aplicações nos bancos BMG, Santos e Rural, por razões mais do que óbvias. Da mesma maneira, é consenso entre os membros das Oposições, na CPMI dos Correios, que tenha havido procrastinação habilidosa na aprovação de documentos nevrálgicos. E, quando o documento é aprovado, a outra história, as calendas gregas, é o que fica reservado para as oitivas propriamente ditas.

Às Oposições interessa, sim, que os nomes devidamente implicados nesse emaranhado de denúncia de corrupção sejam remetidos diretamente para o Conselho de Ética, onde haverá direito de defesa pleno. Senador José Agripino, não queriam antes a CPMI, era no Conselho de Ética que isso ia resolver-se: por que não ser resolvida a situação, portanto, já agora, diretamente naquele Conselho?

Segundo – o assunto já não tem nada a ver com a direção da CPMI –, denuncia, de novo, não sei se pela última vez – se Deus quiser, pela última vez –, essa farsa de Minas Gerais, ou seja, a tentativa de fingirem que é tudo igual, para atingir a honra de um companheiro honrado, como o Senador Eduardo Azeredo. Se S. Ex^a era obrigado a saber de tudo, como podem alguns ter o cinismo de dizer que Lula não sabia de nada sobre tudo que acontecia no seu Governo e às suas barbas? Não aceitamos essa tentativa de se misturar desiguais. Não aceitamos. Essa farsa de Minas nos remete a fazer com que se tragam às barras da CPMI o Sr. Tarso Genro, Presidente do PT, e a direção do PT no Rio de Janeiro, em Pernambuco, em Minas Gerais, em Santa Catarina, no Ceará – famoso hoje pelos dólares pouco limpos, duas vezes, porque são dólares de corrupção e porque são dólares de cuecão, essa é a absoluta verdade –, no Pará, no Distrito Federal, no Maranhão, em São Paulo, examinando-se a riquíssima e – felizmente, para o povo paulistano – malograda campanha da Sr^a Marta Suplicy.

Não gostaríamos de discutir, neste momento, até para não desviarmos a atenção da corrupção, porque esta, sim, é que tem que ser desvendada, essa coisa de campanhas eleitorais, muito menos de 1998 ou de 2002 ou de 1989 ou de 1889. Queremos discutir corrupção. Corrupção é fundo de pensão; corrupção é Petrobras; corrupção é IRB; corrupção é Correios, corrupção é Banco do Brasil. Corrupção é Banco do Brasil, repito com muita ênfase, com muita crença, com muita certeza.

Queremos deixar bem claro que estamos dispostos a apurar os fatos. As Oposições exigem a quebra dos sigilos da Sr^a Zilmar Fernandes, sócia do Sr. Duda Mendonça. E alguns dizem: “Ah, então vamos ter que

quebrar o sigilo de quem fez a campanha do Sr. José Serra”. Quebrem o sigilo da tia do José Serra, se quiserem, ou da tia-avó do José Serra; agora, quebrem o sigilo da Sr^a Zilmar, que recebeu R\$15 milhões do dinheiro corrupto do Sr. Marcos Valério. Nada de troca-troca e nada de barganha. Quebrem de quem quiserem, mas nós queremos saber o que há por trás dessa dinheirama toda.

Queremos desvendar o caso Okamoto. O Sr. Paulo Okamoto, tesoureiro do PT, diz que pagou as contas do Presidente Lula. O Presidente Lula pediu dinheiro emprestado ao PT. Eu não sabia que o PT era banco. Gostaria que não fossem bancos o BMG e esse Banco Rural, complicado, mas agora estou sabendo que o PT é banco, empresta dinheiro também.

Queria saber, primeiro, por que o Presidente Lula pediu dinheiro emprestado lá; segundo, como pagou; terceiro, por que o Sr. Okamoto pagou por ele; quarto, se está no Imposto de Renda do Sr. Okamoto o pagamento dos empréstimos do Presidente Lula ou se ele está inadimplente com a Receita Federal; quinto, que lógica e que ética tem o Presidente Lula, ao nomear para o Sebrae o Sr. Okamoto, que, como bom militante do PT, certamente paga o dízimo ao PT. E esse dízimo serve para quê? Para emprestar dinheiro ao Presidente Lula? Que relação é essa em que um pede e o outro paga, e a fonte pagadora é o povo brasileiro, o erário? Não é preciso dizer “erário público”, porque erário é sempre público, neste País de tanta mistura entre o público e o privado.

E mais, Senador José Agripino, está na hora da verdade. Se queremos evitar essa história de fingir que desiguais são iguais, temos de trabalhar mesmo é a Kroll. A empresa Kroll deve ser contratada, Senador Jefferson Péres, pela CPMI dos Correios, para rastrear lavagem de dinheiro, para rastrear dinheiro porco, dinheiro imundo, dinheiro nojento, dinheiro sujo no exterior. A Kroll deve ser posta a funcionar imediatamente. Se ficarmos nessa história de misturar continha de campanha para cá e para acolá, quem de fato é ladrão neste País vai ficar impune. Não podemos aceitar que isso seja perpetrado à vista da consciência desta Nação.

Portanto, trouxe aqui uma proposta muito concreta e completa do que vai fazer a Oposição na CPI dos Correios. No mais, Senador José Agripino, é dar aos meus companheiros uma notícia, algo que certamente teria de fazer. Não gosto de me autoneojar, mas me autoneeei membro das três CPIs. Terei agora participação mais direta nelas e entendo que dessa forma vou colaborar bastante, dentro das minhas possibilidades modestas, para que a verdade aflore, com muito orgulho dos companheiros que estão participando dessa CPI.

Está aqui o Senador Sérgio Guerra, do meu Partido. Vamos fazer um trabalho muito mais sistêmico, muito mais forte, com o entrosamento que estamos obtendo com as demais bancadas da Oposição.

Mas, Sr. Presidente, ontem, li aqui 53 tipos de pizza que existem em um restaurante de Brasília. Há de todo tipo. São 53, que dão para todo tipo: para quem quer emagrecer, engordar, ficar mais ou menos. Não pactuaremos com nada que pareça com isso. Encerro, dizendo que hoje presenciei – e isso tira completamente as ilusões minhas a respeito do que possa ser a intenção do PT a nosso respeito – uma cena chocante, deprimente. O Deputado Paulo Pimenta, Vice-Presidente da Comissão do tal mensalão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... membro do PT – peço a V. Ex^a um segundo para concluir –, teria estado com o Sr. Marcos Valério dentro do carro dele, para receber instruções, para trocar informações. Qualquer coisa, jamais coisa legal! O Senador Sérgio Guerra fez uma belíssima intervenção. Anuncio que estamos requisitando as fitas da garagem do Senado. Entendo que isso é motivo bastante para processo por cassação de mandato por absoluta falta de decoro, porque alguém que dirige uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem que ter a isenção suficiente, a isenção máxima, para portar-se com distância desses fatos e não como parte, não facciosamente, não ao lado de alguém – e, para mim, é um delinquente, o Sr. Marcos Valério –, num carro, tramando para obter versões que misturem a realidade dos fatos.

Mais ainda: ontem, eu vi, mais uma vez, que o Sr. Valério, que se mostrou sócio do PT, foi leal ao PT, sim, porque, ontem, ele veio aqui como parceiro político do PT; veio para sustentar as versões mentirosas do PT; veio aqui para fazer o que interessava ao Governo; veio para entregar às feras o Sr. José Dirceu; veio para tentar artificializar esse quadro de Minas Gerais; e veio, sobretudo, para mostrar que a parceria financeira e econômica que construiu com o PT não estava no esquecimento dele, no olvido, porque, ontem, ele disse, com todas as letras e indiretas, que era leal ao PT. Até se declarou eleitor, mas leal ao PT, sim, porque agiu ontem como alguém que quer também transformar tudo isso aí numa grande farsa, numa grande fraude.

Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É lamentável que ninguém tenha dito a verdade ao Sr. Marcos Valério: que ele é um ladrão do dinheiro público a serviço do Governo e do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur, participamos hoje de um episódio extremamente comprometedor. Numa reunião conjunta das duas Comissões, a dos Correios e a do Mensalão, o Vice-Presidente da Comissão do Mensalão, Deputado do PT, afirmou que tinha recebido uma determinada relação, que comprometia tucanos e seus aliados; que queria dar conhecimento dessa relação; e que a tinha recebido do Sr. Marcos Valério. Na verdade, ontem à noite, ele se reuniu com o Sr. Marcos Valério no carro deste, com ele conversou sobre assuntos que – imagino – tenham a ver com essa tal relação. Rigorosamente, a relação a que se refere é uma fraude, já publicada em jornal de Minas Gerais há cerca de 10 ou 15 dias, já desmentida, apócrifa. Deixamos muito claro que nós, da Oposição, não subscrevemos documentos apócrifos; não levamos em consideração as dezenas de relações que recebemos e não aceitamos que o Vice-Presidente da Comissão se preste – quebrando rigorosamente os compromissos regimentais e as regras da boa conduta parlamentar – a se misturar com o Sr. Marcos Valério para produzir versões fraudulentas nesse episódio. Outra coisa: não vamos discutir o episódio de Minas Gerais apenas; vamos discutir todas as eleições nas quais entrou dinheiro do Sr. Delúbio Soares, cuja origem é suja, conforme todos reconhecem – as eleições de São Paulo, do Recife, de Salvador, de Fortaleza e outras tantas, e até mesmo de Belo Horizonte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Do Rio Grande do Sul, do Presidente do PT, Tarso Genro.

Sr. Presidente, encerro dizendo que, para mim, o Sr. Paulo Pimenta deve, a essa altura, já ter renunciado à vice-presidência que ocupa na Comissão. Seu comportamento não foi o melhor; ao contrário, foi o pior. Por esse aspecto micro e pelo macro das definições do Sr. Valério, ficou patente que havia uma parceria e uma sociedade – esta já está provada – muito clara entre o PT, este Governo e o Sr. Marcos Valério. Mais do que nunca, ele mostrou lealdade a esse esquema, aquela lealdade mafiosa, aquela lealdade da *omertà*, aquela lealdade da lei do silêncio, aquela lealdade do tipo “me proteja depois, porque ficarei com você enfrentando até a lei”. É um pouco esse o espírito do que eu vi, mas não deixaremos isso passar barato.

Peço ao meu Partido que providencie já, hoje, todos os procedimentos para que o Sr. Paulo Pimenta seja processado com vistas a uma possível e eventual cassação do mandato que ele não honrou ao se reunir num carro com o Sr. Marcos Valério. Reunir-se com o

Sr. Marcos Valério no Maracanã já é complicado, imaginem dentro de um carro!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Agripino pela Liderança da Minoria, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por até sete minutos.

Peço a atenção em relação ao uso do tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se o Senador Agripino falará pela Oposição, solicito a V. Ex^a autorização do Senador Agripino para falar pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, Senador Jefferson Péres, vejam como são as coisas: o Sr. Marcos Valério, ontem, à meia-noite, Senador Antonio Carlos Magalhães, declarou-se petista. No seu depoimento, declarou-se petista. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, não há nenhuma dúvida de que foi fundador e presidente do PT, tem a mais íntima vinculação com o Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Marcos Valério, o PT e o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva têm um traço de união claríssimo: concessão de empréstimos. Senador Ney Suassuna, gostaria de ler para V. Ex^{as} uma notícia que a mim causou espécie. Aliás, muita coisa tem me causado espécie ultimamente. Uma notícia que li na Internet, da Agência Estado, às 11 horas e 41 minutos da manhã de hoje e que diz:

O Ministro da Coordenação Política, Jacques Wagner, garantiu hoje que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não obteve empréstimo do PT. Na terça-feira, a CPI dos Correios exigiu do Banco do Brasil informações sobre a origem do pagamento de uma dívida de R\$29 mil do presidente Lula. “O que tenho a dizer é o que ouvi do presidente”, disse Wagner. “Ele não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT e não pagou empréstimo do PT”.

Vou repetir: “Ele não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT e não pagou empréstimo ao PT”. Isso foi às 11 horas e 41 minutos da manhã de hoje, Agência Estado.

O jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, na primeira página, diz: “Presidente do Sebrae afirma que pagou dívida de Lula. Tesoureiro da campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, Paulo Okamoto, atual Presidente do Sebrae, afirmou ter pago dívida pessoal do Presidente com o PT. O débito, diz, era de R\$29.436,26”.

A versão de Okamoto contradiz planilha escrita do Banco do Brasil que indica Lula como responsável pelos pagamentos. Eu já vi um fac-símile da planilha; fala das parcelas de R\$12 mil e de R\$4 mil. Fonte pagadora: Luiz I. da S. Luiz Inácio L. da Silva, a que se refere a matéria. A versão de Okamoto contradiz planilha do Banco do Brasil que indica Lula como responsável pelo pagamento. A CPI dos Correios investiga se o dinheiro do caixa dois do PT foi usado para pagar a dívida do Presidente.

Vejam, Senador Sérgio Guerra e Senador Ney Suassuna, eu não pretendia abordar esse assunto. É da **Folha de S.Paulo** de hoje e do **Estadão** de hoje, ambas matérias de hoje. É um assunto que diz respeito diretamente ao Presidente da República e que, talvez, crie um certo constrangimento, mas não vou mais conviver com esse tipo de constrangimento, porque está demais! É a mentira explícita! Qual é? Qual é? O Ministro disse que o Presidente não tem empréstimo, não pagou empréstimo, não reconhece empréstimo. A **Folha de S.Paulo**, baseada em um fac-símile de extrato do Banco do Brasil, disse que quem pagou foi Luiz Inácio Lula da Silva. O Sr. Okamoto disse que foi ele quem pagou as contas. E aí, quem foi que pagou? A conta existe ou não existe? O Banco do Brasil está certo ou está errado? Qual é? E aí? E aí? Aí o quê? Vai ser Boris Casoy quem tem razão, que, depois de ler as notícias, diz que “está tudo dominado”? Não. Não está, não. Não está dominado, não. Quem vai dominar serão os fatos. A dureza dos fatos vai comandar a investigação de tudo neste País, dê onde der. Se der no quarto andar do Palácio do Planalto, a crise vai se instalar no quarto andar do Palácio do Planalto.

Ouçõ com muito prazer o Senador Jorge Bornhausen.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Senador José Agripino, desta tribuna, na segunda-feira, fizemos esse questionamento ao Presidente da República. Sua Excelência deve uma informação e uma resposta correta ao Congresso e à sociedade brasileira. Em primeiro lugar, somente instituições financeiras podem operar com empréstimos, isso é da lei. Em segundo lugar, os partidos políticos recebem o Fundo Partidário, dinheiro público que vem do Orçamento e que tem suas finalidades determinadas em lei. Portanto, nem pode haver um empréstimo por parte de um partido

político nem pode ser utilizado o Fundo Partidário, que é dinheiro público, para esse empréstimo. V. Ex^a fala muito bem sobre duas versões que aparecem hoje: uma versão do...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma do Ministro de Estado e outra do Presidente da Sebrae.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Exatamente. O Ministro de Estado diz que não houve empréstimo e não houve pagamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E o Presidente diz isso, ele fala pelo Presidente.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – O outro relata que, como procurador legal, efetivou, com recursos seus, o pagamento em nome do Presidente. Ocorre que, no balanço que está no Superior Tribunal Eleitoral, está consignado esse empréstimo ao Presidente da República. Portanto, ele existe, e, na contabilidade, estão registrados os pagamentos. Segundo levantamentos feitos pela CPI, esses pagamentos foram feitos em agências do Banco do Brasil em São Paulo, em datas diferentes, com recursos que são do Presidente ou do Sr. Paulo Okamoto. Então, é necessário que se complete o exame, a verificação e a investigação disso. E só há uma maneira: quebrando o sigilo fiscal do Sr. Paulo Okamoto para ver quem é que está falando a verdade, se é o Presidente, por intermédio do seu Ministro, ou se é o procurador do Presidente, por meio das suas declarações. É preciso também verificar a origem fiscal desses recursos. V. Ex^a traz a este Plenário um assunto da mais alta responsabilidade, e nós esperamos, queremos e estamos aguardando uma resposta pública do Presidente da República sobre assunto tão grave como o colocado por V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Jorge Bornhausen, há mais uma terceira componente importante que V. Ex^a não mencionou, que é o extrato do Banco do Brasil. No extrato, está lá, eu já vi: parcela paga, R\$12 mil; fonte pagadora, Luiz I. L. da Silva – é como se ele tivesse pago. Se esse assunto apenas tivesse sido mencionado e não houvesse a declaração do Ministro, não houvesse a manifestação do Sr. Paulo, amigo pessoal do Presidente, dizendo que pagou, a notícia podia passar impune, mas é muita justificativa junta que se contradiz produzindo uma grande mentira, mentira que tem de ser esclarecida.

Daí a minha denúncia. Estou denunciando com todas as letras, da tribuna do Senado, a farsa desse empréstimo, que, por si só, já é uma fraude, Senador Antonio Carlos Magalhães. Em nosso PFL, nunca vi haver empréstimo a filiado algum. Nunca vi, nunca. Aquilo é dinheiro público, Fundo Partidário. Impõe-se, portanto, uma explicação.

Agora, enquanto isso, o Sr. Marcos Valério vai – ontem – à CPMI e, lá pelas tantas, diz que o Partido Lhe deve, hoje, 100 milhões, dinheiro que, afirmou, pretende reaver, mesmo que seja na Justiça. O PT deve a ele 100 milhões. E o PT, segundo o Presidente diz, não emprestou nada ao Presidente Lula. Quero ver é o PT processar o Presidente Lula, porque Marcos Valério vai processar o PT para reaver os 100 milhões. Quero ver o PT processar o Presidente Lula atrás dos R\$29 mil. É uma confusão só, Senador Antonio Carlos Magalhães, e, em meio a essa confusão, está a perplexidade do cidadão brasileiro. E nós estamos aqui para passar a limpo essa perplexidade.

Sr. Presidente, queria a tolerância de mais um minuto. Há uma coisa que não pode deixar de ser esclarecida. No pronunciamento de ontem do Sr. Marcos Valério, ele fez acusações, não poupou o Sr. José Dirceu. Falou dos 100 milhões que são objeto de vários empréstimos – 55 milhões de reais que, com juros, chegam a 100 milhões. Disse que ele teria tomado emprestado esse dinheiro e, segundo a versão que apresentou, o aval moral era do Sr. José Dirceu, que tirou o time ou o corpo e o deixou pendurado no pincel.

Qual é a minha suposição como brasileiro que não é bobo? Não sou bobo, ninguém empresta 55 milhões se não tiver um calço forte. Presidente Tião Viana, o calço forte era o aval do todo-poderoso Chefe da Casa Civil, a quem o Sr. Marcos Valério não poupa – ele acreditava que, com benesses, pudesse produzir dinheiro para subsidiar o pagamento desse empréstimo que ele não iria pagar com recursos dele, iria produzir dinheiro extra. Dinheiro extra vindo de onde? De outras fontes, fontes que, supõe-se, vinham, dentre outros lugares, dos fundos de pensão.

E aonde vai a minha colocação? Tenho o maior respeito pelo Senador Delcídio Amaral, meu dileto amigo. Agora, S. Ex^a vai ser posto à prova com relação a sua isenção na condução dos trabalhos desta CPI. Já há queixas acumuladas, grandes. E, antes que seja tarde, o Senador Delcídio Amaral precisa mostrar ao Brasil, não a nós, que é isento.

Ontem foram aprovados requerimentos que implicarão no comparecimento do Sr. Luiz Gushiken e Marcus Flora, Secretário e Secretário-Executivo da Secom respectivamente. Supõe-se e fala-se da preeminência de S. Ex^{as} sobre os fundos de pensão; do Sr. Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil e eminência parda sobre a Previ; do Sr. Ivan Guimarães, ex-Presidente do Banco Popular, do Sr. Marcelo Sereno, sobre quem se diz ter enorme ascendência sobre o fundo de pensão Nucleos e da Sr^a Katia Rabelo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... da Sr^a Katia Rabelo, ex-Presidente do Banco Rural. Essas pessoas todas, Senador Antonio Carlos Magalhães, serão convocadas em atendimento aos requerimentos aprovados. Essas pessoas têm que vir logo para esclarecer não para aonde o dinheiro foi – é muito fácil chegar a conclusões quanto ao destino do dinheiro –, o queremos saber é de onde o dinheiro surgiu, que manobras foram feitas para que aqueles empréstimos que foram feitos e que não vão ser pagos, a fonte de dinheiro, pudessem atravessar portas travessas. Que portas são essas? O Brasil quer saber. E essas pessoas têm as respostas. Vou saber se o Senador Delcídio Amaral é isento ou não à medida que S. Ex^a ordene com prioridade absoluta a convocação para que essas pessoas venham depor e esclarecer ao Brasil de onde vem o dinheiro do mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães pela Liderança do PFL. S. Ex^a dispõe de sete minutos. A seguir, falará o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já há mais de 30 dias cobro, sobretudo do Partido dos Trabalhadores, explicações sobre três fatos ligados ao Presidente da República.

Primeiro, sobre o empréstimo pessoal que ele teria feito ao PT, assunto que o Senador Agripino, com muita propriedade, acaba de tratar e sobre o qual vou dar alguns detalhes. Segundo, se ele sabia ou não do mensalão, assunto claro, porque o Governador Marconi Perillo deu assinado que ele disse; o Ministro Miro Teixeira, da mesma forma, e o Deputado Roberto Jefferson já o fez de público várias vezes.

Na transição para o Sebrae, só houve um pedido pessoal ao Presidente Fernando Henrique para que fosse Presidente do Sebrae o Sr. Okamoto. O Presidente Fernando Henrique transigiu dizendo que a Presidência não dava, porque ia ser o Dr. Silvano. Mas o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que nunca quis ser doutor – o que lamento –, disse que então desse o cargo de Tesoureiro para o Sr. Okamoto. Vaga agora o Sebrae, e o Sr. Okamoto vai para a Presidência do Sebrae.

Aqui está – e já se referiu a isso, com muita propriedade, o Senador Agripino:

O PT, em nota assinada pelo tesoureiro José Pimentel e pelo Secretário-Geral Ricardo Bersoini, informou que os pagamentos referem-se a uma dívida que Lula teria deixado pendente em dezembro de 2002, quando

rescindiou o contrato de funcionário e dirigente partidário do partido. (...)

A palavra “rescindiou” não está apropriada.

(...) A dívida de R\$29 mil seria referente a “despesas de viagem de Lula, uma passagem de Marisa Letícia e adiantamento ao funcionário”, segundo a nota.

O partido afirma que o então procurador de Lula, Paulo Okamoto, atual presidente do Sebrae, não teria reconhecido a dívida no momento da rescisão do contrato. Em dezembro de 2003, entretanto, Okamoto teria proposto ao PT quitar a dívida em quatro parcelas.

Hoje, o Sr. Okamoto já diz que pagou, e o Senador Agripino já demonstrou isso claramente por meio da **Folha de S.Paulo** e dos outros jornais do dia de hoje.

Veio, então, o Sr. Jaques Wagner, que declara que Lula nunca tomou dinheiro emprestado do PT.

O Ministro repetiu que ouviu do próprio Presidente as seguintes afirmações: “Não vou inventar história [quer dizer, não quero mentir]. Não tomei dinheiro emprestado, não reconheço dívida do PT. Portanto, não mandei nem paguei dívida que não existia”.

Então, o que aqui diziam do PT – se não me engano, foi o Senador Sibá Machado – é falso! Mas como arranjaram esses recibos do Banco do Brasil para dar essa quitação?

Por isso, temos de entrar no Banco do Brasil; por isso, temos de saber as várias coisas do Banco do Brasil; por isso, temos de entrar nos Fundos: Petrus, Previ e muitos outros.

A situação é grave, e quem diz isso é o Presidente do PT de hoje, Tarso Genro. O PT é praticamente um ministério sem pasta. V. Ex^a sabia, Sr. Presidente, que o PT era um ministério sem pasta? O Presidente do PT está dizendo isso, e o estou informando a V. Ex^a, que é um Líder do PT.

Ao sair do Palácio do Planalto depois de encontro com o Ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, o Presente Nacional do PT, Tarso Genro, disse que é preciso uma modificação nas relações do PT com o Governo e avisou que a partir de agora o Partido vai se dirigir ao Governo apenas através de “instâncias delegadas”. Segundo ele, qualquer relação com o Governo será feita por essas instâncias.

Segundo Tarso, a crise política atual se deve muito a relações promíscuas entre o Partido e o Governo.

Não sou eu que estou dizendo isso, mas sim o Presidente do PT, o seu Presidente, Sr. Presidente.

Tarso disse que transmitiu a Wagner a opinião do PT em relação à crise, afirmou que é importante que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteja se dirigindo às bases, mas observou que é preciso ir além disso, tomando providências. (...)

Logo, até agora não as tomou, senão não ia dizer isso ontem. Além disso, Tarso aproveitou para discutir com Jaques Wagner a proposta da OAB de convocar o Conselho da República para discutir soluções para a crise.

Assim, Lula não respondeu as três coisas importantes que lhe foram perguntadas. É provável que o Líder Aloizio Mercadante, com a sua inteligência, com a sua capacidade sempre demonstrada aqui, esteja inscrito para explicar se Lula sabia ou não dessa situação, desmentindo Marconi Perillo, Miro Teixeira e Roberto Jefferson.

Se quem pagou os R\$29 mil foi Okamoto, aliás, sempre companheiro de viagens do Presidente para os seus segredos – é uma pena que não ouça V. Ex^a, Senador Tião Viana, e muito menos até o Senador Mercadante e fique ouvindo Okamoto para dirigir o Brasil –, conseqüentemente, essa situação não pode perdurar.

O Presidente Lula também tem de responder se sabia ou não do mensalão, se não sabia da Telemar, que deu R\$5 milhões para a empresa do seu filho – isso nunca foi explicado. A **Folha de S. Paulo** de ontem publica uma página sobre esse assunto, mas a Liderança do Governo aqui e, muito menos, o Presidente, no Palácio do Planalto, ou o seu coordenador político não explicaram coisa alguma sobre esses fatos.

São três coisas graves que, certamente, hoje, o Líder do Governo vai explicar e deve explicar bem, porque inteligência só não basta; os fatos, as circunstâncias são maiores até do que a grande inteligência do Sr. Mercadante. Daí por que, Sr. Presidente, volto a pedir que o Palácio do Planalto dê uma nota oficial sobre esses três assuntos; do contrário, o Presidente da República fica sem autoridade para dirigir este País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, por até sete minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero apresentar à Mesa um requerimento solicitando congratulações desta Casa ao professor economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que recebeu o Prêmio Intelectual do Ano 2004 (Troféu Juca Pato), em concurso promovido pela União Brasileira de Escritores. Pediria, então, que o requerimento fosse depois encaminhado.

E quero, evidentemente, responder com bastante transparência as questões que foram aqui abordadas. Vejo que a Oposição, nesta tarde, menos do que discutiu o aprofundamento das investigações e as responsabilidades, tenta transformar o Presidente Lula num alvo prioritário de seus ataques políticos. Considero isso impropriedade e injusto e espero que não prossigamos nessa trajetória.

Mas, de qualquer forma, a transparência é sempre o melhor da vida pública, e faço questão de esclarecer tudo aquilo que eu possa dizer sobre esses episódios, primeiro o mais simples: o suposto mensalão. Resta ainda à CPI da Compra dos Votos provar se de fato isso aconteceu, como, onde e de que forma isso se deu, se havia periodicidade, quais eram os Parlamentares envolvidos. Diria que isso não está comprovado. Há indícios e fatos que demonstram que Parlamentares receberam recursos do Sr. Marcos Valério e de suas empresas, mas não propriamente a natureza, o objetivo, a razão de ser e se isso faz parte de campanha eleitoral. Parlamentares de quase todos os médios e grandes Partidos estão envolvidos nesse processo. Portanto, não é uma denúncia tão fácil nem tão rápida de ser apurada.

É evidente que o Presidente não sabia. Nós só tivemos informação sobre o suposto mensalão numa matéria do **Jornal do Brasil**, pela qual todos aqui tiveram conhecimento. Não conheço nenhum que tenha tomado providência! E o Sr. Governador Marconi Perillo, se tinha uma denúncia a ser formalizada, por que não encaminhou às instâncias competentes, ao Ministério Público ou quando foi aberto um procedimento da Procuradoria da Câmara para investigar esse episódio? Nenhum Parlamentar foi à Procuradoria e disse: “É verdade”. Nenhum! Nem Senador nem Deputado. E o Presidente, quando soube do caso, naquela manchete, pediu providências ao Líder da Câmara e ao Ministro articulador político para verificar se a notícia tinha fundamento.

O Senador Antonio Carlos Magalhães menciona o Deputado Miro Teixeira, então Ministro. Eu liguei, no mesmo dia, para o Deputado Miro Teixeira e perguntei: “Tem alguma procedência nessa denúncia que o coloca como fonte?” Ele disse: “Não, não há. Estou soltando

uma nota e desmentindo essa matéria que saiu no **JB**". E a nota foi publicada no outro dia no jornal. Aquilo que ele informou a mim foi o que ele informou ao Presidente e informou às pessoas da sociedade.

Então, não houve, naquela oportunidade, nenhuma providência porque não houve a formalização de uma denúncia.

A segunda questão é o suposto empréstimo do Presidente. E peço a atenção dos Parlamentares da Oposição. Primeiro, no meu ponto de vista, é fácil explicar esta questão porque eu, preliminarmente, fui colocado nas mesmas condições. Vim a esta tribuna e expliquei.

Em 25 anos que me dediquei ao Partidos dos Trabalhadores, sempre recusei receber qualquer forma de remuneração. Mesmo no período que eu não tinha mandato, era da Executiva Nacional do Partido, Secretário de Relações Internacionais, nunca aceitei receber. Sempre trabalhei voluntariamente, e no dia em que perdi meu mandato, em 1994, porque fui candidato, com muita honra, a Vice-Presidente da República, no dia seguinte, voltei a comer pó de giz e dar aula, porque dali que eu sai antes de ter o mandato. Não sou Senador, como não era Deputado, estou Senador como estive Deputado. No PT, sempre contribui voluntariamente.

Como Secretário de Relações Internacionais, fiz várias viagens pelo PT. No entanto, no período de 27 de setembro de 2001 a 9 de outubro de 2001, acompanhei o Presidente Lula em vários países da Europa, numa viagem largamente divulgada pela imprensa. Estivemos com o Primeiro-Ministro e o Presidente de Portugal, com o Primeiro-Ministro Jospin, da França, estivemos na Espanha, na Itália, numa viagem extremamente rica politicamente. Nessa viagem, o PT adiantou-me, como diária, R\$2.750,00, que dava em torno de US\$100 ao dia e R\$1 mil para pagar a passagem. Parte da viagem eu já paguei do meu próprio bolso, porque aquela diária sequer reembolsava as despesas que tivemos. Entre outras coisas, tive o prazer de pagar do meu bolso um almoço para os núcleos na Europa, que tínhamos em vários países, que se reuniram comigo, como Secretário de Relações Internacionais. Paguei o almoço do meu bolso.

Quando voltei, um ano após, fui informado de que aquilo não era uma diária, que deveria ter sido feita a prestação de contas. Eu disse: "Prestei contas tanto da passagem quanto das diárias, mas, de qualquer forma, faço questão de pagar". Emiti dois cheques e paguei a viagem do meu bolso.

Então, vejam o que estamos discutindo. Fui a serviço do Partido, era Secretário de Relações Internacionais, trabalhei a minha vida inteira voluntariamente,

te, nunca deixei um mês na minha vida de contribuir para o PT e tenho de explicar que aquilo que deveria ter sido uma diária – como é no Senado Federal, porque recebemos uma diária para pagar as despesas quando viajamos – não era uma diária. Ainda assim, fiz questão de pagar o Partido. Tirei do meu bolso a viagem que fiz, dei a minha contribuição ao PT, mas achei que estava errado o posicionamento do Partido, porque aquela diária sequer pagava um dia na Europa, todo mundo sabe disso.

A mesma coisa aconteceu com o Presidente Lula. Ele foi à China, viajou comigo nessa viagem à Europa, esteve em vários países da América Latina, e, um ano depois, disseram para ele: "Aquilo não é uma diária, você tem uma dívida com o Partido das despesas oficiais que você fez em nome do PT". O valor era maior. Como é homem probo, como é homem honesto, como é homem íntegro, é homem que não tem posses, porque todo mundo conhece a história dele, eu pergunto: em que país se questiona a um Presidente a dívida de um Partido que ele construiu a vida inteira? Vinte e oito mil reais, como se isso fosse um crime! É sério? Está correto esse caminho? Eu pergunto a vocês: está correto esse caminho?

Ouçam a minha explicação e me digam em que partido a pessoa tira do bolso a viagem, além de pagar mensalmente – porque pago 20% do meu salário –, e tem de explicar isso publicamente, como se isso tivesse alguma suspeição! Ajuda esse diálogo? É justo que discutamos essas coisas dessa forma? Não acho. Sinceramente, companheiros, não é justo. Não é justo com o Presidente, não é justo com quem quer que seja.

Não há uma transferência indevida de recursos. Ele estava em missão oficial do Partido. O Partido deveria ter transformado aquilo numa diária, como deveria ter feito comigo. Eu me recusei na hora e falei: "Faço questão de pagar, porque sempre contribui para o PT".

E o PT, que tenho orgulho, é esse que eu tirava do meu bolso para construir, que a militância construía. O Partido que não reconheço é esse que está com Marcos Valério. Mas o Presidente Lula faz parte do Partido que nós construímos.

Esta discussão é mais um exemplo claro da honestidade, da integridade, da seriedade, da correção da sua história. Por isso, peço, sinceramente, vamos apurar todo esse episódio, vamos a fundo nessa discussão, mas vamos manter a estatura política do debate, a responsabilidade pública que sempre tivemos nesta Casa.

Não está correta essa forma de colocar esse tipo problema. Não há qualquer desvio de função. Não

houve um benefício indevido. Ele estava a serviço do Partido nas viagens que fez, como eu estava. Tirei do meu salário, fiz questão de doar. O Lula, seguramente, com os filhos que tem, com a história que tem, com o salário que sempre recebeu na vida dele, não teria as mesmas condições. Não teria as condições de tirar do bolso dele para poder pagar as viagens que fez para China, toda a América Latina e Europa. Por isso, que o Partido pagou por ele.

O Partido deveria ter transformado isso numa diária e resolvido da forma mais simples, mas até nisso a Tesouraria do Partido foi incompetente. Foi irresponsável da forma como tratou as finanças e absolutamente incompetente para que uma coisa tão elementar tenha que ser discutida dessa forma, colocando o Presidente numa situação que absolutamente ele não merece.

Por tudo isso, peço aos Senadores da Oposição, que coloquemos no centro da discussão aquilo que realmente merece estar ali: o interesse público, a atitude do Partido, o problema dos Parlamentares que receberam recursos, das irregularidades que podem acontecer.

É mais uma questão que estou esclarecendo aqui, porque eu fui vítima desse equívoco do Partido. Estão aqui os cheques que dei, nominados, datados. Dei do meu bolso uma viagem de 11 dias que fiz a serviço do Partido. Pergunto: em que instituição as pessoas têm esse tipo de comportamento? Temos no PT, porque acreditamos nesse projeto.

Por isso, peço a V. Ex^{as} que considerem essas explicações porque, realmente, é a verdade, é o que aconteceu comigo, é o que aconteceu com o Presidente Lula.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para replicar a Liderança do Governo, após o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, VI, do Regimento Interno, para uma explicação pessoal.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A seguir, os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA). Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante, mais uma vez, vai à tribuna, com a inteligência de sempre, tratar de um assunto de que ninguém tratou, ninguém cuidou de problema de dívida do Senador Aloizio Mercadante, até porque o conhecemos.

Falei, mostrando o documento, três coisas. Primeiro, o empréstimo. Quem pagou? Foi o Partido?

Foi o Paulo Okamoto? Quem foi? Porque as dúvidas estão aqui. É o Ministro Jacques Wagner que diz, é o Okamoto que diz que pagou, e o Ministro Jacques Wagner disse que o Presidente mandou que ele dissesse que não foi o PT. Um.

Dois. Diz que qualquer um de nós poderia ter dito ao Ministério Público ou feito uma reclamação. Ora, há coisa melhor do que se dizer ao próprio Presidente da República o que se passa no seu Governo e ele não tomar providências?

O Governador Marconi Perillo fez carta, confirmando. Ainda há pouco, o Deputado Miro Teixeira, aqui na porta, repetia-me, porque eu disse inclusive que ia tratar desse assunto.

E, em terceiro lugar, com a inteligência que lhe é própria, porque ele não sofre de amnésia, ele não tratou dos cinco milhões da Telemar para a empresa do filho do Presidente. Um assunto de inteligência, que ele agora vai procurar, mais uma vez, dar o raciocínio da sua competência, tentando explicar o que, mesmo estando na tribuna tanto tempo, não explicou.

Explicar empréstimo dele não precisa, porque sabemos da sua honestidade. Estamos falando é do Governo, e quem fala do Governo é o Presidente do Partido dele. Ele não disse nada sobre o que eu falei da declaração de Tarso Genro de que o Partido agia como um Ministério sem pasta, e que isso ia acabar, porque ele não ia aceitar. Tarso Genro disse isso. Isso ele esqueceu também. Certamente agora vai explicar Telemar, Tarso Genro e outras questões mais que surgirão ainda no dia de hoje e que irão, certamente, dar tratos à inteligência desse nosso ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a pede a palavra para uma explicação pessoal, nos termos do art. 14? Então tem precedência. A seguir, falará o Senador Arthur Virgílio para uma réplica.

V. Ex^a tem cinco minutos, Senador Aloizio Mercadante. E não haverá mais acesso à explicação pessoal, porque são apenas duas explicações pessoais por sessão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP). Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, por mais que eu me esforce, não tenho a vivência política, a experiência e a sabedoria de V. Ex^a, mas tento aqui, com empenho e porque realmente é o que acredito, explicar o que aconteceu.

Se V. Ex^a pegar aquilo que eram adiantamentos de despesas de viagem e que deveriam ser diárias de viagem, V. Ex^a vai perceber que, do dia 9 de maio a 29 de junho, o Presidente Lula foi à China acompanhado de sua esposa. Nessa viagem, houve um adiantamento de despesas, sobretudo para pagamento de passa-

gem da sua esposa e para a presença dele na China. Depois, retornaram.

Na viagem que fizemos a Europa – na qual eu estava junto –, do dia 29 de setembro a 9 de outubro de 2001, ele recebeu R\$3.750,00, o mesmo que eu recebi. Recebeu R\$1 mil para passagem e R\$2.750,00 para despesas. Vou repetir: US\$100,00 por dia não pagam uma estada na Europa, sobretudo numa missão presidencial, em que temos deslocamento. Recebemos R\$1 mil para a passagem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) – Mas V. Ex^a completou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Lógico que completei do meu bolso, como ele teve que completar. Lógico que completei do meu bolso.

Não sei exatamente os valores em relação às passagens, não os tenho aqui, mas é razoável pensar que R\$ 3.750,00 não pagam as despesas. Então, parte da viagem eu paguei do meu bolso e alguns eventos que tivemos. Eu era Secretário de Relações Internacionais, e os núcleos do PT em Portugal e na Espanha, ali na Península Ibérica, pediram uma reunião comigo. Eu fiz a reunião com os companheiros e paguei o almoço do meu bolso. Não havia os recursos necessários.

O PT nós sempre construímos assim. Somos de um tempo em que fazíamos bandeira em casa, porque não havia bandeirinha de plástico para carregar na rua.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) – Depois do Marcos Valério, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A saudade que eu tenho do PT é essa. É esse PT que quero voltar a construir, esse PT que tinha integridade, história e, infelizmente, alguns dirigentes abandonaram essa trajetória e comprometeram a construção do Partido.

O que o Presidente disse: “Eu não fiz empréstimo”. Ele não fez empréstimo. É um adiantamento de despesa de viagem. Ele falou: “Não reconheço como dívida, porque fiz uma viagem – e ele fez várias outras viagens –, e isso era para pagar as despesas de viagem”. Ele disse: “Não reconheço. E está errado o Partido.” Eu particularmente também acho que o Partido estava errado, mas fiz o cheque e paguei.

Seguramente, o nosso companheiro Paulo Okamoto tenha pensado: “Deixa eu pagar isso e liquidar essa questão, porque não tem sentido essa discussão”. Mas o que o Presidente está dizendo é que se trata de um adiantamento de uma viagem oficial que ele fez pelo PT, como eu fiz.

Agora, vejam o que estamos discutindo: vou a serviço do Partido – e podem pegar as matérias publicadas na imprensa da época que comprovam que

foi uma viagem oficial –, não fui para passear, não tive tempo para nada, tinha uma agenda extremamente sobrecarregada. Fizemos a viagem exatamente com esse objetivo. Então, o caso do Presidente é o mesmo. Por favor, vamos colocar as coisas no seu devido lugar.

Não é possível tratarmos uma questão como essa da forma como está sendo tratada. É só o ambiente em que a gente vive, nessa cultura de desconfiança, que permite que as coisas sejam equacionadas dessa forma.

Para concluir, porque gosto de deixar todas as coisas claras, quero dizer que fiz uma pergunta a uma pessoa de quem eu gosto muito, e V. Ex^a também, e que me parece ser um empresário bastante sério. Assim que saiu a notícia sobre o Fábio, filho do Presidente Lula, fui perguntar ao Di Gênio: “O programa da televisão é feito por essa mesma empresa?” Ele falou: “São quatro horas por dia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Esses garotos fazem o programa. Eu estou aumentando a audiência e é da maior competência o serviço deles. Nessa questão de jogos juvenis de computador, é o melhor trabalho que nós temos no País”. Eu perguntei: “Tem algum patrocínio público?” Ele respondeu: “Nenhum. Estou absolutamente admirado, porque a nossa audiência está melhorando, a participação em interatividade é muito boa e esses meninos são realmente de ponta.”

O que aconteceu? Uma outra empresa já quis comprar a participação acionária na empresa dos rapazes. Não conseguiu. A Telemar comprou. É um negócio entre duas empresas privadas. É um negócio entre empresas privadas; não há nenhuma participação do setor público nesse evento; nenhuma participação.

Eu me lembro quantas vezes nós tivemos... se formos também criminalizar esse tipo de relação, vamos entrar por um caminho descabido. O filho do Presidente...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campainha.) – Concederei a V. Ex^a mais um minuto improrrogável, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. Pedem explicações, mas são três falando, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Precisamos dar início à Ordem do Dia, com a votação do salário mínimo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está certo. Vou encerrar.

Nessa área da nova economia, da economia eletrônica, os negócios perdem ou ganham muito valor exatamente em função da criatividade e da competência. Empresas se consolidaram exatamente pela capacidade de produzir *softwares* inteligentes, que têm um valor, que têm um significado. Nesse segmento da juventude, todas as informações que eu tenho é que é uma empresa eficiente, competente, criativa e disputada. Portanto, foi feito um aporte de recursos.

Essa nova economia, alguns anos atrás, era um setor de grandes investimentos. Aquela bolha perdeu a importância. E vejo que é um negócio entre empresas privadas. Se houver alguma irregularidade, seguramente, o Presidente tomará providências. Se houver alguma coisa feita de forma ilícita, descabida, seguramente, o Presidente tomará providências. Mas, até o momento, eu não vi...

(Interrupção de som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir. Até o momento, não vi qualquer tipo de irregularidade mencionada nesse fato.

Portanto, estou fazendo os esclarecimentos que posso, com as informações de que disponho. Se houver, evidentemente, algum fato que eu desconheço, seguramente, me apresentem que eu encaminharei ao Presidente. Tenho certeza de que, pela história dele, pela biografia, pela seriedade – e essa discussão aqui só demonstra isso –, ele tomará as providências cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para uma réplica, a quem peço a atenção com o tempo em razão de estarmos a poucos momentos da Ordem do Dia, quando votaremos o salário mínimo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Com revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente.

O Líder do Governo parece que não observou uma máxima do Marechal Eurico Gaspar Dutra. Ele dizia que, no Governo, não se deve comprar nada nem vender nada. Esse já é o primeiro equívoco nesse episódio.

Segundo, e eu não quero me deter nesses assuntos, trinta e uma empresas faturaram, nesse setor que é incipiente, R\$18 milhões brutos. Eu não considero razoável que alguém invista R\$5 milhões numa delas, uma das menores. Não considero razoável.

Sobre o Senador Aloizio Mercadante, ninguém colocou nenhuma dúvida sobre S. Ex^a, que explicou como pagou o que não teria sido um empréstimo do PT. Mas S. Ex^a não explica o do Presidente Lula. Quem

pagou o do Lula foi o Sr. Okamoto. Só isso aí absolve o Senador Mercadante e condena o Presidente Lula com muita clareza.

Terceiro, não somos nós que devemos ser repitados a cuidar de nível qualquer aqui. Estamos vendo uma CPI de encontros em garagens. Volto a dizer que se encontrar com o Sr. Valério no Maracanã cheio já é comprometedor; encontrar com o Sr. Valério numa garagem, dentro de um carro, é para lá de comprometedor, é indesculpável. E, mais ainda: como querem que haja uma relação de confiança entre nós, Senador Sérgio Guerra – e V. Ex^a é testemunha disso –, se há sinais claros de impressão digital da assessoria do PT na divulgação dessa lista espúria que fizeram circular, que fizeram vazar?

Portanto, quem falou em cultura de desconfiança foi precisamente o partido que a implantou, o partido que condenava todos e que, depois, no medo, absolveu Eduardo Jorge, que não aceitou as desculpas esfarrapadas e pouco sinceras que determinado ex-Ministro, na tentativa de se salvar, e não salvará, tentou lançar ao ar.

Nós aqui dizemos que há hipocrisia no ar. Se querem discutir campanhas eleitorais – e nós não aceitamos discutir campanhas eleitorais sem discutir algo diferente, que é o assalto sistêmico, organizado, aos cofres públicos, que é invenção deste Governo –, nós vamos discutir campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul, onde o presidente-tampão, Tarso Genro, teria de explicar R\$150 mil que foram para as mãos dos seus companheiros ou dele por via do Sr. Marcos Valério.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Um milhão e duzentos para o Diretório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um milhão e duzentos para o Diretório.

Goiás. A Deputada estadual Neide Aparecida teria mesmo recebido recursos procedentes de São Paulo?

Ceará. E os recursos do famoso “cucção de ouro”?

Santa Catarina. Quinhentos e cinqüenta mil reais para o Diretório do PT em Santa Catarina via “valerioduto”.

Distrito Federal. Agora, milagrosamente, Senador Tasso Jereissati, mais um é demitido desse tal Banco Popular. Parece uma casa mal assombrada, lá não pára ninguém. O Sr Magela, que foi para lá porque não era candidato, está saindo dizendo que é candidato. Para mim, ele não está saindo porque é candidato coisa alguma; é porque tem alguma coisa de muito negativo do ponto de vista ético nesse tal Banco Popular.

Pará. O ex-Líder do PT na Câmara, Paulo Rocha, teria explicação convincente para quase R\$1 milhão sacados do Banco Real via valerioduto?

Rio de Janeiro. Como se explica o excessivo volume de recursos encaminhados à campanha, no Rio de Janeiro, do Sr Jorge Bittar?

Pernambuco. E o Sr Humberto Costa? Como explicaria ele os recursos direcionados ao PT de Pernambuco?

Minas Gerais. O Prefeito reeleito de Belo Horizonte, que está sumido. É impressionante! Mineiro costuma ser discreto, mas o prefeito Pimentel está mergulhado em águas profundas. Virou um daqueles tubarões que mergulham lá embaixo. Não se ouve falar mais do prefeito Pimentel. Quando vejo alguém sumir muito – e aprendi isso com o PT –, logo me ponho com a orelha em pé. Teria recebido ou não o Prefeito Pimentel recursos da SMP&B?

Maranhão. E as irregularidades do Diretório do PT no Maranhão?

São Paulo. E a riquíssima campanha de D. Martha Suplicy? Reprovadas as suas contas no Tribunal Eleitoral.

Muito bem. O que proponho, com clareza, como pacto nosso diante da Nação e da imprensa? Discutimos ou não campanha? Se discutimos, fazemos uma CPI própria ou fazemos uma sub-relatoria para discutir campanha. Aí vamos discutir a fundo a campanha do Sr. Eduardo Azeredo. Fora disso, não querer discutir o que eu aqui arrolei e tentar colocar uma pessoa honrada como o Sr. Eduardo Azeredo no meio dessa corja, dessa trupe, dessa camarilha, que está assaltando, com apoio oficial, a República, nós não aceitamos. O que queremos mesmo é saber o que se passou no IRB. Queremos saber o que se passa no Banco do Brasil, o que se passa na Petrobras, o que se passa nos Correios, sem colocarmos a mão na cabeça de quem quer que seja.

Agora, fazemos um cavalo-de-batalha incrível em cima de um fato e ao mesmo tempo fingem não ver as ligações tipo caixa dois com toda essa turma boa. E ninguém venha me dizer que isso aqui é caixa dois socialista, que isso aqui é caixa dois ético, que isso aqui é caixa dois pelo bem do Brasil, que isso aqui é caixa dois para salvar os pobres, que isso aqui é caixa dois bolsa-família, que isso aqui é caixa dois de quem nasceu pobre e a mãe era analfabeta. Isso é caixa dois, pura e simplesmente. E precisa ser examinado no momento próprio, sem obscurecermos o fato de que há um quadro de corrupção fora de campanha, durante a campanha, depois da campanha, um verdadeiro vício!

Eu quero saber se nós somos ou não capazes de ir a fundo, inclusive com a autocrítica do Governo. O Presidente da República precisa ir à televisão e dizer que errou e perdeu o controle do seu Governo. Errou! Perdeu o controle do seu Governo! Não fique agora tentando dividir culpas com pessoas não culpadas, tentando fazer aquele espetáculo de um soldadinho após o outro, como ontem, tentarem reavivar...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a conclua, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Tentarem, cada soldadinho indo ali, tarefeiramente, dizendo: e o caso do Sr. Eduardo Azeredo? E o caso de Minas Gerais? E o caso...

Que conversa fiada de boca mole! Vamos falar com a boca dura, dizer que há corrupção no País. Vamos examinar caixa dois do PT, do PSDB, de quem quer que seja! Vamos examinar roubo de dinheiro público, porque essa é a satisfação que o povo está a exigir de nós.

Era, por enquanto, Sr. Presidente, exatamente o que eu tinha a dizer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para a réplica. É um direito regimental e absolutamente indispensável a este debate.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pelo acordo das Lideranças, Senador Aloizio Mercadante, a réplica já foi concedida ao Senador Arthur Virgílio.

Entendemos, ainda, que havia necessidade de o Líder do PFL falar, pois teria o amparo da contradita. Todavia, se houver o entendimento dos Srs. Líderes no sentido de transformarem a sessão em sessão de debate, a Mesa vai acolhê-lo. Regimentalmente não há o amparo nem para explicação pessoal, como pediu o Senador Sérgio Guerra – e eu neguei. O Senador Tasso Jereissati pediu a palavra também para um aparte e também neguei – e S. Ex^a colaborou. Assim, também não poderia usar da palavra V. Ex^a, mas, se esse for o entendimento dos Srs. Líderes, concederei cinco minutos a cada Partido para o debate.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas ponderar que a réplica e a contradita não podem ser entre PFL e o PSDB, mas entre o Bloco do Governo e a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a havia feito o debate.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, fiz o pronunciamento na condição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O debate gerou explicação pessoal, gerou o direito à réplica ou à contradita, que foi dividida entre os dois.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pondero que a réplica foi feita pelo Senador Arthur Virgílio. A contradita é pela Base do Governo. Tem sido sempre assim. Eu utilizei o art. 14, porque fui citado pessoalmente. É outro instrumento regimental. Considero indispensável esclarecer o que está sendo posto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os termos do acordo dizem respeito à réplica ou contradita. A Mesa vai colaborar, pela importância do tema, e dar cinco minutos a cada Senador para o debate e adiar o início da Ordem do Dia. V. Ex^a poderá fazer uso da palavra, após o Senador José Agripino.

Antes de conceder a palavra a S. Ex^a, a Mesa esclarece que cada Senador que quiser se inscrever terá direito a cinco minutos por partido.

A Mesa pede a colaboração dos Srs. Senadores porque teremos hoje votação do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abordar essa questão com toda a parcimônia em tom absolutamente brando, referindo-me ao que disse o Senador Aloizio Mercadante, olhando para mim quando se manifestou a propósito do meu pronunciamento, fazendo em tom emocionado a defesa que lhe cabe do Presidente Lula, com relação ao empréstimo que teria tomado, ou não, a um partido que ajudou a fundar, como aquilo fosse um crime que não poderia nunca ser considerado e fazendo um apelo para que esse tipo de assunto, que entendeu como de somenos importância, ou menor, não fosse abordado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador César Borges, eu gostaria de deixar claro que eu abordei esse assunto, Senadora Patrícia Saboya, porque hoje houve uma coincidência de colocações cuja incongruência é absolutamente inaceitável. A não ser que nós fôssemos concordar em colocar a sujeira embaixo do tapete. Quem foi que inventou essa história do empréstimo do Presidente Lula, Senador Aloizio Mercadante? Foi o PFL? O PFL nunca falou neste assunto. Quem inventou, quem criou, quem divulgou isso foi a imprensa, que descobriu nos extratos do Banco do Brasil que o empréstimo tomado pelo Presidente Lula no PT – e isso deve ser da contabilidade do PT – havia sido pago. Há um extrato do Banco do Brasil que diz que foi pago em parcelas. Quem pagou? Luiz I. L. da Silva. Esse fato, portanto, foi tornado público não pelo PFL. Não fomos nós que trouxemos esse assunto à

apreciação nacional. Foi a imprensa que denunciou, que colocou para que ele fosse esclarecido. Colocou em termos, evidentemente, de estupefação, em termos de necessidade de esclarecimento, que, *mea culpa, mea culpa*, nós, por tantas denúncias, não demos prioridade nenhuma a esse assunto, por respeito, por constrangimento de abordar uma questão que é pessoal com o Presidente.

Mas, vamos e venhamos. A primeira versão foi a que o Banco do Brasil exibiu, o extrato do Banco do Brasil. O pagamento foi feito pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Empréstimo tomado ao Partido dos Trabalhadores, ilegal. Eu não conheço na história da relação do PFL com os seus filiados uma única oportunidade em que o PFL tenha emprestado R\$1,00 a um filiado seu. Pelo contrário, recebe contribuições. Um, um só.

Hoje, acontece a segunda versão do fato. Qual é a segunda versão? Está dita. O Ministro de Estado diz que “ele não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT e não pagou empréstimo do PT.” O Banco do Brasil exibe um boleto em que diz que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva pagou empréstimo. O Ministro fala pelo Presidente e diz que ele não tomou empréstimo nenhum, não pagou empréstimo nenhum, não existe empréstimo. No mesmo dia, a **Folha de S. Paulo** traz a terceira versão. O Sr. Paulo Okamoto diz que ele pagou. Ele foi o procurador legal do Presidente e pagou o empréstimo. É a terceira versão.

Agora surge, Senador Sérgio Guerra, a quarta versão. A quarta versão, Senador Tasso, é a que o Senador Aloizio Mercadante nos trouxe de viagens. São quatro versões de um fato só. Quatro!

A sociedade, evidentemente, Senador Arthur Virgílio, não haveria de dar muita importância ou tanta importância a um empréstimo de R\$29 mil, mas foi empréstimo concedido por um partido político que tem fundo partidário de origem de recurso público, que não pode emprestar. E um empréstimo de R\$29 mil, que é objeto de quatro versões. Quatro! Qual é a verdadeira?

Senadora Patrícia, em jogo o que está neste momento não são os R\$29 mil, não é nem ao menos o empréstimo do PT; é a palavra do Presidente. Onde é que está? Com quem está a verdade? Esse empréstimo aconteceu. Quem pagou? Não aconteceu? Não foi pago? O Presidente está mentindo? Está falando a verdade? Qual é? É isso que nos incomoda e que incomoda a sociedade. Foi por isso que abordamos essa questão com toda a crueza.

Nós estamos aqui, Senador Tasso Jereissati, vendo a quarta versão de um fato que, por si só, talvez não merecesse tanta importância, mas que pelas explicações de ser um empréstimo de um partido

político, de ser um empréstimo para o qual existem quatro versões, impõe-se, neste momento, como uma questão fundamental: ou ele é esclarecido ou em jogo está a palavra de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati, pelo PSDB.

Posteriormente, entraremos na Ordem do Dia. Peço a colaboração dos Srs. Senadores para votarmos a matéria do salário mínimo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Sem revisão do orador.) – Senador José Agripino, não é possível repetir os argumentos sem ouvir as explicações com disposição de entendimento. Eu acabei de dizer: a primeira coisa, não há empréstimo, nem para mim, por favor. Não há empréstimo. Contabilmente, pode-se caracterizar na prestação de contas como dívida pendente, prestação de conta inconclusa, o que quer que for, mas não houve empréstimo.

Eu recebi R\$3.750,00 para fazer uma viagem de dez dias – em torno de US\$100.00 por dia mais o custo da passagem. Não pagava nem a passagem nem a diária. É só comparar com a diária de um Senador, que, seguramente está acima de US\$350/dia. E aqui não há contraprestação da viagem – não, desculpe, está US\$460/dia a diária de um Senador para viajar. Quando um Senador viaja, não precisa prestar contas do que gastou, aquilo é incluído como diária.

No PT, a incompetência da Tesouraria dava como antecipação de despesas de viagem, que tinha que ser paga com contrapartida de recibo na volta. Eu vou ainda esclarecer mais: eu voltei e dei as prestações de contas. Eles não sabem onde foi parar. Um ano depois, me avisam de que daquela viagem, entre tantas que eu fiz, não havia prestação de contas. Eu vou lá, dou dois cheques e pago do meu bolso. Imagina se isso acontecesse no Senado!

Se V. Ex^a viajasse em missão oficial do Senado, com uma diária de US\$460/dia, voltasse e um ano depois o Senado chegasse e dissesse que V. Ex^a tem um empréstimo feito com o Senado? Mas que empréstimo? Eu não fiz empréstimo – diria.

O que o Presidente disse é a mais pura verdade: ele não pediu emprestado ao PT, não houve empréstimo. Ele disse mais: “Não reconheço essa dívida, porque não é dívida; essas são despesas de viagem que fui como pré-candidato a Presidente da República para a China, para a Europa e para a América Latina”.

Os valores que ele recebeu no trecho da viagem que fez comigo são os mesmos. Eu voltei e paguei do meu bolso. Se eu soubesse que o Lula tinha essa

dívida e ele não tivesse condições de pagar, eu pagaria com muita satisfação do meu bolso, porque ele é um homem público íntegro, sério, honesto, e esse episódio só reforça o meu sentimento pela seriedade dele. Um sujeito que carregou esse Partido nas costas – porque sempre foi muito maior do que o Partido – vai viajar o mundo para defender o País, o Partido e as idéias renovadoras que ele expressa e, quando volta, o Partido, depois, diz assim: “Você tem uma dívida”. E nós estamos discutindo isso no Plenário do Senado Federal como um tema nacional relevante? Por favor! Eu peço à Oposição que discutamos os temas fundamentais. Se há desvio de dinheiro público, isso, sim, é relevante. Vamos apurar.

E se o Paulo Okamoto pagou essas despesas por ele para eliminar essa discussão, porque o Presidente Lula não reconhecia essa dívida – e com razão não reconhecia essa dívida – porque a incompetência da Tesouraria, que está aí expressa publicamente, é que pode transformar em dívida o que era uma despesa de viagem e que deveria ser uma diária que sequer paga essas despesas. O Paulo Okamoto foi lá e liquidou para encerrar o assunto. Foi só isso que aconteceu. Nem mais nem menos. E todos a quem V. Ex^a perguntar darão a mesma explicação.

Por que vale a minha e a do Presidente? É a mesma situação. Se os valores são menores, é porque eu viajei menos. A única viagem que teve problema foi essa. Dei os dois cheques, tirei do meu bolso com muito orgulho, porque eu imaginava, até ocorrerem esses episódios do PT, para o qual eu contribuía, que era o PT em que eu acreditava e que ajudei a construir, sempre com muita austeridade. Podem pegar todo o fundo partidário do PT e nunca encontrarão uma única remuneração em toda a minha história de PT. Só tive mandato durante dez anos. Nos outros quinze, eu trabalhei de graça. Eu doei dinheiro, porque acreditava nesse projeto.

Quanto às despesas do PFL, vamos abrir o fundo partidário de todos os partidos na CPI para ajudar na transparência. Vamos ver quanto é a diária do PFL e quanto ele paga por viagem, se há a contraprestação e como funciona. Tudo isso é esclarecedor e elucidativo. Eu acho que é muito positivo esse debate.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – PE) – Topo tranquilamente, Senador Aloizio Mercadante. Topo tranquilamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É evidente, tenho certeza. Lembro-me de que, na última vez, o Senador Antonio Carlos Magalhães pediu isso aqui com toda a agressividade. É muito melhor que todos os partidos façam sua exposição e discutamos essa questão para ver, inclusive, os padrões.

Agora, objetivamente, só espero que os argumentos que estou apresentando – e V. Ex^a conhece a minha palavra e a minha história – sejam reconhecidos. Trata-se de antecipação de despesas de viagem.

Tiramos do bolso e damos para o Partido e ainda temos que explicar, como se tivéssemos feito algo de errado? Nós deveríamos ser elogiados por essa atitude. Eu duvido que, na maioria das instituições, as pessoas – como os jornalistas, diplomatas ou quem quer que seja – viajem para uma missão no exterior e não recebam indenização. Isso mostra a natureza e a força que o Partido...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Como as intervenções são díspares, concluo dizendo ao Líder Arthur Virgílio que, primeiro, seja quem for na CPMI que divulgue lista imputando responsabilidades a quem quer que seja, é inaceitável. A única intervenção que ouvi hoje foi a da Senadora Ideli Salvatti, e senti que ela colocou as coisas no seu devido termo. Eu me lembro que, quando começou a CPMI, um Deputado do PFL apresentou uma lista de dez Deputados do PT que teriam supostamente recebido recursos do Banco Rural.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não é só lista! Há a garagem também. Vai para a garagem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Vou chegar lá.

Entre os nomes, estava o Deputado Sigmarin-ga Seixas, que, imediatamente explicou, indignado, a colocação do nome dele numa lista que não tinha qualquer tipo de comprovação.

Diante desse açodamento, da tribuna, peço a todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, cuidado, rigor, seriedade. Que a CPMI se pronuncie formalmente sobre os episódios, porque listas e documentos...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir, Sr. Presidente.

É preciso que sejamos muito cuidadosos nessas questões.

Ontem, subi nesta tribuna, antes desse episódio, exatamente pedindo cuidado, pedindo equilíbrio, pedindo procedimentos, falando do direito de defesa de cada um, dizendo que as pessoas não podem ser condenadas, que existe uma longa tradição no Direito que estabelece que, sem o devido processo legal, sem o contraditório e sem o direito de defesa, não há justiça, não há Estado de direito. E algumas pessoas, inclusive parte da imprensa, entendem que esse tipo de preocupação poderia significar abafamento ou adia-

mento das investigações. Não! As investigações têm de ser feitas com agilidade, os envolvidos têm de ser severamente punidos. Muitos Parlamentares perderão seguramente os seus mandatos, porque é incompatível com o decoro parlamentar o que aconteceu. Mas tudo isso só pode acontecer com o direito de defesa.

Portanto, não procede qualquer tipo de denúncia que não seja fundamentada, documentada, e os Parlamentares têm de ter muita responsabilidade com o açodamento na relação do dia-a-dia com a imprensa, com a preocupação de poder aparecer no processo, para não cometer nenhum tipo de imprudência.

Portanto, não conheço essa lista, nunca a vi. Seguramente, se tivesse sido comunicado, eu pediria essa cautela e esse procedimento, porque, sem isso, cometemos pequenas e grandes injustiças, ferindo pessoas, atingindo mandatos, de forma absolutamente indevida.

Quanto ao financiamento de campanha, considero esse um grande tema da democracia. Espero, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, iniciarmos o debate sobre uma urgente reforma eleitoral, sem a qual não superaremos a prática viciada que questiona a legitimidade dos mandatos em todos os Partidos e em todas as campanhas. Por isso, creio que também devemos tomar providências urgentes em relação a essa questão.

Gostaria de aprofundar o debate, mas respeitarei o tempo e o Plenário. A reforma política é a melhor resposta para esse tipo de procedimento, cortando gastos e dando transparência total ao financiamento de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati. A seguir, iniciaremos a Ordem do Dia.

Senador Tasso Jereissati, peço a colaboração de V. Ex^a quanto ao tempo na tribuna.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria muito de poder acreditar nos conceitos aqui proferidos pelo Líder do Governo neste momento e em outros momentos. Trata-se de conceitos em que se pede a cada um de nós, Senadores, que, antes de fazermos qualquer ofensa, qualquer acusação, nós nos asseguremos de que a denúncia seja fundada, bem fundamentada, e tenha alguma relação direta com a realidade.

Outro conceito que tem sido aqui com frequência emitido pelo Líder do Governo é o de que sejam descobertos os culpados, que sejam dados a conhecer à sociedade brasileira e sejam punidos todos os culpados, se estes existem, e o de que, se houve corrupção,

sejam punidos aqueles que fizeram a corrupção e que sejam levadas até o fim as investigações.

Infelizmente, temos visto ultimamente que esses conceitos nada têm a ver com a realidade das ações das Lideranças do Partido Trabalhista, do Partido dos Trabalhadores, neste Senado Federal e nas CPIs.

O que temos visto?

É feito o pedido de serenidade dos ânimos e de que nenhuma acusação seja feita sem que seja bem fundamentada – fora as várias acusações que acontecem diariamente, praticamente todos os momentos, vindas de todos os lados de Lideranças do PT –, mas assistimos hoje a um espetáculo verdadeiramente desavergonhado feito pelo Vice-Presidente da CPI do Mensalão. O homem que tem a responsabilidade de ser o condutor das discussões que levem à verdade dos fatos e mostrem a este País que ainda existem nestas duas Casas, Câmara e Senado, homens sérios e capazes de revelar a realidade ao País, esse homem se reúne com um dos mais notórios – talvez o mais notório – meliantes dessa contenda toda, às escuras, à noite, na garagem do Senado Federal. Pega provas apócrifas, listas já desmoralizadas várias vezes, de dentro de um veículo escondido na garagem, como costuma fazer *gangster* de filme americano, e traz à Comissão.

Vejam bem: o Vice-Presidente da Comissão, Deputado do PT, para desviar todo o foco da discussão que se planejava e se planeja – o País todo a pede – para conhecer a verdade, para deslindar esse imenso lamaçal de corrupção que vem do Governo Federal, que tem origem e operação no Governo Federal e em mais lugar nenhum, joga isso de uma maneira completamente despuddorada, com o fim de enlamear pessoas inocentes que nada têm a ver com esse enorme lamaçal que está por aí.

É lamentável, profundamente lamentável! E mais lamentável ainda é vermos neste momento o Líder do Governo vir a esta tribuna pedindo o contrário, fazendo o papel que tem feito a maioria dos petistas e o próprio Presidente da República. Diz que não tem nada a ver com isso, que não tem nada a ver com o que o Líder do PT fez hoje de manhã, que não tem nada a ver com o que fez o Sr. Delúbio – esse já é acusado de ser incompetente e de malversar os recursos do PT.

Ora, Senador José Agripino, V. Ex^a se lembra de quando tive a infelicidade, alguns meses atrás, de numa conversa acusar a PPP de estar sendo montada, quando tive a infelicidade de levantar a hipótese de que a PPP poderia servir ao Sr. Delúbio Soares para que ele a usasse para fins indevidos. E fui objeto de vários discursos indignados dessas mesmas Lideranças que estão acusando aqui hoje o Sr. Delúbio. E,

ainda mais, fui objeto de processo, quando naquela época era ele quem reinava dentro do Partido, distribuindo benesses e recursos do dinheiro público para militantes e partidários do PT Brasil afora, por todo o Brasil, como estamos vendo hoje acontecer por aí comprovadamente.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, permita-me finalizar. É preciso, das duas uma, ou fazer um discurso para ser verdadeiro, ou esconder e fazer virar isso tudo num grande problema de financiamento de campanha nos Estados brasileiros. Ou podem dizer que vão, sim, enfrentar e, ao falar, fazer. Mas fazer o Partido como um todo. Não é um falar que não tem nada a ver com o que o outro fez.

Há uma enorme desordem dentro desse Partido, dentro desse Governo, que estabeleceu uma relação promíscua entre Partido, estatais, Governo e Parlamento e que confundiu imensamente até onde ia um e onde terminava outro. Isso precisa ser esclarecido de fato. Só de discurso não aceitamos mais. Discurso que venha acompanhado de ação coerente com as palavras. Agora, discursos soltados aqui no ar e, do outro lado da rua, as coisas acontecendo diferente, não dá mais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Antes de darmos início às votações da Medida Provisória, solicito aos Srs. Senadores que estejam presidindo qualquer comissão neste momento que suspendam as atividades e venham ao plenário.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2005-CN
MENSAGEM Nº 92, DE 2005-CN
(Nº 521/2005, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Sociais da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100 de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

Brasília

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									6.600.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	1073 0A12	CONCESSAO DE BOLSA DE PERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR							6.600.000
12 364	1073 0A12 0001	CONCESSAO DE BOLSA DE PERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR - NACIONAL							6.600.000
		BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE) 3654	F	3	2	90	0	100	1.100.000
			F	3	2	90	0	112	5.500.000
TOTAL - FISCAL									6.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.600.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	GRP	MOD	IU	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									268.800
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							268.800
12 301	0750 2004 0033	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							268.800
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1210	S	3	2	90	0	100	268.800
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									268.800
TOTAL - GERAL									268.800

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	GR	MOD	U	FTE	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									114.489
		ATIVIDADES							
12 364	1073 4002	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO							114.489
12 364	1073 4002 0015	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARA							114.489
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 36821	F	3	2	90	0	250	114.489
TOTAL - FISCAL									114.489
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.489

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
UNIDADE : 26293 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO									
ANEXO II							CRÉDITO ESPECIAL		
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00		
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FT	VALOR
1376 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL									1.206.304
		ATIVIDADES							
12 361	1376 4046	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL							1.206.304
12 361	1376 4046 0001	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	1.206.304
TOTAL - FISCAL									1.206.304
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.206.304

ORÇAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									4.670.200
		PROJETOS							
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							4.670.200
27 812	1250 5450 3444	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - ESTADO DE MINAS GERAIS							280.000
27 812	1250 5450 3806	ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	F	3	2	99	0	100	280.000
		IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - ESTADO DO PIAUI							4.240.200
		ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO (UNIDADE) 32	F	3	2	99	0	100	1.848.040
27 812	1250 5450 3846	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CONSTRUCAO DE ESTADIO - ALTO GARCAS - MT	F	4	2	99	0	100	2.392.160
		ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									4.670.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.670.200

EM Nº 151/2005-MP

Brasília, 29 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a V. Ex^a para apresentar projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00

(vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais), em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte.

2. A solicitação visa à inclusão de categorias de programação na Lei Orçamentária Anual para adequar os orçamentos vigentes daqueles ministérios às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	22.197.185	22.075.104
Ministério da Educação - Administração direta	6.600.000	20.600.000
Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis	268.800	268.800
Universidade Federal do Pará	114.489	-
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.206.304	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14.000.000	1.206.304
Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente Medrado - MG	7.592	-
Ministério do Esporte	4.670.200	4.670.200
Ministério do Esporte - Administração direta	4.670.200	4.670.200
Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros	-	122.081
Total	26.867.385	26.867.385

3. Os recursos para o Ministério da Educação objetivam viabilizar a concessão da Bolsa-Auxílio para a Pré-Formação Profissional, no âmbito do “Projeto Escola de Fábrica”, e da Bolsa Permanência no Ensino Superior a estudante beneficiário de bolsa integral do “Programa Universidade para Todos -PROUNI”; a divulgação publicitária para a Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação – ENADE; a assistência médica e odontológica para os servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente Medrado – MG; e o funcionamento do Restaurante Universitário da Universidade Federal do Pará.

4. No tocante ao Ministério do Esporte, o crédito visa ao atendimento da população em situação de risco social, mediante implantação, modernização, ampliação e funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, a fim de permitir a promoção de ações voltadas para o desenvolvimento do esporte participativo, democratizando o acesso ao desporto e ao lazer.

5. O remanejamento de dotações proposto pelos Ministérios da Educação e do Esporte não trará, segundo esses Órgãos, prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Em atendimento ao disposto no § 9º do art. 65 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 (LDO – 2005), a atualização da estimativa da receita envolvida no presente crédito é demonstrada no quadro anexo.

7. Ressalta-se, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 2004 (LDO – 2005), que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$26.745.304,00 (vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quatro reais) são provenientes de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para a priorização das programações suplementadas;

b) R\$122.081,00 (cento e vinte e dois mil, oitenta e um reais) tratam-se de suplementação de despesas primárias à conta de incorporação de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros; e

c) o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

8. Cabe esclarecer, finalmente, com relação ao Plano Plurianual 2004/2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que:

a) parte do crédito trata-se de inclusão de subtítulos de ações já constantes desse Plano; e

b) a inclusão de novas ações orçamentárias efetuadas por intermédio deste crédito está amparada no art. 5º § 13, da referida lei.

9. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, por se tratar de inclusão de categorias de programação não contempladas na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de V. Exª o anexo projeto de lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 50		2005		℞\$ 1,00
NATUREZA		LEI	REESTIMADO	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
13110000	Aluguéis	178.511	272.287	93.776
14100000	Receita da Produção Vegetal	23.520	33.285	9.765
14200000	Receita da Produção Animal e Derivados	117.350	140.126	22.776
14900000	Outras Receitas Agropecuárias	2.896	2.984	88
15202600	Receita da Indústria de Produtos Alimentares	50.349	64.129	13.780
15202700	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	46.175	70.713	24.538
15202900	Receita da Indústria Editorial e Gráfica	54.887	108.488	53.601
16000301	Serviços de Transporte Rodoviário	14.133	4.370	-9.763
16000400	Serviços de Comunicação	9.181	12.517	3.336
16001300	Serviços Administrativos	1.089.500	1.306.842	217.342
16001600	Serviços Educacionais	1.935.061	1.667.088	-267.973
16002100	Serviços de Hospedagem e Alimentação	2.036	32.572	30.536
16002500	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	0	0	0
19192700	Multas e Juros Previstos em Contratos	0	4.562	4.562
19909900	Outras Receitas	276	0	-276
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	0	0	0
Subtotal		3.523.875	3.719.963	196.088

Obs:

Unidades envolvidas:

28239 – Universidade Federal do Pará

26326 – Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente Medrado - MG

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	TE	VALOR
0496 INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA									70.000.000
		PROJETOS							
05 126	0496 1391	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM							70.000.000
05 126	0496 1391 0001	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM - NACIONAL							70.000.000
			F	4	2	90	0	149	70.000.000
TOTAL - FISCAL									70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	N	D	R	P	M	O	D	J	U	F	T	E	VALOR
0496 INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA																		70.000.000
PROJETOS																		
05 126	0496 1391	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM																70.000.000
05 126	0496 1391 0003	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM - NACIONAL																70.000.000
TOTAL - FISCAL																		70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE																		0
TOTAL - GERAL																		70.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACA O/SUBTITULO/PRODUTO	RE	EX	PR	MO	UT	FE	VALOR
		0621 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA AERONAUTICA							97.000.000
		ATIVIDADES							
05 151	0621 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES							97.000.000
05 151	0621 2868 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL							97.000.000
			F	3	2	90	0	100	97.000.000
		0627 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAÇIAL							11.530.733
		PROJETOS							
05 572	0627 3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X							11.530.733
05 572	0627 3122 0001	DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL							11.530.733
			F	4	2	90	0	145	11.530.733
		0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA							209.469.267
		PROJETOS							
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES							209.469.267
05 151	0632 3113 0001	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL							21.000.000
			F	4	2	90	0	100	21.000.000
			F	4	2	90	0	145	48.384.065
			F	4	2	90	0	149	113.085.202
			F	4	2	90	0	300	25.000.000
		TOTAL - FISCAL							318.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							318.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC		PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO		E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
			0626 REAFARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL								142.300.000
			PROJETOS								
05 152	0626 1949	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS									142.300.000
05 152	0626 1949 0001	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL									142.300.000
					F	3	2	90	0	100	128.100.000
					F	4	2	90	0	100	14.200.000
			TOTAL - FISCAL								142.300.000
			TOTAL - SEGURIDADE								0
			TOTAL - GERAL								142.300.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									70.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							70.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	70.000.000
TOTAL - FISCAL									70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000.000

ORGÃO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR									200.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
23 846	0412 0267	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001)							200.000.000
23 846	0412 0267 0001	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL	F	3	1	90	0	144	200.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

EM Nº 156/2005 – MP

Brasília, 2 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a V. Exª para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de

25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$600.300.00040 (seiscentos milhões e trezentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão/Unidade	Suplementação	R\$ 1,00 Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA DEFESA	530.300.000	
- Ministério da Defesa (Administração direta)	70.000.000	
- Comando da Aeronáutica	318.000.000	
- Comando da Marinha	142.300.000	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000.000	
- Reserva de Contingência - Fiscal	70.000.000	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004		25.000.000
Excesso de arrecadação de Recursos Ordinários		330.300.000
Ingresso de Operações de Crédito Externas		245.000.000
Total	600.300.000	600.300.000

2. O crédito objetiva, segundo o Ministério da Defesa, complementar as dotações orçamentárias destinadas ao Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM; ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – PFCEAB, para manutenção do estoque de combustíveis e lubrificantes e dar prosseguimento ao cronograma de aquisição e modernização de aeronaves militares para a Força Aérea Brasileira – FAB, que permitirá a manutenção de sua capacidade operacional, viabilizando o cumprimento de sua missão institucional; e ao Reaparelhamento da Marinha, para a obtenção e instalação de novo sistema de torpedos, conforme discriminado a seguir:

- continuidade da implementação do Projeto Sivam, no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), destinados à conclusão da instalação dos Radares Transportáveis, dos serviços de integração dos Sistemas Ambientais, do treinamento para os operadores dos Sistemas, da operação assistida do sistema Radar Transportável e da operação assistida da plataforma de manutenção dos Radares Fixos e Transportáveis;

- AL-X – etapas vincendas em 2005, relacionadas à aquisição de 73 (setenta e três) aeronaves, no valor de R\$58.754.682,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais);

- CL-X – **down-payment**, referente ao contrato de aquisição de 12 (doze) aeronaves, no valor de R\$45.959.902,00 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dois reais);

- F-5 E/F – **down-payment**, referente à aquisição de aeronaves usadas, oriundas de Força Aérea de nação amiga, com quantidade inicialmente estimada em 8 (oito) unidades, sujeita a alteração, em função do preço, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

- H-X – **down-payment**, referente à aquisição de helicópteros com quantidade inicialmente estimada em 10 (dez) unidades, sujeita a alteração, em função do preço, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); –

- Mirage 2000 – primeira parcela referente ao Memorando de Entendimentos para cessão onerosa de 12 (doze) aeronaves modelo Mirage 2000 da Força Aérea Francesa, no valor R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais);

- F-5 BR – etapas vincendas, relacionadas à modernização de 47 (quarenta e sete) aeronaves, no valor de R\$ 58.754.683,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais);

- EFIBANCA – etapas de contratação de bens e serviços de origem italiana, relaciona-

das à modernização das aeronaves AM-X e seu suporte logístico, no valor de R\$11.530.733,00 (onze milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e trinta e três reais);

- manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes da Força Aérea, no valor de R\$97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais); e

- obtenção e instalação de novo sistema de torpedos para o Comando da Marinha, no valor de R\$142.300.000,00 (cento e quarenta e dois milhões e trezentos mil reais).

3. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, de ingresso de operações de crédito externas, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 – LDO-2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

- a)** R\$330.300.000,00 (trezentos e trinta milhões e trezentos mil reais) referem-se à suplementação de programações à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

- b)** R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) referem-se à suplementação de despesas primárias com recursos de origem financeira, sendo compensados:

- b.1** – pelo cancelamento de despesas primárias, constantes do Anexo II do Projeto de Lei ora encaminhado, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e

- b.2** – pela suplementação da Reserva de Contingência, considerada no item **a**, de forma a manter inalterada a meta fiscal estabelecida, no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e

- c)** o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

5. É demonstrado no quadro anexo à presente exposição de motivos, em atendimento ao disposto no Art 65, § 9º, da LDO-2005, o excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, utilizado parcialmente neste crédito.

6. Nessas condições, submeto à consideração de V. Ex^a o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

MENSAGEM Nº 522

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da

União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$600.300.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 5 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 00 – Recursos do Tesouro

NATUREZA	2005		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	EXCESSO / FRUSTRAÇÃO C = (B-A)
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.373.888.200	1.288.849.507
11200000 Taxas	96.234.190	44.122.317	-52.111.873
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.783.796.290	-329.097.316
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.216.322.902	-148.006.494
13100000 Receitas Imobiliárias	146.628.070	222.003.626	75.375.556
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	30.135.188	2.064.195
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	12.954	-301.002
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.777	-898.714
17400000 Transferências do Exterior	17.973	134.775	116.802
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.056.384.562	-373.132.994
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	535.290.443	270.172.253
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	239.893.807	18.908.919
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	689.289.879	11.172.834
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	707.249	129.433
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000
25900000 Outras Receitas	2.169.652	4.997.416	2.827.764
Subtotal (D)	108.701.099.404	109.196.985.385	495.885.981
Modificações orçamentárias efetivadas (E)	-4.873.130.352	-	4.873.130.352
Posição Atualizada F = (D+E)	103.827.969.052	109.196.985.385	5.369.016.333 (*)
Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)			568.909.226
Abertura de Créditos Extraordinários			111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			457.610.477
Excesso de arrecadação disponível H = (F-G)			4.800.107.107

(*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001–CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 15-8 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 23-8 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 28-8 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 7-9 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que pas- so a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de fraude em concurso público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

Fraude em concurso público

Art. 311-A. Empregar qualquer meio fraudulento com o fim de obter ou facilitar aprovação, para si ou para outrem, em concurso público, ou vender, comprar ou transacionar gabarito de prova de concurso público ou publicação de nome em lista de aprovação em cargo para o qual há concurso público em andamento.

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei em tela procura atualizar a nossa lei penal, para que seja possível a subsunção de novas formas delitivas identificadas no seio da sociedade. Em tributo ao princípio da legalidade estrita, mister se faz a tipificação da conduta de fraude em concurso público, a qual vem ocupando cada vez mais espaço nos meios de comunicação, e contra a qual a sociedade tem se colocado de forma veemente.

O projeto de lei em apreço busca por uma descrição típica que seja a mais completa possível, punindo tanto aquele que oferece a vantagem ilícita quanto aquele que busca obtê-la, em prejuízo alheio. Por constituir crime contra a fé pública, optamos por incluí-lo no Capítulo IV do Título X do Código Penal.

Estamos certos que, com essa inovação, contribuímos para o aperfeiçoamento de nossa legislação penal.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – **Osmar Dias**, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Art. 311. Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena – reclusão, de três a seis anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 1º Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 2º Incorre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial.” (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2005

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A prorrogação será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

Art. 2º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a empregada perderá o direito à prorrogação.

Art. 4º A pessoa jurídica que voluntariamente aderir ao Programa Empresa Cidadã terá direito, enquanto perdurar a adesão, à dedução integral, no cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica, do valor correspondente à remuneração integral da empregada nos sessenta dias de prorrogação de sua licença-maternidade;

Art. 5º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

Justificação

Um dos avanços sociais de maior significado para a evolução da sociedade humana no século XX é a formulação dos direitos básicos da criança e do adolescente, que exsurge como reconhecimento da complexa especificidade do ser humano no período de vida marcado pelos fenômenos de crescimento e desenvolvimento. Essa nova visão, fundada na evidência

científica acumulada em todos os ramos de conhecimento pertinentes, permitiu a elaboração da doutrina jurídica que confere à criança o estatuto de cidadão.

Na esteira dessa grandiosa conquista, o Estado brasileiro tomou-se signatário das decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (ECA), acolhendo, como consequência, no art. 1º do ECA, o princípio da Proteção Integral, do qual decorre a elevação de crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos. Vale dizer que as políticas públicas, medidas legais e atos legislativos que tenham a ver com o estrato populacional infanto-juvenil terão como marco referencial os interesses primordiais advindos da sua condição especial de pessoas em desenvolvimento.

O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra-uterina, depende de numerosos fatores do meio ambiente em que se passa sua existência, mas, fundamentalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, o pai e demais membros do grupo social da família que a acolhe. Por outro lado, os laços fortes desse apego mãe-filho, filho-mãe, mãe-filho-pai-família construído no primeiro ano de vida, e particularmente nos seis primeiros meses, são indispensáveis ao surgimento da criança sadia, do adolescente saudável e do adulto solidário – emocionalmente equilibrados –, alicerces seguros de uma sociedade pacífica, justa e produtiva.

A licença-maternidade de 120 dias assegurada à trabalhadora brasileira no art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, foi um passo vigoroso na garantia do direito da criança às condições mínimas para o estabelecimento do vínculo afetivo que a normalidade de seu crescimento e desenvolvimento requer.

Ora, o processo biológico natural, ideal, embora não único, para a construção dessa ligação afetiva intensa que se faz no primeiro ano de vida é o aleitamento materno. A amamentação não se presta apenas a prover nutrição ao lactente. Permite o contato físico com a mãe, a identificação recíproca entre mãe e filho, bem como o despertar de respostas a estímulos sensoriais e emocionais, compartilhadas num **continuum** bio-psicológico, que se configura como unidade afetiva incomparável. Por isso, e por proposta brasileira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida. É a forma natural de propiciar a plenitude do vínculo afetivo original que, na espécie humana, se faz, de maneira insubstituível, nesse período. O princípio vale, inclusive, para mães trabalhadoras que não conseguem, por qualquer razão, amamentar seus filhos. Mesmo não lhes podendo alimentar com

leite humano, podem garantir-lhes, com igual plenitude, todos os demais estímulos essenciais ao estabelecimento do vínculo afetivo, desde que estejam disponíveis para cuidarem dos filhos. Por isso, a Constituição, sabiamente, não restringe a licença maternidade às mulheres que estejam amamentando.

Ao defender o aleitamento materno, exclusivo durante os seis primeiros meses de vida, o Brasil revelou sensibilidade diante de uma exigência crucial para a alimentação saudável no primeiro ano de vida. Contribuiu, também, para reforçar a definição da duração mínima desejável da licença-maternidade capaz de assegurar a excelência dos fenômenos decisivos que se passam no primeiro ano, dos quais depende a saúde do cidadão e, como consequência, o bem-estar de toda a sociedade.

É, pois, inadiável, a formulação de mecanismo jurídico que torne possível a prorrogação, por dois meses, da licença-maternidade de quatro meses determinada constitucionalmente, sem prejuízo de direitos adquiridos e sem custos adicionais para as empresas. Só assim será possível corrigir, em consonância com o que outros países já fizeram, o desencontro entre o que a Constituição Federal preceitua, o que a evidência científica recomenda e o Poder Público tem procurado implementar com a adoção de estratégias que visam estimular o aleitamento materno exclusivo por seis meses.

O Poder Público tem se valido do caminho do incentivo fiscal para atrair empresas a um nível elevado de compromissos sociais. Trata-se de solução justa e defensável numa economia de mercado e numa sociedade democrática, cuja lógica deve ser a do convencimento e não a da imposição.

Em vista dessas considerações, o intuito do presente projeto de lei é a criação do Programa Empresa Cidadã, destinado a estimular a prorrogação da licença-maternidade estabelecida na Constituição Federal, por período de sessenta dias, mediante a concessão de incentivo fiscal que demonstre o verdadeiro compromisso do Estado com a evolução social da Nação.

A adesão ao programa é voluntária e, desde que realizada, confere à empresa o direito de deduzir, do imposto de renda devido, o valor correspondente à remuneração da empregada referente aos sessenta dias que perdurar a prorrogação da licença-maternidade.

Projeções indicam que a renúncia fiscal decorrente da proposição é palatável. Corresponde a cerca de R\$500 milhões, referente à dedução, do imposto de renda devido, da remuneração da empregada afastada.

Constata-se, pois, que, em vista dos imensos ganhos sociais da iniciativa, a relação custo-benefício da

proposta é claramente positiva, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....
II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ao benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. § 3º o disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º,

do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005** (nº 973/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2005

Dá nova redação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.37.

§ 1º A publicidade dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta limitar-se-á à divulgação de atos oficiais, avisos e campanhas de utilidade pública, e promoção de produtos e serviços ofertados por empresas públicas e sociedades de economia mista, vedada, em qualquer caso, a veiculação de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

{NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Foi pioneira a Constituição Federal de 1988 ao disciplinar a publicidade dos órgãos e entidades da administração pública brasileira. Estabelece a Lei Maior, em seu art. 37, § 1º, que a divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do poder público deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. No mesmo diapasão, proíbe a veiculação de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. É evidente a intenção moralizadora do constituinte originário, por certo motivada pelo constante uso abusivo da publicidade para a glorificação de governantes.

Não obstante, o regramento constitucional parece ter sido insuficiente para deter o uso indevido da publicidade oficial. A criatividade de dirigentes mal intencionados encontrou formas de contornar a vedação imposta pela Lei Maior. Ainda que não se faça a promoção pessoal explícita, é inegável o uso da propaganda para enaltecer as virtudes de determinados governos; o que se reflete, ainda que indiretamente, em seus titulares. São exemplos as marcas, logotipos e mesmo *slogans* criados por diversas administrações que, ao longo do tempo, acabam associados ao governante ou ao partido a que ele pertence.

Não deixa de ser revoltante a utilização de escassos recursos públicos em tal finalidade, em um país com tantas carências. A cada ano, aumenta o volume financeiro aplicado em ações de propaganda para divulgar as ações tomadas por diversas administrações, supostamente em favor da sociedade. Por certo, maior benefício social seria auferido se tais somas fossem diretamente aplicadas em serviços públicos essenciais como justiça, segurança, saúde e educação. Pior do que isso, todavia, é ver, como demonstram os escândalos recentes, que os contratos de publicidade são instrumentos utilizados para transferir benesses indevidas aos protegidos dos poderosos de plantão, para acobertar as transações – as mais escusas – entre agentes públicos e privados, drenando recursos públicos escassos que poderiam ter uso mais nobre.

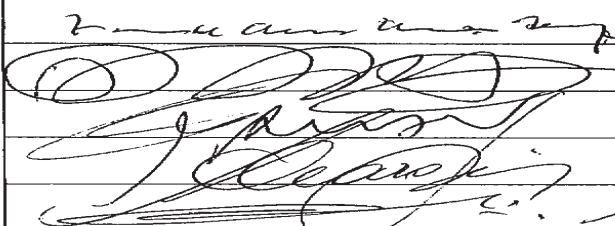
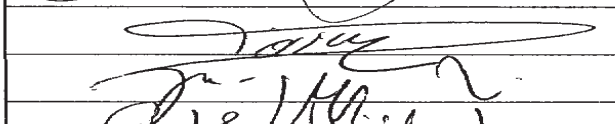
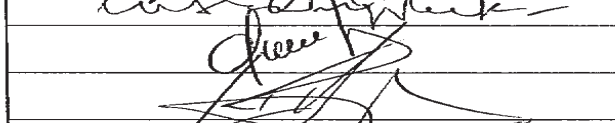
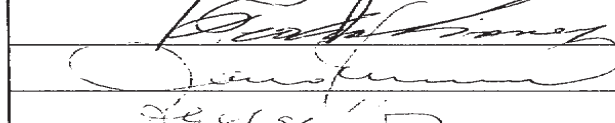
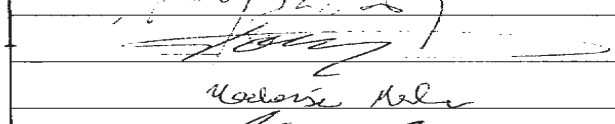
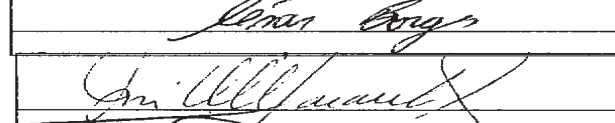

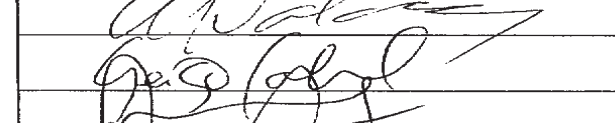
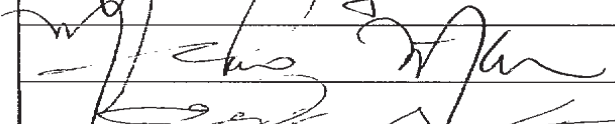
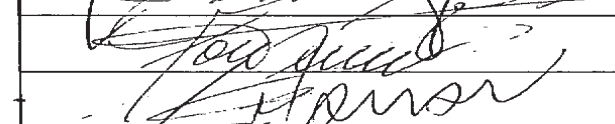
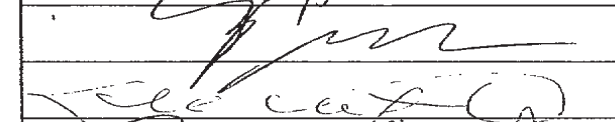
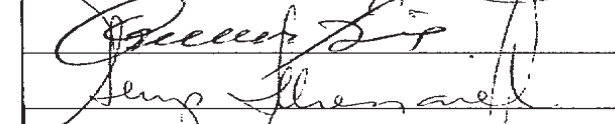
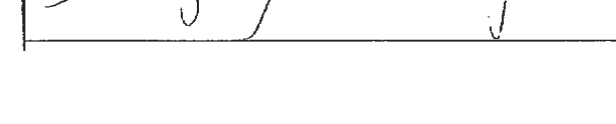

Tais motivos nos levam a propor uma disciplina mais restritiva em relação às ações de publicidade do poder público. Entendemos que a divulgação de supostos feitos governamentais serve mais ao interesse do governante do que ao da sociedade. Nesse sentido, parece-nos pertinente limitar os gastos em publicidade da administração pública à divulgação de atos oficiais (a chamada publicidade legal), avisos ou campanhas de utilidade pública (como as campanhas de saúde, de alistamento militar ou de recadastramento eleitoral, por exemplo), e promoção de produtos ou serviços ofertados por empresas públicas ou sociedades de economia mista. Na nova redação que propomos, fizemos ainda questão de manter a expressa vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Com a medida, pretendemos avançar no sentido apontado pelo constituinte originário, com o intuito de conferir à publicidade estatal regramento condizente com o interesse público e as exigências de nossa sociedade.

Diante do exposto, submetemos a presente proposta de emenda ao texto constitucional à apreciação de nossos nobres pares, certos de sua aprovação e possível aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005


Senador EFRAIM MORAIS

Continuação das assinaturas:

	Mário Santa
	Suplto Botelho
	Leandro Pavan
	Regio
	MOAMAR DO
	Paulo R. Paiva
	João de Souza
	Arthur Bugliu
	Luiz Orsini
	João Aguiar
	Pedro Simon
	TASSO JEREISSATI
	FLM
	Paulo R. Paiva
	Uelaine Helen
	Leandro Borges
	JOSE MANHUA
	TIÃO VIANA
	MAGUI TO VILHA
	AC VALADARES
	SERGIO CABRAL
	MARCELO CRIVELLA
	MAGNO MALTA
	EDUARDO APARECIDO
	RODRIGO TUMI
	LEONEL PAVAN
	JUVÊNCIO DA FONSECA
	GAETANO A. FILHO
	OSMAR DIAS
	SERY S. SHESSARENKO

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil

Capítulo VII

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

.....

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª. seja reiterado o pedido de informações feito ao Advogado-

Geral da União por meio do Requerimento nº 1.126, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª. seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário por meio do Requerimento nº 310, de 2004.

Cordialmente, – senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência reiterará as solicitações aos Srs. Ministros de Estado, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado André de Paula (PFL-PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, parcialmente, às Emendas nºs 4 a 15, nos termos de Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, que oferece, e pela rejeição das demais emendas. A Câmara dos Deputados, ao apreciar a matéria, rejeitou o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, aprovando a medida provisória; e

Nº 1.342, de 2005, de Plenário, Relator revisor: Senador Ney Suassuna, favorável à Medida Provisória.

Prazo final: 19.8.2005

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve a sua discussão encerrada e a votação transferida para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2005

Nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a atenção do Plenário para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO) – Este Secretário repete, Sr. Presidente, para melhor conhecimento do Plenário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2005

Nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

Chamo a atenção dos Srs. Líderes, Senador Aloizio Mercadante, Senador Antonio Carlos Magalhães, para encaminhar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Vou encaminhar o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Após a votação, V. Exª terá oportunidade de encaminhar o destaque.

Mais uma vez, a Mesa encarece a atenção dos Srs. Líderes, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, Senador Aloizio Mercadante. Estamos votando o requerimento da Ordem do Dia sobre a matéria que diz respeito ao salário mínimo.

Não havendo dúvida... Estamos ainda no encaminhamento do requerimento assinado por V. Exª, Senador José Agripino, para a votação da matéria.

Em votação o requerimento.

Indaguei duas vezes ao Plenário e aos Líderes se havia manifestação a fazer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– É o requerimento que dá prioridade ao projeto de conversão?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço, mais uma vez, atenção do Plenário ao que está sendo lido. Vou pedir a releitura do requerimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO) – Pela terceira vez, Sr. Presidente, o Secretário cumpre a determinação de V. Exª, procedendo à leitura do requerimento que há sobre a mesa, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para a votação do projeto de lei de conversão apresentado no parecer oral do Deputado André de Paula sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.

Assinam o nobre Líder José Agripino, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço aos Srs. Líderes que orientem suas Bancadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PMDB vota “não”.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evidentemente nós votamos “sim”, por todas as razões que expusemos no dia de ontem. Essa é uma causa do Partido, e nós pedimos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, signatário que fui, em segundo lugar, junto com o Senador Eduardo Siqueira Campos, que assinou comigo o requerimento de autoria do Sr. Senador José Agripino, evidentemente que com ele me ponho de acordo e recomendo à Bancada do PSDB que vote “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Sibá Machado, pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E pelo Bloco, Sr. Presidente, que recomenda “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Bloco recomenda “não”.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Após a manifestação da maioria, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a pede verificação. Tem apoio de três Senadores? (Pausa.) Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Mão Santa e Reginaldo Duarte. Tem apoio.

A Mesa prepara o painel para a votação nominal do requerimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedimos a todos os Senadores do PMDB que se encontram em seus gabinetes que, por gentileza, queiram vir até o plenário para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Determino às Comissões a suspensão imediata dos trabalhos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma correção: o requerimento foi rejeitado...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento foi aprovado e houve pedido de verificação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o requerimento foi rejeitado. Nós levantamos a mão contra e, pelo visual, o requerimento foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Houve pedido de verificação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está certo, só quero corrigir que foi rejeitado e está havendo verificação.

Pela votação simbólica das lideranças o requerimento foi rejeitado e está havendo verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, a Mesa aguarda o resultado da votação em painel que esclarecerá a manifestação de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sim, mas o Bloco, o Governo e o PMDB levantaram a mão para votar não.

Por isso, pela leitura simbólica, o voto é “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a Bancada do PSDB votará, unanimemente, a favor desse requerimento até para chamar a atenção para o fato de que existe um Governo que se instalou no poder prometendo mundos e fundos a militares, a servidores civis e aos trabalhadores que ganham salário mínimo e não cumpriu absolutamente nada. Então, votamos “sim”. Peço a presença de todos os Senadores do PSDB para votarmos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores podem votar e qualquer dúvida será retirada pelo painel do Senado Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nós pediríamos que as CPIs fossem suspensas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Já determinei a imediata suspensão dos trabalhos das comissões, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu lembraria, Sr. Presidente, que, como temos duas CPIs na Câmara, temos que dar um tempo para que os Senadores cheguem nesta Casa.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP)
– Senador Eduardo Suplicy, o painel aguarda a votação de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não” e pede aos Srs. Parlamentares que estão nos Gabinetes que venham com urgência ao Plenário para a votação nominal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, enquanto transcorre a votação, eu gostaria de fazer uma explicação. O ex-Senador Márcio Lacerda me telefona pedindo que se esclarecesse que não é a ele que se refere o noticiário quando se fala de alguém que teria sacado no Banco Rural. É o Dr. Márcio Lacerda, ex-Secretário Executivo do Ministério do Interior, por sinal também um homem de bem – os dois o são.

Um, a meu ver, se explicou muito convenientemente, o Sr. Márcio Lacerda, executivo. O ex-Parlamentar registra apenas que é uma homonímia. Eu já expliquei a ele que não pesa nada contra eles dois, a meu ver, a juízo do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Reitero aos Srs. Senadores que venham ao plenário votar. Estamos em votação nominal. Os Srs. Senadores que estejam em comissões devem suspender imediatamente os trabalhos. O quórum está baixo até o momento.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– A Liderança do Governo recomenda o voto “não”. Pede aos Senadores que votem “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB, as Oposições e quem tem a sensibilidade para com o trabalhador brasileiro votam “sim”, Sr. Presidente.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Reitero aos Srs. Presidentes de Comissões que foi determinada a imediata suspensão dos trabalhos de todas as comissões nas dependências do Senado

Federal, inclusive CPIs, para que os Parlamentares possam vir ao plenário votar.

O Senador Osmar Dias tem a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT, até para ajudar que o Presidente Lula cumpra o seu compromisso de dobrar o salário mínimo durante o seu mandato, vota “sim” por um salário mínimo pelo menos um pouco melhor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O PDT vota “sim”.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Antonio Carlos Magalhães, a CPI dos Correios, infelizmente, estava reunida, mas foi determinada a imediata suspensão dos trabalhos. É apenas o tempo de cinco minutos para os Srs. Senadores chegarem e registrarem o voto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quando o Governo tiver maioria, V. Ex^a me avise.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Aguardarei mais cinco minutos, Senador Antonio Carlos Magalhães.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

O Senador Ramez Tebet pede mais um minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, V. Ex^a não vota?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Como estou presidindo a sessão, não posso ter lado neste momento, Senador Sibá Machado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, solicito aos Senadores que estão nas CPIs que venham ao plenário imediatamente para votar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Isso já foi determinado, e a Secretaria já informou que suspendeu todos os trabalhos das CPIs.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Se todos os Srs. Senadores já votaram, a Mesa vai encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2005

SOLICITA PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO DO PLV Nº 19, DE 2005 (MP 248/2005)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 10/8/2005

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/8/2005 17:07:23
Encerramento: 10/8/2005 17:18:56

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	NÃO
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	NÃO
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PFL	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	ABST.
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 27
Votos NÃO : 28
Votos ABST. : 01

Total : 56



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 27 Srs. Senadores; e NÃO 28.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Rejeitada a matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2005

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Destaque de disposição para votação em separado da emenda. O autor é o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, o Relator não proferiu o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Srs e Srs. Senadores, a Mesa esclarece que, neste momento, estamos votando apenas os requerimentos e não estamos apreciando o mérito.

A Mesa indaga às Lideranças qual é a orientação para a votação.

Senador Arthur Virgílio, qual é o voto do PSDB?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, vamos querer discutir e encaminhar a matéria, o Senador Antonio Carlos e eu.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Ainda estamos votando o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A favor

do requerimento, Sr. Presidente. O PSDB, mais uma vez, unanimemente, votará a favor do requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PSDB vota “sim” ao destaque para votação em separado.

Senador José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL

repete o voto entusiasticamente: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PFL vota “sim”.

Senador Sibá Machado, pelo PT e pelo Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PT e o Bloco de Apoio ao Governo votam “não”.

Senadora Heloísa Helena, do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe, Sr. Presidente. Temos que ser onipresentes, e, como eu estava lá na CPI na Câmara, fica difícil. Estamos votando o requerimento de destaque para a votação em separado do valor maior?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Exatamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O

P-SOL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O P-SOL vota “sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Estamos votando o requerimento para fazer o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– De votação em separado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem. O PMDB votará “sim” ao requerimento.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim” ao requerimento, que não envolve o mérito.

Como vota o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, vamos encaminhar o voto “sim” para permitir o debate de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Como vota o Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O

PTB vota “sim” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PTB vota “sim” ao requerimento.

Senador Osmar Dias, como vota o PDT?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PDT vota “sim”.

Como vota o Senador Valmir Amaral? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está, portanto, aprovado o requerimento.

A matéria destacada será votada oportunamente.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas e da matéria destacada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A que horas se completa o prazo a partir do qual poderemos pedir votação nominal outra vez, visto que essa é nossa intenção clara?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, se a pergunta de V. Ex^a for no sentido de saber qual é a hora a partir da qual V. Ex^a ou qualquer Líder poderá pedir verificação nominal...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A que horas posso pedir verificação nominal outra vez?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Gostaria de responder: a partir de 18 horas e 18 minutos exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por até cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento presente, o valor de R\$300,00 para o salário mínimo não é aquele que gostaríamos. Contudo, responsavelmente, tendo em conta as repercussões no Orçamento, sobretudo da Previdência, considerando que há aproximadamente 15 a 16 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo pelo sistema de Previdência – além dos diversos benefícios hoje pagos no Brasil – e que há mais de 31 milhões de brasileiros que, no mercado de trabalho formal, recebem o salário mínimo, embora não seja ainda o valor desejável, é aquilo que as autoridades econômicas, o Ministro Palocci e o Presidente Lula entenderam possível na sua meta de dobrar o valor real do salário mínimo até o fim de seu mandato.

Por outro lado, reitero, sempre mais, sobretudo quando passarmos do estágio do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania, que será necessário, nos anos vindouros, cada vez mais, na hora de definir o valor do salário mínimo, considerarmos dois valores: o do salário mínimo e o da Renda Básica de Cidadania, objeto da lei aprovada pelo Congresso

Nacional e sancionada pelo Presidente, que será instituída gradualmente.

Quando houver a Renda Básica de Cidadania, ela poderá ser considerada um elemento importante para o direito de todos os brasileiros de partilharem da riqueza da Nação. E aquilo que for objeto de remuneração do trabalho será em acréscimo ao que todos terão, em cada família, todos os membros, como parte do direito de todos de serem sócios da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para encaminhar a votação.

Antes de fazer uso da palavra o Senador Heráclito Fortes, gostaria de comunicar a V. Ex^{as} que os Líderes partidários resolveram, hoje, aprovar um calendário especial para aprovação de uma nova versão da reforma política, em função do projeto do Senador Jorge Bornhausen, que objetiva mudar a legislação, garantir a ética, a transparência, reduzir custos. Até o dia 23, concluiremos esse calendário de votações aqui no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, que dispõe de até cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Delcídio Amaral, talvez uma das maiores revelações políticas que o Brasil vê nestes últimos tempos, homem de palavra, cumpridor dos seus deveres e Líder do Governo, imagino o constrangimento de V. Ex^a por estar aqui nesta votação. V. Ex^a subiu aos palanques de Mato Grosso e do Brasil inteiro emprestando apoio à candidatura do Presidente Lula, prometendo dobrar o salário do brasileiro em quatro anos. Estamos chegando ao final do terceiro ano, e o salário não é nada daquilo que o povo brasileiro esperou.

Tenho certeza de que, se dependesse de V. Ex^a, Senador Delcídio, teríamos avançado muito nessa matéria. Essa, Sr. Líder, é apenas uma amostra das contradições do atual Governo, do que prometeu em praça pública e do que realiza; do que prometia, quando era estilingue, e do que cumpre agora, que é vidraça.

Sr. Presidente, a questão do salário mínimo não é um fato isolado. Se examinarmos também o programa das desigualdades sociais, o Governo prometia, até o final de 2006, dar pelo menos três alimentações diárias ao brasileiro. Criou-se o Fome Zero, com as expectativas, as promessas mirabolantes, e, nessa questão, o que houve, na realidade, foi um retrocesso.

O ex-Senador e hoje Deputado Roberto Freire, ontem entrevistado no “Programa do Jô”, mostrou muito bem o perigo que corremos com a prática desses programas sociais paternalistas e que, acima de tudo,

viciam o brasileiro. Os programas sociais do atual Governo, Senador Tasso Jereissati, estão simbolizados pela compra de um avião por R\$168 milhões. Não sou contra, quero ser franco, a que o Estado brasileiro tenha uma aeronave condigna para transportar a autoridade maior do País. Mas o estranho, Senador Sibá, é que esse avião tenha sido comprado e pago antecipadamente. Não existe isso, nem xeique árabe compra avião pagando à vista. Faz-se **leasing**, financiamento de longo prazo. O Brasil, não, dinheiro sobrando, inaugurou essa modalidade de compra de aeronave.

Senador José Agripino, o Governo do Presidente Lula, que anunciou e comemorou o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, há cerca de um mês antecipou R\$8 bilhões do montante da dívida. Ora, não há governo que consiga cumprir promessa de pagar salário mínimo e de atender às reclamações das populações mais carentes, invertendo as prioridades da sua política.

O social, Senador Arthur Virgílio, tenho a impressão de que guardaram para aquele hipotético segundo mandato, em que o povo brasileiro não acredita mais.

Senador Sibá Machado, o que a Nação brasileira espera hoje é o resgate das promessas cumpridas. O que a Nação brasileira espera hoje é a recuperação da credibilidade do governo no que diz respeito a banir dos seus quadros essa corrupção desenfreada, de cujo fim não se sabe.

Estamos aqui para votar de acordo com o que pensa o povo brasileiro, para defender um salário justo para o funcionalismo público do País e para fazer um apelo ao governo para que acorde, desça do palanque, procure se reencontrar com os programas sociais que defendeu ao longo do tempo, procure cumprir as promessas de campanha e realizar todos os desejos da população brasileira, que de boa fé acreditou na pregação e levou um trabalhador à Presidência da República, achando que a esperança pregada ao longo dos anos finalmente estava por chegar. Hoje amarga uma tremenda frustração e, acima de tudo, uma decepção com os rumos não só da economia brasileira, mas da própria administração do atual governo.

Portanto, Sr. Presidente, marcamos a nossa posição em nome de um salário mais justo para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência procede à inscrição de V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Demóstenes Torres, e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive um momento difícil, um momento **sui generis**, um momento de desencanto. O Brasil está prenhe de desencanto. Isso é péssimo, porque temos ainda um ano e meio de governo, um governo que queremos que acabe, no bom sentido, que vá até o fim, pois foi eleito para isso. O eleitor depositou confiança maciça no homem e no partido que acreditava seria a redenção.

Era o partido da moralidade; era o partido que vinha para redimir o Brasil de todas as práticas espúrias e para conjurar, de uma vez por todas, a imoralidade e a indecência que grassavam neste País. Era o partido e o presidente que vinham para resolver o problema da segurança pública, da criminalidade, do tráfico de drogas, mas acabaram gastando, Sr. Presidente, sete centavos, este ano, por cada brasileiro em segurança pública. Foi o partido que se apresentou para resolver o problema da saúde pública, para fazer com que as filas desaparecessem dos hospitais, para, de uma vez por todas, acabar com as endemias e as epidemias no Brasil.

Mas o que conseguiu foi verdadeiramente produzir o escândalo dos vampiros, desaparelhar toda a Administração Pública, acabar com a rede de excelência, Senador Mão Santa, na saúde pública como a que havia, por exemplo, no Instituto Nacional do Câncer.

Foi o partido, enfim, que apareceu junto com um presidente que fazia os discursos mais tocantes ao coração do brasileiro, que levava esperança. Acreditávamos que o Brasil fosse mudar.

Qual o quê!

O que foi que apareceu? Apareceram escândalo e mais escândalo. Os escândalos que surgiram levaram à crença de que o presidente estava mais interessado em perseguir a liberdade de imprensa, em fazer com que aqueles que trabalharam para o governo viessem receber os seus benefícios, e se criou a figura do mensalão.

Apareceu o Sr. Valério, Senador Wellington, um homem capaz das mais diversas indulgências e que, em vez do programa Fome Zero, acabou criando o programa “cama zero”. Foi algo extraordinário.

O governo acabou ladeira abaixo, e hoje estamos vendo algo que nem no nosso mais remoto imaginário

poderíamos pensar: a luta do Governo do Partido dos Trabalhadores, do Governo do Senador Paulo Paim – homem que está lutando, há muito tempo, para que o salário mínimo possa ser dobrado, duplicado –, para que o trabalhador não tenha aumento do salário mínimo.

Quando é que poderíamos imaginar que isso ia acontecer, que o discurso seria derrotado pela prática, Senador Pedro Simon? Este governo acabou dando um exemplo terrível. Acabou com as esperanças do brasileiro e hoje tenta, desesperadamente, se sustentar numa CPI em que seus dirigentes se engalfinham cada vez mais para tentar abafar a verdadeira causa e o verdadeiro espírito deste governo, que é um governo desavergonhado, que surgiu e apareceu, simplesmente, para que seus membros enriquecessem.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, há muito tempo, vem denunciando-o e acredita, como eu, que muitos dos dirigentes, em vez de estarem nos ministérios ou dirigindo os partidos, principalmente o PT, deveriam estar mesmo atrás das grades, onde devem ter sido gerados e de onde nunca deveriam ter saído.

Hoje estamos brigando, sim, sabendo, não demagogicamente, que o governo pode aumentar o salário mínimo, mas ele quer fazer o superávit fiscal. Esse superávit tem apenas uma finalidade: fazer com que a banca internacional, com que os bancos recebam o seu, porque os Parlamentares, especialmente os da Câmara, aliás, os da Câmara, e mais muitas autoridades, esses já receberam através das indulgências “valerianas” e de outras conexões que certamente vão aparecer.

Por incrível que pareça, hoje quem está aqui, defendendo o aumento do salário mínimo, e com coerência, porque nunca fugiu da coerência...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ... somos nós, o Partido da Frente Liberal, e o Partido da Social Democracia Brasileira, aliados com gente do primeiro time, como a Senadora Heloisa Helena, com gente do PMDB, também de primeiro escalão e de altíssimo coturno, como Pedro Simon e companhia. Nós queremos, e estamos demonstrando que o Governo precisa ser derrotado a bem do trabalhador.

Triste figura a do Partido dos Trabalhadores, um Partido que, hoje, merece o desencanto das ruas e que simplesmente nós vamos derrotar ano que vem nas urnas, mostrando todas as suas incongruências e mostrando que, simplesmente, é um partido da enganação. O PT é o partido da trapaça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar que na votação anterior eu sigo a orientação do meu Partido, porque eu estava ausente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Ata registrará a posição de V. Ex^a.

A Mesa convoca o próximo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a tem a palavra, Senador Mão Santa, para alegria do Plenário e do Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Siqueira Campos, que preside esta sessão, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, aqui presentes e os que nos assistem pelos sistemas de comunicação.

O Senador Magno Malta, filho da santa Dan Dan, me deu um símbolo para usar na lapela. Não é um tucano não, Papaléo. É uma águia. E eu aceitei, e é oportuno, porque me fez lembrar do Águia de Haia.

Presidente Lula, aprenda: O trabalho e o trabalhador vêm antes. A primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Somente depois, vem o capital, a riqueza e os banqueiros.

Aí o Lula inverteu e o deus dele é o dinheiro, os bancos, o FMI, o BID, o Bird, o Brasdesco, o Itaú.

Senador Sibá, V. Ex^a nasceu no Piauí. Eu vi o Lula tempos atrás na televisão. O operário tem que tomar aos sábados, Senador Siqueira Campos, uma cervejinha. Todo operário tem que tomar uma cervejinha aos sábados. É muito justo. O salário tem que dar para uma cervejinha. E não só ele, a mulher dele, a Adalgisinha dele lá. Está bom.

Não votei na primeira vez, na segunda não votei, na terceira não votei, na quarta, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Cão atentou e eu votei no Lula. Mas porque fiquei naquela imagem de que o trabalhador merecia aos sábados tomar uma cervejinha com a mulher dele. Mas, com esse salário, Lula, não dá. Não dá nem para a cachacinha. Não dá! Então, temos de buscar um salário melhor.

A vergonha, esta não pode ser a Casa da vergonha. Oh, Geraldo Mesquita, eu vi aqui o Presidente se acocorar ao Poder Judiciário. São R\$24.500,00, e já estão aprovados.

Senador César Borges, V. Ex^a, que é engenheiro e sabe matemática, que o Palocci não sabe, nos países civilizados a diferença entre o maior e o menor

salário é de dez vezes. Então o salário mínimo deveria ser, considerando os R\$24.500,00 dos magistrados, de R\$2.450,00.

E mais. A vergonha maior que eu senti – e estou morto de vergonha –, na Alemanha o Suplicy disse que a diferença é sete vezes do menor para o maior. Mas a maior vergonha desse gênio, o melhor, o bom caráter, um grande Líder... Ele disse ali que a maior diária de um Senador é 460 dólares. Ué, ué, ué! Foi o extraordinário Mercadante, a estrela do PT, que brilha pelo seu saber. Quatrocentos dólares!

Olha, vamos para o inferno se deixarmos um salário desse, Senador Tasso Jereissati. Quatrocentos e cinquenta a diária de um Senador. Disse ele ali. E o pobre... Está ali o Líder da Comunicação do PMDB autêntico! Já tem um PMDB autêntico: Presidente de Honra, Senador Ramez Tebet; Presidente Executivo, Senador Pedro Simon. O nosso amigo Senador Sérgio Cabral é o Diretor de Comunicação. O nosso do Rio Grande do Norte, Senador Garibaldi, é o Vice-Presidente. E aquele que tiraram do INPS, do Acre, o nosso extraordinário Senador, é o Diretor de Ética.

Então, em nome desse PMDB autêntico que lutou pela redemocratização e pela anistia, lutamos por um salário digno, pela primazia do trabalho e do trabalhador. Nós viemos aqui pedir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, tenho direito a cinco minutos mais dois.

Nós viemos pedir, então, à sensibilidade do PT. Dê um salário maior. Esse não dá, Senador Sibá!

O Senador Delcídio, que é Líder, olha, o Presidente João Batista Figueiredo foi homem demais. Senador Antonio Carlos, um estudante, uma criança perguntou ao Presidente João Batista Figueiredo o que ele faria se ganhasse o salário mínimo. E ele, na autenticidade, disse: “Daria um tiro na cabeça”. Ele disse que daria. Ah, se o Lula desse, porque esse salário é vergonhoso! Então, poderia nascer a esperança. Essa é a verdade.

Então, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, vamos resgatar a justiça. O Livro de Deus diz: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um minuto é bom, é o suficiente. Cristo, em um único minuto, fez o Pai-Nosso, que apresenta 56 palavras. Quando balbuciamos, transportamo-nos da terra aos céus. Então, que estas palavras cheguem ao Lula, que disse que o

trabalhador merecia uma cervejinha com a mulherzinha dele no fim de semana. Então, esse salário não dá! O Lula, portanto, com tanta suspeita e acusação, não pode ficar como mentiroso. Senador Tasso Jereissati, meu pai, nascido no Maranhão, disse que quem mente rouba. Então, aquilo era uma mentira do Lula. Ele tem que permitir que seja resgatado um salário justo e digno para o trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa vai convocar o próximo orador, Sérgio Cabral, mas apenas esclarece ao Senador Mão Santa que o Regimento diz claramente que, na discussão da matéria, são dez minutos e, no encaminhamento, cinco minutos. Os dois minutos adicionais se aplicam sempre às comunicações inadiáveis e partidárias. Não é o caso de encaminhamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Fora do microfone.) – Só uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ora, Sr. Presidente, não me baseei no Regimento, não. Baseei-me na sensibilidade de V. Ex^a porque eu aprendi no livro de Deus que “a árvore boa dá bons frutos”. E V. Ex^a é filho de Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a teve os dois minutos, Senador Mão Santa, que pediu à Mesa.

Senador Sérgio Cabral, V. Ex^a é o próximo orador inscrito pelo prazo de cinco minutos, acrescidos da sensibilidade que esta Presidência tem para com todos os integrantes desta Casa.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me lembro que quando foi aprovada, no Congresso Nacional, a lei que permitia o salário mínimo regional, nós do Rio de Janeiro saímos na frente e aprovamos o nosso salário mínimo regional que, no início, teve forte reação de setores produtivos rurais, alguns setores da indústria e do comércio que diziam que isso quebraria a economia do Estado. Basta entrar na Internet e buscar o que se falava na época, no Estado do Rio de Janeiro, quando nós aprovamos lá o salário mínimo regional. O Governador, o Garotinho, e eu, Presidente da Assembleia Legislativa. Pois bem, esta política continua – e isso ocorreu em 2000; já se passaram cinco anos, quando fizemos os reajustes, o que só fez aumentar o poder aquisitivo do trabalhador do Estado do Rio de

Janeiro. A empregada doméstica do nosso Estado tem um piso salarial de R\$350,00, bem como o trabalhador rural. Não houve debandada, não houve desemprego. Pelo contrário, a economia se fortaleceu.

Aqui no Senado Federal, há dois anos e meio, discutíamos e votávamos a reforma da Previdência. E o Governo do PT defendendo que a solvência do Estado passava pela cobrança de taxas aos aposentados e pensionistas. Gerou solvência à Previdência Social a cobrança a aposentados e pensionistas? (Pausa.)

Sr. Presidente, solicito um esclarecimento: é a primeira emenda que estamos discutindo, dos R\$10,00, ou a dos trezentos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Estamos votando a medida provisória.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E depois vamos votar os...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Depois, a única votação em que foi solicitado o destaque, o DVS do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi em cima da emenda do Sr. Deputado Eduardo Paes, que eleva para R\$384,00.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ela foi a única solicitada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – É o único DVS apresentado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O PT então, de lá para cá, em 2003, em 2004 e agora em 2005, se posiciona em uma política conservadora, falando em solvência do Estado, em solvência da Previdência, e diz que quebra a Previdência Social se dermos um reajuste maior. Ora, francamente, isso é um deboche com a própria política anterior do PT, como hoje é um deboche tudo o que estamos vivendo no Brasil.

O PT, que votou contra a Constituição brasileira de 1988, expulsou os Deputados que votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, expulsou Erundina porque participou do Governo de Itamar Franco; o PT, que sempre buscou uma limpeza ética que, a meu ver, sempre teve um teor questionável por ser absolutamente fronteiro, com posições fascistas, discricionárias; o PT, que nunca quis se misturar em todo o processo que nós do PMDB alavancamos no Brasil, desde a luta pelas Diretas Já, no processo do Colégio Eleitoral, misturando sim e buscando o senso comum; esse PT, que a cada votação do salário mínimo criticava os Governos que por aqui passaram: de José Sarney, de Itamar Franco e de Fernando Henrique, vem agora defender um salário mínimo de R\$300,00. Ora, faça-me um favor! Isso é um deboche, é mais uma contradição deste Governo.

Há contradições morais, éticas, com três CPIs instaladas no Congresso Nacional; há contradições econômicas, pagando-se bilhões de reais em juros todos os anos aos banqueiros e não se abre para uma negociação de aumento do salário mínimo!? A pergunta não é que País é este, mas sim que PT é esse?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos discutindo o aumento para R\$384,00, mas ontem nós discutimos uma solicitação de R\$10,00 a mais que o PT já não aceitava. Graças a Deus, nos somamos ao esforço do Senador Antonio Carlos Magalhães de elevarmos para R\$384,00. A Bahia também aplicou um piso regional.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma frustração, não para mim porque nunca acreditei naqueles que não se misturam. Quando se misturaram deu no que deu; naqueles que não aceitam a pluralidade. Agora, certamente para os eleitores do PT e do Presidente Lula vê-lo editar uma medida provisória de R\$300,00 de salário mínimo... Francamente!

O que me decepciona é ver companheiros do meu Partido, o PMDB, nesse governismo barato, nesse governismo menor, nessa visão fisiológica atrasada. Aliás, amanhã estaremos lançando um programa nacional coordenado pelo Professor Carlos Lessa, do PMDB que nós queremos, o PMDB independente, o PMDB que não aceita ser cooptado num momento como este, em que estamos votando um salário mínimo de R\$300,00. O mínimo que este Governo deveria fazer era rever essa questão, repactuar o salário mínimo no Brasil!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a seja bem-vindo! Estava fazendo falta a esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Na questão de encaminhamento da votação, V. Ex^a pode ter a inscrição para falar. Já fica devidamente inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, para melhor esclarecimento do Plenário, lerá a lista dos Senadores inscri-

tos para o encaminhamento da votação pelo prazo de cinco minutos.

O próximo orador é o Senador Marcelo Crivella. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque; Senador Marco Maciel; Senador Tião Viana; Senador Luiz Otávio; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Osmar Dias; Senadora Heloísa Helena; Senador Geraldo Mesquita Júnior; Senador Sérgio Guerra; Senador Antonio Carlos Magalhães; Senador Sibá Machado; Senador César Borges; Senador Flexa Ribeiro; Senador Efraim Morais, e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para encaminhar a matéria. (Pausa.)

Como S. Ex^a não se encontra em plenário, concederei a palavra, por permuta, ao Senador Cristovam Buarque por cinco minutos. O Senador Marcelo Crivella fica reinscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo das últimas semanas, creio que o povo brasileiro inteiro e cada um de nós estamos esperando, com ansiedade, sair da discussão de mensalões, de contribuições, para discutir assuntos que afetem diretamente a população brasileira.

Assisti, constrangido, a todos os últimos debates que dizem respeito ao meu próprio Partido e à vida pública brasileira. Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje estou tão constrangido ao discutir o salário mínimo quanto eu estava ao debater o mensalão. Pergunto-me o que está o povo brasileiro pensando do fato de estarmos aqui discutindo se vamos acrescentar ou não R\$10,00 ao salário mensal de um trabalhador.

Tive vontade de trazer aqui, Sr. Presidente – mas não sou dado a esses gestos teatrais –, um pão. É o que significa esse aumento, um pão por dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Cristovam Buarque, permita que a Mesa faça um esclarecimento a V. Ex^a até para que sirva para o ordenamento dos trabalhos e para os demais Senadores.

Tendo o Plenário rejeitado o pedido de análise do projeto de lei de conversão, que preconizava R\$310,00, passamos a analisar a medida provisória e estamos analisando o mérito dela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Portanto, o Plenário terá apenas duas possibilidades: aprovar os R\$300,00 da medida

provisória ou os R\$384,00 da matéria destacada – e não mais R\$310,00

Então, estamos agora, neste exato momento, discutindo a medida provisória, que fixa em R\$300,00 o salário mínimo ou o DVS, que fixa em R\$384,00.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Manifestarei o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi apenas para esclarecimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Uma das propostas, portanto, é de um pão a mais por dia. A outra significa oito pães. Estamos aqui gastando um dia inteiro no Senado Federal para votar essa matéria. Se fizermos a conta de quanto custa para a sociedade brasileira o nosso trabalho de um dia e compararmos essa quantia com a diferença do salário mínimo, tenho absoluta certeza que o constrangimento será geral.

Há o constrangimento, por um lado, de o meu governo e o meu partido não terem sido capazes de conseguir a diferença necessária para pagar o salário mínimo, seja de R\$310,00, seja de R\$384,00. E o constrangimento de ver também que alguns de nós consideram um grande salto na vida dos trabalhadores ter um pão a mais por dia.

Eu me pergunto se esse debate é em alguma coisa mais engrandecedor do que o debate das últimas semanas sobre quem pagou a quem, sobre para quê foram os recursos e se houve ou não mensalão.

Sr. Presidente, há um ano, ao votar o salário mínimo, eu disse que votaria com a proposta do Governo, de R\$260,00, se o Governo se comprometesse com um choque social, porque, esse sim, melhoraria as condições de vida dos trabalhadores. Não com um pão a mais por dia, mas com escola boa para os filhos; não com dois, ou três, ou quatro pães a mais por dia, mas sim com água e esgoto nas suas casas. E isso é possível. E os recursos existem se quisermos definir corretamente as prioridades.

Foi aprovada a minha proposta do choque social, e o Presidente da República, depois de um acordo feito por intermédio do Ministro Palocci, vetou a proposta do choque social, Senador Mão Santa. Naquele dia, vim aqui, pedi desculpas ao povo e disse que todos nós temos direito a enganar-se uma vez, duas vezes é estupidez.

Não posso me conformar com o fato de que não estejamos aqui discutindo coisas mais profundas, como a revolução que pode ser feita na realidade social do Brasil, mediante um choque social. Em vez disso, queremos considerar como suficiente o salário mínimo de

R\$300,00 ou que será um grande salto se o salário mínimo for de alguns centavos a mais por dia.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{as} Senadoras, eu me nego a votar qualquer dessas duas propostas. Não quero ficar comprometido com o baixo salário que se propõe nem quero enganar o povo, dando a impressão de que haverá um grande salto com aquele aumento que está sendo proposto. Eu me nego a votar essas alternativas.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa agradece a V. Ex^a Senador Cristovam Buarque, e convoca novamente o Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Por permuta, portanto, a Mesa convoca o próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel. (Pausa.)

S. Ex^a declina!

O próximo orador inscrito é o Senador Tião Viana.

A Mesa posterga a inscrição de S. Ex^a para convocar o Senador Luiz Otávio.

Senador Luiz Otávio, a Presidência interrompe o diálogo de V. Ex^a para dizer que V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Vou permutar com o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está permutado! V. Ex^a é o próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio; depois, o Senador Osmar Dias, a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Geraldo Mesquita, Sérgio Guerra, Antônio Carlos Magalhães, Sibá Machado, César Borges, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Efraim Morais e Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, Senador Juvêncio.

Sr. Presidente, não ouvi o meu nome. Ele está na relação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Magno Malta, V. Ex^a está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe-me, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Partido, o PDT, já se manifestou sobre o novo projeto que trata do salário mínimo velho por intermédio de seu Líder, Senador Osmar Dias. Disse categoricamente nosso Líder que orientava a Bancada no sentido de votar pelos R\$310, no mínimo, para ajudar nosso Presidente a dobrar o salário mínimo até o final do seu Governo.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a é um grande advogado dos trabalhadores deste País e também um grande petista. É um petista autêntico, legítimo, que o povo brasileiro aplaude. Imagino que V. Ex^a está passando por um constrangimento muito grande, porque essa proposta de salário mínimo, inclusive recusando uma majoração de dez reais, chega a ser ridícula. Digo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que essa conduta do Governo é costumeira, não muda. Na verdade, parece que o trabalhador é, na verdade, o alvo negativo da administração que temos hoje.

Veja o que aconteceu com os aposentados. V. Ex^a batalhou aqui, empenhou seu prestígio, seu nome e até sua honra política, apostando no Governo na PEC paralela, e chegamos onde chegamos com referência aos aposentados.

Existe proposta de uma reforma sindical que neutraliza os sindicatos, que desvaloriza o trabalhador. Assim o Governo, de projeto em projeto, traz o desprestígio, o enfraquecimento não só do trabalhador, do seu salário, da sua renda, como também das instituições representativas.

Imagine V. Ex^a um projeto de lei em que o Governo concede ao servidor público federal 0,1%. Senador Mão Santa, V. Ex^a aqui já tratou desse assunto importantíssimo que foi o aumento de 0,1% para o servidor público federal. Estamos na República da vergonha, na República do constrangimento.

Srs. Senadores, meus ilustres Pares desta Casa, que dificuldade estamos tendo de transitar entre o povo, de passear nas avenidas, de ir a uma solenidade, de manter contato com a população em razão desses momentos difíceis que estamos vivendo.

No entanto, a cada momento que passa, sentimos que nada de novo acontece. Vejo agora a questão mais clara que está exigindo neste País, a ação política, a ação administrativa, o objetivo do Governo é, antes de tudo, favorecer os banqueiros, o mercado financeiro internacional. Um banco brasileiro, competente, muito competente, teve um lucro de mais de 100% nesse primeiro semestre, um lucro de R\$3.600 bilhões, um banco só, apenas um banco. E continua-

mos insistindo que o salário mínimo para o trabalhador brasileiro que é essa miséria que está aí; não se pode sequer discutir um aumento acima de R\$10,00 por mês. Isso é triste!

Estou usando a palavra aqui hoje para dar uma satisfação à população do meu Estado, que, às vezes, não nos vê aqui na tribuna, todo dia, debatendo as questões nacionais, debatendo a questão do mensalão, desta corrupção que está desgraçando o País. Mas era preciso, num momento como este, que trouxéssemos uma palavra lenitiva, pelo menos para o trabalhador brasileiro, e dizer: olha, nós estamos aqui recuperando, mesmo que parcialmente, o seu salário. Mas nem isso, Senador Paulo Paim, acontece nesta República.

Indignadamente, faço aqui meu pronunciamento. Ao mesmo tempo, só mesmo rezando a Deus para que as forças do alto possam salvar o Brasil, porque nós homens estamos numa vala difícil, comandada por um Presidente sem nenhuma vocação para governar este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca o próximo orador inscrito, por permuta, o Senador Luiz Otávio, do PMDB do Estado do Pará, por até cinco minutos. O próximo orador inscrito é o Senador Osmar Dias.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, novamente, discutimos no Plenário do Senado Federal a aprovação desta Medida Provisória que confirma o reajuste dizendo, do salário mínimo de R\$300,00.

Ficamos aqui a discutir desde ontem, sabendo das dificuldades. Para quem paga é muito e para quem recebe é muito pouco.

Todos nós somos conscientes e sabemos da dificuldade que as Prefeituras municipais dos mais de 5,5 mil Municípios brasileiros têm para pagar a folha de pessoal, os seus funcionários. Isso, independentemente de região, de Estado; é uma questão nacional. Todos os governantes, em todos os níveis, desde o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos municipais têm com certeza, em suas metas de trabalho, o ajuste, o reajuste, a adaptação do salário mínimo, principalmente, que é base, é referencial de pagamento para todos os funcionários públicos.

Mesmo a iniciativa privada, as empresas particulares, as donas-de-casa se preocupam e, além de se preocuparem, tomam decisões de restrição, de redução de pessoal todo ano, quando se reajusta o salário mínimo. Até porque, como já disse, é muito

pouco para quem ganha e para quem paga é difícil acompanhar o aumento de custo de mão-de-obra e não poder repassar, dentro de seus custos, dentro de suas planilhas, dentro dos seus orçamentos, esse aumento, independentemente de quem seja e a que atividade da economia pertença.

Com certeza, isso traz a necessidade de gerarmos mais empregos e também mais renda.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutimos e votamos um empréstimo externo do BID para o BNDES, US\$1 bilhão para as micro, pequenas e médias empresas. Discutiu-se muito essa mensagem vinda do Governo Federal, do Presidente da República, e questionava-se: como serão as taxas? Quais serão as garantias? Como esse empréstimo será colocado dentro das micro, pequenas e médias empresas e como elas pagarão esse financiamento?

Vimos, em todos os momentos, todos os dias, a necessidade de investimento na criação e geração de emprego. Vimos por meio dos pequenos negócios, dos próprios trabalhadores que não têm carteira assinada, do próprio ambulante que precisa de um recurso qualquer, como se tem por meio dos bancos populares e, agora, até das redes de bancos oficiais, como o caso do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Além de tomar os recursos, também tem que se ter o compromisso de pagar. E, muitas vezes, é difícil compatibilizar a receita com a despesa.

E aí nos encontramos como hoje: podendo manter e votar, com certeza, o reajuste que foi dado em maio. Nós já estamos em agosto. Esse reajuste, esse ajuste já está até superado, mas a manutenção da folha de pagamento dos funcionários públicos ou privados em todo o País ainda está difícil.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, existem ainda muitas Prefeituras com dificuldades de pagamento, não podendo cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há inclusive Prefeitos afastados porque não cumpriram com o pagamento do pessoal. Existem empresas que são obrigadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, pelas Delegacias Regionais do Trabalho, a pagarem o pessoal em dia. Todo mês é essa novela, em todos os Estados da Federação, em todo o Brasil. Até mesmo as donas-de-casa se encontram em dificuldade para pagar as suas secretárias, as suas domésticas, as pessoas que trabalham e ajudam na criação dos seus filhos, dos seus netos, porque precisam trabalhar.

Vê-se também todo dia, principalmente nas cidades modernas, como é o caso de Brasília, o serviço de transporte alternativo cheio de pessoas que vão trabalhar, e a maioria não tem nem carteira assinada.

Portanto, Sr. Presidente, temos de procurar cada vez mais reajustar, ajustar a nossa receita – isso em geral –, mas nós temos que ter a consciência e a certeza de que nem sempre tudo se pode fazer. E deve-se fazer aquilo que é capaz e que é legal.

Exige-se de todos os governantes, em todos os níveis, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e de seus orçamentos, para que possam dormir tranquilos por conseguirem pagar os seus funcionários. Isso tanto no serviço público como no serviço privado.

Com certeza, Sr. Presidente, no ano que vem, teremos nova discussão, votaremos um novo patamar e estaremos aqui novamente para aprovar aquilo que foi referendado no dia 1º de maio. Já há até uma proposta de antecipar para janeiro o salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, a nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu já tive a oportunidade, ontem, de tratar deste tema, de alguma forma até discutindo com a sociedade e com esta Casa o momento extremamente difícil por que estamos passando. Claro que era essencial que este debate tivesse sido motivado nas comissões da Casa, que houvesse audiências públicas, em que pudesse haver a participação dos mais diversos setores da sociedade, que pudéssemos discutir a importância de um projeto que pode significar o aumento do salário mínimo. Não esse faz-de-conta, não essa farsa que da Medida Provisória encaminhada pelo Governo de um aumento do salário mínimo, que, de fato, não representa nada, nem mesmo melhoria do poder de compra das pessoas.

O ideal seria que pudéssemos votar um dos muitos projetos importantes que existem tramitando na Casa: ou o Projeto do Senador Paulo Paim, ou o projeto da Deputada Luciana Genro, ou o projeto da minha autoria, que significa uma recomposição permanente do poder de compra do salário mínimo. A gente sabe o quanto isso é importante. O aumento do salário mínimo significa a dinamização da economia local, a geração de emprego, a geração de renda, o aumento da capacidade de consumo. Portanto, é a empresa, é o comércio e é a indústria que, pelo aumento da ca-

pacidade de consumo, podem vender mais, podem produzir mais.

Então, é essencial para a dignidade das pessoas, é essencial para milhares de trabalhadores brasileiros, é essencial para a melhoria da vida cotidiana das pessoas, para que essas pessoas possam ter acesso ao alimento de dignidade, para que essas pessoas possam não vivenciar o desespero de viver pendurado nas bodegas, nas padarias, precisando de um aumento maior.

Algumas pessoas podem desprezar dez reais a mais. Mas eu desafio que uma pobre mãe de família despreze dez reais. Esse valor, para ser desprezado pelo Senador ou pela Senadora, é fácil. Está sendo proposto pelo Governo o salário mínimo de R\$300,00, mas nós poderemos chegar a R\$80,00 a mais como é a proposta do Deputado Eduardo Paes, destacada pelo Senador Antonio Carlos é muito importante na vida de uma pessoa! É muito importante! É essencial! É muito fácil para um Senador desprezar três, dez, vinte pães a mais. Mas, para quem está passando fome, isso é algo muito importante e essencial. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós teremos de votar esse aumento. É evidente que, infelizmente, vamos ter que votar favoravelmente à medida provisória, para que possamos emendar, com uma emenda destacada, para chegarmos a R\$380,00. Isso é muito importante.

Eu não agüento quando as pessoas vêm para cá com essa cantilena mentirosa. A tropa de choque do Presidente Fernando Henrique usava, e a do Presidente Lula, sem nenhuma criatividade, usa. É a história de que vai quebrar o setor produtivo e as prefeituras. O que quebra as prefeituras e os Estados brasileiros é a política sórdida da agiotagem! É o Governo Lula ceder, aprofundar o projeto infame iniciado pelo Governo Fernando Henrique! É aprofundar o projeto neoliberal! É jogar mais de 60% da riqueza nacional na lama da especulação! É garantir a alegria dos banqueiros, do capital financeiro, de gente que não dá um prego numa broa num dia de serviço, que não dinamiza a economia local, que somente a suga, pela forma sórdida como o capital financeiro atua.

Essa é a política de juros que quebra as prefeituras. Se aumenta o juro, aumenta o montante da dívida. Quando aumenta o montante da dívida, isso significa que as prefeituras e os Estados têm que comprometer mais ainda a receita líquida real, para pagar os juros e os serviços da dívida e financiar essa política de agiotagem. Não é possível!

Agora, o que é infame é que ninguém apresente o argumento técnico. Nós precisamos que sejam apresentados os argumentos técnicos: onde é que quebra o setor produtivo, onde é que quebra a prefeitura, onde é que quebra o Estado.

Temos que fazer o comparativo do impacto desse aumento do salário mínimo na folha de pessoal das prefeituras e dos Estados e confrontar com o montante disponibilizado para pagar o serviço de juros da dívida.

Então, não adianta dizer isso, porque aqui há centenas de projetos que vão desde o atual Vice-Presidente, José Alencar, até matérias de minha autoria e de vários outros Senadores que tratam do tema.

Criou-se uma comissão na Casa, Senador Ney Suassuna, para avaliar o impacto nas finanças dos Municípios e dos Estados desse tipo de política econômica. Não vai nada à frente! Então, só sobra para o lado mais fraco. Só sobra para quem não pode fazer *lobby* aqui. Só sobra para as mães e pais de famílias pobres, que não conhecem Senador, que não conhecem Deputado, que não podem fazer uma caravana aqui para exigir o aumento do salário mínimo.

Não! Não podemos ceder a essa cantilena enfadonha e mentirosa! Não podemos acovardar-nos diante dela! E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, enquanto não se vota um aumento maior; enquanto não se cumpre o que manda a Constituição que são os R\$1.250,00 do Dieese, que o PT reivindicou ao longo da história; enquanto não se vota o projeto do Senador Paulo Paim, da Deputada Luciana Genro, da Heloísa ou de qualquer outro Parlamentar na Casa; enquanto não se vota nada disso ou não chega a proposta religiosa do Senador Mão Santa, não temos o direito de dizer “não” à proposta, especialmente neste momento em que os delinquentes de luxo, as gangues partidárias e os saques aos cofres públicos são impressionantes! Então, nem o direito têm de negar a proposta, nem a autoridade moral de delegar a pobreza e a miséria aos desempregados e aos sofridos. Não têm a autoridade de dizer “não” à proposta que foi apresentada na Câmara e destacada aqui no Senado para que nós possamos votar.

Assim sendo, Sr. Presidente, encerrando, nós vamos votar favoravelmente à medida provisória, só para que ela possa ser emendada, porque é essencial. Se derrubarmos a medida provisória, não podemos emendar o nada, o vazio, e acaba-se voltando para o salário anterior.

Então, que nós possamos votar a emenda aqui destacada para que possamos auxiliar na construção

de novos e melhores dias, novos e melhores caminhos. Votar essa medida provisória e esse salário mínimo, isso é irresponsabilidade administrativa. Agora, gangue partidária lambuzando-se no banquete farto do Poder, que é parte do propinóndromo de qualquer base de bajulação, aí é muito fácil dizer que o País não tem dinheiro para viabilizar esse aumento do salário mínimo. Agora, argumento técnico não têm! O único argumento técnico é manter o superávit e deixar que chafurde, com alegria e desenvoltura, na lama da especulação, o capital financeiro.

Portanto, se não existe argumento técnico, se a disputa é política, que possamos fazê-la de cabeça erguida e viabilizar o aumento para R\$386,00, que não é nem o que manda a Constituição, mas que possibilita minimizar a dor, a pobreza e o sofrimento de milhões de pessoas do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO. Fazendo soar a campanha.) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador José Jorge, pela ordem, a Presidência esclarece que estão inscritos ainda o Senador Osmar Dias, que, não estando em plenário, tem a sua inscrição preservada pela Presidência – já se encontra em plenário –, o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Sibá Machado, o Senador César Borges, o Senador Magno Malta, o Senador Efraim Moraes, o Senador Leonel Pavan, o Senador Paulo Paim, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Maguito Vilela, até o presente momento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO) – A Presidência esclarece que, conforme indagou da Mesa o Senador Arthur Virgílio, às 18h18min, encerrou-se o prazo mínimo para que se pudesse pedir uma nova verificação.

Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sobre esse mesmo tema. Na realidade, nós todos da Oposição estávamos inscritos exatamente para obter uma nova verificação. Então, como agora já existe essa possibilidade de uma nova verificação, eu faria um apelo a todos os inscritos para que eles, na medida do possível, desistissem das suas inscrições ou fizessem o seu pronunciamento em um tempo menor, porque assim nós poderíamos, o mais rapidamente possível, votar a medida provisória, a emenda e então encerraríamos definitivamente esta votação.

Assim, o meu apelo é exatamente para que todos os inscritos da Oposição, na medida do possível, retirem sua inscrição ou diminuam seu tempo de fala, para que possamos rapidamente encerrar esta votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Diante da indagação e do apelo feito, a Presidência vai ouvir o Senador Arthur Virgílio e os Senadores que estão inscritos, porque, afinal de contas, a Mesa procedeu às inscrições e somente com a própria vontade dos Senadores inscritos é que a Presidência pode retirar as inscrições.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o entendimento for coletivo, eu também retiro a minha inscrição. Também faço o apelo para que possamos partir para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prefiro discutir no mérito. Retiro, portanto, minha assinatura, peço aos Senadores do PSDB ainda restantes que façam o mesmo e opino que não devemos pedir verificação de **quorum** nesta matéria, porque a aprovação dela é pacífica. Pode ser que, na outra, se for o caso e certamente vai ser, nós então façamos esse teste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Geraldo Mesquita, o Senador Arthur Virgílio solicitou aos demais Senadores do PSDB a suspensão das inscrições. A Mesa assim procederá e concederá a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Líder José Jorge, também retiro a minha inscrição e reservo a minha manifestação para outra oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes

de pedir a retirada da minha inscrição para usar da tribuna para defender um salário mais justo e digno para o povo brasileiro, quero dizer que, na hora da votação do requerimento para R\$310,00, as comissões não estavam paralisadas. A Comissão dos Bingos estava em andamento e, lamentavelmente, a ausência de alguns Senadores impediu que fosse aprovado o requerimento para R\$310,00, porque a diferença foi de apenas um voto.

Quero registrar, não sei se é possível, que a CPI dos Bingos estava funcionando enquanto aqui estava havendo votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Não sei se a Senadora Heloísa Helena deseja falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu já falei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu não retirei a minha inscrição porque esta discussão é fundamental para o País. Se eu digo sempre desta tribuna que a definição do novo salário mínimo interessa a 100 milhões de brasileiros, conseqüentemente, o Senado da República deve aprofundar o debate para que possamos aqui, mediante todos os argumentos colocados, votar o que seja o melhor para toda a nossa gente.

Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, no Rio Grande do Sul, como dizíamos ontem, o piso mínimo, que acaba sendo o salário mínimo regional, fica em torno de R\$400,00. Isso começou no Governo de Olívio Dutra e foi mantido pelo Governo que o sucedeu, o Governo Germano Rigotto.

Que fique muito claro a todos que o debate do salário mínimo não é uma questão simplesmente eleitoral como alguns assim imaginam, mas sim de distribuição de renda neste País. Eu dizia ontem e quero reafirmar hoje que lamento que no debate do salário mínimo tenham sido excluídos milhões e milhões de aposentados e pensionistas que receberam, nos últimos cinco ou seis anos, praticamente a metade do aumento concedido ao salário mínimo.

A continuar essa política, no máximo em dez anos – digo dez anos exagerando –, não haverá um aposentado neste País recebendo mais de um salário mínimo. Isso é preocupante. Por isso, Senador Geraldo Mesquita, eu dizia que, muito mais importante do que discutirmos um número, para mim é fundamental uma política salarial definitiva de reajuste do salário mínimo.

Apresentei à Casa um projeto, cujo Relator é o Senador Eduardo Suplicy, estabelecendo que o salário mínimo deveria ser reajustado, no mínimo, conforme a inflação mais o dobro do PIB, partindo, num primeiro momento, de uma base que julgássemos decente. Infelizmente, esse projeto, até o momento, não foi aprovado. E por que o dobro do PIB? Sr^{as} e Srs. Senadores, se o País ficou mais rico, se houve um crescimento de 5%, 6%, por que não concedemos um aumento real para os mais pobres, ou seja, o dobro da riqueza assegurada ao conjunto da economia deste País?

Sr. Presidente, tenho certeza de que, se essa proposta tivesse sido votada no ano passado, não estaríamos discutindo um salário mínimo um pouco mais ou um pouco menos de R\$350,00. Estaríamos discutindo, sim, um salário mínimo que já teria chegado a aproximadamente R\$400,00. E a base, para o próximo ano, seria, na certeza, muito mais do que o número ora em debate.

Por isso, Sr. Presidente, votaremos aqui na medida provisória, como foi exposto por diversos Senadores e Senadoras, sem prejuízo de fazermos o debate sobre os destaques apresentados para construirmos um salário mínimo que corresponda – em parte, porque não totalmente – à expectativa do povo brasileiro.

Concluo, Sr. Presidente, reafirmando a nossa disposição de que, efetivamente, o Congresso Nacional instale uma Comissão Mista, mediante um projeto por mim apresentado e já aprovado, para discutir uma política salarial definitiva de reajuste do mínimo sem a exclusão dos 22 milhões de aposentados e pensionistas, que não serão contemplados com o resultado desta votação, independentemente da medida provisória e do destaque aprovado. Os aposentados que ganham pouco mais do que o mínimo não receberão esse reajuste.

Por isso, ficam os meus protestos em defesa dos aposentados e pensionistas, na perspectiva de que seja instalada a Comissão e façamos uma política que realmente contemple quem recebe o salário mínimo e, naturalmente, os milhões de aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Osmar Dias, Líder do PDT, para encaminhar a votação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de reunir a Bancada do

PDT e já havíamos conversado sobre este assunto do salário mínimo, em outras ocasiões.

Votamos no destaque que faz a proposta de elevar o salário mínimo para R\$310,00. Contra, portanto, a proposta do Governo, que o eleva para R\$300,00. No encaminhamento, interpretei o pensamento dos Senadores do PDT dizendo que estamos tentando colaborar com o Presidente Lula, que, na campanha eleitoral, prometeu dobrar o salário mínimo até o final do seu mandato. E estamos com o mesmo espírito de colaboração com o Presidente Lula, para que ele cumpra a promessa de dobrar o salário mínimo durante o seu mandato.

Ouvi argumentos que dizem que se elevarmos o salário mínimo para R\$380,00, para R\$384,00, que é a proposta deste destaque, vamos colocar uma despesa anual a mais de 15 bilhões no orçamento da União.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – De 10 bilhões.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Senador Valadares me corrige aqui dizendo que é de 10 bilhões.

Ontem os jornais publicaram que só de juros da dívida o Governo pagou este ano, corrijam-me se eu estiver errado, em torno de US\$60 bilhões. E deve chegar próximo de US\$100 bilhões até o final do ano. São os juros da dívida. Então, não adianta dizer que não há dinheiro para pagar o salário mínimo enquanto ficarmos pagando juros da dívida, como se essa fosse a prioridade de um Governo que, durante a campanha eleitoral, dizia: primeiro os trabalhadores, depois os banqueiros.

E, por falar em banqueiro, também nesta semana, os jornais do País divulgaram o lucro dos bancos. Bradesco, R\$2,65 bilhões no primeiro semestre. Num trimestre, R\$1,4 bilhão! O Itaú, que, aliás, comprou o Banestado, o banco oficial do meu Estado, teve um lucro de R\$2,45 bilhões. Se tomarmos o lucro desses dois bancos e dividirmos pelo salário de R\$300,00, que é a proposta do Governo, chegaremos a 17,5 milhões de salários mínimos. É o lucro dos dois bancos.

O Governo não se preocupa com esse lucro e continua cobrando da sociedade brasileira um juro escorchante, que não permite os investimentos necessários à geração de empregos. Quando o Governo fecha os olhos para uma realidade que sempre combateu quando era Oposição, que era o lucro dos bancos, não permite que o dinheiro que circula neste País seja aplicado para gerar empregos, para criar oportunidades de trabalho, porque, nos bancos, esses lucros não se transformam em empregos, transformam-se, sim, no enriquecimento de poucas pessoas.

Por isso, o PDT não pode trair os seus princípios, não pode trair o seu programa. O PDT é um partido trabalhista na sua essência. Lembro-me de quando era vivo o nosso Líder Leonel Brizola, que me ligou no dia em que votávamos aqui o salário mínimo. Tivemos um problema muito sério na votação do ano passado e votamos com o maior salário proposto. Ele me ligou para dizer: “Olha, tenho orgulho da Bancada que me representa no Senado Federal.”

Então, em nome desse orgulho que sentia o Brizola, que sempre defendeu o povo trabalhador deste País, em nome dos 48 milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo, sejam aposentados ou trabalhadores da ativa, em nome daqueles que desejam um emprego, que estão no desemprego hoje,...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...o PDT vai cumprir aqui o seu compromisso histórico, vai cumprir a sua missão e vai votar, mais uma vez, com os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu apenas gostaria de registrar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fazendo soar a campainha.) – Senador Eduardo Suplicy, infelizmente V. Ex^a não pode apartear. A generosidade do Senador Osmar, como sempre, é enorme, mas o Regimento não permite.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se o Regimento não permite, vou concluir, Sr. Presidente, lamentando não poder ouvir o Senador Suplicy, que, tenho certeza, apoiará a posição do PDT, que é votar pela proposta do salário maior para o salário mínimo, que votaremos neste momento, neste destaque.

Portanto, o PDT vota “sim”, para respeitar seus princípios e seu programa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma homenagem ao PDT, ao registrar a presença, que certamente honra o PDT e o meio acadêmico brasileiro, do Professor Roberto Mangabeira Unger, da Universidade de Harvard, que está visitan-

do o plenário do Senado. O Professor tem dado uma contribuição muito significativa ao pensamento econômico-social brasileiro.

Seja bem-vindo, Professor Roberto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O Senado igualmente se sente honrado e muito feliz com a presença do Professor Mangabeira Unger.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares para encaminhar a votação, por até cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, a nossa Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem pretender interromper V. Ex^a, quero, de ofício, prorrogar a sessão para que possamos concluir o processo de votação. Hoje temos outra medida provisória além desta, e há com relação a ela um óbvio consenso. Temos em seguida também uma matéria que é fundamental aprovarmos. Trata-se de um projeto de decreto legislativo que aprova programação monetária para o terceiro trimestre de 2005, que é muito importante para que tenhamos normalidade no País.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, estamos diante de uma situação que considero delicada, mas que exige não apenas uma solução do Congresso, mas também a participação do Poder Executivo. Os prefeitos anunciam que não poderão agüentar essa despesa adicional com o aumento do salário mínimo de R\$300,00, agora, segundo uma proposta, para R\$384,00. Os governos estaduais também anunciam que a arrecadação dos seus Estados não é suficiente para cobrir essa despesa.

Entretanto, Sr. Presidente, fica difícil participarmos de uma discussão como essa quando os dados divulgados pelos Bancos, conforme aqui falou o Senador Osmar Dias, demonstram que eles tiveram nesse semestre o maior lucro da história, jamais acontecido na vida econômica do nosso País. O Itaú, por exemplo, teve um lucro bancário que foi o maior do Brasil até agora já constatado nos anais da vida econômica do Brasil: R\$2,5 bilhões de lucro num semestre. Enquanto que o Bradesco foi de aproximadamente R\$2,6 bilhões.

Fica difícil, então, Sr. Presidente, dizermos aos trabalhadores que eles não podem receber um salário de R\$384,00 ou de R\$300,00 por mês, enquanto aqueles que são tão ricos, como os proprietários de

bancos, a cada ano aumentam a exorbitância dessa riqueza até o limite da estratosfera, por causa de uma política econômica que infelizmente vem atendendo, neste momento, ao desejo daqueles que querem o lucro a qualquer custo na sua vida privada e também até na sua vida pública.

Por esta razão, Sr. Presidente, neste instante, sabemos que o Dieese afirma, segundo cálculos feitos de acordo com a nossa Constituição, que o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas – marido, mulher e dois filhos – seria, em julho passado, no mínimo, R\$1.538,00.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela interrupção que V. Ex^a fez, aliás com muita justeza, gostaria que me concedesse mais dois minutos. Agradeço a V. Ex^a.

Então, seria de R\$ 1.538,00 o salário para atender às necessidades básicas de uma família. Quais são as necessidades básicas? Moradia, um aluguel menor. Não se encontra nem o aluguel de um barraco em uma favela por menos de R\$ 300,00. Alimentação. Como se pode dar alimentação a uma família se a cesta básica custa perto de R\$160,00 por mês. Além disso, tudo o que está previsto na nossa Constituição: remédio, saúde, educação, transporte, lazer, vestuário. Trabalhador não anda nu; familiares não andam nus. Filhos têm que ter vestimentas para irem à escola condignamente, apresentarem-se com certa dignidade perante seus vizinhos, nas festas, etc.

Sr. Presidente, neste momento, fica difícil para um Partido como o nosso, o Partido Socialista Brasileiro, que sempre reivindicou aumento salarial para os trabalhadores, não conceder um aumento razoável ao trabalhador brasileiro, muito embora saibamos das dificuldades vivenciadas pelos Prefeitos Municipais.

Sr. Presidente, oportunidade tivemos hoje de ficar com duas propostas: R\$310,00 ou R\$300,00. A Liderança do Governo preferiu que ficássemos entre outras duas propostas: R\$300,00 e R\$384,00. Assim, a responsabilidade não recai sobre as nossas costas, porque uma alternativa houve, mais plausível, a fim de não se deixar...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua com a palavra V. Ex^a, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A fim de não se deixar a base aliada na dificuldade que estamos vivendo neste instante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua o encaminhamento de votação. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas e do destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, sem prejuízo das emendas e do destaque, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Consulto o Senador Aloizio Mercadante sobre se pedirá verificação de quórum. (Pausa.)

Se houver um pedido de verificação não realizaremos a votação nominal em uma hora, e, na forma do art. 300 do Regimento Interno, votaremos simbolicamente o destaque.

Não havendo compreensão do Plenário, não há nada a fazer senão colocar a matéria em votação.

Passamos à votação do destaque.

Em votação a Emenda nº 6, destacada.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento de destaque, nos termos do art. 300 do Regimento Interno, para encaminhar a matéria destacada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo nesta hora a todos os Senadores, independentemente de coloração partidária ou até de motivos ideológicos. É um apelo humanitário, um apelo de alguém que vê a pobreza grassando neste País e o Congresso ouvindo figuras que até são repelentes, porque participaram e participam de vários escândalos. No momento em que um banco tem, em um semestre, 2,6 bilhões de lucro, vamos ter a coragem de votar um salário mínimo de R\$300,00?

Ainda há pouco o assistente da Mesa dizia a um Parlamentar que a diária de um Parlamentar quando viaja é de US\$460.00. E nós não queremos dar, por mês, R\$384,00 ao trabalhador brasileiro?

Por isso fiz esse destaque, Sr. Presidente, pedindo a compreensão dos Deputados de todos os Partidos. A situação desses trabalhadores é da maior gravidade, é uma situação de fome. Os programas sociais, sejam de

Governos Estaduais ou Federal, não são suficientes para minorar a fome do trabalhador brasileiro. Estamos em uma situação de dificuldade em relação aos nossos irmãos.

Qualquer Município brasileiro pode, com algum esforço, diminuindo despesas, pagar ao seu funcionalismo; que dirá a União. À União basta cortar determinados gastos desnecessários que surgem diariamente e que provocam alguns problemas nacionais, exigindo Comissões Parlamentares de Inquérito. A União pode muito bem arcar com este salário de R\$384,00.

O que estou fazendo nesta hora não é sequer um apelo ao Presidente da República. O que quero é cumprir parte da promessa do Presidente da República ao povo brasileiro. O Presidente prometeu muito mais. Vamos cumprir pelo menos uma parte do que ele prometeu. Vamos, Sr. Presidente, olhar o trabalhador brasileiro e olhar a verdade nesta Casa e no Judiciário, onde ninguém ganha R\$300,00. Essa é a pura verdade. Nem mesmo os terceirizados, aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados, percebem esse salário.

Falo com a consciência tranqüila, porque não pago a empregado doméstico meu menos de três salários mínimos. Conseqüentemente, falo com a autoridade de quem cumpre rigorosamente os seus deveres com aqueles que são mais pobres.

Sr. Presidente, sei que, se dependesse de V. Ex^a, faria um apelo ao seu Partido. Mas temo que o seu Partido esteja extremamente atrelado ao Governo, porque o próprio Presidente da República não pode ser favorável a esse salário. Ele não pode ser favorável!

Tenho a impressão de que estão sendo mais realistas do que o rei. Creio que chegou o momento de o Presidente dizer à sua Bancada: atenda esse destaque! Um salário de R\$384,00 é o mínimo que um trabalhador pode ter, não para sobreviver bem, mas para não andar maltrapilho ou cair de fome nas ruas do nosso País.

Dirijo-me a todos os Parlamentares, principalmente aos da Base do Governo, para pedir que tenham consciência. Vejam quanto percebem nesta Casa e façam pelo menos um favor, uma caridade, aprovando um salário mais decente para o trabalhador brasileiro.

Encerrarei, Sr. Presidente. Não desejo infringir o Regimento, porque quero, inclusive, conquistar os votos de todos nossos companheiros, sem uma única exceção, para uma causa que não é minha, mas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fizemos o relatório desta matéria e informamos a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que, por muitos anos, a nossa aspiração foi um salário de US\$100. Estamos com quase US\$140.

A teoria dos grandes números mostra que percebem o salário mínimo 47 milhões de pessoas, das quais 14,6 milhões de aposentados e 1,1 milhão de desempregados, causando um desencaixe da ordem de R\$5 bilhões no que se refere à Previdência, mas, no total, são mais de R\$8 bilhões.

Se sairmos dos R\$300,00, para cada real a mais, serão R\$170 milhões. Em economia e administração, não há brinquedo, não há milagre. Em economia e administração, as coisas têm que ser sérias.

Na hora em que estamos para votar esta matéria, lembro que a Federação dos Municípios Brasileiros mostrou que qualquer aumento a mais quebra dois terços das Prefeituras e joga todas elas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Três mil quatrocentas e sessenta prefeituras passam a ter que demitir pessoas – peço a atenção da Senadora Heloísa Helena, que está me olhando –, para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se passarmos para R\$364,00 – o valor de uma das propostas –, serão R\$12 bilhões a mais. É todo o investimento do Brasil. A Oposição tem todo o direito de fazer a sua proposição, tem todo o direito, mas, na ponta do lápis, em economia e administração, temos que ter a responsabilidade de saber que, em economia e administração, não há milagres.

Sr. Presidente, como Relator, peço aos Srs. Senadores que se lembrem das prefeituras dos seus Estados, que se lembrem de que este é um assunto muito sério. Qual Governo não gostaria de dar um salário mínimo maior? Qual Governo não gostaria de, num lance de mágica, dizer um abracadabra e dobrar o salário? Isso seria muito bom do ponto de vista político. Mas não comporta a nossa economia.

É por essa razão que, ao encerrar o relato, peço aos Srs. Senadores que não façam um jogo de cena, que pensem na realidade da economia nacional, que se lembrem do INSS, que se lembrem da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se lembrem de que – falo pela terceira vez –, em economia e administração, não há milagres nem brincadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço a atenção da Casa.

Em votação a emenda destacada, de acordo com o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O parecer do Relator é contrário.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de verificação nominal. Peço apenas o apoio de três Senadores. (Pausa.)

São eles: Senadores Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino e Efraim Morais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pedimos a todos os Senadores do PMDB que se encontram em seus gabinetes que, por gentileza, se dirijam ao plenário para votação nominal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Por todos os argumentos apresentados hoje em favor do trabalhador brasileiro pelo Senador Antonio Carlos, que são coincidentes com os que utilizei no meu pronunciamento de ontem, para não me fazer repetitivo e cansativo, o PFL recomenda, mantendo a sua linha de coerência e de luta por conquistas no salário mínimo, o voto “sim” à emenda destacada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, como Líder, gostaria de encaminhar o voto “sim” a esta emenda do Senador Antonio Carlos. Infelizmente, o Governo derrotou a emenda de R\$310, que era aquela em que votaríamos. Na realidade, não podemos deixar de votar esta emenda, principalmente num momento de tanto lucro das grandes empresas, dos bancos, dos mensalões etc. É muito importante a sua aprovação. Votamos “sim”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria, primeiro, que os Senadores observassem o que estamos votando. Estamos votando uma emenda que aumenta para R\$364,00 o valor do

salário mínimo. Quero reivindicar que esse projeto de R\$300,00 que já aprovamos teve o apoio das centrais sindicais. É o melhor reajuste e o melhor valor em dólar desde 1986. Houve um aumento real de 8,7% no valor do salário mínimo. O aumento de R\$64,00 causará um impacto da ordem de R\$11 bilhões no orçamento da Seguridade Social.

Não há condições de disponibilizarmos todos os recursos destinados ao investimento para pagar esse aumento, primeiro porque o País precisa de investimentos; segundo, porque o Orçamento que aprovamos não designou recursos que possam cobrir essa demanda que estamos agora buscando apresentar.

A recuperação do salário mínimo tem que ser progressiva e sustentável. A situação das finanças públicas é grave; a dívida pública, a taxa de juros são expressões dessa fragilidade das finanças públicas do País.

Portanto, pondero a cada Senador não apenas pela situação das pequenas prefeituras, que não programaram isso no seu orçamento, mas pela própria situação do Orçamento federal. Não podemos absorver o reajuste de R\$64,00 sem previsão orçamentária alguma, sabendo que o País hoje não tem os investimentos mínimos indispensáveis para infra-estrutura, logística e políticas públicas.

Por tudo isso, precisamos manter o reajuste de R\$300,00, que já foi dado aos trabalhadores, que vai injetar R\$13 bilhões na economia ao longo do ano – é um esforço brutal que as finanças públicas do País estão fazendo. É pouco, mas é um processo de recuperação importante que está sendo prosseguido. Tanto em relação ao IPCA quanto a qualquer outro indexador, há um crescimento real, consistente e substantivo.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é inviável esse reajuste nas finanças públicas, se o Governo vetar, vamos voltar para R\$260,00. A quem estaremos beneficiando no País? Não há condições de absorver esse reajuste. Não há previsão orçamentária. O Congresso, com todo esforço de receita, de corte, de austeridade, não ofereceu recursos para absorver um reajuste de R\$64,00. Não há receita, não há previsão de despesa, não há como absorver o impacto disso do ponto de vista do Orçamento da União.

Por tudo isso, peço a responsabilidade pública, que sempre prevaleceu nas decisões importante deste Plenário. Peço que mantenhamos, portanto, o reajuste que foi dado, que é o esforço. Há muito a ser feito, o importante é que o salário mínimo continue crescendo, em termos reais, progressivamente, sustentadamente. Não há como absorver esse reajuste nesta oportunidade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, talvez fosse importante concedermos a palavra aos Líderes, para que pudessem fazer isso de maneira mais sucinta e para que as Bancadas tenham uma diretriz.

Como vota o PMDB, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, como vota o PSDB?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, um esclarecimento sucinto. Não é verdade que, do ponto de vista da aquisição de cestas básicas pelo salário mínimo, tenha havido qualquer acréscimo. No último ano do Governo passado, o salário mínimo comprava 1,57 cestas básicas. Com essa proposta de R\$300,00, ele passa a comprar 1,59 cestas básicas. Sendo assim, derrubemos, primeiramente, essa falácia de que haveria algum ganho real naquilo que mais interessa ao trabalhador de baixa renda: a sua própria subsistência, a alimentação de sua família.

Além disso, Sr. Presidente, é falacioso o argumento de que o Presidente não pode vetar. É claro que ele pode vetar. Ele pode vetar até os R\$300,00, se quiser. Ele pode vetar qualquer coisa. Porém, negaram-nos a oportunidade de aprovarmos os R\$310,00 palatáveis, razoáveis.

Sr. Presidente, comunico à Casa que o Presidente Lula não é capa mais apenas nas revistas brasileiras; ele também é capa na **Newsweek**, que noticia a crise de corrupção que abala o seu Governo. Na revista, há um diagnóstico de que a culpa dos escândalos está no próprio Governo, no Governo dele mesmo. Registro algo interessante que servirá talvez de ilustração. Procurei, mas não há nenhuma menção ao Senador Eduardo Azeredo. Há menção ao Roberto Jefferson, ao José Dirceu, ao Marcos Valério e muita menção ao Presidente Lula, mas nenhuma ao Senador Eduardo Azeredo. Portanto, é hora de pararem de enganar a eles mesmos, de cessarem com a leviandade e procurarem enfrentar uma questão que eles criaram, um problema que é deles e que agora se reflete, inclusive, nas votações no plenário.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “sim” ao destaque apresentado pelo ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC.) – Sr. Presidente, o Bloco, o PT e os Partidos do Bloco orientam o voto “não” ao destaque apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, como vota o PL?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O PL sempre vota com muita coerência, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe que meu Partido tem defendido uma mudança na política econômica do Governo.

Infelizmente, em razão dessa Lei de Responsabilidade Fiscal, votada pelo PFL – um dos autores, uma das âncoras dessa Lei –, não há condições no Orçamento de aprovarmos este salário mínimo, que seria um sonho para os brasileiros: R\$364,00.

Agora mesmo, recebi a ligação do Presidente da Confederação dos Municípios do Brasil, Dr. Paulo Ziulkoski, do Rio Grande do Sul, que disse que mais de mil Municípios, sobretudo do Nordeste, que gastam 55% com folha de pagamento já com salário mínimo de R\$300,00, ferirão – muitos deles – a Lei de Responsabilidade Fiscal e ficarão sem receber recursos. E há um detalhe: esses Municípios sobrevivem com o Fundo de Participação dos Municípios. Haverá, desse modo, desemprego no Nordeste e no sertão.

Não podemos, por isso, votar favoravelmente, mas enalteço o trabalho heróico do Relator, do proponente dessa matéria, que clama no deserto. E gostaríamos de contar com o apoio do Senador Antonio Carlos Magalhães e de todo o PFL para mudarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, poderemos aprovar um salário mínimo com esse valor, que seria o sonho de todos os brasileiros.

O PL, infelizmente, Sr. Presidente, neste caso, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o P-SOL, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no entendimento do P-SOL responsabilidade fiscal não pode ser encher a pança dos banqueiros e esvaziar o prato, o emprego e a dignidade do povo brasileiro. Defendo a responsabilidade fiscal; e é uma irresponsabilidade fiscal jogar mais da metade do orçamento público para a pocilga do capital e esvaziar a infra-estrutura, as políticas públicas, as políticas sociais.

O pessoal vota favoravelmente por responsabilidade social. Até porque é inadmissível, volto a repetir, essa cantilena enfadonha, mentirosa, que nada de explicação técnica tem. Porque todas as vezes que sacam os argumentos técnicos para dizer que as Prefeituras quebrarão, esquecem de dizer o comprometimento da receita líquida real dos Estados e Municípios para financiar essa política econômica neoliberal feita para atender os gigolôs, Senador Ney Suassuna, do Fundo Monetário Internacional e da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra.

Portanto, falo em nome da responsabilidade fiscal, que não é o servilismo ao capital financeiro; em nome da responsabilidade social, que significa sensibilidade com os pobres, os oprimidos, os filhos da pobreza, que não conseguem passar aqui nos tapetinhos azuis do Senado, nem nos verdinhos da Câmara, que não conseguem fazer **lobby**, porque se fizessem, se houvesse organização de *lobbies*, com certeza se aprovaria aqui.

Então, Senador Ney Suassuna, ao tempo em que solicito a V. Ex^a que devolva o que desapropriou da minha mesa, eu digo a V. Ex^a que, com responsabilidade fiscal, responsabilidade social, não é jogo de cena. Jogo de cena é ser base de Governo, bajulatória do Governo. Jogo de cena é aprovar o que o Governo manda, sem ouvir a dor, o sofrimento e a angústia da grande maioria da classe trabalhadora brasileira.

Assim sendo, votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o art. 14, para uma explicação pessoal, pois fui citado por expropriação.

Mandei uns sequilhos para a Senadora, mas, como S. Ex^a não pára em seu lugar, comeram os sequilhos dela; e, agora, está pedindo que os devolva. Não tenho como fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que, por favor, compareçam ao plenário, porque estamos em processo de votação nominal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, como homem do Nordeste e profundo, profundo mesmo, conhecedor do Nordeste e daquele sertão, gostaria de dizer que não procede, de maneira alguma, o argumento de que um maior salário

mínimo vá causar desemprego e problemas naquela região. Pelo contrário. No sertão do Nordeste, não vai causar desemprego, não, nem vai causar problemas. Pode-se argumentar até que, para o Governo Federal, para a União, pode trazer graves problemas fiscais em relação à Previdência Social. Esse argumento é verdadeiro e pode ser discutido.

Não posso ficar calado para o uso de falsos argumentos e de falsas verdades, o que é demagógico também, de que isso traria qualquer tipo de problema ao sertão nordestino, ao emprego do nordestino. Pelo contrário.

Gostaria de pedir que, quando o sertão nordestino fosse citado, não o fosse em vão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Mais uma vez, peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário, porque, se todos já votaram, vou encerrar a votação.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há alguns Senadores ainda na CPMI que estão se dirigindo ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há Senadores na CPMI, porque é determinação desta Presidência não permitir funcionamento de CPMI durante processo de votação, durante a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E V. Ex^a disse que ia encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção. A orientação do Bloco é “não”.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E dos trabalhadores é “sim”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para ratificar que a orientação do Bloco é “não”, porque havia uma dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Senador Sibá acaba de destituir o Senador Mercadante. É o grande líder da Casa. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

EMENDA Nº 6, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, DE 2005

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 10/8/2005

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/8/2005 19:05:55
Encerramento: 10/8/2005 19:19:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	ABST.
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	NÃO
PMDB	MA	MAURO FECURY	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	ABST.
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	ABST.
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	ABST.

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PP	DF	VALMIR AMARAL	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 30
Votos NÃO : 27
Votos ABST. : 05

Total : 62

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 30 Srs. Senadores; e NÃO, 27. Houve 5 abstenções.

Total: 62 votos.

Está, portanto, aprovada a Emenda nº 6. (Palmas.)

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

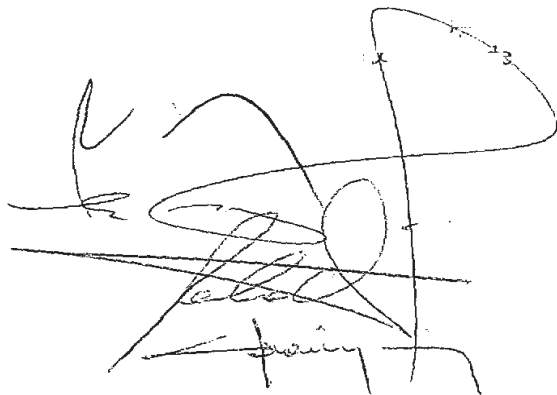
É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.350, DE 2005
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005) que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005*.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005.



ANEXO AO PARECER Nº 1.350, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005).

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) a

título de reajuste, e de 39% (trinta e nove por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$384,29 (trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$12,81 (doze reais e oitenta e um centavos) e o seu valor horário a R\$1,74 (um real e setenta e quatro centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2006, o salário mínimo será reajustado em 39,09% (trinta e nove inteiros e nove centésimos por cento), a título de aumento real, acrescido do índice de inflação verificado no período.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discurssei favoravelmente ao voto “sim”, votei “sim”, mas algo saiu errado, pois o meu voto constou como abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que, por gentileza, conceda-nos votar o projeto sobre a operação de crédito do Estado do Ceará, que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e para o qual foi pedido urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário, podemos fazer a votação hoje.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se quarta-feira, dia 17 do corrente, às 10 horas,

no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE(Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a não deliberação do item 1 da pauta.

À Medida Provisória foram apresentadas 9 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das Emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de junho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de julho;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 27, de 2005, e se esgotará no dia 16 de setembro.
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora revisora da matéria.

PARECER Nº 1.351, DE 2005–PLEN

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, abre um crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$30 milhões.

Passo à leitura do relatório, a fim de que todos possamos saber o que estamos votando.

Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 301, de 19 de maio de 2005, a Medida Provisória que “abre, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica”.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00085/2005/MP, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o crédito tem por finalidade o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. Referida lei trata do socorro e da assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal.

Ressalta-se que, segundo o Ministério da Integração Nacional, os recursos serão liberados de acordo com os critérios e procedimentos para a concessão do benefício, cujo valor não poderá exceder R\$300,00 por família, a serem fixados pelo Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

A Exposição de Motivos também esclarece que as famílias beneficiadas não são contempladas por financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e, por isso, não se beneficiam das vantagens do sistema de seguro da agricultura familiar.

Os recursos para viabilização desse crédito são provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Conforme consta do processo de tramitação desta matéria na Câmara dos Deputados, as nove emendas apresentadas à presente MP foram retiradas mediante acordo entre líderes e parlamentares.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e

urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no §1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, haja vista a natureza da matéria.

Além disso, a medida provisória, ao garantir que o montante do benefício não ultrapassará R\$300,00 por família, está também em conformidade com a Lei nº 10.954, de 2004, que criou aquele auxílio.

Os recursos oferecidos como fonte de financiamento do crédito em pauta advêm do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no total de R\$30.000.000,00. Vale lembrar que tal rubrica se encontra classificada, do ponto de vista orçamentário, como receita financeira, para fins de composição do resultado primário.

Dessa forma, quanto à adequação orçamentária e financeira, sua utilização em despesas primárias implica a diminuição do resultado primário, previsto no art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. Todavia, como determina o art. 65, § 11, da mesma lei, não consta das peças que acompanham a medida provisória o pertinente demonstrativo com as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

Não obstante esse fato, é de se considerar que, recentemente, o Banco Central do Brasil divulgou nota na qual esclarece que, até o mês de março do corrente ano, o superávit primário acumulado alcançou R\$27,7 bilhões (6,2% do PIB), comparativamente a R\$20,5 bilhões (5,2% do PIB) no mesmo período do ano anterior.

Esta medida provisória não acarretará nenhum tipo de desequilíbrio para obtenção dessa meta fiscal, mesmo que eu discorde dela.

No mérito, a imprevisibilidade e a urgência da abertura do crédito sob apreciação justificam-se em razão de circunstâncias adversas resultantes de acidentes naturais que causaram graves transtornos às populações atingidas, para as quais será concedido o auxílio emergencial financeiro.

Portanto, nosso parecer é favorável à aprovação da medida provisória, que vai atender, principalmente, os Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, acometidos por forte estiagem. São R\$30 milhões, e a proposta, tenho certeza, vai contar com o apoio de todos os Senadores.

Sr. Presidente, só quero dizer que, nesse caso, não sei se isso aqui está adaptado ao salário mínimo, mas já vai aumentar, se for isso.

Quero torcer para que todos os prefeitos do meu Estado e o próprio Governo do Estado consi-

gam pagar esse salário mínimo, que eu acho que é até pouco, Senador. É pequeno o salário mínimo. Ou R\$300,00, ou R\$380,00 ou R\$400,00, no fundo, é pequeno. O problema não está tanto na União, mas principalmente nos Estados das Regiões Norte e Nordeste, onde, infelizmente, grande parte das prefeituras terão grandes dificuldades. Mas essa já é uma matéria passada.

Espero que nós votemos favoravelmente à medida provisória, que abre um crédito de R\$30 milhões para atender essa forte estiagem dos Estados.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005 – CN

Do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00, para os fins que especifica”.

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 301, de 19 de maio de 2005, a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica”.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00085/2005/MP, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o crédito tem por finalidade o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. Referida lei trata do socorro e da assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal.

Ressalta-se que, segundo o Ministério da Integração Nacional, os recursos serão liberados de acordo com os critérios e procedimentos para a concessão do benefício, cujo valor não poderá exceder R\$300,00 por família, a serem fixados pelo Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

A exposição de motivos também esclarece que as famílias beneficiadas não são contempladas por fi-

nanciamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e, por isso, não se beneficiam das vantagens do sistema de seguro da agricultura familiar.

Os recursos para viabilização desse crédito são provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Conforme consta do processo de tramitação desta matéria na Câmara de Deputados, as nove emendas apresentadas à presente MP foram retiradas mediante acordo entre líderes e parlamentares.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, haja vista a natureza da matéria.

Além disso, a MP, ao garantir que o montante do benefício não ultrapassará R\$300,00 por família, está também em conformidade com a Lei nº 10.954/2004, que criou aquele auxílio.

Os recursos oferecidos como fonte de financiamento do crédito em pauta advêm do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no total de R\$30.000.000,00. Vale lembrar que tal rubrica se encontra classificada, do ponto de vista orçamentário, como receita financeira para fins de composição do resultado primário.

Dessa forma, quanto à adequação orçamentária e financeira, sua utilização em despesas primárias implica a diminuição do resultado primário, previsto no art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 (LDO/2005). Todavia, como determina o art. 65, § 11, da mesma lei, não consta das peças que acompanham a MP o pertinente demonstrativo com as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

Não obstante esse fato, é de se considerar que, recentemente, o Banco Central do Brasil divulgou nota na qual esclarece que, até o mês de março do corrente ano, o superávit primário acumulado alcançou R\$27,7 bilhões (6,2% do PIB), comparativamente a

R\$20,5 bilhões (5,2% do PIB) no mesmo período do ano anterior.

Portanto, considerando que o superávit primário estipulado para o ano de 2005 corresponde a 4,25% do PIB, é lícito inferir que, em tese, a utilização do mencionado montante do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004 para financiar o crédito em análise não acarretará desequilíbrio para obtenção dessa meta fiscal.

No mérito, a imprevisibilidade e a urgência da abertura do crédito sob apreciação justificam-se em razão de circunstâncias adversas resultantes de acidentes naturais que causaram graves transtornos às populações atingidas, para as quais será concedido auxílio emergencial financeiro.

Finalmente, a Exposição de Motivos nº 00085/2005/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, e considerando que o crédito em pauta atende aos preceitos constitucionais e legais que versam sobre orçamento público federal, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 250, de 2005, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Relatora **Ana Júlia Carepa**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Marcos Valério faz milagres, Excelência. Isso é bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer da Relatora é favorável.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária que receberam parecer favorável da Relatora Revisora, Senadora Ana Júlia Carepa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos constitucionais queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão a Medida Provisória e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário da Comissão Mista.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N P F D	G R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES								30.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
05 346	1029 0A01	AUXILIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.000.000
05 244	1029 0A01 0001	AUXILIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL						30.000.000
			5	3	2	90	0	300
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						30.000.000
		TOTAL - GERAL						30.000.000

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois de tanta coisa, V. Ex^a poderia encerrar a sessão, transferindo as demais matérias para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Houve um acordo na reunião de líderes para que pudéssemos avançar na pauta, que é consensual.

Há pouco, a Senadora Patrícia Saboya fez um pedido para que colocássemos em votação, e a Mesa o recebeu muito bem, um crédito do Estado do Ceará.

Nós vamos colocá-lo em votação, se for o desejo da Casa, se houver aquiescência do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu sei que V. Ex^a votou com o coração em nosso salário mínimo, de maneira que vou aceitar que prossiga a sessão, sem pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas para fazer um apelo a V. Ex^a. Há duas matérias que dizem respeito à dispensa do uso de passaporte nas áreas de fronteiras envolvendo Brasil e Bolívia e Brasil e Peru. Essas matérias já foram votadas nos Congressos desses países e na Câmara dos Deputados e, se forem votadas aqui, trarão grande contribuição ao processo de integração sul-americana. Como não há divergência, eu pediria a V. Ex^a que as colocasse em votação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se houver aquiescência do Plenário, não teremos dificuldade em colocá-las em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que V. Ex^a combinou com os líderes, podemos aceitar, mas matéria nova, a ser incluída agora, mesmo sendo pedido do Senador Tião Viana, é impossível. V. Ex^a deixe para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão. Nós só avançaremos na pauta se houver convergência do Plenário para isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Senador Antonio Carlos Magalhães, essa matéria estava presa por todas as razões do processo legislativo

na Câmara dos Deputados. Por isso, faço um apelo a V. Ex^a para que a votemos hoje.

Há um esforço grande nas áreas de fronteira da Amazônia brasileira com a Amazônia peruana e a boliviana para que possa haver integração. Trata-se de matéria que não tem qualquer divergência. É apenas a dispensa do uso de passaporte de peruanos, bolivianos e brasileiros.

O Congresso peruano e o boliviano já votaram.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Apenas vinte e quatro horas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Aguardemos. Se for o entendimento de V. Ex^a no sentido de aguardar 24 horas, tudo bem. Mas o que peço é que a matéria, no tempo mais oportuno, seja votada, porque é de interesse sul-americano.

Se V. Ex^a puder aceitar hoje, será um gesto de generosidade para a América andina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a estiver de acordo, eu também estarei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar o meu voto na última votação, de que não participei porque me encontrava na Comissão. Meu voto seria “sim” se aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Heráclito Fortes justifica seu voto.

Eu aproveito a oportunidade para comunicar que as demais emendas da MP nº 248 foram todas rejeitadas.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uso da palavra não para justificar a votação da emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães, porque nessa eu votei “sim”, mas na anterior. Eu me encontrava ausente porque estava presidindo a CPMI dos Bingos. Comunico a V. Ex^a que acompanho o voto do meu Partido. Votaria “sim” se aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a, Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 390, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.346, de 2005, Relator *ad hoc*: Senador Ramez Tebet), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005*.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos, agora, à votação.

Em votação o projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O P-SOL vota “não”, contra a ortodoxia monetária do Sr. Meirelles e companhia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado, contra o voto da Senadora Heloísa Helena.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.352, DE 2005**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, relator – **Tião Viana** – **Efraim Moraes**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.352, DE 2005**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005.**

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 170, de 2005 (nº 414/05, na origem).

Art. 2º Este entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos ao último item da pauta.

Vamos votar as urgências; inclusive, Senador Tasso Jereissati, o crédito do Estado do Ceará.

Item 4:**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 – art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências*. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob o nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a não deliberação do item 1 da pauta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2005

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003
e Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000
– Delitos de Informática.

Sala das Sessões, 10 de agosto 2005. – Senador
Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quei-
ram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O PLC nº 89, de 2003, passa a tramitar em con-
junto com o PLS nº 76, de 2000, que já se encontra
apensado ao PLS nº 137, de 2000.

Em virtude da aprovação do requerimento, os
Projetos de Lei do Senado perdem o caráter termina-
tivo nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido
pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo
Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2005

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Inter-
no, requeremos a extinção da urgência concedida para o
Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na
Casa de origem), que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de
7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296,
de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES

SUPLENTE

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

Demóstenes Torres	1. Roseana Sarney
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. César Borges
Maria do Carmo Alves	4. José Agripino
Edison Lobão	5. Marco Maciel
Marcelo Crivella	6. Romeu Tuma
Teotônio Vilela Filho	7. Eduardo Azeredo
Geraldo Mesquita Júnior	8. Sérgio Guerra
Leonel Pavan	9. Lúcia Vânia
Reginaldo Duarte	10. Tasso Jereissati

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. (vago)
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Gilberto Mestrinho	8. (vago)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽⁴⁾, PL)

Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatt	5. Antônio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Magno Malta
Mozarildo Cavalcanti	7. Patrícia Saboya Gomes
Sérgio Zambiasi	8. Nezinho Alencar

PDT

Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
-----------------	------------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de extinção de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Extinta a urgência, as matérias retornam à Comissão de Educação e, em seguida, vão à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

É importante esclarecer ao Plenário o que houve, para que não haja absolutamente nenhuma dúvida. Não há no Brasil uma lei que discipline os chamados crimes do computador. Existem algumas matérias tramitando nesta Casa, inclusive da época em que circunstancialmente eu era Ministro da Justiça. É importante suprir essa lacuna da nossa legislação. Tramitava em regime de urgência urgentíssima o projeto de lei da Câmara dos Deputados que tratava pontualmente deste assunto.

Portanto, é importante que nós façamos tramitar conjuntamente todas as matérias para que possamos ter no Brasil, a exemplo do que ocorre em praticamente todos os países da América Latina, uma legislação que trate dos crimes do computador.

Hoje a repressão a esses crimes acontece com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa é uma omissão imperdoável e é importante repará-la urgentemente.

Peço vênha ao Senador Eduardo Azeredo para que possamos votar conjuntamente tudo isso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar a minha concordância. Há expectativa de muita celeridade na análise desse projeto, porque essa é uma questão que realmente afeta muito o Brasil hoje. Clonagem de telefone celular, cartão de crédito, uso indevido da Internet, pornografia por meios eletrônicos, isso tudo precisa ter uma definição mais clara do ponto de vista penal, para que possamos ter o uso realmente proibido e penalizado.

E, como fui o Relator do Projeto em uma das Comissões, quero apenas manifestar a minha concordância, para que possamos aprimorar rapidamente este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida, Senador Eduardo Azeredo. V. Ex^a tem absoluta razão.

Extinta a urgência, as matérias retornam à Comissão de Educação e, em seguida, vão à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que a urgência foi retirada pelos Líderes, quero apenas registrar que nós vamos inclusive solicitar que eles explicitem quais os argumentos técnicos utilizados para a retirada da urgência. É somente para informar que vamos encaminhar essa solicitação, o Senador Geraldo Mesquita e eu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência acabou de explicitar quais são os argumentos que ensejaram o pedido e a retirada de urgência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas os argumentos que foram apresentados por V. Ex^a, alguns Líderes tinham dito outros argumentos diferentes, e nós entendíamos que deveria ser votado logo. Se existe a necessidade de rediscussão da matéria, é um direito regimental de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, a intervenção de V. Ex^a é intempestiva. Ela ocorre depois da decisão do Plenário do Senado Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não há nada de intempestividade, Senador Renan, Excelentíssimo Presidentíssimo do Senado e do Congresso Nacional. Não há nada disso. Eu só fiz uma manifestação, após discutir com o Senador Eduardo Azeredo, somente para registrar em ata. É só isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou registrando que depois da votação. Se V. Ex^a tivesse feito isso nos momentos que antecederam a votação, talvez orientasse melhor o Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas não vou interferir na votação, porque eu entendo que é legítimo rediscutir qualquer matéria. Não estou querendo interferir na votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um assunto em que V. Ex^a tem razão. Não estou discordando da Senadora e nem do Senador, que fez um esforço tremendo para aprovação, mas, realmente, verificamos algumas dificuldades na aprovação deste projeto e nos comprometemos a fazer um outro para corrigir algumas coisas, sem prejuízo da aprovação dele. Conversando com o Carreiro, já existem três ou quatro projetos, um praticamente corrigindo o outro. A discussão uniformizaria num projeto só para que pudéssemos chegar a alguma coisa bem saudável, que pode ser a relatoria do próprio Senador Eduardo Azeredo, porque nele S. Ex^a se aprofundou, e realmente há algumas divergências. Consultei promotores, juízes, alguns delegados. Havia dificuldade na aplicação de alguns itens. Expliquei isso ao Senador, concordei com S. Ex^a. porque há um vazio muito grande nesse setor.

V. Ex^a cumpre a sua obrigação de Presidente para que se busque alguma coisa mais perfeita que, realmente, venha atender as aflições daqueles que sofrem com esse tipo de crime. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, agradeço a compreensão de V. Ex^a.

A partir de agora, peço ao 1º Secretário que faça a leitura dos requerimentos de urgência, para que pos-

samos avançar na pauta, de acordo com a convergência que verificamos no Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 849, de 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Ristf, requeremos urgência para a Mensagem

do Senado Federal nº 146, de 2005, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contração de operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 146, DE 2005 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 09/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
FOMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Passamos à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 849, de 2005 – art. 336, “II”)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 71, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.343, de 2005, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 71, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita.

É lido o seguinte

PARECER Nº 1.353, DE 2005

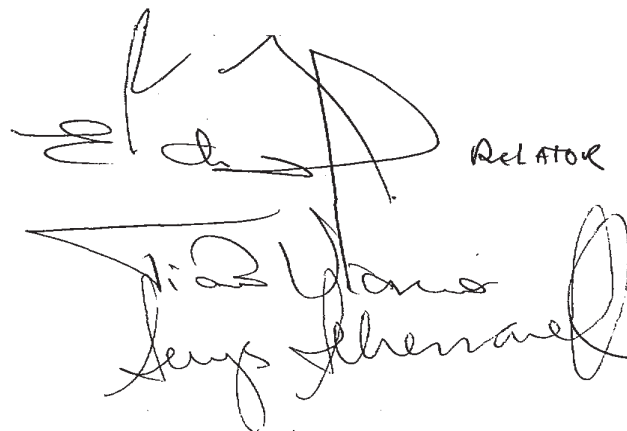
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005, que “autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor

total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária”.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005.



Relator

ANEXO AO PARECER Nº 1.353, DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do Art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o **caput** destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindus-

trial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – executor: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

IV – valor do empréstimo: US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos);

V – valor da contrapartida: US\$27,000,000.00 (vinte e sete milhões de dólares norte-americanos);

VI – modalidade: Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros ajustável;

VII – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos;

VIII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato, com datas de pagamento em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

IX – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

X – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que o mutuário, a princípio, pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceda o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

XI – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período,

sendo que, em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de desembolsos, de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere esta resolução fica condicionada à prévia comprovação, mediante manifestação do BID, do cumprimento das condicionalidades constantes da Cláusula 3.02 da minuta do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS Nº 72, de 2005, advindo da MSF nº 181, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a Agência oficial alemã KfW, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM (SF) Nº 181, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 09/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARLEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GERBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 72, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 850, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 72, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.344, de 2005, Relator: Senador Flexa Ribeiro), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã KfW, no valor de até oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos.*

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a boa vontade de V. Ex^a, do Senador Geraldo Mesquita Júnior e de toda esta Casa em relação a esse importante empréstimo ao Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero agradecer a V. Ex^a, a toda a Casa e a Comissão que aprovará esse projeto de fundamental importância para o Estado do Ceará e para o saneamento de uma região muito pobre e sofrida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Resolução nº 72, de 2005, que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

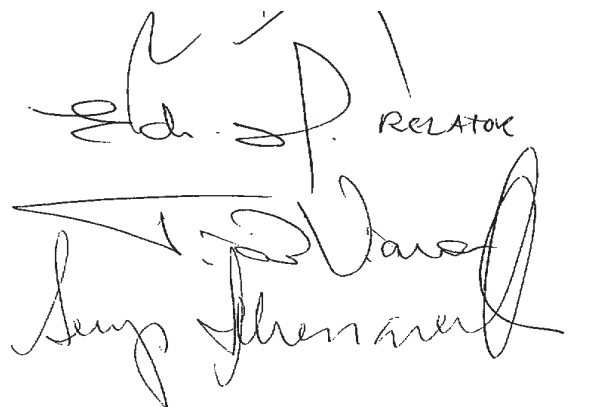
PARECER Nº 1.354, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005, que “autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal”.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005.



Relator

Sr. Presidente

ANEXO AO PARECER Nº 1.354, DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kredi-

tanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico – Ceará II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – mutuário: Estado do Ceará;

II – mutuante: Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW;

III – garantidor: República Federativa do Brasil, tendo como contragarantias, como definido no texto da Lei Estadual nº 13.136, de 12 de julho de 2001, que autoriza a contratação da operação de crédito pretendida, as cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, complementadas pelas receitas próprias do Estado;

IV – valor: 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal;

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2009;

VI – amortização: 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira até 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a assinatura do contrato e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;

VII – juros: 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), exigidos semestralmente, vencíveis em 30 de junho e 30 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo;

VIII – juros de mora: 3% a.a. (três por cento ao ano);

IX – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 3 (três) meses após a assinatura do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Estado do Ceará vincule, como contragarantias à União, as transferências constitucionais de receitas tributária a que faz jus, complementadas por suas receitas próprias, mediante formalização de contato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação, com os parabéns ao Estado do Ceará e à sua Bancada no Senado Federal, aos Senadores Tasso Jereissati, Reginaldo Duarte e a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Risf, requeremos urgência para o PRS nº 73, de 2005, advindo da MSF nº 199, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BJD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa BNDES de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial IV, inserido no Convênio de Linha de Crédito Condicional – CCLIP”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM (SF) Nº 199, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 09/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 851, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.345, de 2005, Relator: Senador Osmar Dias), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 73, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.355, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005, que “autoriza a República Federativa do Brasil a conceder ga-

rantia e operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 1.355, DE 2005

Redação final do Projeto Resolução nº 73, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO de Nº , DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (Multissetorial IV).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor total: até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

IV – prazo: 240 (duzentos e quarenta) meses;

V – carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

VI – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano;

b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade **Libor**;

c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**; e

d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato; o mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

VIII – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

IX – prazo para desembolso: até 4 (quatro) anos;

X – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, outro requerimento...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, com a aquiescência do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a V. Ex^a ainda um gesto. Há um projeto da Deputada Luíza Erundina, com uma homenagem a Luiz Gonzaga e à cultura musical nordestina. Se V. Ex^a, por generosidade, puder colocá-la em votação, é uma matéria que atenderá a um pleito da Deputada e de seu Partido, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós consideramos justíssimo e vamos submeter ao Plenário a urgência desse projeto, assim como também peço a compreensão da Casa para que nós possamos votar um projeto de interesse do Estado de Minas Gerais, de interesse pessoal e político do Senador Eduardo Azeredo.

No que depender de mim, vamos fazer o possível para que possamos, Senador Azeredo, priorizar essa votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais

em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004”.

Sala das Sessões, em 10 agosto de 2005. – **José Agripino – Sibá Machado – Mozarildo Cavalcanti – Arthur Virgílio – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 852, de 2005 – art.336, II)*

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.*

Designo o nobre Senador Tião Viana para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.356, DE 2005–PLEN

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Renan Calheiros, agradeço a V. Ex^a, o Acre inteiro também, neste momento, e seguramente os irmãos peruanos!

É uma matéria que fala de um processo intencionalmente decidido pelo Presidente Lula e pelo Presidente Alejandro Toledo de integração entre os irmãos brasileiros e peruanos. E essa integração se dá, além do campo institucional, das relações diplomáticas, na convivência, na parte física das relações entre os povos. Temos uma fronteira extensa entre peruanos e brasileiros, e a dificuldade nas relações diplomáticas e a burocracia impõem barreiras de convivência e de relações humanas entre os povos.

Então, esta matéria vem apenas permitir o que é tradição em toda a Europa hoje, nos países europeus e em vários países do mundo: que países vizinhos que têm relações cordiais, diplomáticas, saudáveis e que cumprem uma função ética nas responsabilidades de Estado possam ter o trânsito de pessoas facilitado, não só em relações comerciais, mas em relações humanas.

A dispensa da exigência do passaporte nas áreas de fronteira entre Brasil e Peru já foi aprovada pelo Congresso peruano. Há um apelo e uma decisão política do Presidente Lula, do Presidente Toledo de integração. Estamos viabilizando a rodovia Bio-Oceânica, demos um avanço fantástico nessa relação; o Governador Jorge Viana se apresenta no comando desse processo de aproximação entre as partes.

É uma matéria de mérito inquestionável e tenho certeza de que o Plenário aprovará por unanimidade.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

De Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 23 de junho de 2004, por intermédio da Mensagem nº 301, de 2004, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário, e, subsequentemente, remetido ao Senado Federal.

Registramos que o projeto deixou de ser distribuído à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para que fosse elaborado relatório, como determina a Resolução nº 1, de 1996, art. 2º, inciso I, do Congresso Nacional. A Resolução estabelece à Representação a incumbência de apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul, caso em que se enquadra este projeto, uma vez que o Peru é Estado associado ao Mercosul.

Acompanha a Proposição além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, mensagem do Senhor Ministro das Relações Exteriores, na qual é ressaltado que:

A assinatura do Acordo em apreço reflete o atual estágio adiantado em que se desenvolve o relacionamento bilateral entre Brasil e Peru, preenchendo uma lacuna que se fazia perceber no que diz respeito

à isenção de vistos para viagens com fins de turismo ou negócios.

Visa o Acordo o estímulo ao turismo e aos negócios pactuados entre nacionais de ambos os países. Por força do diploma legal, ratificado, os nacionais de cada uma das partes contratantes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra parte tão-somente mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação e o cartão migratório correspondente, sem necessidade de visto, cumpridas as normas sanitárias internas de cada Estado, por até noventa dias, prorrogáveis por igual período.

Para efeitos do Acordo, são considerados documentos nacionais de identificação, para a República Federativa do Brasil, a cédula de identidade emitida por cada estado da Federação, com validade nacional, e, para a República do Peru, o Documento Nacional de Identidade.

O documento nacional de identificação deverá ser reconhecido pelas autoridades de cada uma das partes para todos os efeitos migratórios, civis e administrativos.

O Acordo não garante aos nacionais dos Estados-Parte no território da outra parte contratante o direito de ingresso e permanência, uma vez que esse direito continua a ser regido pelas respectivas legislações nacionais.

O diploma internacional poderá ter sua execução suspensa, total ou parcialmente, por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas.

II – Análise

O Acordo materializa as intenções expressas pelos Governos de ambos os países na Declaração Conjunta, assinada em Lima, em 24 de agosto de 2004.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as relações entre o Brasil e o Peru caracterizam-se pela cordialidade. A diretriz de política externa do Governo Lula, de vertente latino-americanista e africanista, coloca as relações bilaterais brasileiro-peruano como uma das prioridades na agenda diplomática, sobretudo em razão do fato de que os países são detentores da primeira e da segunda maior área amazônica, o que torna a cooperação fronteiriça de grande importância, em termos políticos, econômicos e de segurança.

Em razão do que, há crescente interesse dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia e dos Departamentos peruanos de Loreto, Madre de Dios e Ucayali no intercâmbio comercial e nas iniciativas de integração. Neste contexto, a integração física e a maior interação entre as populações residentes nas zonas limítrofes ganha relevância. Já se encontra em andamento a Iniciativa para a Integração da Infra-

Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), cujos órgãos regionais financiadores envolvidos são o Banco Mundial, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Há muito que a facilitação do trânsito dos nacionais de ambos os países tem sido objeto de preocupação, sobretudo do Conselho Empresarial, com o Grupo de Trabalho sobre Promoção Econômico-Comercial. O Acordo em tela visa atender a essa finalidade.

Acreditamos evidentes a oportunidade e a conveniência do Acordo.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

Sala da Comissão, Relator

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão. O ideal, Senador Tião Viana, era que pudéssemos flexibilizar o máximo a exigência de passaporte no Brasil. Isso tem prejudicado terrivelmente o turismo no nosso País e tem retirado competitividade do Brasil, dificultando a vinda para o nosso País de estrangeiros. Há poucos dias, recebíamos uma delegação muito representativa que nos pedia isso. De modo que seria muito bom se pudéssemos flexibilizar essa exigência. E o primeiro passo estamos dando com relação às nossas fronteiras.

Parabéns a V. Ex^a.

O parecer do Relator é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Eduardo Supply, para discutir.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, achei muito positiva a apreciação do Senador Tião Viana relativamente a caminharmos na direção de os brasileiros e peruanos que vivem na zona da fronteira poderem circular com maior liberdade, inclusive do ponto de vista da documentação.

Gostaria de ressaltar, Senador Tião Viana, que, sobretudo no âmbito do Mercosul, precisamos caminhar celeremente na direção da liberdade de movimento de seres humanos, inclusive com a perspectiva, num prazo não muito distante, de termos a liberdade de movimento de seres humanos nas Américas.

Registro que precisamos dizer ao Governo dos Estados Unidos quão importante é que termine com

aquele muro ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México, muro talvez para toda a América Latina. Não é admissível, contraria o bom senso, contraria o *common sense*, de Thomas Paine; logo os Estados Unidos que tanto aplaudiram a queda do Muro de Berlim, que, ainda no ano passado, sugeriram ao Governo de Israel que não construísse o Muro da Cisjordânia. Digamos aos norte-americanos que, se for para um dia haver uma área de integração para valer, seja não apenas para bens e serviços, para o capital, mas que seja para os seres humanos.

Então, o acordo que ora estamos aprovando é um passo importante, mas ainda tímido na direção do que realmente precisamos ter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 346, DE 2005**

(Nº 1.394/04, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, 10 de fevereiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, 10 de fevereiro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 22-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 853, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Sala das Sessões, 10 de agosto 2005. – **José Agripino – Sibá Machado – Mozarildo Cavalcanti – Artur Virgílio – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 347, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 853, de 2005 – art. 336, II)

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz de La Sierra, em 8 de julho de 2004.

Designo o nobre Senador Tião Viana para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.357, DE 2005

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria tem o mesmo sentido, formato e conteúdo do espírito de integração da tese que o Presidente Lula tem defendido tão bem, com tanta grandeza, de uma comunidade sul-americana de nações, onde possamos estar, de fato, convivendo como irmãos fraternos

e construindo o desenvolvimento integrado da nossa América do Sul.

E entendo que o momento em que ele esteve em Santa Cruz de La Sierra, ao lado do Presidente da Bolívia, do Peru, o Governador Jorge Viana também buscando intensamente essa aproximação confirma agora, numa decisão política que já foi aprovada na Bolívia.

Na Câmara dos Deputados, é justo também ressaltar o grande empenho que teve o Deputado Federal Zico Bronzeado na aprovação dessa matéria naquela Casa, com toda a bancada de deputados federais, e agora encontrará, seguramente, o mesmo sentimento do que foi posto pelo Senador Suplicy e por V. Ex^a.

Precisamos de um mundo sem fronteiras, de um mundo de fraternidade. Se nas nossas fronteiras, filhos de um lado do rio casam com os filhos do outro lado do rio, por que não podemos desburocratizar a exigência do ir e vir dos irmãos sul-americanos?

A razão é de absoluto mérito e seguramente uma homenagem aos que constroem a vida nacional nas área de fronteiras.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

De Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Esta Casa é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Sena, em 8 de julho de 2004.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação, consoante o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 653, de 2004, do Poder Executivo.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi aprovada pelo Plenário em 7 de julho de 2005.

Vindo ao Senado Federal, a matéria em pauta foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Informa a exposição de motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministério das Relações Exteriores, que o referido diploma internacional traduz os estreitos vínculos de que se revestem as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, ao promover a expansão da isenção de vistos para viagens com finalidade oficial, de turismo ou de negócios.

O Artigo 2 dispõe, efetivamente, que os nacionais das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto. Aos nacionais, acima referidos, será permitido permanecer no território da outra Parte para realizar atividades oficiais, de turismo ou negócios, por um período de até noventa dias, prorrogáveis por outros noventa dias no período de um ano.

O Artigo 3 define os documentos de identificação a que se refere o artigo anterior. Para a República Federativa do Brasil, trata-se de cédula de identidade expedida por cada Estado da Federação, com validade nacional; enquanto que para a República da Bolívia será a cédula de identidade vigente. As Partes se comprometeram a intercambiar modelos dos documentos mencionados quando da assinatura do Acordo em pauta, e a manter-se mutuamente informadas sobre qualquer modificação.

O Artigo 7 especifica, entretanto, que o Acordo não autoriza os nacionais de um Estado Parte a exercer atividade, profissão ou ocupação remunerada ou com fins lucrativos, fixar residência ou trocar de status migratório no território da outra Parte. O Artigo 10 determina que as autoridades competentes das Partes podem denegar o ingresso e repatriar os que não cumpram os requisitos da lei.

II – Análise

O Acordo internacional em tela é consentâneo com a atual política externa brasileira, que confere prioridade à aproximação do Brasil com os países da América do Sul e do continente africano.

Formaliza condições privilegiadas para o desenvolvimento do processo de integração regional, ao estender à Bolívia o tratamento bilateral que o Brasil já firmou com os países do Cone Sul e com o Peru. Contribui, também, para facilitar a intensificação do fluxo turístico e das viagens de agentes de negócios, com vistas ao fortalecimento do comércio bilateral.

Registre-se, entretanto, que o projeto em apreço deveria ter sido distribuído à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para emissão de relatório, conforme prevê o disposto no inciso I do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN, que

determina o exame preliminar, por aquela Representação, de toda matéria de interesse do Mercosul que venha a tramitar no Congresso Nacional. Cabe lembrar que a República da Bolívia é Estado Associado ao Mercosul desde 1996.

III – Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Sena, em 8 de julho de 2004.

Sala da Comissão, – **Tião Viana**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Tião Viana é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 347, DE 2005

(Nº 1.559/05, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 9 de julho de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me fazer um elogio a V. Ex^a, a esta Casa, ao Senador, aos esforços empregados, porque essa matéria é muito importante para o Brasil, porém muito mais para nós que vivemos naquela região. A relação do Brasil é uma dívida social com aquela gente, com aquelas nações, e é muito importante que, na Bacia Amazônica, tenhamos esse tipo e intercâmbio.

Portanto aqui só me resta agradecer esse entendimento de V. Ex^a por estarmos votando essa matéria tão significativa para todos nós daquela humilde região.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os méritos são de V. Ex^{as}. Parabéns.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar o seu obséquio de, se for possível, votar hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 8, é o Item 18 da pauta. É um projeto de origem do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência colocará em votação com muita satisfação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

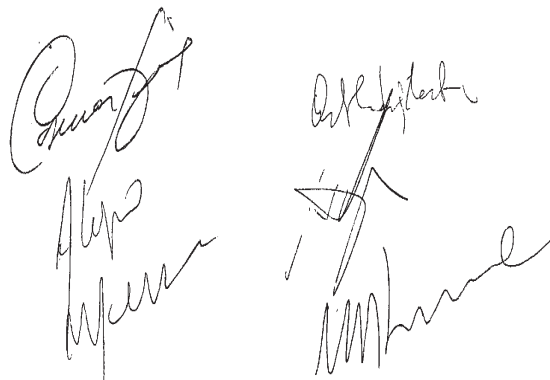
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005.

Sala das Sessões 1º de agosto de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**.



(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 22-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 854, de 2005 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005 (4.300/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências.*

Tendo parecer favorável da CCJ.

Designo o Senador Eduardo Azeredo Relator da matéria, em substituição à Comissão de Educação.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

PARECER Nº 1.358, DE 2005–PLEN

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto tem um grande alcance social. Trata-se de transformar a Faculdade de Diamantina, que foi criada ainda na época do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em uma universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que são sabidamente as duas regiões mais deprimidas do Estado de Minas Gerais, duas regiões que mais precisam de investimentos.

Portanto, transformarmos essa faculdade numa universidade federal para uma região onde as pessoas realmente precisam que o ensino superior seja gratuito é da maior importância. Esse relatório, portanto, é favorável. Peço a todos que votem favoravelmente à criação da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo é favorável. Portanto, pela aprovação da matéria.

Passa-se à discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2005

(nº 4.300/2004, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências – O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, com sede e foro no município de Diamantina, Minas Gerais, e Unidade Acadêmica no município de Teófilo Otoni, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFVJM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa.

Art. 3º A UFVJM, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu Estatuto e Regimento Geral, a UFVJM será regida pelo estatuto e regimento das FAFEID, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a UFVJM, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pelas FAFEID.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passarão imediatamente a integrar o corpo discente da UFVJM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFVJM todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal das FAFEID.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFVJM:

I – fica criado o cargo de Reitor, código CD-1;

II – fica criado o cargo de Vice-Reitor, código CD-2, por transformação do cargo CD – 2 remanejado das FAFEID;

III – ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 15 (quinze) Cargos de Direção – CD, sendo 4 (quatro) CD – 3 e 11 (onze) CD – 4, e 62 (sessenta

e duas) Funções Gratificadas – FG, sendo 7 (sete) FG – 1, 14 (quatorze) FG – 2, 13 (treze) FG – 3, 16 (dezesesseis) FG – 4 e 12 (doze) FG – 5; e

IV – são remanejados para a UFVJM os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG que, na data da publicação desta lei, estiverem alocados às FAFEID.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas ficam alocados na UFVJM de acordo com o Anexo desta lei.

Art. 7º A administração superior da UFVJM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares.

§ 3º O Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM disporão sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFVJM será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrara o patrimônio das FAFEID, os quais ficam automaticamente transferidos, se reservas ou condições, à UFVJM;

II – pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resulta de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFVJM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos a lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFVJM serão provenientes da:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses que lhe fora conferidos;

II – auxílios e subvenção, que lhe venham a ser feitos ou concedido, pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários das FAFEID para a UFVJM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento aprovado para as FAFEID, neste exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, conforme dispuser o Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei, adotará as providências necessárias à elaboração do Estatuto da UFVJM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

CARGO	REMANEJADOS DAS FAFEID	NOVOS	TOTAL
CD-1	0	1	1
CD-2	1	0	1
CD-3	1	4	5
CD-4	6	11	17
Subtotal	8	16	24
FG-1	8	7	15
FG-2	0	14	14
FG-3	0	13	13
FG-4	11	16	27
FG-5	0	12	12
Subtotal	19	62	81
TOTAL	27	78	105

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004, que *institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”*. Parecer favorável, sob o nº 552, de 2004, da Comissão de Educação.

O Relator é o nobre Senador Reginaldo Duarte. No prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2004

(Nº 4.265/2001, na Casa de origem)

Institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”, em homenagem à data natalícia do músico Luiz Gonzaga do Nascimento, o “Rei do Baião”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 19 de julho passado, o Senador Paulo Octávio, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 54, aprovado nesta Casa no último dia 7, encaminhou à Mesa solicitação, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, para que seja retificada a Lei nº 11.134, de 11 de julho de 2005, sendo a seguinte a retificação: onde se lê “mineralogia e engenharia”, leia-se “mineralogia ou engenharia”, constante do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 1996, com nova redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005.

Em votação a retificação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência determina a retificação da Lei nº 11.134, de 2005.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a retificação aprovada:

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 11.134, DE 15 DE JULHO DE 2005

No art. 25 da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, que deu nova redação ao § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, **in fire**, publicado no **DOU** de 18 de julho de 2005, Seção I, página 3,

Onde lê:

“... Mineralogia e Engenharia.”

Leia-se

“... Mineralogia ou Engenharia.”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10.**

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2005

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requero preferência para o item 10, a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 5 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a quer discutir o mérito da matéria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então vamos votar o requerimento e, na discussão da matéria, darei a palavra com muita honra a V. Ex^a.

Em votação o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a não deliberação do item 1 da pauta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão da proposta e da emenda, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao primeiro signatário da Proposta de Emenda à Constituição, Senador Arthur Virgílio, para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta proposta de emenda constitucional obteve ampla aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e recebeu duas emendas significativas, uma delas do Senador por Sergipe, Antonio Carlos Valadares, que, de maneira muito sensível, muito inteligente, reforçou, até porque o que abunda não prejudica, os incentivos a que tem feito jus o pólo industrial de Manaus.

A outra emenda, de autoria do Relator da matéria na CCJ, Senador Alvaro Dias, meu dileto companheiro e querido amigo, alterou. Eu pensei no início em Pólo Industrial da Amazônia Ocidental, algo assim. O Senador Alvaro Dias, em uma compreensão nacional do problema entendeu que deveria se chamar Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, para dar a característica de pólo do País, não de uma região.

Do mesmo modo, a minha intenção essencial era, em primeiro lugar, caracterizar que não se tratava ali de comércio de importados, há muito tempo que não

é assim. Não se tratava com prisco da época em que a economia brasileira era fechada, ou seja, pré-economia do governo Collor, quando começou – temos de reconhecer – a abertura da economia brasileira, que ainda hoje não se fez de maneira ideal. Tem que abrir mais e mais. País aberto é país com chance de ser próspero; país fechado é país com chance de se perder nas oportunidades perdidas por ele próprio. Pensei em caracterizar primeiro isso.

Em segundo lugar, deixar bem evidente para o País que reivindicamos outro nome e, mais do que isso, o novo **status**. O reconhecimento do Brasil, e o Senado e a Câmara haverão de dar esse reconhecimento, de que ali se trata de um pólo industrial da mais alta definição, um pólo industrial com enorme capacidade de agregação de valores econômico, tecnológico, industrial, com o grosso do que se agrega sendo produzido lá mesmo, no Estado, com investimento forte e significativo em tecnologia, com institutos que trabalham o desenvolvimento tecnológico instalados e sediados lá mesmo, na Amazônia, com importação de boa qualidade para melhorar o processo produtivo do Pólo Industrial de Manaus, com uma mão-de-obra treinada e especializada que é, talvez, o maior patrimônio da antiga Zona Franca de Manaus, que eu prefiro chamar de Pólo Industrial de Manaus e agora chamaríamos de Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. É uma mão-de-obra extremamente treinada.

Tudo isso sob a regência de uma Superintendência da Zona Franca de Manaus hoje muito bem dirigida pelo economista Flávia Grosso. Foi uma bela atitude do Governo Federal nomear uma figura desse porte para dirigir a Suframa, cercada de uma equipe de técnicos do melhor nível, da melhor qualidade e da maior seriedade.

Desde o Governo passado – e faça-se justiça –, quando José Serra era Ministro do Planejamento e o superintendente era Mauro Ricardo Costa, hoje Secretário Municipal de Finanças e Economia em São Paulo, a Suframa investe em infra-estruturação, visando ao desenvolvimento de todos os Municípios adimplentes naquela região amazônica ocidental, mais o Amapá. São recursos que vêm dos preços públicos que a própria Suframa recolhe. Dinheiro, portanto, produzido ali. E dinheiro que nos dói muito quando é contingenciado pela ação do Ministério da Fazenda, o que não é de agora, pois acontecia no Governo do qual eu fui Líder e Ministro e continua acontecendo no Governo do Ministro Palocci, por quem tenho tanta estima e por quem tenho mantido tanta consideração. Mas o fato é que virou uma agência de desenvolvimento da região amazônica ocidental inteira, mais o Amapá.

Enquanto chamássemos de Zona Franca de Manaus, estaríamos obscurecendo o fato de que ela serve à região como um todo. Enquanto chamássemos de Zona Franca de Manaus, estaríamos passando para investidores e para brasileiros menos avisados a idéia da troca, do escambo, do mero comércio de importados, e não é essa a verdade, Senador Sibá Machado. Não é isso que consulta a realidade. Trata-se de um pólo de alta definição tecnológica, como eu já havia aqui relatado, e que merece ser tratado como pólo industrial.

Dou a V. Ex^a alguns exemplos. Ao discutirmos aqui, no Senado, a Reforma Tributária, os interesses de São Paulo, quando eram feridos grosso modo, significava que os interesses do Amazonas também estavam sendo feridos grosso modo, porque o meu Estado assumiu características de Estado industrial.

Muitas vezes, há uma certa concorrência, por exemplo, entre São Paulo e o Amazonas, prova de que lá se desenvolve uma economia pujante. Sob quaisquer critérios, não é menos do que o 3º pólo industrial mais importante do País, o que faz da minha cidade de Manaus a 3ª ou 4ª renda **per capita** do País.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Quarta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quarta. O Senador Sibá Machado me lembra com muita atenção. Quarta renda **per capita** do País. O Amazonas é um dos principais arrecadadores **per capita** de ICMS. Tudo isso com resultado de um pujante pólo industrial que lá está.

Por exemplo, vejo como resultados fundamentais o fato de que estamos avançando nas exportações. Neste ano, exportaremos US\$1,3 bilhão. Alguns anos atrás, as exportações somavam apenas US\$100 milhões. O déficit, portanto, entre a importação necessária e as exportações está para ser coberto em mais dois ou três anos. Vamos chegar ao equilíbrio. Vamos chegar, dentro de cinco anos, se Deus quiser, ao superávit. Isso joga por terra de uma vez por todas a tese do incentivo fiscal.

Mas alguém diz que não justifica incentivo fiscal para lá. Meu Deus do céu, 2% no máximo ou até menos que isso de cobertura florestal devastada; a segurança nacional preservada; o interior financiado. É muito importante o que se faz ali. E o incentivo fiscal não foi uma invenção do Amazonas. Praticaram-se incentivos fiscais em várias regiões do País, em várias regiões do mundo, quando se quis desenvolver de maneira estratégica alguma região, e aquilo só deu certo.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é um admirador e um conhecedor da Zona Franca de Manaus, que eu quero chamar de Pólo Industrial da Amazônia Brasi-

leira. V. Ex^a sabe que foi o modelo de desenvolvimento de maior êxito do País dentre todos. Regenerado no Governo passado, moralizado no Governo passado, ele passou ao largo de todos aqueles escândalos que envolveram a Sudene e a Sudam, passou ao largo de tudo. Ninguém hoje fala mais em corrupção na Suframa nem em favoritismo. Aqueles tempos selvagens estão superados. Hoje há credibilidade e há algo assim: se eu quero produzir televisão e V. Ex^a também, V. Ex^a se credencia aos incentivos e eu também; se V. Ex^a produzir uma televisão ruim e eu produzir uma televisão boa, V. Ex^a vai à falência, e eu não. Então, há a perspectiva capitalista da concorrência, do choque de ofertas, do choque de produtos, tudo isso acontece.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei um aparte, Senador Romeu Tuma.

Portanto, digo da minha enorme alegria de estar hoje podendo ver transcorrer aqui o primeiro dia de tramitação dessa PEC.

Já estou sabendo pela Assessoria da Suframa e pela minha Assessoria que nós aperfeiçoaremos mais isso ainda por uma emenda com a qual poderemos contemplar, eu espero, o conjunto do Congresso, do Senado. Mas é bom para nós termos o reconhecimento dos Estados brasileiros, representados pelos Senadores do País inteiro, de que aquilo não é mais uma zona de livre comércio. Aquilo é um pólo industrial, que não tem mais incentivos do que tantos Estados oferecem a quem invista neles, nas suas economias.

Ouçó com muita honra e com muita alegria o Senador Romeu Tuma. Em seguida, ouço o meu prezado amigo Senador Sibá Machado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu sou paulista, mas me considero um amazonense pela paixão que tenho por aquela terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E o Amazonas o considera um amazonense dos mais diletos também, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sempre que tenho oportunidade, estou presente naquela região tão importante do País e a conheço profundamente. Por todos os fatos que V. Ex^a citou aqui, sabemos que se trata de um passado esquecido pelo vigor e pela força do povo do Amazonas. Até no aspecto social, o pólo amazônico industrial desempenhou um valor inestimável para aquela população sofrida, que desconhecia até as maneiras de conviver em sociedade, uma boa parte dela, e as indústrias que para lá foram levaram o conhecimento, o desenvolvimento, a cultura. Ultimamente, eu me surpreendi com a direção da Suframa. Tenho muito respeito pela Dr^a Flávia Grosso,

sua amiga. Ela desenvolve um trabalho de investimentos e de favorecimentos aos Municípios mais sofridos de toda aquela região. Então, V. Ex^a traz aqui não apenas a mudança do nome, mas a possibilidade de que a Nação brasileira saiba o que representa para a economia, para a sociedade, no aspecto social, o seu Estado. Esse é o ensinamento que ele traz para todos os que pretendem desenvolver economicamente seus Municípios e seus Estados. Parabeno-o e solidarizo-me com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Antes de conceder o aparte ao Senador Sibá, digo que V. Ex^a é de fato conhecedor da região, e considero importante, ainda assim, Senador Tuma, a mudança do nome, porque ela afugenta aquele fantasma. Não é mais zona franca! E digo, com bom humor, que não é nem franca, porque lá se recolhem os 62% dos tributos federais da região Norte, incluindo esse Estado de economia tão promissora que é o Pará, nem é zona, porque funciona tudo de maneira muito organizada, de maneira muito boa. Lá há fábricas que encantam quaisquer visitantes.

Entendo que, de uma vez por todas, vamos dizer que estamos tratando de um pólo industrial de sofisticada definição tecnológica e deve ser tratado como tal. Aquilo é uma etapa superada, que corresponde a uma outra época da economia brasileira, e o nome ficou.

Sou a favor de se manter a Suframa como órgão diretivo, até porque é um órgão bom, que tem uma imagem muito boa. Então, fica a Suframa. Não precisa mais corresponder à Superintendência da Zona Franca de Manaus. Fica Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, sediado na Suframa, dirigido pela Suframa. A Dr^a Flávia continua sendo superintendente da Zona Franca de Manaus, mas ela passa a gerenciar administrativamente o Pólo Industrial de Manaus e seus efeitos na direção de outros Estados, entre os quais o Estado do Acre, dos meus amigos Senadores Tião Viana, Geraldo Mesquita e Sibá Machado, a quem concedo um aparte, com muita alegria.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, eu queria acrescentar que a média de crescimento da indústria brasileira neste ano foi de 5%. E a média do crescimento industrial do Amazonas foi de 20,2%, ou seja, quatro vezes mais do que a média nacional. A preocupação de V. Ex^a entendo perfeitamente, porque a proposta vem modernizar algo que já existe na prática. Num primeiro momento, olhava-se para a Zona Franca de Manaus como uma espécie de dívida do Governo Federal, que precisava descentralizar uma atividade naquela grande região. Agora, aquela situação cresceu por si só, tem vida própria e avança. Então, nada melhor do que condicionar essa

nova realidade. Em um primeiro momento, fiquei preocupado, cogitando se tiraríamos esse outro viés da atividade da Suframa, que é o atendimento a outros Estados e a Municípios principalmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De jeito algum.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, como muito bem dito por V. Ex^a, neste caso, acredito que está perfeita essa idéia. Penso que todos temos a obrigação de abraçá-la, porque hoje Manaus, repito, pelos dados do IBGE, é o quarto Município em importância no PIB municipal brasileiro. O instituto faz até uma comparação, demonstrando que nove Municípios brasileiros fecharam o ano de 2002 com 25% do PIB nacional e que, desses nove Municípios, o quarto é o de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Portanto, creio que se irradia por toda a região esse desafio, que interessa basicamente ao Estado do Acre. Assim, parabeno V. Ex^a pela idéia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a o aparte, que vem de um homem da região que estaria disposto a defender, até o fim, como faz sempre nesta Casa, as suas idéias e o seu compromisso com o Estado do Acre, que não será prejudicado em nada. Ao contrário, receberá também o influxo positivo dessa mudança.

São dados inquestionáveis. V. Ex^a cita os números da renda **per capita** e do PIB; nós mencionamos os prováveis US\$15 bilhões de faturamento bruto do Pólo Industrial de Manaus e os dados das exportações, que estão crescendo de maneira avassaladora, de maneira significativa. E recebemos uma notícia fantástica para nós: de fevereiro para cá, a Argentina suspendeu as tarifas que estavam sendo postas como embargo, como dificuldade para a entrada de televisores brasileiros, todos fabricados no Pólo Industrial de Manaus.

E essa economia tem uma característica estranha – já concederei um aparte ao Senador Eduardo Azeredo – e compreensível, claro. Ela sofre duas vezes quando está tudo mal no País; quando a economia está bem no País, ela ganha muito, porque esses bens eletroeletrônicos, as motocicletas, esses artigos são vendidos de maneira muito farta quando há mais afluência na sociedade brasileira, que não vive um mau momento econômico. Ao mesmo tempo, quando há retração ou algo próximo de recessão, por sermos uma Unidade da Federação, sofremos a recessão brasileira, e soma-se o fato de que os nossos clientes do centro-sul não estão comprando. Resta, portanto, hoje, como válvula de escape, lutarmos para exportar cada vez mais, mas a exportação ainda é incipiente em relação às nossas necessidades.

Tranqüilizo V. Ex^a, Senador Sibá Machado, com base em um compromisso que também tenho com o Estado do Acre, tão bravo e lutador, que tem escrito suas epopéias. Eu nunca proporia algo que não fosse em comum acordo com V. Ex^a, com o Senador Geraldo Mesquita Júnior e com o Senador Tião Viana, amigos tão queridos; nada que significasse a divisão de uma Região que precisa estar unida para obtermos os melhores caminhos para nós, para os nossos povos e para a nossa gente.

Portanto, agradeço a V. Ex^a, de maneira penhorada, pelo fraterno aparte.

Ouç o Senador Eduardo Azeredo antes de concluir meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, caro Líder, na primeira vez que fui a Manaus para visitar a Zona Franca, fiquei realmente muito bem impressionado. Era a época, ainda, da fabricação dos disquetes. Lembro-me de que trouxe de lá um videocassete, pois esses aparelhos estavam sendo lançados. E o avanço que pudemos ver em Manaus é de fato surpreendente, o que demonstra que esse tipo de instrumento de desenvolvimento regional deve realmente ser utilizado. No Brasil, foi muito importante esse incentivo para a Zona Franca de Manaus, que se desenvolveu. No primeiro momento, evidentemente, era só uma montagem, mas, depois, agregou-se valor e um trabalho já mais sofisticado. Hoje, vemos que, de fato, Manaus é uma grande cidade. Nós que estamos no sul, em Minas Gerais, sentimos muita satisfação. Sempre defendi que é preciso haver um Brasil mais justo exatamente para o desenvolvimento de todas as suas regiões. O País não pode ter uma região rica e todo o resto andando a reboque. Pelo contrário, precisamos buscar sempre instrumentos como o da Zona Franca, que é muito bom seja agora o Pólo Industrial de Manaus.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. V. Ex^a tem sido um baluarte ao meu lado nas lutas que travo aqui pelo Amazonas, por sua economia, com os Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, que são companheiros diletos e que participam, de maneira muito responsável, desse processo todo.

V. Ex^a compreende, como ninguém, a realidade brasileira. E isso é muito da índole afável, compreensiva e aberta do mineiro, sendo V. Ex^a o Governador que foi e o Senador de escol que é.

Tenho absoluta convicção de que temos algumas verdades a obter da sociedade brasileira. Considero que alguns passos já foram dados e vou repetir o que já disse em outras ocasiões. Eu, quando Deputado, fazia um pronunciamento sobre o Pólo Industrial de

Manaus, e parecia algo paroquial, algo que não era tema a merecer a alta tribuna da Câmara dos Deputados. E eu insisti muito nisso. Eu sempre dizia: os estrangeiros se interessam tanto, eles conhecem tanto sobre a Amazônia, e nós, aqui, não conseguimos sair de uma coisa que, para mim, é cafona, é pequena, é até mesquinha, medíocre, que é fingirmos que não reconhecemos a importância da Amazônia.

Então, o brasileiro bem informado tem que saber sobre a Amazônia, porque é importante mesmo. Isso se aplica ao catarinense, ao mato-grossense-do-sul, ao gaúcho, ao paranaense, ao mineiro. Ou seja, ou valorizamos um patrimônio que é nosso e que é a grande saída estratégica do País, a Amazônia, essa grande fronteira de desenvolvimento a ser ainda maximizada, sem se matar a “galinha dos ovos de ouro”, sem se agredir a ecologia, ou vamos construir um País que não será capaz de ter o crescimento mais brilhante, o desenvolvimento econômico mais brilhante e mais consistente de todos. Este só virá com o entendimento da Amazônia, que é cobiçada por uns e admirada por outros no estrangeiro, mas é conhecida por muito pouca gente no Brasil.

Sonho, Senador Eduardo Azeredo, com uma campanha de Deputado Federal, por exemplo, ou de Senador sendo decidida no Rio de Janeiro a partir da idéia de quem gosta da Amazônia ou não, de quem entende da Amazônia ou não. Um Senador se elegendo ou perdendo a eleição no seu Estado, porque um entende e o outro, não, de Amazônia. Um Deputado Federal se elegendo fortemente, com muito voto, tendo isso como carro-chefe, lá em Santa Catarina – terra do Senador Leonel Pavan, que tem sido outro amigo do meu Estado, outra figura de extrema lealdade, que nunca faltou às lutas pelo pólo de Manaus aqui, pela solidariedade que teve para com este colega dele, companheiro de Partido que é. Gostaria de ver um dia, daqui a alguns anos, alguém se elegendo em Santa Catarina sob o seguinte comentário: “Fulano se elegeu, porque demonstrou a importância para Santa Catarina da Amazônia”. Ou seja, alguém com uma visão global de Brasil, uma visão ousada e nova de Brasil.

Isso me dá muita alienação, mas fico feliz de saber que estamos sendo levados a sério e que alguns passos estão sendo dados; que, em alguns momentos, o Senado foi solidário, pela sua maioria, com este Senador e com seus colegas de Bancada, quando se dizia: “Haverá uma atropelada do Governo”. E dizíamos: “Não vai haver, então, é votação”. E V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, fez isso algumas vezes, ao meu lado, como Líder do PMDB que era.

Para encerrar, gostaria de fazer alguns registros. O primeiro é que a Ditadura Militar, que tanto combati,

foi responsável pelo nascimento desse modelo econômico vitorioso. Portanto, quero louvar a lucidez que teve o Presidente Castelo Branco, a partir da lucidez genial do imortal brasileiro – e hoje digo mesmo, imortal brasileiro –, de quem já fui adversário ideológico, o Embaixador, Ministro, Senador, Deputado Roberto Campos.

Digo mais: cada governo fez o que pôde. Reporto-me aos últimos. O Presidente Fernando Henrique fez o processo de limpeza, de moralização da Suframa. No seu governo, investiu-se na Amazônia Ocidental como nunca antes – e espero que menos do que depois. Quero o melhor para a minha região. Naquele governo, encaminhava-se a discussão numa comissão que era presidida pelo Deputado Francisco Garcia, visando à prorrogação da Zona Franca de Manaus. Estava indo bem a luta. Eu imaginava que fosse algo para amadurecer, para maturar e para se realizar neste governo.

Aqui, Senador Sibá, devo reconhecer com muita justeza: se aqui combato o que me parece ser os erros do Presidente Lula em relação à forma de gerir a coisa pública, em relação à forma não controlada de tocar o seu governo, devo dizer que o Presidente Lula não se mostrou, em nenhum momento, preconceituoso em relação ao Pólo de Manaus. Devo ser honesto. É obrigação sermos honestos. Se critico, às vezes errando, às vezes acertando, mas, se eu critico, devo reconhecer, com honestidade, os seus méritos. Em relação à minha região, o Presidente Lula não obstaculizou a prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Aqui forçamos, a Câmara forçou, pedimos, exigimos, dissemos que estava maduro, mas o fato é que ele não revelou, de jeito algum, preconceito. Isso deve ser dito, deve ser consignado por alguém que tem sido, às vezes, um feroz adversário dele. Mas é momento para reconhecer os méritos – eu que passo o tempo inteiro mostrando os equívocos.

Estou feliz, portanto, porque haverá mais quatro sessões de discussão. Vamos fazer a emenda que, a meu ver, será aquela que levará ao consenso definitivo.

Agradecendo ao Presidente Renan Calheiros a tolerância de ter estendido o tempo por todos esses minutos, digo que é um dia de importância significativa para o meu Estado, porque vamos obter, se Deus quiser, o reconhecimento do País, do Brasil, da Nação brasileira da existência de um pólo industrial expressivo, sofisticado, vitorioso e que merece ter um nome real. Quando era Zona Franca, e fez muito pelo País, era Zona Franca. Hoje não é mais, é um pólo industrial, incentivado como tantos outros, incentivado como nunca deixou de ser a indústria automobilística

brasileira. Ninguém a chama de zona franca do automóvel, mas de indústria automobilística brasileira, da qual tenho muito orgulho, mesmo estando sediada fora do meu Estado – só podia ser sediada fora da minha região, pelas dificuldades locais apresentadas, pela distancia dos centros consumidores mais importantes, só podia ser localizada no Sudeste e até em alguns Estados do Sul, como o Paraná, o Rio Grande do Sul; podia estar muito bem na Bahia, como está a Ford, mas se encontra basicamente em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Tenho orgulho dessa indústria, tenho orgulho das exportações que conseguem efetuar, tenho orgulho do avanço tecnológico que, a cada dia, nos oferece carros mais seguros e melhores.

Peço que, em reciprocidade, o resto do Brasil passe a conhecer e a ter orgulho de uma coisa milagrosa que se fez no coração da Amazônia Ocidental, que é um pólo industrial de altíssima definição tecnológica. Alguém que sobrevoa vê mato em volta, vê a beleza daquele rio, vê aquela coisa fantasticamente bonita, vê aquela lua, vê aquele Sol. Alguém que sobrevoa vê aquilo, mas vê também o milagre do desenvolvimento econômico ali posto.

Só peço que aquilo seja analisado sem preconceitos. Este Senado não tem mais preconceitos contra o pólo de Manaus. Há quem ainda o tenha no Brasil, uns, sinceramente, talvez até por ignorarem os fatos positivos que ali se registram; outros, por indústria. São concorrentes, gostariam de ver aquilo extinto, não têm sensibilidade de Brasil, não têm visão de conjunto de Brasil. Esses são, digamos assim, ignorantes por interesse próprio, interesse egoísta. Eu não perderia tempo investindo para que eles aprendessem. Esses eu quero derrotar; esses eu quero enfrentar e derrotar, no voto, na discussão ou em qualquer foro que se apresente.

Quando vejo o Senado se abrindo para a convicção de que aquilo é uma região nobre do País – a sua, Senador Sibá Machado, e a minha – e de que o pólo de Manaus pertence ao País, fico muito orgulhoso e tenho muita confiança de que o julgamento dos meus pares será favorável à aprovação da mudança desse nome, com todo o significado psicológico, econômico, político que daí possa advir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.*

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito*

Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Sibá Machado.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

– 15 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 891, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 – CMA, que apresenta.

– 16 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

– 17 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 254, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

– 18 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

– 19 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 20 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador César Borges.

– 21 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 22 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais*.

Parecer favorável, sob nº 475, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti,

solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 26 –

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Na sessão do dia 16 de junho passado, foi lido o Requerimento nº 643, de 2005, de iniciativa da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 91, de 2005, destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando a prorrogação, por mais sessenta dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos daquele Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prorrogado por mais 60 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações desta Casa ao professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo, pelo recebimento do prêmio Juca Pato “Intelectual do Ano”, promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE).

Justificação

A importância da obra do ilustre professor Luiz Gonzaga Belluzzo para a formação do pensamento econômico contemporâneo brasileiro, latino-americano e mundial pode ser resumida no seguinte fato: ele é considerado pelo *Biographical Dictionary of Dissenting Economists*, junto com outros cinco economistas latino-americanos (Raul Prebisch, Aníbal Pinto, Carlos Diaz-Alejandro, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado), um dos 100 economistas não-ortodoxos mais importantes do século XX.

Com efeito, de sólida formação marxista e keynesiana clássica e fortemente influenciado pela escola cepalina, Belluzzo sempre participou do debate econômico brasileiro e latino-americano fazendo o contraponto lúcido e extremamente erudito ao pensamento monetarista e ortodoxo.

Já em sua brilhante tese de doutorado “Valor e Capitalismo: Um Ensaio sobre a Crítica da Economia Política” (1975), Belluzzo discutiu, com profundidade, o conceito de valor e suas implicações para a análise da acumulação do capital e sua expansão à escala mundial.

Na década de 70, a sua reflexão centrou-se no desenvolvimento capitalista e industrialização da periferia. Datam dessa época dois artigos basilares para o debate da industrialização brasileira: “Desenvolvimento Capitalista no Pós-guerra e a Industrialização da Periferia”, juntamente com o professor Luciano Coutinho, que procurava mostrar os efeitos do desarranjo do chamado “consenso keynesiano” sobre as nações em desenvolvimento, e “A Experiência Recente de Industrialização no Brasil”, em parceria com Maria da Conceição Tavares.

Na década de 80, Belluzzo participou ativamente e com rara competência das discussões sobre os programas de ajustes econômicos ortodoxos promovidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A sua introdução ao livro “FMI x Brasil: a Armadilha da Recessão” (1983) ainda contém importantes ensinamentos sobre as armadilhas e os limites das teorias monetaristas ortodoxas e suas implicações práticas para as economias periféricas. Em 1984, publicou uma grande obra sobre esses assuntos: “O Senhor e o Unicórnio”. Este livro, um clássico da economia brasileira, aprofunda, em vários ensaios, a reflexão crítica sobre a crise econômica provocada pelas políticas ortodoxas de “ajustamento”.

Também datam da década de 80 os seus pensamentos críticos referentes às teorias inflacionárias conservadoras. Em 1984, escreveu, em parceria com Maria da Conceição Tavares, “Reflexões sobre a Inflação Contemporânea”. Em 1989, retomou o tema da

inflação e das transformações financeiras e monetárias em a “Crise Monetária no Brasil”, ensaio redigido em conjunto com Júlio Sérgio Almeida. Saliente-se que as argutas reflexões de Belluzzo sobre dinheiro e a diferenciação das formas de acumulação da riqueza continuaram na década de 90 no trabalho “O Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza”, de 1997 e no artigo “Financeirização da Riqueza, Inflação de Ativos e Decisões de Gasto em Economias Abertas”, elaborado em colaboração com Luciano Coutinho.

Em tempos recentes, Belluzzo tem se dedicado à análise crítica da globalização, particularmente no que tange aos seus aspectos financeiros e às consequências negativas que as formas recentes da acumulação capitalista em nível mundial produzem nas economias em desenvolvimento. O seu último livro publicado “Ensaio sobre o capitalismo no século XX” (2004) é um excelente exemplo do pensamento crítico sobre economia em sua melhor forma, tendo motivado o prêmio Juca Pato.

Mas o mais importante a ser destacado é que a obra de Belluzzo se distinguiu, em todas as suas fases, por sua erudição, competência, originalidade e, acima de tudo, por sua independência crítica em relação aos centros dominantes do pensamento econômico mundial. De fato, é essa recusa lúcida em aceitar como dogmas os ditames das teorias econômicas conservadoras, como o fazem muitos economistas brasileiros contemporâneos, que distingue o pensamento de Belluzzo e embasa o seu papel de economista independente que reflete sobre o seu país de forma autônoma e criativa.

Entretanto, o papel de Belluzzo não se resumiu à teoria econômica, embora a produção intelectual seja a sua principal marca. Assim como Celso Furtado, Belluzzo também deu a sua contribuição prática e política à Nação, tendo desempenhado papel fundamental como formulador de política econômica na gestão do ministro Dílson Funaro.

O escritor Marcos Rey, que propôs utilizar o nome do personagem de Belmonte para o prêmio da UBE, assim justificou a sua escolha:

“O Juca Pato, a grande vítima dos tubarões, pisado pelos homens da lei e pelos poderosos, e que nunca teve um amigo, o terá agora na pessoa do intelectual.”

Temos certeza que, agora, o Juca Pato, símbolo máximo dos excluídos e dos perdedores, conquistou um novo e dileto amigo.

Saladas Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará as congratulações solicitadas.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prorrogo a sessão por mais três minutos, para que V. Ex^a possa usar da palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passo a ler uma nota nacional do PSDB:

O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB repudia e denuncia, veementemente, o conluio montado, no âmbito da CPMI, por parte de representantes do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de forjar provas e fraudar documentos junto a esta Comissão, instituída no Congresso Nacional para investigar as graves denúncias de pagamento ilegal a parlamentares da base do Governo Federal e o uso indevido de recursos públicos por parte de integrantes do PT.

O artifício visa claramente à criação de factóide para tentar desviar o foco das investigações e merece o desagravo de toda a sociedade, por constituir um atentado contra a seriedade e a legitimidade dos trabalhos da CPMI, ainda mais quando seu protagonista é justamente o Vice-Presidente da CPMI do Mensalão, Deputado Paulo Pimenta.

O parlamentar petista tentou dar legitimidade a uma lista apócrifa, sem origem e sem qualquer lastro de prova documental, após um encontro clandestino, na madrugada de hoje, na garagem do Senado Federal, com o Sr. Marcos Valério, ao fim do depoimento do acusado, com quem inclusive pegou carona.

A alegação de que teria recebido a lista apócrifa do advogado do acusado, Sr. Paulo Sérgio, desmoronou no exato momento em que o próprio advogado negou terminantemente ter repassado ao parlamentar qualquer documento. Desmoronou, mais uma vez, quando não se confirmou a segunda versão, de que a lista apócrifa tinha como origem processo no Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, a montagem grosseira já vinha circulando pelas redações dos veículos de imprensa de todo o País, sem qualquer crédito, por se tratar claramente de um documento sem qualquer credibilidade.

Diante de tão grave tentativa de fraude, o PSDB exige da direção da CPMI rigorosas medidas punitivas aos que, por conveniência ou desconforto político gerado pela confirmação de graves denúncias, perderam a compostura e se esqueceram dos mais elementares compromissos que deveriam ter com o País.

Assina Leonel Pavan, Vice-Presidente Nacional do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora esse fato da ponta do *iceberg* seja de deputado e V. Ex^a seja um digno representante do Congresso Nacional, temos esta questão: é uma CPMI – portanto, mista –, e o Deputado está lá. Está aqui o Presidente da CPMI dos Correios, o Senador Delcídio Amaral.

O PSDB se recusa a ser presidido, em qualquer momento da reunião, por esse rapaz. Não queremos mais ser presididos por ele. Nós, ao contrário, pensamos em medidas disciplinares rígidas que podem levar à cassação do seu mandato por absoluta falta de decoro. Uma pessoa séria não tem nada que se reunir em carro nenhum, com quem quer que seja que esteja sendo acusado nesta CPMI. Acaba a impessoalidade, acaba a figura da seriedade, acaba a figura da isenção.

O Senador Delcídio Amaral, que está fazendo o seu trabalho com boa vontade, não é lá o Senador do PT procura ser o Senador da Comissão. O Deputado Pimenta teria que ter aprendido a ser o Vice-Presidente da Comissão como um todo, e não alguém de uma facção, alguém pequeno, minúsculo, de uma facção. Portanto, percebemos que aquele ditado das nossas avós está mais atual do que nunca: “a mentira tem pernas mais curtas do que as pernas do coxo.”

Desde o começo eu tenho dito, Sr. Presidente, eu tenho dito a todos, eu tenho dito aos Líderes do Governo, eu tenho dito aos meus companheiros de um Partido que é composto por pessoas, na sua maioria esmagadora, sérias, infelizmente, infelicitado este País por uma minoria que lhe estragou a história, eu tenho dito: defendam-se. Defendam-se com garra, procurem punir os culpados, não obstaculizem as investigações, defendam-se com coragem, defendam-se com garra, mas não se defendam com esse expediente que eu considero tolo, estúpido, de inventar coisas de outros ou de tentar nivelar desiguais porque isso não vai dar

certo, isso não é comprado pela imprensa, isso não é vendável para a opinião pública, isso não é justo.

Eu sou testemunha da angústia por que tem passado o Senador Eduardo Azeredo. Engraçado, não há ninguém neste País que diga que o Senador Eduardo Azeredo não é uma pessoa séria, ninguém. No entanto, no Governo poucos se têm negado a fazer o papel de algozes do Senador Eduardo Azeredo. Poucos. A maioria tem feito papel de algoz, um atrás do outro. Uma lengalenga, um “nhem-nhem-nhem”, uma historinha. Todos, um atrás do outro. Algumas pessoas assumiam feições até alvares, aquele olhar perdido, aquela boca meio esquisita, sem saber bem o que está dizendo, cumprindo uma tarefa. Tarefa de onde? Que Governo é esse que dá como tarefa para os seus tarefeiros fazer esse tipo de papel e não consegue reunir voto para aprovar uma matéria do seu interesse? E levou uma surra na questão do salário mínimo aqui.

Que Governo é esse que tem tempo para fazer mal à honra dos outros e não consegue defender a sua própria honra, não consegue explicar com clareza o que deve de explicações à Nação, a começar pelo Presidente da República que já deveria ter feito isso muito antes de anteontem, traz anteontem e depois do traz anteontem?

Descobrimos agora, Senador Renan Calheiros, que a mentira tem pernas curtas. Então o rapaz vai encontrar com o Sr. Valério para quê? Para montar esse Plano Cohen, para montar essa conspiração, esse plano fraudulento de tentar dizer: “Olha, já que está havendo a maior podridão à minha volta, eu vou mostrar que no PSDB teria também. E tendo também a gente divide o noticiário da imprensa.” Está enganado o Sr. Pimenta. Está enganando quem pensar assim. Isso ganha uma nesguinha do espaço, uma nesguinha da imprensa e da televisão. Isso não tem importância nenhuma.

Importante mesmo é desvendarmos os caminhos da corrupção sistêmica que tomou conta deste País. É isso que pode ser a salvação do Presidente Lula. É isso que pode ser a solução para o seu Governo, é ele se justificar, pedir desculpas à Nação e se dispor a conosco investigar tudo até o final, sem passar a mão na cabeça de ninguém, sem ficar com essa história de dizer que quer apuração, de fazer o discurso da apuração, mas, na prática, vemos os senhores Pimentas fazendo essas histórias todas, procurando não deixar a investigação avançar.

Que lição, Sr. Presidente! Que lição dura, que lição necessária, que lição exigente e rápida! Como esta sociedade evoluiu! Como a democracia brasileira cresceu! A democracia brasileira hoje não dá nem mais 24 horas a quem mente, a quem fraudava, a quem inventa falsas verdades.

Como tem sido bom esse conhecimento que tenho tido deste Brasil, que efetivamente mudou muito nos últimos dez anos. Um Brasil de economia organizada, um Brasil de sociedade democrática sólida, um Brasil de instituições que funcionam. Portanto, considero, Senador Eduardo Azeredo, que este foi um resgate de V. Ex^a. Considero mais: que temos mesmo de tomar atitudes.

Outro dia – e já encerro, não quero me alongar – eu fui lá. Estava presidente o Senador Amir Lando, esse homem de bem, que acabou de dizer isso que eu disse agora. Esse homem do bem e de bem que é o Senador Amir Lando. Eu estava lá, tinha direito a 10 minutos segundo convencionaram que os Líderes teriam no final da sessão, em uma das poucas vezes em que falei em CPI – daqui para a frente vou falar muito – e aí o Deputado Pimenta interrompe: “V. Ex^a está falando a mais de 10 minutos”. E eu disse: E quem é V. Ex^a para dizer quanto tempo eu falo? V. Ex^a é presidente de que aqui? Está aqui presidindo a reunião o Senador Amir Lando. V. Ex^a é a terceira pessoa depois de ninguém. Não está representando absolutamente nada. Quem diz quando eu falo e quando eu não falo aqui é o Senador Amir Lando, dentro do Regimento e respeitando os meus direitos. V. Ex^a não está gostando é do que eu estou dizendo, não está gostando do que estou aqui afirmando, não está gostando do que estou aqui propondo, não está gostando do que estou aqui denunciando. Está para nascer quem vai castrar o meu direito de dizer... Ao lado de homens como V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, se enfrentou nas ruas foi o General Médici, foi General Fulano de Tal, aquela Junta Militar escabrosa, que infelicitou o País com aquele famigerado AI-5, que cassou meu pai, que cassou Mário Covas e que cassou tantas pessoas de bem para acobertarem esquema que levava a assassinatos nos porões da ditadura.

Depois enfrentamos juntos Geisel, enfrentamos Figueiredo, lutamos por anistia, lutamos por Constituinte, lutamos por democracia, lutamos por diretas já. Imagine a essa altura da vida, vir o seu Pimenta para dizer quanto tempo eu tenho para falar. O seu Pimenta! Seu “Pimenta malagueta”, seu “Pimenta do reino”, seu “Pimenta de Cheiro”! O seu Pimenta vai dizer se eu vou falar?!

Presidente Renan Calheiros, onde é que nós estamos? Que autoridade tinha o seu Pimenta para vir falar, porque está sendo desmentido e desmontado moralmente pelo Presidente Amir Lando, aprendendo que se deve dar ao rei tudo, menos a honra. Como dizia Djalma Marinho – negando apoio à cassação do Deputado Márcio Moreira Alves, quando esta lhe foi solicitada pelo Presidente Costa e Silva: “Ao meu rei

tudo eu concedo, menos a honra.” E votou contra a cassação do Deputado Márcio Moreira Alves. Depois, o Brasil entrou num período de treva ditatorial no qual iria entrar mesmo, porque estava na hora do choque entre a democracia que nascia e a ditadura que não queria entregar os pontos.

Muito bem. Era para ter dito: eu não faço isso! Era para ter feito funcionar o seu bom caráter, se tem. O que ganha um cidadão desses estabelecendo falsas verdades? Que lucro teria este Governo se porventura conseguisse algo parecido com a desmoralização, por alguns anos, martirizando o Senador Eduardo Azeredo? Que lucro teria um Governo desses? Isso diminuiria a desconfiança do País, da imprensa e da sociedade com relação ao que acontece hoje nos bastidores do Governo Lula? Não! Não resolveria em nada a vida deles.

Eu tenho dito ao Líder do Governo e a todos: caiam na real e na verdade! Procurem culpas verdadeiras. Limpem o que tem de sujo neste Governo de V. Ex^{as}. Eu confio na limpeza pessoal de V. Ex^{as}. Limpem o que tem de sujo neste Governo.

Agora, não. A preocupação era: temos que afundar, mas levaremos alguém do PSDB junto. Uma obsessão quase sexual, Sr. Presidente. Algo grave, que choca! Quase sexual! E olhe lá! Eu digo isso porque sou tucano, casado muito bem pela primeira e pela segunda vez. Comigo não adianta, não tem. Não adianta evoluir por aí, porque eu sou de outro ramo mesmo. É algo definido na minha vida, enfim. Mas é quase sexual essa obsessão. Quase sexual! É doentia, enferma.

Sabe por que atacaram tanto o PSDB? Eu não entendia por quê. Porque não tinham preocupação com governabilidade. Eles viam as pesquisas e diziam assim: “Depois da gente, vem o PSDB. Então, se aceitarmos a boa-vontade que nos lançam, vamos ter governabilidade agora, mas podem-nos ganhar a eleição depois. Temos que bater neles que é para perderem a eleição”.

Portanto, não queriam governabilidade nenhuma. Queriam era a reeleição. E, quando não querem governabilidade, só querem a reeleição, perdem a eleição, porque perdem as condições de reelegibilidade, até por falta de legitimidade. Governo que recorre a fraude pretendo governar o meu Partido mais quatro anos?!

Presidente Lula, eu estava ao seu lado quando V. Ex^a foi processado por Lei de Segurança Nacional, no Estado do Amazonas, em face de um discurso que fez durante o período militar. Eu estava ao seu lado nas duas sessões, o tempo todo.

Presidente Lula, sei do seu passado e posso lhe pedir, em tom de cobrança ainda fraterna: dê uma guinada nisso, não recorra a esses expedientes, limpe o

seu governo. Procure mostrar a sua lisura. Não passe como cúmplice de tantos crimes, porque, quando V. Ex^a tergiversa, os brasileiros começam a pensar que Vossa Excelência é cúmplice. Não passe! Mostre a capacidade de voltar a se encontrar com a verdade, Presidente. Volte a ser aquele Lula que foi tão altivo quando respondia a processo na Auditoria Militar de Manaus, por Lei de Segurança Nacional. Volte a sê-lo, Presidente! Volta a sê-lo!

Digo a isso, Sr. Presidente, porque estamos estupefatos. Hoje houve a votação do salário mínimo. Se alguém me perguntar: “Era o que você queria?” Não era o que eu desejava. Vou falar com toda a sinceridade. Era o melhor para o País? Não foi o melhor para o País. Consultei meus companheiros e vou confessar algo aqui. Eu disse: “Companheiros, alguns dos senhores podem sair de plenário. A gente dá um jeito de esse negócio não ser aprovado”. Nenhum companheiro meu quis sair do plenário; no PFL, pouquíssimos quiseram ou alguns não estavam aqui. Todos estão profundamente magoados com o rumo dessas coisas, todos estão profundamente feridos com o rumo dessas coisas, todos estão profundamente solidários com o Senador Eduardo Azeredo. Diziam para nós: “Ah, o Eduardo Azeredo não vai renunciar?” Renunciar a quê? Querem “delubizar” o Eduardo, querem “silvizar” o Eduardo, querem fazer o quê com o Eduardo? Querem então que coloquemos o Eduardo na cronologia da crise sem ter merecimento, sem ter feito nada de mais? Hoje li uma lista de pessoas que se beneficiaram de caixa dois do PT a começar do Presidente do PT, Sr. Tarso Genro! Li o nome de gregos e troianos ali do PT. Eles não querem discutir isso. Mas queriam pegar como contraponto para fazer verdadeira a versão falsa, mentirosa, de que era tudo igual, de que era uma coisa inventada no Governo do Eduardo Azeredo e que, portanto, foi apenas aumentada no Governo do Lula. Não é verdade que seja igual. Lá havia nada; talvez o oportunismo do Sr. Valério, que conheceu o Sr. Clésio, que não tinha nada a ver com o Sr. Eduardo Azeredo, e tinha a responsabilidade do Sr. Cláudio Mourão. Isso é uma coisa localizada, nada a ver com o PSDB nacional. Eu estou falando de sistema, eu estou falando de ataque sistemático aos cofres públicos, eu estou falando de algo que ameaça a democracia brasileira se esse tumor não for removido de maneira drástica, de maneira categórica, de maneira firme, por pessoas de vontade do Governo e da Oposição que estão representando a Nação brasileira.

Portanto, se eu lamento o jovem Deputado ter caído nessa esparrela, lamento por ele, que vai pagar um preço alto, um preço caro; não sei se está lá; se

estiver, não está de cabeça erguida; não sei se está lá; se estiver, não está bem, deve estar sentado. Se tiver vontade de fazer “pipi”, não se levantará porque está com vergonha de levantar. Só vai ser o último a sair da CPI, se estiver lá.

Eduardo Azeredo, levante a sua cabeça; levante a sua porque o Brasil não pode mais confundir respostas efetivas ao drama maligno da corrupção com tentativas de impedir investigações efetivas sobre a corrupção, causando danos à imagem de pessoas sérias, das quais suas famílias só podem se orgulhar – como é o caso da família Azeredo – e das quais o Senado, a que ele pertence, só pode se orgulhar.

Portanto, Sr. Presidente, nós não vamos deixar isso barato. Temos muita pena do destino que o Deputado está traçando para ele próprio, mas o PSDB não vai deixar isso barato. O PSDB não vai tolerar que façam uma fraude em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tanto custou. E temos de encontrar verdades ali. E não teve mentira maior do que encontro dentro de carro com aquele que é visto hoje em dia como o maior parceiro da corrupção que foi montada pela direção do PT e por setores relevantes do Governo Lula. Eu me refiro ao Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério não poderia se encontrar comigo nem com ninguém nem no Maracanã, no Maracanã cheio, num Fla x Flu. Eu não quero me encontrar com ele. O Deputado se encontrou com ele em um carro. Isso é terrível. Ele precisa meditar porque jovem como é, precisa meditar e voltar, se puder, ao bom caminho que certamente o levou para a política. Esse era o de causar mal a algumas pessoas intencionalmente. Causar mal. E causou mal a si próprio porque causou mal ao decoro que ele jurou respeitar, quando se elegeu Deputado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei pela Liderança do PFL.

Sr. Presidente, se não houver bom senso – e é bom que esteja V. Ex^a ao lado do Presidente da CPI dos Correios, que tem tido um comportamento perfeito e admirável pela população brasileira –, se não houver bom senso nessa questão de CPIs em série não sei onde vamos parar.

Lembro-me que, ao final da Segunda Guerra, fez-se um filme que foi sucesso no mundo inteiro, que era “A noite dos desesperados”, em que se mostrava exatamente que algumas pessoas lutavam pela sobrevivência e para isso eram capazes de tudo; para conseguir esse objetivo se submetiam a qualquer das tarefas, principalmente a de se exibir em público.

O que nós vimos hoje e ontem, Senador Arthur Virgílio, é alguma coisa parecida. Estão perdendo a cerimônia e a ética. Digo isso, Sr. Presidente, com autoridade de quem está aqui há mais de duas décadas e não saberia nem se sobreviveria sem este Parlamento funcionando plenamente. Se há uma coisa com que tenho afinidade desde que me entendo por gente é com a política e, há mais de duas décadas, com este Parlamento. Às vezes me enoja, me envergonha quando se tenta usar de estratégias pouco éticas, de estratégias que envergonham qualquer cidadão, quando não se respeita a dignidade do companheiro.

Essa tentativa de massacre que se procura fazer contra Eduardo Azeredo é uma das provas do que estou dizendo. Tenta-se confundir, potencializa-se um fato isolado que, pela legislação – e nós somos a Casa das leis – já estaria prescrito, se crime tivesse; não houve. Mas tenta-se jogar no lugar comum, como se tivesse acontecido nos dias de hoje e fosse fato recente. A não ser que o PT, àquela época, já tivesse acertos que nós não sabemos com o Sr. Marcos Valério. A aparição desse senhor é mais recente. Mas aí eu abro aspas. O Governo procura focar o Sr. Marcos Valério para que a Nação não vá atrás dos verdadeiros culpados por esse roubo.

Senador Arthur Virgílio, Marcos Valério é um laranja, é o que vai pagar o maior preço por todos esses fatos; é o que está exposto na mídia; é o que, se tiver dinheiro estocado no exterior, vai ter dificuldade de reinterná-lo no Brasil, tal a sua exposição. Os verdadeiros responsáveis por esses desmandos que estarrecem a Nação estão protegidos.

Senador Mão Santa, agredir Eduardo Azeredo é agredir a história de Minas Gerais. Acusar Eduardo Azeredo é acusar uma tradição que foi começada pelo seu pai, Sr. Renato, que foi professor e orientador de várias gerações nesta Casa pelo seu comportamento ético e, acima de tudo, por sua habilidade política. Pontificou nesta Casa durante muitos anos, sendo amigo de todos, independentemente de partido ou de ideologia. Nos momentos mais difíceis da República, sempre foi um conselheiro. Não há notícia, na sua biografia, de nenhuma ofensa, de nenhuma acusação, de nenhuma leviandade aqui praticada por Renato.

Eduardo Azeredo é exatamente o seguidor dos caminhos do pai. Foi Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais. É um homem testado e aprovado que Minas conhece demais. De repente, talvez, pelo seu próprio estilo, resolveram escolhê-lo como alvo fácil para contrapor a fatos verídicos que a Nação toda conhece.

Senador Eduardo Azeredo, há pouco, o nosso companheiro Arthur Virgílio lhe pediu que levantasse

a cabeça. Vou lhe dizer de maneira diferente: continue com ela erguida. Nada disso irá abatê-lo. O Brasil conhece a sua história e conhece a transparência de seus atos. Espero que o Rio Grande do Sul esteja hoje com o mesmo sentimento com relação ao seu Deputado que participou desse engodo na madrugada de ontem como Minas Gerais está com V. Ex^a.

Lamento, Sr. Presidente, que esses fatos tenham ocorrido no território geográfico do Senado Federal, na garagem do Senado da República. Queria recomendar, se fosse o caso – perdoe-me a ousadia, Presidente Renan Callheiros –, que V. Ex^a tome uma providência: mande requisitar a fita, que deve ficar sob a custódia de V. Ex^a ou do Corregedor, Senador Romeu Tuma. A referida fita mostra o embarque do Parlamentar com o Sr. Marcos Valério.

Nada importaria se, em tempos outros, os dois saíssem de carro a passear por Brasília, já que são amigos íntimos e participaram de eleições. O que não é possível é o vice-presidente da Comissão sair, após um depoimento polêmico e cheio de dúvidas, com um depoente suspeito de ter participado de um esquema que beneficiou exatamente o seu Partido. O que não é possível eticamente é a circunstância em que aconteceu esse fato.

A peça mais importante, Senador Romeu Tuma, que conhece esse processo, é exatamente essa fita que mostra o embarque e não deixa nenhuma dúvida de que entraram naquele carro sabendo o que queriam e para onde iam. Não há convite, não há dúvida, não há rejeição.

Acompanhei o secretário da Casa hoje pela manhã quando o fato foi noticiado e fomos até as dependências da Segurança para verificar, já que as partes negavam. E é transparente e cristalino o embarque do Parlamentar com o depoente. É um fato grave, mais grave ainda porque três versões sobre o episódio foram apresentadas na CPI. O mais grave ainda é uma lista apócrifa, em que se envolvem mais nomes, se retiram nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores e se faz uma montagem usando documentos do Supremo Tribunal Federal.

É preciso que se apure. Não quero acusar o Deputado Pimenta de antemão, mas acho que ele está sob suspeita, infelizmente está sob suspeita. E o mais prudente seria o seu afastamento da vice-presidência da Comissão, até que esses fatos fossem esclarecidos e clareados. Lamento, pode tudo ter sido um equívoco, o pneu do seu carro furado, ou seja lá o que for, seja uma inocente carona. Mas até que tudo isso seja provado, somando-se ao que vimos hoje, no ambiente da CPI, é preciso que se apure. E quem deve ser o mais interessado na apuração desses fatos é exatamente o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Senador Delcídio Amaral, vai aqui para V. Ex^a um pedido e um apelo. Não permita nunca mais que as comissões atuem conjuntamente. Foi a experiência mais desastrosa que vi em termos de CPI. Porque uma guerra de vaidades. Uma disputa por *spot-light* e por espaço em televisão foi o que se verificou. Não sei o que aconteceu com a base do governo. Chegou lá tensa, nervosa, colocando os agitadores de plantão, que sabem muito bem fazer isso, e o fizeram, pois têm uma longa história, quando foram oposição, para tumultuar o início dos trabalhos. Procurei por V. Ex^a, Senador Delcídio, pelo apreço que lhe tenho, e fiquei feliz quando me disseram que V. Ex^a já tinha saído, não estava ali. Não faria bem para a sua biografia e para o respeito que a Nação lhe dedica, pelo seu comportamento na CPMI dos Correios, estar ali a presidir! Lamentei que um companheiro como Amir Lando, por dever de ofício, estivesse na Presidência naquele momento. Tudo isso é muito lamentável! Tudo isso é muito triste! É preciso que o Partido dos Trabalhadores acabe com esta história de, quando recebe lama, querer jogar lama nos outros.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com o maior prazer!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Só para comunicar a V. Ex^a e ao Sr. Presidente que já requisitei a fita, inclusive os agentes de segurança que acompanharam o Marcos Valério até o seu embarque como testemunhas de todos os fatos.

E gostaria de lembrar que, ontem, durante o depoimento, na CPI do Mensalão, anterior à minha vez, o Deputado Paulo Pimenta pegou a lista e só perguntou ao Marcos Valério sobre o PSDB, insistindo que ele fizesse qualquer tipo de acusação ao Senador Eduardo Azeredo. Para mim, foi constrangedora a forma com que ele interpelou, durante todo o seu tempo o Marcos Valério, já me parecendo qualquer coisa combinada. Desculpe a intervenção, mas é para dizer a V. Ex^a e ao Presidente que já requisitei a fita e também os agentes que acompanharam Marcos Valério até o embarque, para testemunhar que o rapaz estava junto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, a interferência de V. Ex^a nessa hora é fundamental, pela sua experiência, pela sua isenção e pela sua autoridade.

Este é um fato novo, de que estou tomando conhecimento agora, mas que corrobora tudo o que eu disse, Sr. Presidente. E quero dar uma sugestão a V. Ex^a, Senador Delcídio. Sei que é duro, é um companheiro de partido, mas V. Ex^a nesse momento é Presidente de uma comissão, está sob a responsabilidade

de V. Ex^a a Presidência, repito, e V. Ex^a está também com a responsabilidade de mostrar os destinos do Brasil. Esta CPMI é fundamental para o destino, para o futuro deste País. Inspirado no que disse o Senador Romeu Tuma e Senador, Arthur Virgílio, vou dar uma sugestão: que requisite a fita de chegada do Sr. Marcos Valério no hotel onde está hospedado ou se hospedou na noite de ontem, para saber se ele chegou só ou acompanhado; e, se ele chegou acompanhado, de quem; se o acompanhante o deixou na porta ou demorou-se no hotel. É fundamental que se apure isso, até mesmo para que, no caso de o Sr. Pimenta ser inocente, acabe-se com essa dúvida sobre o Parlamentar – jovem, pode ter cometido um roubo, uma levianidade, uma imprudência e não pode ser crucificado, mas, enquanto esses fatos não forem esclarecidos, é suspeito. O melhor caminho seria o afastamento dele da presidência da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço V. Ex^a. Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ... ao Senador Sibá Machado e ao Senador Mão Santa e encerrar a sessão, gostaria de dizer que realmente é inadmissível comportamento como esse do vice-presidente dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. É incompatível com o Congresso Nacional, é incompatível com a seriedade da investigação que se faz e é incompatível com a história do nosso amigo e Senador Eduardo Azeredo.

De modo que não concordamos absolutamente com essa prática absurda de publicação de listas apócrifas, oportunistas, que objetiva colocar o nome de pessoas que absolutamente não têm nada a ver com o que está sendo investigado.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente dirijo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por quem temos amizade, respeito, solidariedade e uma atenção muito especial, como eu dizia ontem a ele, em termos de sua trajetória de vida, sempre uma trajetória educada, de respeito, de construção de cidadania, de dignidade. Essa não é opinião minha unicamente, é opinião da maioria dos Senadores que, outro dia, já se manifestaram a esse respeito, inclusive a maioria da Bancada do PT aqui no Senado. Várias pessoas, verbalmente, externaram essa posi-

ção. Eu inclusive disse que é uma honra para o Brasil, uma honra para Minas Gerais, tê-lo como Senador da República, porque S. Ex^a tem muito a contribuir, não apenas para Minas Gerais, mas para o Brasil.

Lamentamos que esses fatos tenham ocorrido, mas espero que eles nos levem a produzir instrumentos que, no futuro, impeçam que se repitam. Muitas vezes, pessoas com uma história realmente positiva para o País podem estar envolvidas em situações em relação as quais não têm responsabilidade desse envolvimento.

Senador Heráclito Fortes e Senador Arthur Virgílio, em função do que ocorreu na CPI e do que foi mencionado sobre a atitude de um Deputado petista, deixo bastante clara, novamente, a posição da Bancada de Senadores do PT, que é de completa investigação e transparência. Já manifestamos isso por meio de um documento escrito. Não é só a Bancada de Senadores do PT que deseja isso. Temos um milhão de militantes do Partido dos Trabalhadores no Brasil, e todos desejam que a bandeira da ética, a bandeira da transparência, da participação e dos direitos sociais, que são bandeiras do PT – sempre foram –, sejam resgatadas na sua inteireza. E existe apenas um caminho para isso: investigar, punir e criar mecanismos para que fatos semelhantes não se repitam.

Então, atitude. Tudo tem que ser investigado. E quanto à atitude do Deputado, como foi dito, se queremos transparência, ela também tem que ser investigada. Não há dúvidas nesse sentido.

Mas faço um apelo ao mesmo tempo. Sr. Presidente, uma das maiores necessidades do Brasil é que haja uma vida democrática que permita que as instituições continuem funcionando durante uma crise. Esse seria o maior sinal de maturidade que poderíamos dar, mostrando que estamos realmente com a vida democrática consolidada. Pode vir a crise que vier que as instituições continuarão funcionando.

O alerta que o Senador Arthur Virgílio agora há pouco fez, eu também faço, porque também fui, durante 12 anos, do PSDB. Fui eleito três vezes Deputado federal pelo PSDB. Então, conheço todas as pessoas do Partido da época em que era membro. Depois, passei para o PT e fui eleito Senador.

O Líder do PSDB manifestou seu sentimento agora há pouco, dizendo-se insatisfeito com a votação do salário mínimo, realizada hoje. De fato, temos que fazer um esforço, particularmente no Senado, discutir mais, encontrarmo-nos mais, ver melhor as votações para mostrar à sociedade que podemos votar, discutir, fazer encaminhamentos e, ao mesmo tempo, ter a certeza de que as investigações estão acontecendo.

Então, sobre a votação de hoje, todos sabemos que o salário mínimo precisa melhorar. Já me manifes-

tei ontem a esse respeito. Não concordo com os juros extraordinários que estão sendo pagos em função da dívida pública do Brasil: R\$150 bilhões.

Estamos aí discutindo o salário mínimo, mas temos que tomar decisões com muita discussão e diálogo para não colocarmos o Brasil numa situação de dificuldades, em função dos debates do que tem que ser investigado.

É o apelo que faço, tendo em vista a conversa de hoje, para que isso nos remeta a um entendimento maior, Sr. Presidente.

Também aproveitando a ocasião para enaltecer o trabalho de V. Ex^a e parabenizá-lo.

V. Ex^a, Sr. Presidente, tem se mostrado um árbitro ponderado, equilibrado. O esforço de V. Ex^a em todos esses episódios merece o reconhecimento não apenas de nós, mas do País inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou membro titular das duas Comissões, a CPMI dos Correios e a CPMI da Compra de Votos – do Mensalão – e posso testemunhar que a montagem dessas duas Comissões foi marcada por uma forte tensão.

Num primeiro momento, dizia-se – e dizia-se com justeza, desconfiança – que a eleição do Senador Delcídio Amaral para Presidente, do Senador Maguito Vilela para Vice-Presidente e a indicação do Relator, Deputado Osmar Serraglio, seriam a marca de uma CPI “chapa branca”. Revelou-se exatamente o contrário, e hoje acredito que é unanimidade nesta Casa a opinião sobre o trabalho que está sendo conduzido com muita seriedade. O Brasil inteiro tem acompanhado de perto, tanto é que até a audiência da TV Senado subiu bastante diante da expectativa de ver o resultado dessa situação.

Sr. Presidente, sou membro do PT e sinto que nós temos dois problemas muito fortes para resolver. Um deles é dar essa contribuição ao Brasil, da elucidação dos fatos, e a outra é o desgosto de sentir na pele o que está acontecendo.

A montagem da segunda CPI também recrudescceu essas animosidades, e eu queria reproduzir algumas. Tão logo foi escolhido o Deputado Ibrahim Abi-Ackel para Relator, de imediato apareceu o nome do Deputado como um dos beneficiários de Marcos Valério. Eu não sei de onde partiu a idéia, mas estava lá, como se fosse um recado para S. Ex^a.

Em seguida, tivemos o problema dos documentos que chegam até a CPMI dos Correios, os documentos do Banco Rural, que qualquer leigo no assunto – e eu

tive oportunidade de ver os documentos – podia perceber claramente que estavam sendo alterados, que tinham chegado à Comissão de forma alterada. Dava para observar que os documentos tinham sido desgrampeados e que alguns papéis tinham sido trocados e outros, quem sabe, até sumido. Parece-me que estão sendo periciados, agora, pela Polícia Federal, que, provavelmente, deve comprovar isso. Solicito que esta CPI forme uma comissão para ir ao Banco Rural para tirar a limpo essa situação.

Sr. Presidente, o Deputado, Líder do PFL na Câmara, divulgou para a imprensa uma versão da lista de nomes que depois não se configurou, o que criou uma animosidade muito forte. E não houve de nossa parte nenhum tipo de crucificação para cima do Deputado, até porque, pessoalmente, nós acreditamos na sua segunda versão, quando explicou por que aquilo aconteceu.

Sr. Presidente, há um outro problema. Quero dizer que, se no afã de prestar um serviço, o Deputado Paulo Pimenta tivesse apresentado uma lista, mesmo que apócrifa, naquele momento, diriam que era uma troca de tiros entre uma pessoa muito animada da Oposição e uma pessoa muito animada do lado do PT.

Mas é realmente muito ruim estarmos tratando aqui do fato de o Deputado ter entrado no carro do Marcos Valério. A CPMI durou ontem, se não me engano, 14 horas, ouvindo o Marcos Valério e, reiteradas vezes, perguntou-se a ele se havia uma segunda lista. E ele, reiteradas vezes, disse que não a possuía, que imaginava que havia outros nomes, mas que não podia citá-los porque não tinha nenhuma comprovação. E aí houve o encontro na garagem. Sobre esse gesto é que eu acho que a penalização, o descrédito do Deputado foi muito forte, deixando todos nós...

Mas o que eu preciso assegurar nesta Casa, a todos os Parlamentares, é que a orientação não houve, Sr. Presidente. Não se pode imputar isso a nós. Do contrário, eu seria obrigado a acreditar que o Deputado Rodrigo Maia estaria orientado pelo PFL para tomar aquela atitude, o que eu não acredito.

Nesse sentido, acho que a minha Bancada, o meu Partido deve, sim, uma satisfação sobre o fato. E acredito que a Comissão e a própria Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados vai tomar a posição cabível neste momento para que se elucidem os fatos.

Mas, de nossa parte, quero garantir que a investigação siga em frente, Sr. Presidente, sem nenhum prejuízo, porque é isso o que a sociedade quer, e é isso o que o Congresso deve a toda a sociedade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer, pois a Nação toda está nos ouvindo.

O Senador Sibá Machado sabe do grande respeito que nutro por ele. Agora, mais uma vez, o PT confunde as coisas. Traçaram um paralelo entre o episódio da lista do Deputado Rodrigo Maia e o de ontem, mas, entre esses casos, vai uma diferença bem grande.

O Deputado Rodrigo Maia recebeu uma lista de pessoas que subiram até o Banco Rural. Ninguém negou que tenha subido até o banco. Justificaram o que foram fazer lá. Todos os nomes listados e apontados foram ao banco. Claro que ele cometeu algumas injustiças, porque, na relação, havia um secretário de parlamentares do PT que não tinham nada a ver com o processo. Posteriormente, houve um pedido de desculpas, houve justificativas e inclusive ameaças de processo contra o Deputado Rodrigo Maia. Mas S. Ex^a trabalhou em cima de uma lista existente, diferentemente do caso em tela. V. Ex^a haverá de compreender, com a lucidez de que é possuidor, que são duas questões completamente distintas.

Senador Sibá, eu não quero nem evoluir para o que traz aqui uma publicação veiculada no *site* Primeira Leitura, de que o Deputado Pimenta saiu daqui e foi se reunir com o ex-Ministro José Dirceu em sua residência. Não quero nem chegar a esse fato, que, se verdadeiro for, a questão se torna muito mais grave.

Eu estou apenas...

O Sr. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, permita-me aqui somente esclarecer o que eu quis comparar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu quis comparar o gesto dele. Se ele tivesse recebido o papel...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, somente um instante.

Se ele tivesse recebido o papel de quem quer que seja, em algum momento, e tivesse apresentado lá, eu iria fazer uma observação apenas sobre o excesso de zelo que ele teve. Eu iria considerar isso. Agora, eu estou concordando com o fato de que o gesto de ir à garagem receber o papel daquela pessoa e fazer isso não dá a ele nenhum direito de ter tomado a atitude que tomou hoje.

Eu estou concordando com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Claro! Eu entendi V. Ex^a, que se tem destacado nesta Casa pelo equilíbrio com que se comporta em ocasiões como esta. Mas eu apenas queria fazer um reparo, porque o Deputado Rodrigo Maia, Líder do meu Partido na Câmara, errou, pediu desculpas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, e eu concordei!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Errou e pediu desculpas, entendeu? Errou, pediu desculpas, mas fez uma denúncia baseada em fontes, em dados existentes.

O que apareceu hoje e se está atribuindo ao parlamentar gaúcho é uma montagem na qual se misturam informações do Supremo com relação, com notícias. E o que é pior: notas e matérias tentando desgastar a imagem do Partido da Social Democracia Brasileira.

Então, creio que o melhor, até para poupar um companheiro Parlamentar, no caso o Deputado Pimenta, é que apuremos esses fatos. Enquanto isso, V. Ex^a há de convir que S. Ex^a está sob suspeita.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E até imagino que a própria Bancada deveria tomar essa providência de imediato. É isso que estou sugerindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente. Concordo com V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, confesso minha crença. Eu creio em Deus. Senador Renan Calheiros, entendo que Deus não vai abandonar o Brasil. Ele nunca abandona. A Sagrada Escritura diz que Ele foi buscar Davi, Moisés. Talvez Ele tenha-lhe buscado para este momento difícil.

Quis Deus que eu lesse **O Povo**, de Jules Michelet. Esse livro foi escrito em 1846. Ele levou mais de dez anos escrevendo-o, Senador Arthur Virgílio. Quer dizer, vai fazer 160 anos. Atentai bem para o que ele diz sobre o que é o povo: “Acreditamos que são os povos que fazem a força e a fraqueza dos regimes, a paz e a guerra, a força e a fraqueza, a doença e a saúde dos regimes. Não há povo, com efeito, sem pátria”.

E todos nós sabemos que foi o povo, insatisfeito, que foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade, fraternidade”. E traduz-se esse regime como o Governo Abraham Lincoln diz: “Um Governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Agora, Presidente Renan Calheiros, atentai bem. V. Ex^a é muito jovem – o Delcídio Amaral, mais jovem ainda; o povo não vai nem assistir **América**, a novela, porque ele está um galã aqui da TV Senado. É muito jovem.

Então, permita-me dizer o que pensa o povo do Brasil. Na Ditadura, na Revolução, bem jovem, o Arthur Virgílio teve o sofrimento em casa. Mas, Senador Renan Calheiros, eu estava no Maracanã, o coração deste País, no futebol. Senador Arthur Virgílio, eu fazia meu pós-graduado de cirurgia nos anos 60, quando eu vi uma explosão do povo no Maracanã. Havia um sistema de som que

a gente chamava, na época, “A Boca do Mundo”. E ele falou lá. Euforia! Entusiasmo! E eu imaginei, Senador Heráclito Fortes: deve ter sido um gol do Pelé, do Coutinho, do São Paulo, e deu aí. Não, Carreiro. A Boca do Mundo no Maracanã tinha dito: “O Governo revolucionário acaba de fechar o Congresso Nacional”.

Entusiasmo! Euforia! Um absurdo. Mas é porque ele estava desgastado. Tinha corrupção. Deputados e Senadores levavam as verbas, e elas desapareciam.

Então, é esse povo. Isso é o que eu quero que não aconteça. E tenho certeza de que Deus botou aí V. Ex^a, Renan Calheiros, para estar atento e para que não haja no Brasil, nunca mais, a aclamação de fechar o Congresso, que é a Casa do povo, a sua ressonância. País sem Parlamento é país escravo.

Mas nem tudo foram trevas. Eu estava, em outra vez, no Maracanãzinho, quando vi um jovem pegar um violão e dizer: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Aí nasceu o entusiasmo com esse cântico, como se fosse um salmo da nossa geração para redemocratizarmos este País.

E V. Ex^a está aí. É o tripé. Mas nenhum dos três está gozando hoje, neste País, de uma esperança e de uma expectativa como a que ela está lançando em V. Ex^a. E eu tenho certeza de que Deus vai continuar protegendo V. Ex^a, como tem protegido nas dificuldades que V. Ex^a passou na vida política. E V. Ex^a soube atravessar o Mar Vermelho. Apenas uso esta palavra para V. Ex^a estar atento à missão que Deus lhe deu. V. Ex^a não vai falhar, como Davi e Moisés não falharam.

Então, apenas para lembrar que é muito sério. E é o povo. Estou aqui e represento o MDB, que disse – o Encantado do Fundo do Mar nos chega: “Ouça a voz rouca das ruas”. E a voz rouca da rua está preocupada. Da mesma maneira que Deus colocou Davi e Moisés, ele colocou ali Rui Barbosa, para que esta Casa ainda mereça a confiança, pois a desconfiança vem da justiça que poderá trazer a paz e a alegria que o povo do Brasil merece sob o seu comando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Todos os dias, peço a Deus para estar à altura das circunstâncias que o nosso País vive hoje, sobretudo do papel deste Congresso Nacional.

De modo que tenho procurado, em todos os momentos, me conduzir com isenção, equilíbrio, ponderação e moderação, para que eu possa cumprir esse papel e estar à altura da expectativa que o País tem e da circunstância que vivo como Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado por tudo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer as palavras de V. Ex^a e dizer que o Senado e o Brasil esperam de V. Ex^a essa mesma posição firme que hoje aqui externou e que sempre tem externado.

Quero agradecer ao meu Líder, Senador Arthur Virgílio, ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Leonel Pavan, que aqui leu uma nota do partido, e ao próprio Senador Sibá Machado pelas palavras proferidas.

Sr. Presidente, tenho procurado me antecipar e estive na tribuna, voluntariamente fui à CPI, não fiz só declarações, mas entreguei documentos. As calúnias, as injustiças, tenho procurado superar, mas manobras sórdidas, fraudes, é demais!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Teotônio Vilela Filho, Almeida Lima, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Luiz Soares, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no turbilhão da crise política em curso um fato passou despercebido e que julgo mereceria ser destacado desta tribuna. Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas da União solicitou a medida cautelar para suspender o acordo firmado entre a Previ, Petros e Funcef e o Citigroup, na Brasil Telecom. O contrato, segundo o Procurador Lucas Furtado, pode ser lesivo ao patrimônio dos Fundos de Pensão.

Os Srs. Senadores devem se recordar que o acordo foi assinado em março deste ano, depois da destituição do grupo Opportunity do comando da Brasil Telecom, e prevê que, se até 2007 a empresa não for vendida, as ações serão compradas pelos Fundos de Pensão por até 300% acima do preço de mercado.

Vale ressaltar que, em ofício de três de agosto, o conselheiro da Previ, Valmir Camilo, desfechou críticas ao acordo. Na correspondência mencionada ele afirmava que a decisão foi tomada às pressas – o contrato teria circulado formalmente na Previ em um único dia – quando o normal, segundo ele, seriam dez dias úteis, no mínimo, para as questões de natureza financeira.

Sr. Presidente, considere da maior gravidade o teor do documento enviado pelo Conselheiro Valmir Camilo no qual afirmava textualmente que a decisão de assinar o acordo foi tomada apenas pelo presidente da

Previ, o senhor Sérgio Rosa e que nem o Conselho Deliberativo nem a Diretoria Executiva foram ouvidos.

Na minha avaliação, Sr. Presidente, um contrato que envolve cifras da ordem de R\$1,3 bilhão jamais poderia prescindir do Conselho da Previ como instância de consulta.

Nesse contexto, Srs. Senadores, estou convencido de que existem razões mais que suficientes para que as investigações em curso na CPMI dos "Correios" destine atenção especial às denúncias de supostas malfetorias na gestão petista dos Fundos de Pensão ligados a empresas estatais.

O poder desses fundos é incalculável! Detentores de um patrimônio superior a R\$100 bilhões, a cobiça em torno dessas fundações é algo inimaginável. A convocação do ex-ministro Luiz Gushiken, ex-ministro da Secretaria de Comunicação do Governo, para depor perante o plenário da CPMI dos Correios será uma oportunidade única para esclarecer as suspeitas de interferência do ex-titular da Secom nos Fundos de Pensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também, neste momento, de fazer um outro registro a

respeito do artigo intitulado "Lula agüenta?", de autoria de Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 25 de julho do corrente.

O autor questiona com muita lucidez se o Presidente Lula tem condições para enfrentar a grave crise e continuar seu governo. Até quando agüentará? As denúncias são intermináveis e o comprometimento do governo é evidente. Impressiona que o Presidente, ainda assim, insista apenas em declarações vazias, que nada explicam.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ROGÉRIO GENTILE

Lula agüenta?

SÃO PAULO. - Até quando Luiz Inácio Lula da Silva agüentará? Em apenas 49 dias de crise, desde que Roberto Jefferson resolveu falar, o PT esfacelou-se e a "República da Companhia" entrou em colapso.

A avalanche é impressionante. Somente na entourage lulista já foram alvejados ou desmoralizados José Dirceu, Luiz Gushiken, José Genoino, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e João Paulo Cunha. E, pelas contas da CPI, só 15% dos papéis vazaram até agora. Muita coisa ainda vai aparecer.

Lula está abatido, teve de engolir ministros dos outros e tenta se salvar culpando "as elites" — as mesmas que, pelo jeito da coisa, financiaram grande parte do "mensalão". Para virar desespero de causa, falta apenas dizer que tem "aquilo ríxo".

Em mais um de seus arroubos de grandeza, disse que, neste Brasil de 180 milhões, pode haver alguém com tanta ética quanto ele, mas está para nascer quem possa lhe dar lição de honestidade. Acredito. Realmente, que culpa tem Lula se o seu filho é um

profissional suficientemente hábil e competente para conseguir desinteressados R\$ 5 milhões de uma empresa de telefonia para a sua produtora?

Lula fala muito, mas pouco esclarece. Na posse, prometeu combater a corrupção e acabar com a impunidade. Depois, contou que mandou um companheiro se calar sobre supostos casos de corrupção na gestão FHC.

Agora, descobrimos que ele, no mínimo, deu pouca importância ao relato feito por Jefferson de que Delúbio distribuía inimos no PL e no PP em troca de apoio ao governo. Coincidência? Uma investigação séria teria descoberto que o então tesoureiro do PL recebeu ao menos R\$ 1,35 milhão. E o então chefe de gabinete do líder do PP na Câmara, R\$ 1,15 milhão.

O fato é que, por muito menos do que já vimos, o petista Tatso Genro pediu, em 99, a renúncia e, depois, o impeachment de FHC. Afirmava que ele não tinha mais condições morais para governar o Brasil. A pergunta é inevitável: Lula tem, companheiro?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Quero derrubar Lula”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

O autor afirma que quer derrubar o Presidente Lula. Ninguém quer o impeachment porque temem que José Alencar em seu curto mandato faça tantas melhorias que se torne um candidato imbatível para as próximas eleições. Contudo, é imperial que se faça uma reforma política para melhorar a situação do país, e, essa reforma está sendo obstaculizada pelo Presidente. Como

Lula está sempre imobilizando e atrasando as reformas que seriam benéficas para o seu país, faz-se necessário que ele saia para que o Brasil possa crescer.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Quero derrubar Lula

Eu quero derrubar Lula. Muita gente teme o que pode vir depois dele. Nos últimos dias, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, se encontrou com políticos de todos os partidos. Ele teme que o impeachment de Lula acabe gerando um longo período de conflito social, porque a popularidade do presidente continua alta. Se um presidente conta com o apoio popular, segundo Jobim, ele está autorizado até mesmo a corromper os membros do Congresso Nacional. Não é exatamente o tipo de consideração plebiscitária que poderíamos esperar da maior autoridade judicial do país.

Muita gente teme também um golpe militar. É um temor alimentado pelo PT. O PT alardeia que um impeachment de Lula pode resultar num golpe de Estado. É mais uma empulhação petista. Em 1993, quando a eleição de Lula era tida como certa, José Dirceu e José Genoíno procuraram o general linha-dura Murillo Tavares da Silva. Na época, o general Murillo garantiu que, se Lula fosse eleito, não ocorreria um golpe militar. Nesta semana, ele voltou ao tema, num artigo para o site *Termuna*, que reúne alguns nostálgicos da Revolução de 1964. No artigo, o general Murillo afirmou que Lula é um “inepto”, um “nescio”, um “apedeuta”, “pródigo em dizer bobagens”. Afirmou igualmente que Lula é “de uma covardia ímpar”, tendo descarregado sobre seus subalternos toda a responsabilidade pela corrupção no governo, cujo maior beneficiário sempre foi ele próprio. Com um certo desalento, porém, o general Murillo foi obrigado a repetir aquilo que, em 1993, disse a José Dirceu e José Genoíno: não há o menor risco de que o impeachment de Lula de-

sencadeie um golpe militar, porque o único desejo de nossos “temerários legionários”, hoje em dia, é conseguir “algumas migalhas dos línguas-presas”.

O grande temor da oposição, em caso de impeachment de Lula, é José Alencar. Aparentemente, a oposição teme que, em seu curto mandato como presidente, José Alencar reduza os juros, impulse a economia, crie 10 milhões de empregos, abaixe os impostos e, ainda por cima, mantenha a inflação sob controle, tornando-se um candidato imbatível em 2006. Na verdade, José Alencar não é um candidato imbatível nem mesmo para vereador em Montes Claros. O grande temor da oposição é outro: o de que ela só seja capaz de ganhar a próxima eleição se concorrer sozinha.

Até agora nenhum parlamentar defendeu abertamente o impeachment de Lula. Alguns chegaram perto: “Não se pode descartar o impeachment”, “As pessoas já perguntam se o impeachment não seria a melhor solução para a crise”, “É delírio ou uma possibilidade falar em impeachment?”, “Não estou pedindo o

impeachment, mas, se a legalidade exigir, ele deve sair”. Todo mundo sabe que a melhor receita para o país é uma ampla reforma política. Lula é o maior obstáculo para que ela aconteça. Se ele for derrubado, tem reforma. Se não for, não tem. Lula, como sempre, é um fator de imobilismo e atraso. Seus partidários chantageiam o eleitorado com a ameaça de que sua queda trará a “colombianização” ou a “venezuelização” da sociedade. Mentira. Não há o que temer. Pior do que está não pode ficar.

**“Todo mundo sabe
que a melhor
receita para o país
é uma ampla
reforma política.
Lula é o maior
obstáculo para que
ela aconteça. Se
ele for derrubado,
tem reforma.
Se não for, não
tem. Lula, como
sempre, é um fator
de imobilismo
e atraso”**

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em 3 de agosto do corrente, sob o título “Agência de Duda sacou em ano não eleitoral”.

A matéria mostra que a sócia do publicitário Duda Mendonça, “marqueteiro” do PT, recebeu R\$15,5 milhões pelo esquema de caixa dois do empresário Marcos Valério; é de se estranhar que as datas dos repasses são todas de 2003, um ano não eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCANDALO DO MENSALÃO/A LISTA DE VALÉRIO

Repasses à sócia de publicitário somam R\$ 15,5 mi, todos em 2003; segundo funcionária da SMPB, saques eram realizados por dois policiais civis de MG

Agência de Duda sacou em ano não-eleitoral

DA SUCCUSAL DE BRASÍLIA

O total de recursos do suposto esquema de caixa dois transferido pelo empresário Marcos Valério para a publicitária Zilmair Fernandes da Silveira, sócia de Duda Mendonça, representa 150% do valor declarado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) como pagamentos aos marqueteiros por serviços prestados na campanha eleitoral de 2002.

O objetivo dessas transferências do caixa dois, que totalizaram R\$ 15,5 milhões, não foi esclarecido pela gerente administrativa da SMPB, Simone Reis Vasconcelos, em seu depoimento de antemão à Polícia Federal.

As datas dos repasses são todas de um ano não eleitoral, 2003. Mais da metade dos pagamentos se deu entre fevereiro e abril daquele ano (R\$ 10 milhões), um ano e três meses antes da disputa eleitoral de 2004.

Duda Mendonça, que hoje divide com outras duas agências o contrato de publicidade da Presidência, atuou na campanha de Lula por meio da empresa CEP (Comunicação e Estratégia Política), da qual Zilmair é sócia.

De acordo com a prestação de contas enviada ao TSE, a CEP atuou em cinco campanhas eleitorais em 2002. Os valores declarados ao TSE foram os seguintes: Lula a presidente, com R\$ 8,9 milhões; José Genoino (PT), ao governo de São Paulo, R\$ 150 mil; Benedita da Silva (PT), ao governo do Rio, R\$ 1,2 milhão; Alóizio Mercadante (PT), ao Senado por São Paulo, R\$ 50 mil; e Adhemar

de Barros Filho (PP), a deputado federal por São Paulo, R\$ 65 mil.

Os valores agora revelados por Valério colocam em xeque uma nota pública divulgada por Zilmair no último dia 21, quando a CPI dos Correios divulgou o primeiro repasse à publicitária, no valor de R\$ 250 mil. Em nota, Zilmair disse que sua empresa receberá apenas R\$ 500 mil por suposto trabalho realizado para o diretório nacional do PT.

De acordo com o depoimento prestado anteontem à Polícia Federal, em Brasília, pela diretora financeira de Valério, Simone Vasconcelos, os saques destinados à sócia de Duda eram realizados por dois policiais civis de Minas Gerais, David Rodrigues Alves e Luiz Costa Lara.

No depoimento que prestou à Polícia Federal de Minas Gerais, David Alves disse que entregava o dinheiro a Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério. O policial Lara afirmou que o dinheiro que sacou ficou sob responsabilidade de um taxista que morreu meses depois.

Entre os supostos responsáveis por receber os repasses, além de Zilmair, do próprio Duda e dos policiais, aparece na planilha de Valério o nome de Antônio Kalil Cury, que é diretor financeiro da Duda Mendonça Associados.

Além das campanhas eleitorais de 2002, o marqueteiro Duda Mendonça também organizou a festa da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O PT divulgou, à época, que a festa custou cerca de R\$ 1,5 milhão.

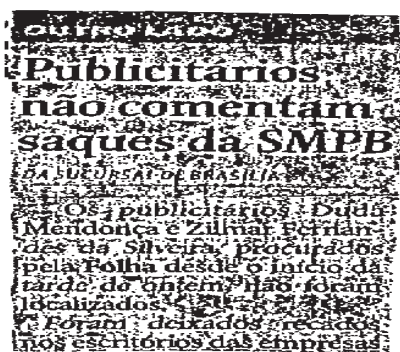
Em depoimento prestado à Procuradoria Geral da República, o ex-tesoureiro nacional do PT e ex-tesoureiro da campanha eleitoral de Lula, Delúbio Soares, afirmou que dois empréstimos avalizados pelo publicitário Marcos Valério, no valor de R\$ 5,4 milhões, foram tomados pelo partido para custear gastos com a transição de governo e com a festa da posse. Assim, esses gastos não estariam incluídos no suposto caixa dois.

PTB

A planilha entregue à Polícia Federal pela funcionária de Marcos Valério, Simone Reis Vasconcelos, atribui R\$ 3,8 milhões a pessoas ligadas ao PTB. Em entrevistas à Folha, o ex-presidente nacional do PTB Roberto Jefferson (RJ) havia dito que a sigla receberia R\$ 4 milhões do PT, como parte de um acordo para apoio mútuo nas eleições de 2004.

De acordo com a planilha, receberam recursos o tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri (R\$ 2,46 milhões), ex-diretor da Embratur, Jair dos Santos (R\$ 1 milhão), ex-motorista do ex-presidente nacional da sigla, José Carlos Martinez, morto num acidente aéreo, e o deputado federal de Minas Gerais Romeu Queiroz (R\$ 350 mil).

(RUBENS VALENTE E MARTA SALOMON)



da Duda Mendonça, Assessorados em Brasília, São Paulo e Salvador (BA), mas não houve retorno a um pedido de esclarecimentos sobre os R\$ 15,5 milhões que teriam sido transferidos aos publicitários por meio de um esquema de caixa dois operado pelo publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza.

No último dia 21, a empresa Zilmar divulgou uma nota para comentar a primeira divulgação feita por parlamentares da CPI dos Correios, de que houve um

repasse de R\$ 250 mil para a empresa.

Segundo a nota da publicitária, o valor era relacionado a um serviço prestado ao PT. Adicionalmente, de acordo com o comunicado, os repasses somariam apenas R\$ 500 mil.

De acordo com a nota da empresa, os recursos recebidos teriam sido declarados no Imposto de Renda e devidamente contabilizados nas finanças da empresa Duda Mendonça Associados.

(RVE MS)

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Crise política e desconfiância das instituições”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 5 de agosto do corrente.

O artigo mostra que o governo continua ignorando a atual crise, considerada como a mais grave crise política e moral enfrentada pelo país nos últimos 20 anos e que pode, rapidamente, se transformar em uma crise institucional.

Ainda segundo o artigo, de autoria do cientista político José Álvaro Moisés, “em vez de enfrentar o problema, Lula e o PT estão agravando isso”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, incisol e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise política e desconfiância das instituições

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS

A democracia perde força quando é muito grande a proporção dos que se sentem fraudados pela conduta dos políticos

A MAIS grave crise política e moral enfrentada pelo país nos últimos 20 anos ameaça se transformar rapidamente em crise institucional, mas o governo não admite isso. Age como se as denúncias não colocassem em questão especialmente a sua relação com o Congresso Nacional e com o sistema de partidos. O desprezo pelas instituições de representação se mostra na preferência pela mobilização de massas em vez da disposição para aceitar as exigências de “cortar na própria carne” — como o funcionamento das instituições democráticas poderá impor ao governo.

No início da crise, alguns analistas sustentaram que o presidente Lula só perderia o apoio popular de que dispõe se surgisse algum fato grave, um pecado capital que tivesse cometido. Esse pecado ainda não apareceu, mas a estranha entrevista do presidente à Rede Globo, dias atrás, mostrou, mais do que disposição para enfrentar as distorções do sistema político, um presidente solidário com uma prática política ilegal que pode estar acobertando o seu conhecimento e o seu aval aos descaminhos do seu partido.

O capital político do presidente apenas dá indícios de começar a se deteriorar, mas os efeitos da crise já apontam para os estragos impostos por ela à jovem democracia brasileira. Enquanto 78% dos entrevistados acreditam que existe corrupção no governo Lula, 64% dizem que a maioria dos políticos do seu partido está envolvida em casos de corrupção e 67% pensam que o PT pagou o chamado “mensalão”.

Mais grave é o fato de 46% desaprovarem o Congresso Nacional e os políticos, a pior taxa dos últimos dez anos, mostrando que a crise gera desesperança e compromete a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas — solapando a legitimidade do regime. Embora a democracia brasileira esteja

relativamente consolidada, como reconhece boa parte dos especialistas, ela enfrenta contudo um paradoxo: além dos próprios políticos, as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiância dos cidadãos.

Pesquisas de opinião mostram que, apesar de seu apoio ao regime democrático por se, mais de dois terços dos brasileiros não confiam nos Parlamentares, nos partidos, nos Executivos, no Judiciário e em serviços de saúde, educação e segurança.

Em vez de enfrentar o problema, Lula e o PT estão agravando isso, e é estranho que avalistas do governo como os sociólogos Alain Touraine e Candido Mendes nada tenham a dizer sobre as implicações desse fenômeno para um regime democrático que não pode correr o risco de comprometer a sua consolidação.

Na democracia, as instituições são importantes porque é por meio delas que as aspirações dos cidadãos se transformam em políticas públicas. Fator decisivo para isso é a confiança dos cidadãos em normas, mecanismos e procedimentos institucionais que assegurem que a igualdade de todos perante a lei e os direitos daí decorrentes possam converter interesses e demandas em políticas. A confiança é importante em virtude das inúmeras incertezas e imprevisibilidades que decorrem da complexificação da vida nas sociedades contemporâneas desiguais e globalizadas. Ela resulta, dentre outras coisas, de arranjos

por meio dos quais direitos e deveres democráticos são respeitados por governos, partidos e burocracias de Estado, assegurando as tarefas de coordenação e cooperação social indispensáveis à realização de projetos coletivos por meio dos quais as sociedades enfrentam os seus dilemas.

A desconfiância das instituições, pelo contrário, à forma de os cidadãos reagirem ao desmando ético e cívico da vida pública. Se alguma desconfiância é desejável para assegurar a autonomia dos cidadãos diante de estruturas de poder, a democracia se enfraquece quando é muito grande a proporção dos que se sentem fraudados pelo comportamento anti-republicano dos políticos e quando os cidadãos percebem as instituições como algo alheio à sua finalidade. Neste caso, a indiferença e a ineficiência das instituições democráticas diante da corrupção, fraude e desrespeito a direitos assegurados por lei geram suspeição e descrédito, porta aberta para anomia, descompromisso social e aumento da criminalidade.

Nessa situação, o sentido da cidadania desaparece, só os mais protegidos econômica e socialmente conseguem defender os seus interesses, os mais pobres perdem sua autonomia. O projeto de poder do PT desprezou essas implicações. A gestão das relações entre governo, partidos políticos e Congresso Nacional mostrou que, contra a crença na democracia, prevaleceu uma concepção que condena a possibilidade dos diferentes grupos sociais usarem as instituições para realizar suas aspirações. Os partidos políticos, especialmente, foram fraudados em sua função de intermediação, comprometendo sua função na democracia.

José Álvaro Moisés, 50, professor titular de ciência política, é coordenador do curso de gestão de política pública da USP e autor, entre outras obras, de “Os Brasileiros e a Democracia” (Atica, 1995). Foi secretário de Audiovisual do Ministério de Cultura (1995-2002).

Folha S. Paulo

05/08/05

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DÍVIDAS DE INSCRIÇÃO CADASTRAL	
15/6/1968D	
<p>Zilmar Fernandes da Silva Sócia de Duda Mendonça publicitário ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que fez sua campanha à Presidência em 2002. Ligados a ela aparecem os nomes do próprio Duda, de Antônio Kalfi Cruz, diretor financeiro da Duda Propaganda, e dos bolchevitas mineiros David Rodrigues Alves e Luiz Carlos Costa Lima</p>	
15/6/2001	R\$ 5.000.000,00
23/6/2001	R\$ 5.000.000,00
29/6/2001	R\$ 15.000.000,00
30/6/2001	R\$ 5.000.000,00
30/6/2001	R\$ 5.000.000,00
30/6/2001	R\$ 5.000.000,00
Total	R\$ 35.000.000,00
<p>Manoel Severino O presidente da Casa da Moeda aparece na lista de Marcos Valério e vinculado a ele está o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pazzolato, com indicação de que segue no valor de R\$ 325 mil. Outro nome que aparece é Luiz, provavelmente o mensageiro Luiz Edmar Teixeira da Silva, que buscou o dinheiro para Pazzolato. As transferências foram pelo três, segundo Marcos Valério, destinadas ao pagamento da campanha eleitoral do PT do Rio de Janeiro</p>	
19/6/2001	R\$ 5.000.000,00
25/6/2001	R\$ 5.000.000,00
27/6/2001	R\$ 250.000,00
27/6/2001	R\$ 5.000.000,00
30/6/2001	R\$ 2.676.666,66
<p>→ Repata integral destinada do governador Roberto Barcel Participações Ltda.</p>	
<p>Roberto Costa Pinho Ex-assessor do ministro da Cultura, Gilberto Gil. Foi coordenador da campanha do senador Delcídio Amarel (PT-MG) em 2002</p>	
15/6/2001	R\$ 5.000.000,00
22/6/2001	R\$ 5.000.000,00
27/6/2001	R\$ 5.000.000,00
27/6/2001	R\$ 5.000.000,00
27/6/2001	R\$ 5.000.000,00
27/6/2001	R\$ 5.000.000,00
27/6/2001	R\$ 5.000.000,00
Total	R\$ 35.000.000,00
<p>Mauro Santos Aparecem vinculados a ele a empresa Bandeirantes Outdoor, de Recife, e Eristela Falcão, ambas ligadas ao ex-ministro da Saúde Humberto Costa. Atual secretário de Comunicação Social do PT Nacional, Humberto Costa divulgou nota sobre o assunto. Informou que a Bandeirantes Outdoor prestou serviços à campanha dele no valor total de R\$ 44.240,00, quantia salda, segundo ele, antes dos supostos debates das empresas do publicitário Marcos Valério</p>	
17/6/2001	R\$ 100.000,00
25/6/2001	R\$ 80.000,00
22/6/2001	R\$ 120.000,00
Total	R\$ 300.000,00
<p>João Ferreira dos Santos Aparece o nome da Ideal Gráfica e Editora, de Brasília, vinculado ao nome dele. O dinheiro, segundo Marcos Valério, foi repassado em Belo Horizonte</p>	
6/6/2001	R\$ 260.000,00

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

A LISTA DE BENEFICIADOS, SEGUNDO MARCOS VALÉRIO

PT	
Total recebido	
R\$ 110.201.467,14	
Deputado João Magno (MG)	
Na lista, aparece o nome de Paulo Vieira Albrigo vinculado ao do parlamentar. Albrigo seria a pessoa responsável pelos saques e entrega do dinheiro ao deputado.	
19/8/2003	R\$ 50.000,00
31/12/2003	R\$ 50.000,00
17/1/24/9/2004	R\$ 150.000,00
Total	R\$ 350.000,00
Deputado João Paulo Cunha (SP)	
O saque é atribuído à mulher do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Márcia Regina Cunha.	
4/9/2003	R\$ 50.000,00
Deputado Josias Gomes (BA)	
Os saques são atribuídos ao próprio deputado, ex-presidente do PT baiano.	
11/9/2004	R\$ 50.000,00
16/9/2004	R\$ 50.000,00
Total	R\$ 100.000,00
Deputado Paulo Rocha (PA)	
Os saques são atribuídos a Anita Leocádia, assessora do ex-líder da bancada do PT na Câmara.	
7/4/2003	R\$ 50.000,00
3/7/2003	R\$ 50.000,00
2/7/2003	R\$ 50.000,00
1/7/2003	R\$ 50.000,00
6/5/2003	R\$ 100.000,00
2/7/2003	R\$ 300.000,00
18/12/2003	R\$ 120.000,00
3/7/2004	R\$ 900.000,00
Total	R\$ 920.000,00
Marcelino Pies	
Aparece na lista como tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul. Vinculado a ele estão os nomes de Jorge e Paulo Antônio Bastoso, que, segundo o depoimento de Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, recebiam o dinheiro em Belo.	
9/6/15/7/2003	R\$ 300.000,00
22/9/14/10/2003	R\$ 500.000,00
Total	R\$ 1.200.000,00
Paulão - PT	
Abaixo do nome dele aparece uma única referência. Nordeste. Seria o presidente do PT de Alagoas, deputado estadual Paulo Fernando dos Santos (AL), conhecido como Paulão, que foi pré-candidato a Prefeitura de Maceió em 2003.	
26/2/2003	R\$ 180.000,00
Rodrigo Barroso Fernandes	
Ex-secretário de Planejamento do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Penintel. Na lista, aparece vinculado ao deputado Carlos Magno da Mota Geral.	
3/10/8/2004	R\$ 150.000,00
20/5/2004	R\$ 50.000,00
24/5/2004	R\$ 50.000,00
7/8/2004	R\$ 50.000,00
23/6/2004	R\$ 80.000,00
12/8/2004	R\$ 200.000,00
Total	R\$ 730.000,00
Raimundo Ferreira da Silva Júnior	
Dirigente do PT do distrito federal e ex-assessor do deputado federal Paulo Delgado (PT-MG).	
29/3/2004	R\$ 300.000,00
26/4/2004	R\$ 120.000,00
7/1/2004	R\$ 150.000,00
1/8/2004	R\$ 970.000,00
* Repasse feito por intermédio da corretora Bonus Banral Participações Ltda.	

Deputado Professor Luizinho (SP)

O saque é atribuído a José Nilson dos Santos, assessor do parlamentar.

Deputado José Nobre Guimarães (CE)

Irmão do ex-presidente nacional do PT, José Genoino. Ex-patrão de José Adalberto Vieira da Silva, flagrado com R\$ 200 mil numa mala e US\$ 100 mil na cueca, no Aeroporto de Congonhas, à véspera da reunião do Diretório Nacional do partido, quando Genoino se afastou da presidência do PT.

7/4/2003 R\$ 250.000,00

José Adelar Nunes

Ex-tesoureiro do PT de Santa Catarina. Víctima de infarto, morreu em junho de 2004. Trabalhou como coordenador de campanha da deputada federal Luci Choinacki (SC).

26/4/2004 R\$ 50.000,00

Carlos Cortegoso

Aparece na lista de Marcos Valério com o apelido de Carlão e a referência Ponto Focal. Segundo Valério, os repasses destinados a ele se referiam ao pagamento de camisetas para o PT.

10/12/2003 R\$ 100.000,00

17/12/2003 R\$ 100.000,00

23/12/2003 R\$ 100.000,00

30/12/2003 R\$ 100.000,00

Total R\$ 400.000,00

Carlos

Aparece apenas como referência Goiânia. Segundo Marcos Valério, trabalha para o PT.

3/8/2004 R\$ 50.000,00

30/9/2004 R\$ 200.000,00

Total R\$ 250.000,00

Vilmar Lacerda

Presidente regional do PT-DF. Aparece vinculado a Lacerda o nome de Sinal Monteiro de Melo.

1/9/2003 R\$ 50.000,00

15/9/2003 R\$ 50.000,00

22/9/2003 R\$ 50.000,00

29/9/2003 R\$ 50.000,00

3/10/2003 R\$ 50.000,00

Total R\$ 250.000,00

PT Nacional

Aparecem na lista os nomes do ex-secretário de Finanças Delóbio Soares, do ex-secretário Geral Sílvio Pereira, Marcelo Sereno, Solange Pereira Oliveira, Lucas Bizato, dos advogados Aristides Junqueira e Pedro Fonseca - na versão de Marcos Valério apresentada à Procuradoria Geral da República os dois últimos recebiam a título de honorários R\$ 185.000,00. Há ainda menção à companhia de São Bernardo/Osasco.

28/5/2003 R\$ 350.000,00

29/9/2003 R\$ 50.000,00

25/11/2003 R\$ 50.000,00

28/10/2003 R\$ 185.000,00

26/3/2004 R\$ 100.000,00

29/3/2004 R\$ 100.000,00

26/4/2004 R\$ 545.000,00

28/4/2004 R\$ 970.000,00

31/5/2004 R\$ 200.000,00

11/7/2004 R\$ 77.887,20

5/7/2004 R\$ 300.000,00

3/8/2004 R\$ 500.000,00

10/3/2004 R\$ 86.070,00

11/3/2004 R\$ 17.644,03

26/4/2004 R\$ 124.125,91

5/7/2004 R\$ 556.940,00




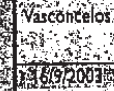


3/8/2004 R\$ 400.000,00

16/8/2004 R\$ 90.000,00

17/10/2004 R\$ 200.000,00

Total R\$ 4.932.467,14

** Repasse feito por intermédio da corretora Bonus Banral Participações Ltda.

<div>  <div> PP Partido Progressista R\$ 7.800.000,00 </div> </div> <div> João Claudio de Carvalho Genu Vinculado ao ele aparece o nome do deputado federal José Jurema (PR) que é líder do partido na Câmara. Genu trabalhou como chefe de gabinete de Jurema. </div> <table> <tr><td>17/2003</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>20/2003</td><td>R\$ 2.000.000,00</td></tr> <tr><td>31/2003</td><td>R\$ 2.000.000,00</td></tr> <tr><td>20/2004</td><td>R\$ 2.000.000,00</td></tr> <tr><td>25/2004</td><td>R\$ 3.000.000,00</td></tr> <tr><td>27/2004</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>16/2005</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>Total</td><td>R\$ 12.000.000,00</td></tr> </table> <p><small>* Repete na lista por intermédio da corretora Bonus, Raulo Partidos, São Luís.</small></p>	17/2003	R\$ 1.000.000,00	20/2003	R\$ 2.000.000,00	31/2003	R\$ 2.000.000,00	20/2004	R\$ 2.000.000,00	25/2004	R\$ 3.000.000,00	27/2004	R\$ 1.000.000,00	16/2005	R\$ 1.000.000,00	Total	R\$ 12.000.000,00	<div>  <div> PMDB Partido da Mobilização Democrática R\$ 2.130.000,00 </div> </div> <div> Deputado José Borba (PR) Vinculado ao ex-líder do PMDB na Câmara, aparecem os nomes de Carlos e Maria Sebastiana, pessoas que se encarregaram de receber o dinheiro. Mas Marcos Valério afirma que Borba esteve na agência do Banco Rural para receber dinheiro da diretoria financeira e da SMPB, Simone Vasconcelos. </div> <table> <tr><td>6/2003</td><td>R\$ 250.000,00</td></tr> <tr><td>5/2003</td><td>R\$ 250.000,00</td></tr> <tr><td>20/2003</td><td>R\$ 200.000,00</td></tr> <tr><td>27/2003</td><td>R\$ 200.000,00</td></tr> <tr><td>4/2003</td><td>R\$ 200.000,00</td></tr> <tr><td>5/2004</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>Total</td><td>R\$ 2.100.000,00</td></tr> </table>	6/2003	R\$ 250.000,00	5/2003	R\$ 250.000,00	20/2003	R\$ 200.000,00	27/2003	R\$ 200.000,00	4/2003	R\$ 200.000,00	5/2004	R\$ 1.000.000,00	Total	R\$ 2.100.000,00				
17/2003	R\$ 1.000.000,00																																		
20/2003	R\$ 2.000.000,00																																		
31/2003	R\$ 2.000.000,00																																		
20/2004	R\$ 2.000.000,00																																		
25/2004	R\$ 3.000.000,00																																		
27/2004	R\$ 1.000.000,00																																		
16/2005	R\$ 1.000.000,00																																		
Total	R\$ 12.000.000,00																																		
6/2003	R\$ 250.000,00																																		
5/2003	R\$ 250.000,00																																		
20/2003	R\$ 200.000,00																																		
27/2003	R\$ 200.000,00																																		
4/2003	R\$ 200.000,00																																		
5/2004	R\$ 1.000.000,00																																		
Total	R\$ 2.100.000,00																																		
<div>  <div> PMDB Partido da Mobilização Democrática R\$ 3.618.000,00 </div> </div> <div> Deputado Vadáo Gomes (SP) <table> <tr><td>5/2004</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>6/2004</td><td>R\$ 2.700.000,00</td></tr> <tr><td>Total</td><td>R\$ 3.700.000,00</td></tr> </table> </div>	5/2004	R\$ 1.000.000,00	6/2004	R\$ 2.700.000,00	Total	R\$ 3.700.000,00	<div>  <div> PMDB Partido da Mobilização Democrática R\$ 3.000.000,00 </div> </div> <div> Ex-deputado Armando Costa (MG) Está na lista de Marcos Valério. É segundo tesoureiro do PMDB de Minas Gerais. </div> <table> <tr><td>31/2003</td><td>R\$ 3.000.000,00</td></tr> </table>	31/2003	R\$ 3.000.000,00																										
5/2004	R\$ 1.000.000,00																																		
6/2004	R\$ 2.700.000,00																																		
Total	R\$ 3.700.000,00																																		
31/2003	R\$ 3.000.000,00																																		
<div>  <div> PTB Partido Trabalhista Brasileiro R\$ 3.618.000,00 </div> </div> <div> Deputado Romeu de Queiroz (MG) Aparecem vinculados a ele os nomes de Charles dos Santos Nobre e José Hertes. </div> <table> <tr><td>10/2003</td><td>R\$ 500.000,00</td></tr> <tr><td>5/2004</td><td>R\$ 3.000.000,00</td></tr> <tr><td>Total</td><td>R\$ 3.500.000,00</td></tr> </table> <div> Emerson Palmieri Tesoreroiro informal do PTB e ex-diretor da Embatur, por indicação de Roberto Jefferson. Vinculado ao nome de Palmieri, aparecem Alexandre e Luiz Carlos de Miranda Faria. </div> <table> <tr><td>12/2003</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>9/2003</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>30/2004</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>7/2004</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>7/2004</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> <tr><td>12/2004</td><td>R\$ 5.000.000,00</td></tr> <tr><td>12/2004</td><td>R\$ 58.000,00</td></tr> <tr><td>Total</td><td>R\$ 2.488.000,00</td></tr> </table>	10/2003	R\$ 500.000,00	5/2004	R\$ 3.000.000,00	Total	R\$ 3.500.000,00	12/2003	R\$ 1.000.000,00	9/2003	R\$ 1.000.000,00	30/2004	R\$ 1.000.000,00	7/2004	R\$ 1.000.000,00	7/2004	R\$ 1.000.000,00	12/2004	R\$ 5.000.000,00	12/2004	R\$ 58.000,00	Total	R\$ 2.488.000,00	<div>  <div> PMDB Partido da Mobilização Democrática R\$ 1.000.000,00 </div> </div> <div> Deputado José Carlos Martínez (PR) Na lista de Simone aparece vinculado ao ex-presidente do partido, morto num acidente aéreo em 2003, o nome do motorista Jair dos Santos, que trabalha para o atual presidente da Sigla, Flávio Martínez. </div> <table> <tr><td>3/4/2003</td><td>R\$ 150.000,00</td></tr> <tr><td>3/5/2003</td><td>R\$ 250.000,00</td></tr> <tr><td>13/9/2003</td><td>R\$ 200.000,00</td></tr> <tr><td>25/9/2003</td><td>R\$ 100.000,00</td></tr> <tr><td>29/9/2003</td><td>R\$ 300.000,00</td></tr> <tr><td>Total</td><td>R\$ 1.000.000,00</td></tr> </table> <div> Arte de Anderson Araújo sobre fotos de Carlos Moura/CB - 23.10.01 / Carlos Moura/CB - 06.04.05 / José Varella/CB - 12.3.03 / Carlos Moura/CB - 20.4.05 / Rafael Neidmeyer/AE - 22.05 / Jairas Oliveira/AE - 12.7.05 / Ronaldo de Oliveira/CB - 10.6.05 / José Varella/CB - 20.7.05 / Carlos Moura/CB - 19.7.05 / José Varella/CB - 9.8.01 / Carlos Moura/CB - 8.3.05 / Daniel Ferreira/CB - 6.3.05 / Carlos Moura/CB - 13.4.05 / Carlos Moura/CB - 6.7.05 / José Varella/CB - 29.4.03 / Carlos Moura/CB - 15.6.05 / Carlos Moura/CB - 30.6.05 / Carlos Moura/CB - 29.6.05 </div>	3/4/2003	R\$ 150.000,00	3/5/2003	R\$ 250.000,00	13/9/2003	R\$ 200.000,00	25/9/2003	R\$ 100.000,00	29/9/2003	R\$ 300.000,00	Total	R\$ 1.000.000,00
10/2003	R\$ 500.000,00																																		
5/2004	R\$ 3.000.000,00																																		
Total	R\$ 3.500.000,00																																		
12/2003	R\$ 1.000.000,00																																		
9/2003	R\$ 1.000.000,00																																		
30/2004	R\$ 1.000.000,00																																		
7/2004	R\$ 1.000.000,00																																		
7/2004	R\$ 1.000.000,00																																		
12/2004	R\$ 5.000.000,00																																		
12/2004	R\$ 58.000,00																																		
Total	R\$ 2.488.000,00																																		
3/4/2003	R\$ 150.000,00																																		
3/5/2003	R\$ 250.000,00																																		
13/9/2003	R\$ 200.000,00																																		
25/9/2003	R\$ 100.000,00																																		
29/9/2003	R\$ 300.000,00																																		
Total	R\$ 1.000.000,00																																		

Jefferson denuncia caixinha de Valério para PT e PTB na Eletronorte

Segundo deputado, empresário disse que seria preciso uma operação internacional de transferência de recursos envolvendo o IRB

CRISE NO GOVERNO LULA

João Domingos
Ana Paula Scinocca
BRASILIA

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou ontem detalhes de uma operação montada pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza para captar, irregularmente, pela manipulação de estatais, de R\$ 90 milhões a R\$ 120 milhões. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Mensalão, Jefferson afirmou que o dinheiro seria dividido entre o PT e o PTB.

A operação envolveria duas empresas públicas sob comando do PTB: o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a Eletronorte. O primeiro passo da operação bolada por Valério seria a transferência de recursos internacionais do IRB, que mantém cerca de US\$ 800 milhões aplicados em bancos ingleses e suíços. Desse valor, US\$ 600 milhões iriam para o Banco Espírito Santo, de Portugal.

Num depoimento anterior, à CPI dos Correios, o deputado já tinha contado sobre a ideia de Valério de patrocinar a transferência de dinheiro do IRB para o Banco Espírito Santo. Desta vez, explicou como o empresário pretendia repassar divididos para o PT e o PTB.

Para tanto, a Eletronorte teria de promover a reestatização de suas linhas de transmissão de energia. Para executar o projeto, contaria com financiamento de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões do banco. Do total, uma comissão de 3% sobra para o PT e o PTB. Na época, o presidente da Eletronorte era Roberto Salmeron, do PTB, lembrou Jefferson.

É importante registrar que não foram concretizadas nem a transferência de dinheiro do IRB no exterior, nem a reestatização das linhas da Eletronorte. Ao tomar conhecimento das declarações do deputado, a diretoria da empresa de energia di-

viduou uma nota afirmando que não havia estudado a hipótese de reestatizar suas linhas. Também negou qualquer relacionamento com o Banco Espírito Santo.

Diante dos integrantes da CPI do Mensalão, Jefferson acusou ainda o deputado José Dirceu (PT-SP), ex-ministro da Casa Civil, de planejar outra operação internacional, pela qual a Portugal Telecom daria cerca de 8 milhões de euros (R\$ 24 milhões) para serem divididos entre o PT e o PTB. Ele contou que foi procurado em janeiro por Dirceu, que se disse preocupado com as dívidas de campanha do PTB.

"Dirceu disse que era para eu indicar um emissário do partido, que iria junto com o PT ver o pessoal da Portugal Telecom. Eu indiquei o tesoureiro Emerson Palmieri. A passagem está comigo. Palmieri via-

Dinheiro do esquema viria de estatais e da área de publicidade do governo federal

jou para Portugal no dia 24 de janeiro, juntamente com Marcos Valério, que representava o PT, e seu sócio Rogério Toientino. Eles voltaram no dia 26", disse Jefferson.

A diretoria da multinacional teria oferecido o dinheiro durante uma reunião no Brasil, assegurou Jefferson. Sempre segundo o petebista, a doação representaria uma antecipação do que viria para futuras campanhas eleitorais. "Os recursos serviriam para cobrirmos as dívidas da campanha de 2004, porque não tínhamos mais nenhum problema referente à campanha de 2002", disse ele.

Jefferson assegurou ainda que Toientino, Valério e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares viajavam com regularidade para Portugal. "Numa semana

eles iam, na outra não. Mas iam sempre. Eram viagens muito comuns, frequentes", relatou. Na viagem de 24 de janeiro, apenas Valério reuniu-se com o então ministro de Obras, Transportes e Telecomunicações de Portugal, António Mexia.

Irônico, Jefferson classificou Valério de "novo embaixador do Brasil em Portugal para assuntos de telecomunicações". O próprio Mexia esclareceu ontem ao governo brasileiro que a reunião com Valério durou apenas 5 minutos e que, ao contrário do que vem sendo divulgado, em nenhum momento recebeu o empresário na condição de consultor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A origem da crise política que abalou o governo, afirmou o deputado, foi a dificuldade dos partidos para quitar suas dívidas. "Se as operações tivessem dado certo, as crises estariam sanadas. As tensões estariam superadas", afirmou, ao ser interrogado pelo deputado Devanir Ribeiro (PT-SP). "Em

casas que não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão."

Jefferson sugeriu ainda à CPI que investigue o Banco Santos, que está sob intervenção. Disse que muitos fundos de pensão aplicavam seu dinheiro lá, assim como Valério. Ao longo de todo o depoimento, Jefferson fustigou Dirceu e poupou Lula. "Dirceu é o chefe da quadrilha. O presidente Lula não sabia de nada. Ele foi traído pelo Dirceu", disse. "O útero, a matriz da corrupção não está aqui (no Congresso Nacional). Está do outro lado da rua (no Palácio do Planalto)."

Jefferson procurou desmoralizar também o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), que renunciou e pediu formalmente à cassação do petebista. "Bastou a dona Simone (Vasconcelos, diretora financeira da SMPB) dizer que ele recebeu R\$ 10 milhões, que ele botou R\$ 10 num veadão e correu. Ele é fraco, blefou no jogo e correu. É galo fujão, galo mutuca, como dizem os rio-".

CPI se rebelou ao saber que não estava na TV

MAIO Um grupo de deputados acusou de deputados e senadores da CPI do Mensalão omissão de informações sobre a TV Senado. O grupo quer que a TV Senado transmita ao vivo o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Essa é a bolada de Jefferson, o deputado Américo de Oliveira (PT-SP) e o senador José Antonio Guimarães (PMDB-AL), membros da CPI do Mensalão, que mandaram a TV Senado transmitir ao vivo o depoimento de Jefferson. O grupo também quer que a TV Senado transmita ao vivo o depoimento de Jefferson. O grupo também quer que a TV Senado transmita ao vivo o depoimento de Jefferson.

Quando isso aconteceu, Jefferson reagiu dizendo que não sabia nada sobre a TV Senado. Ele também disse que não sabia nada sobre a TV Senado.

Senado não transmitiu ao vivo o depoimento de Jefferson. O grupo também quer que a TV Senado transmita ao vivo o depoimento de Jefferson. O grupo também quer que a TV Senado transmita ao vivo o depoimento de Jefferson.

OS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO DE JEFFERSON A CPI DO MENSALÃO

"O útero, a matriz da corrupção, não está aqui. Está do outro lado da rua"

● **CAIXA 2, VERSÃO 1:** "Não transfiro nenhum recurso aos meus compatriotas desse dinheiro de caixa 2 que recebi do PT."

● **CAIXA 2, VERSÃO 2:** "Assumo integralmente os R\$ 4 milhões, mas não vou dizer para quem dei, para não prejudicar gente inocente que acreditou em mim."

● **MATRIZ:** "O útero, a matriz da corrupção não está aqui (no Congresso). Está do outro lado da rua (no Planalto)."

● **EMBAIXADOR:** "Marcos Valério é o novo embaixador do Brasil em Portugal, para assuntos de telecomunicações. O embaixador Marcos Valério, o carequinha."

● **COSTA NETO:** "Bastou Simone (Vasconcelos, diretora financeira da SMPB), dizer que ele recebeu R\$ 10 milhões, que ele botou R\$ 10 num veado e correu. Ele é fraco, blefou no jogo e correu. É galo fujão, galo mutuca, como dizemos no Rio."

● **PERSEGUIÇÃO:** "Depois que pude falar (do mensalão) com o presidente, o PTB passou por perseguição e surgiu a denúncia do Maurício Marinho (ex-diretor dos Correios)."

● **VIAGEM:** "Na primeira quinzena de janeiro, Dirceu me pediu que indicasse uma pessoa do PTB para viajar com um interlocutor do PT e se encontrar com a direção da Portugal Telecom. Era para eu acertar com o Delúbio. Eu acertei e mandei o Emerson Palmieri (tesoureiro do PTB). O Rogério Tolentino (sócio de Valério) foi junto."

● **PORTUGAL TELECOM:** "No avião, Marcos Valério contou para o Palmieri que a operação renderia €8 milhões, R\$ 12 milhões para o PT e R\$ 12 milhões para o PTB."

● **REAÇÃO:** "Esse cara fala em dinheiro como se fosse do céu, como se brotasse do chão como capim, falei com o Palmieri. Isso é 171 (artigo do estelionato no Código Penal). Fique longe dele. Liguei

para o Genoino. Ouvi ele dizer: 'Confié nele'."

● **VARIG:** "A solução para a dívida (de PT e PTB) passava pela compra da Varig pela TAP."

● **SURPRESA:** "Guardei essa revelação da Portugal Telecom para o depoimento de Dirceu. Peguei-o de tal forma que ele afilou a voz."

● **MENTIRA:** "O chefe da quadrilha é Dirceu e Gushiken, o aliado. Genoino não fazia nada sem Dirceu. Dirceu não é leal aos amigos e mente. É professor da escola da mentira, por onde passaram Delúbio, Silvino, Valério e Genoino."

● **LULA:** "O presidente não sabia de nada. A reação dele, quando relatei o que ocorria, foi de uma pessoa que se sente traído."

● **TAMANHO DO ESQUEMA:** "Jamais imaginei que chegasse aos R\$ 2 bilhões, como já confirmou a CPI. Achava que seriam R\$ 70 milhões, no máximo."

Operação Portugal

Gastos de campanha

Em 2003, o deputado Roberto Jefferson negocia com o PT uma ajuda de R\$ 20 milhões para gastos eleitorais do PTB em vários Estados. O partido recebe R\$ 4 milhões e nada mais.

A fonte seca

Cobrado pelos candidatos, Jefferson cobra Dirceu: "Ze, estou perdendo autoridade". A resposta: "A PF prendeu 62 doleiros. A turma que ajuda não está podendo internar dinheiro".

Operação Espírito Santo

No final de 2004, Dirceu descobre a saída: convencer o IRB a transferir parte de US\$ 600 milhões por ele aplicados em bancos europeus para o Banco Espírito Santo, em Lisboa.

Gorda comissão

O Espírito Santo é o principal acionista da Portugal Telecom. A operação renderia uma generosa comissão de R\$ 24 milhões para os intermediários e os dirigentes do PTE do PTB.

Rumo a Lisboa

Segundo Jefferson, Dirceu pediu pra indicar alguém do PTB que iria com alguém do PT até Lisboa, acertar a operação. Ele indicou o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri.

Uma tarde no Planalto

Dia 11 de janeiro passado, às 17 horas, Valério esteve por meia hora com José Dirceu na Casa Civil. Levou consigo Ricardo do Espírito Santo Salgado, um alto diretor do Banco Espírito Santo.

O acordo geral

Valério promete ao PTB: se o IRB investir US\$ 600 milhões no Espírito Santo, este aplica R\$ 3 bilhões, ou mais, nas linhas de transmissão da Eletronorte. A comissão daria R\$ 90 milhões.

A viagem

Em 24 de janeiro Valério e Palmieri são recebidos em Lisboa pelo presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta, e pelo ex-ministro de Obras portugues, António Mexia.

O IRB diz não

A 22 de abril, o IRB recebe a proposta da Portugal Telecom e decide rejeitá-la, entendendo que ela não se enquadra em sua estratégia de investimentos. A operação fracassa.

FOLHA DE S.PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/A LISTA DE VALÉRIO

Cruzamento aponta que maiores retiradas das contas do publicitário em 2003 ocorreram em época de aprovação de reformas

Votações coincidem com dias de saques

MARCELO SALINAS

DA REDAÇÃO

O cruzamento entre os maiores saques das contas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza divulgados até agora e as principais vitórias do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso revela uma coincidência que pode indicar a existência do "mensalão", o pagamento de me-

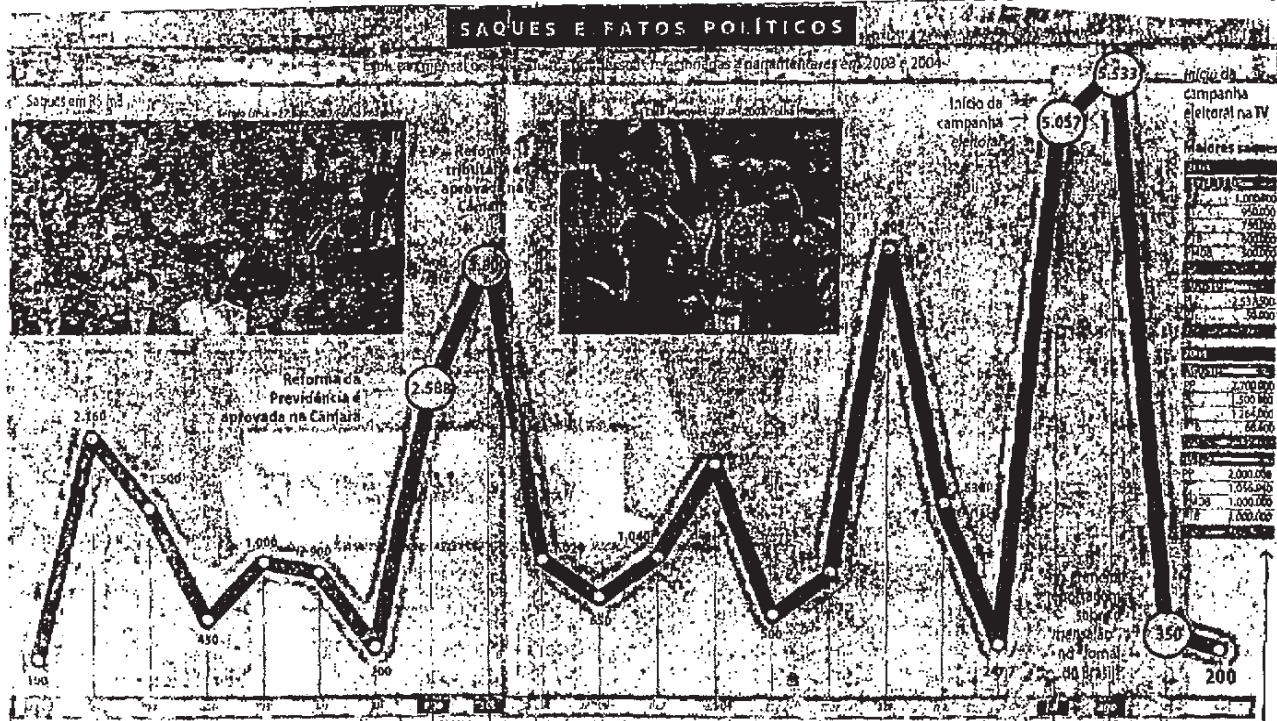
sada a parlamentares em troca de apoio em votações na Câmara.

A aprovação das reformas tributária e da Previdência, que interessavam diretamente ao governo, ocorreram nos meses com o maior volume de saques das contas das empresas das quais Marcos Valério é sócio em 2003.

O levantamento foi feito pela Folha com base na lista de retiradas identificadas até agora pela

CPI dos Correios e na conexão partidária dos sacadores. Os dados foram cruzados com os principais fatos políticos que aconteceram no governo Lula de 14 de janeiro de 2003, data da primeira retirada, até a data da última, em 1º de outubro de 2004.

A reforma tributária foi aprovada em dois turnos na Câmara, em 17 e 24 de setembro, por 340 a 92, 38 votos a mais do que o necessá-



(Original ilegível fornecido pelo autor.)

rio. Nesse mês, o volume dos saques foi o maior do ano: R\$ 3,8 milhões. No dia da primeira votação, João Cláudio Genu, assessor do líder do PP na Câmara, José Janelo (PR), começou uma série de saques que totalizaram R\$ 1 milhão em 28 dias. De 49 peplistas, só três votaram contra a reforma.

Outros saques chamam a atenção. O deputado José Bórba (PMDB-PR), então vice-líder do partido na Câmara, sacou R\$ 500 mil em duas parcelas: um dia antes da votação no primeiro turno e um dia depois da aprovação em segundo turno, no dia 25.

Dos 77 peemedebistas, apenas três não apoiaram o governo.

Pelo PTB, houve saques um dia depois da votação de cada turno. Jairo dos Santos, ligado ao então presidente do PTB, José Carlos Martínez, morto em outubro de 2003, sacou R\$ 200 mil no dia 18, R\$ 100 mil no dia 25 e R\$ 300 mil

no dia 29, total de R\$ 600 mil.

No partido, 46 deputados de 50 presentes apoiaram a reforma.

No PL, nenhum dos deputados votou contra os saques atribuídos a membros da legenda foram de R\$ 750 mil naquele mês.

As medidas aprovadas na reforma tributária mantiveram os "pontos-chave" para o governo, que conseguiu prorrogar até 2007 a cobrança da CPMF, que rende cerca de R\$ 24 bilhões por ano, e a DRU (Desvinculação das Receitas da União), mecanismo que permite ao governo aplicar com mais liberdade 20% das receitas dos principais tributos. Ambas eram tidas como impopulares, mas importantes para o ajuste fiscal.

Previdência

A votação e aprovação da reforma da Previdência, em 17 e 27 de agosto daquele ano, coincide com

saques de R\$ 2,58 milhões das contas de Marcos Valério.

Desse valor, R\$ 2,53 milhões foram retirados pelo ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas. Todos os deputados do partido, que é aliado de primeira hora do governo, votaram a favor da reforma. O governo venceu por 357 votos a 123, 49 a mais do que o necessário.

A reforma previdenciária estabeleceu a contribuição de servidores inativos e pensionistas (aumento de arrecadação estimado em R\$ 1 bilhão por ano) e tornou mais duras as regras para a aposentadoria do funcionalismo.

Em 2004, os maiores saques mensais foram em agosto (R\$ 5.532.600) e julho (R\$ 5.056.940). O período coincide com o início da campanha eleitoral e com a justificativa mais ouvida pelos beneficiados dos saques — de que o dinheiro foi usado para saldar dívidas ou gastos de campanha.

Conheça a cronologia da era Lula, até o momento

JOSIAS DE SOUZA

COLUNISTA DA FOLHA

2002:

Uma novidade agita o universo da política. Fermentando o fôssil de uma vaca sagrada da esquerda em reagentes publicitários, Duda Meridônia cria o candidato perfeito à Presidência. Chama-o pelo nome antigo, Lula. Mas troca-lhe os velhos dogmas por um par de asas.

Especialistas recebem a notícia com um pé atrás. Empregada anteriormente em âmbito municipal, alquimia semelhante redundará em fiasco. Metamorfoseado em benfeitor público, Maluf voltará a malufar depois de eleito.

A despeito das desconfianças, Duda exibe o caladário ideal no tubo catódico da televisão. O Lula de videoclipe vira para o outro lado da fronteira ideológica. Alacandado o que defendia e defende tudo o que atacava.

Promete mudar a economia. Mas não é suficiente para que a plu-

tocracia não perca o controle da situação. Apesar com a reforma dos costumes políticos. Mas só é bastante para que a fisiologia não fique sem os cargos e as verbas a que se habitara.

O Lula, sintoma de nossa se vivel, nos primeiros testes simulados. Obtem bom desempenho nas pesquisas de opinião. Os ternos caros, a barba aparada, o poder arrodo os efeitos da luz, tudo parece emprestar-lhe inegável sex appeal. Seduz 53 milhões de brasileiros.

2003:

A Cobala de Duda chega à Brasília acompanhada dos esquadres que a elegeram. Surgem os primeiros sinais de que pode ter havido um grande engano. A volta com as pompas do poder, o Lula de geração espontânea, tropera nas circunstâncias. Em uma mais fotogênica, parte e vai por dentro. Balbucia metáforas desconexas.

O Lula dos sonhos compõe um ministério da desadequação.

Tranca de Neve. Lobo. Mante os porquinhos apertados abraçados na Esplanada. Impossível distinguir inocências de vilões. O novo governo é tão maravilhoso quanto qualquer outro conto da carochinha.

Descobre-se que a fermentação da campanha não apagará a inexperience administrativa do presidente perfeito. Ao se dar conta de que o Brasil não é um sindicato de metalúrgicos, e se declara apaixonado pelo caos. E corresponde.

Gerente político-administrativo do governo ideal, Dirceu se comporta como um jockey cego montando uma mula-sem-cabeça. Manadas de elefantes cruzam-lhe o caminho sem que ele os veja. Gestor econômico, Palocci conserva o conservadorismo. Vende a ilusão de que as coisas podem mudar não mudando.

2004:

Um elefante é flagrado com a tromba de fora em pleno Gabinete

Civil, a poucos metros da sala do presidente-robô. Chama-se Waldemiro Diniz. Instado a dar explicações, o gerente Dirceu diz, olhando em volta: "Elefante, que elefante?"

De erro em erro, a panácia da campanha desanda. Não há mais dúvidas: o presidente ideal não passará de ilusão espasmódica. Mais um logro a serviço de interesses espúrios. O que parecia antídoto e, na verdade, microbio. Bactérias do petismo percorrem as veias da burocracia estatal, procura de encrenca. Delúbrio, o bacilo-coletor, tem a coragem das perversões alheias. Despacha com empresários até no Palácio do Planalto. Protagoniza a rendição da pseudovirtude aos cifrões.

Enquanto o governo do presidente perfeito penetra o insondável, eleitores, menos desavisados, confabulam com os seus botões: "Isso não vai acabar bem".

2005:

Sob o presidente perfeito, o go-

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

remo recai no mais capital de todos os pecados: o pecado do capital propriamente dito. Disseminar-se a suspeita de que, além de duplicar os mesmos elementos que usará na falsa conversão de Maluf, Duda pode ter reaproveitado no experimento de 2002 restos de um melado viscoso que soprará na proveta que dêra origem a Collor.

A desenvoltura do bacilo Delu-

bio deixou claro que é possível reconhecer um PC Farias mesmo num petista. Descobre-se que o PT era a ideologia esperando pela melhor oportunidade para cair na vida. Como qualquer outra legenda, abriga em seus quadros um certo número de políticos com o cérebro menor do que o bolso.

No momento, a situação está assim:

Duda Mendonça busca explica-

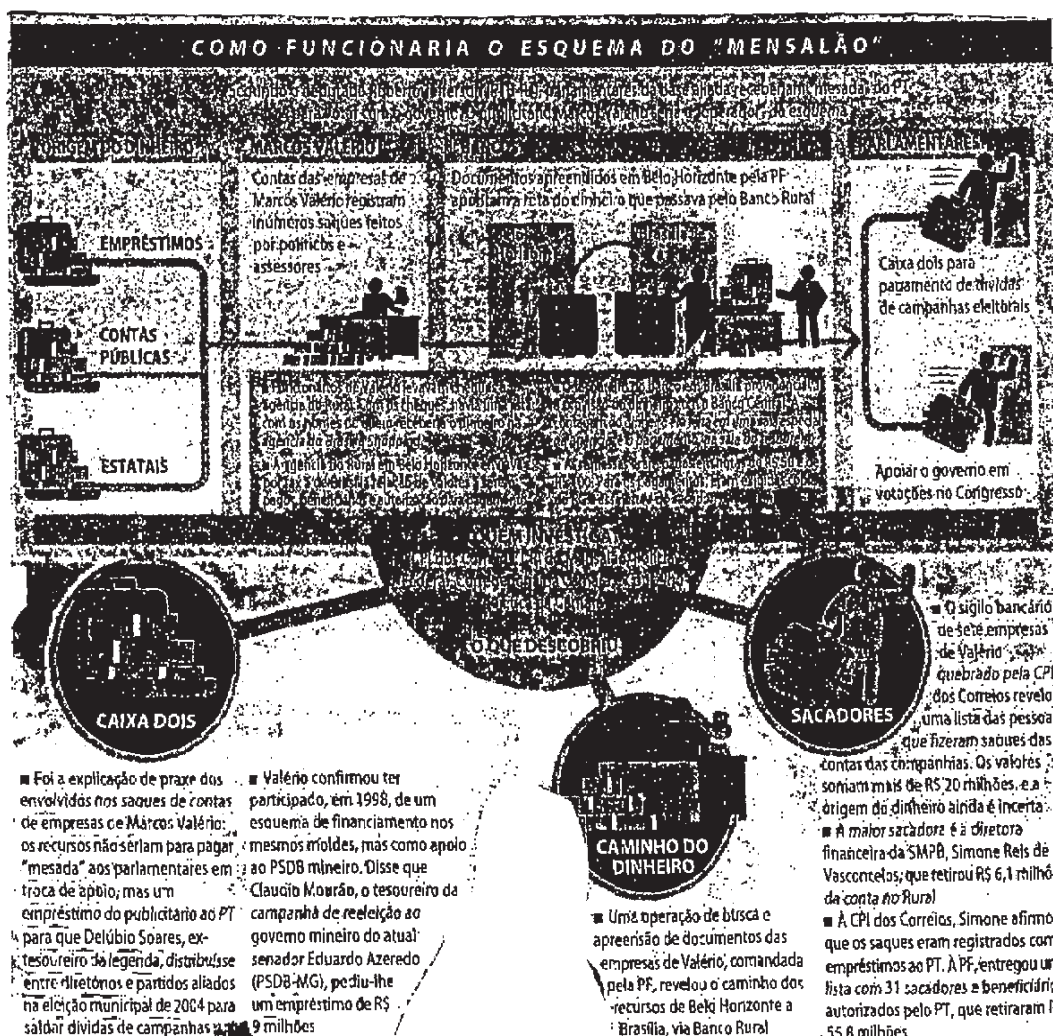
ções para o fato de o candidato perfeito ter resultado num presidente temperário. Antes, tenta justificar os R\$ 15,5 milhões que sua agência teria recebido das arcas podres do petismo.

Diceu, depois de enfiar o dedo na fava de mel do poder, fugia das abelhas no instante em que foi esmagado pela pata de outro elefante que passou pelo Gabinete Civil sem ser notado. Marcos Valério,

que Valério, dizia na terça-feira, em depoimento na Comissão de Ética da Câmara.

Na luta para salvar o que resta de sua biografia, o Lula perfeito já admite perder tudo, menos os seus valores éticos. Continua procurando talvez passe a história como o mais culpado dos inocentes. Ou o mais inocente dos culpados.

Conheça os personagens e a extensão da crise



(Original ilegível fornecido pelo autor.)

Sequência de denúncias de corrupção envolve desde integrantes da cúpula do governo, do PT e de legendas aliadas a estatais, fundos e empresas privadas



FUNDOS DE PENSÃO

■ Henrique Pizzolatto, que se afastou do cargo de diretor de marketing do Banco do Brasil, acusa Luiz Gushiken de influenciar fundos de pensão.

■ Já o ex-secretário de Comunicação do PT, Marcelo Sereno, manipulou o fundo de pensão Nucleos (dos empregados das estatais de energia nuclear) e usaria a entidade para angariar dinheiro para campanhas.

■ Há um terceiro foco de investigações em fundos de pensão: segundo o líder da PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), as aplicações de 11 fundos de pensão (Petrobrás, PPFV e outros) no BMG e no Banco Rural em títulos pós-fixados poderiam ter um controle do preço para um possível benefício de um intermediário.

■ A CPI dos Correios quer investigar se a operação existe que seria o destino final dos recursos. Há suspeitas de que a diferença entre o valor pago e o valor do mercado seria para a operação montada por Valério.

ESTATAIS



FURNAS

■ Roberto Jefferson, em seu relatório, afirma que desviaria R\$ 3 milhões por mês da estatal. O dinheiro seria beneficiário PT e copartidário. Quem investiga: Ministério Público Federal e Polícia Federal. A estatal abriu uma sindicância interna que conduziu à suspensão de pagamento, cabendo sobra de pagamento na empresa.



IRB Instituto de Resseguros do Brasil

■ Roberto Jefferson mediu a mesada de R\$ 400 mil para o ex-presidente do IRB, Lido Duarte, indicado pelo PTB.

■ Quem investiga: Comissão de Sindicância do IRB abriu que Lido Duarte e o ex-diretor comercial Luiz Eduardo Lucena favoreceram as corretoras Acordia/Assur, Cooper Gay e Alexander Forbes. O relatório foi enviado ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual do RJ de Janeiro, para abertura de inquérito.



ELETRONUCLEAR

■ A direção da EletroNuclear enviou carta à seguradora da empresa recomendando a contratação da corretora Assur.

■ O valor do contrato é de US\$ 3,6 milhões. A Assur levou ao menos US\$ 360 mil. Quem assinou a carta foi o diretor financeiro Carlos Padilha, do PT, segundo quem o IRB fez a indicação da Assur. Quem investiga: Polícia Federal.

CPI DOS BINGOS

O QUE INVESTIGA

Teoricamente, a utilização de casas de bingo para a prática de crimes de lavagem de dinheiro. Na prática, vai apurar o caso **Waldomiro Diniz**. Funciona só com membros do Senado.

A ACUSAÇÃO

Waldomiro foi exonerado em 13 de fevereiro de 2004 do cargo de subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil (então subordinado a José Dirceu) após divulgação de fita de 2002 em que aparece negociando propina com o empresário do jogo Carlinhos Cachoeira.

CONEXÃO PORTUGAL

A FOLHA DE S. PAULO

■ O PT dava mesada de R\$ 30 mil para a parlamentar, diz Jefferson.



DÍVIDA DE CAMPANHA

■ A Folha Roberto Jefferson revela que o PT fez acordo em 2004 com o PTB, para o qual destinaria R\$ 20 milhões para campanha. Segundo Jefferson, o PTB recebeu só R\$ 4 milhões.

Conselho de Ética

■ Durante depoimento de José Roberto Jefferson revela que os líderes do PT e PTB foram a Portugal buscar transferência que rendeu US\$ 100 milhões.



VIAGENS

■ Em 11 de janeiro, o então ministro José Dirceu recebeu, na Casa Civil, Marcos Valério e Ricardo Espírito Santo, representante no Brasil do banco português Espírito Santo, o segundo maior acionista da Portugal Telecom.

Em 24 de janeiro, Valério vai a

Portugal com Emerson Palmieri, responsável informal do PTB.

COMO FUNCIONARIA

Os milhões da operação surgiriam de transferência de US\$ 600 milhões de reservas internacionais do IRB de um banco inglês para o banco português Espírito Santo.

AS VERSÕES

MARCOS VALÉRIO

■ Confirma viagem a Portugal em conjunto com Palmieri, mas nega qualquer contato publicitário da Portugal Telecom, que estava interessada em adquirir a Telemig. Diz que Palmieri o acompanhava porque estava "estressado".

TELEMIG

■ Diz que só Valério pode falar sobre a própria agenda. O Opportunity, que controla indiretamente a telefônica, nega que Valério tenha viajado a Portugal a pedido da Telemig.

JOSÉ DIRCEU

■ Confirma que recebeu um diretor do Banco Espírito Santo, mas nega operação para arrecadar fundos.

PORTUGAL TELECOM

■ Nega ter tido "reuniões ou qualquer tipo de contato" com Valério e Palmieri entre os dias 24 e 26 de janeiro, em Lisboa, mas confirma ter conversado com ele sobre interesse na aquisição da Telemig.

ANTÔNIO MEXIA

■ Ex-ministro de Obras Públicas em Portugal e ex-administrador do Banco Espírito Santo Investimentos, Mexia diz ter recebido Valério na condição de consultor do presidente Lúglia e a pedido do presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa.

MEXIA DISSE AO

embaixador do Brasil em Lisboa que Valério não se apresentou como representante do governo brasileiro e que o publicitário foi levado pelo presidente da Portugal Telecom.

PLANALTO

■ Nega que tenha autorizado Valério a se apresentar ao governo português como emissário do Planalto.

IRB

■ Diz que recebeu oferta em abril deste ano para aplicar US\$ 130 milhões de suas reservas internacionais no Banco Espírito Santo, e afirma que rejeitou a proposta por não se enquadrar na sua política de investimentos.

O SR. LUIZ SOARES (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de intitulado “A primeira renúncia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 03 de julho do corrente.

Mesmo com essa quantidade de renúncias, tanto da diretoria do PT quanto de parlamentares aliados ao governo, em razão da crise que o país está vivendo, o Presidente Lula ainda acha que nada vai atingir o seu governo, ou melhor, ele mesmo. Este é o discurso que ele continua fazendo para a “base da pirâmide social”. Porém, as pesquisas já provam que o Presidente já não

está tão imune a toda essa crise e o definhecimento da figura presidencial é uma mau presságio.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho de Administração:

Presidente
Roberto C. Mesquita
Chamados
Fernão Lira Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Celso de Alencar, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PARX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

A primeira renúncia

A renúncia do deputado Valdeimar Costa Neto, presidente do PL, antecipando-se aos parlamentares que têm idênticos motivos para fazer o mesmo, a fim de fugir da cassação que os impediria de disputar o próximo pleito, acaba de vez com a empulhadora confusão que o PT quis criar entre mensalão e caixa 2. A distinção, no fundo, é bizantina: o essencial é que o partido do presidente Lula comprava políticos por atacado para que fizessem o que conviesse ao Planalto. O destino que os subornados deram ao dinheiro – pagar dívidas de campanha, guardá-lo para financiar a seguinte, depositá-lo em paraísos fiscais ou usá-lo para acender charutos – é absolutamente irrelevante.

No mínimo R\$ 10,8 milhões foram parar nas mãos do chefe da legenda cujo presidente de honra é o vice José Alencar. Costa Neto teve a gentileza de avisá-lo no sábado da decisão da renúncia. Ao que se diz, Alencar ficou perplexo. Diz-se também que ele comentou com amigos: “A coisa está ruim. Está tudo esquisito. Até a vaca está estranhando o bezerro.” A rigor, apenas a primeira das três afirmações é incontestável. A situação não é esquisi-

ta nem estranha: é acachapante. O esquema de corrupção organizado pela cúpula do PT excede qualquer coisa do gênero já vista na história nacional.

Com uma agravante: do PL, e partidos do gênero não se esperava outra coisa; do PT esperava-se que, no governo, acacharia “com tudo isso que está aí”. Hoje vemos que em matéria de corrupção o que “estava aí” era um bando de amadores perto do PT. Não só pela dinheiro envolvida – que membros da CPI dos Correios asseguram estar longe de se limitar aos R\$ 55,8 milhões declarados pela funcionária Simone Vasconcelos, da SMPB de Marcos Valério, à Polícia Federal. Nem só pela soberba com que se comportaram os condutores da megamaracutia, incapazes de imaginar, por exemplo, que o flagrante de um jabaculé de meros R\$ 3 mil a um funcionário de terceiro escalão de uma estatal poderia implodir o seu negócio.

O que distingue o PT daqueles a quem superou é o desdém de sustentar até a 25ª hora a farsa da sua imagem imaculada, enquanto o seu líder máximo quer fazer crer que nenhum

brasileiro é mais honesto do que ele. Além disso, e com a provável anuência de Lula, a tropa de choque do partido no Congresso ainda insiste no que a cada dia mais se parece com uma tentativa de conseguir a quadratura do círculo: impedir que as investigações da CPI dos Correios cheguem às últimas consequências. Essas manobras contrastam com a convicção

dos principais responsáveis pelo inquérito de que não há a menor condição de travar o seu percurso antes do ponto final.

O presidente, pelo menos antes do depoimento do ex-ministro José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara, continuava a pisar nas palavras, distraído. Pouco depois da renúncia do político com quem Dirceu e o então tesoureiro petista Delúbio

Soares negociaram a adesão do PL a sua candidatura, Lula disse que não irá “negociar com o capeta” pela reeleição. Numa audiência a aposentados, declarou – aparentemente sem se dar conta do tamanho da autocritica – que não será candidato em 2006, se for para fazer “um governo igual ou pior” do que este. Praticamente reduziu as malféitorias da recém-remo-

vida direção petista a um problema contábil, ao comentar que “Delúbio enterrou o PT”, por fazê-lo assumir dívidas de R\$ 65 milhões. E tornou a falar mal do ex-presidente Fernando Henrique – uma obsessão mercedora de uma psicoterapia.

Lula está claramente confiante em que, aconteça o que acontecer com os seus companheiros – a renúncia de cinco dos quais era dada ontem como iminente – e com os deputados da base aliada, onde se esperam renúncias e cassações em números inéditos, nada o atingirá. “Podem vasculhar que não chegam ao meu governo”, afirmou aos aposentados, para completar, mais preciso, “não chegam a mim”. É de desejar que, nesse ponto ao menos, ele saiba o que está dizendo. No entanto, o que aparentemente ele não consegue assimilar é a questão das limitações da tática que adotou de confrontar a crise não se concentrando em fazer um governo melhor, mas falando sem parar.

A sua oratória ainda ressoa na base da pirâmide social, mas a sua autoridade se esfarrinha. Para quem não era tido como líder pelos políticos não-petistas nem no auge de sua popularidade, o definhecimento da figura presidencial é um mau presságio.



O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Sem cerimônia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 5 de agosto do corrente.

O artigo mostra como o Partido dos Trabalhadores está se beneficiando do atual poder para “tomar conta do Estado”. Segundo a jornalista, “Só sei que o Planalto escancarou as portas ao PT, e o comando do PT não se fez de rogado. Entrou e assumiu o controle do Estado”.

Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Sem cerimônia

BRASÍLIA - Marcos Valério foi a Dirceu no Planalto com um diretor de banco português, 13 dias depois embarcou para Lisboa com o tesoureiro do PTB e foi recebido como “consultor do presidente do Brasil” por um ministro do país amigo, que agora nega. É um bom escândalo, para ninguém botar defeito.

A estada de Valério e do petebista Emerson Palmieri em Lisboa, em janeiro, durou menos de 48 horas. E o que foram fazer lá? Você decide:

1 - Valério diz que foi sondar as contas de publicidade da Portugal Telecom, interessada na Telemig Celular. E Palmieri? Bem, é amigo de Valério, andava cansado e precisava de uma viagemzinha para espairar.

2 - A Presidência informa que não sabia de nada. E a audiência de Valério com o banqueiro na Casa Civil? Bem, era coisa do Dirceu, ninguém tem nada com isso.

3 - Dirceu explica que recebe todos os banqueiros que aparecem. E por que Valério estava junto, 13 dias antes de ir a Portugal? Bem, perguntem ao próprio Valério e ao próprio ban-

queiro. Eles devem saber.

4 - Segundo Jefferson, Valério e Palmieri foram a Lisboa com um propósito bem definido: arranjar grana com o banco e a Portugal Telecom para quitar dívidas de campanha do PT e do PTB.

5 - Tudo não passa de mais uma invenção da imprensa, em conluio com forças conservadoras internacionais que querem derrubar Lula.

Se você quer minha opinião, não tem nada demais mesmo. Valério levava banqueiros e grandes empresários ao Planalto, assim como Delúbio Soares introduzia empreiteiros e participava com Sílvio Pereira de reuniões da Petrobras. Tudo muito transparente, muito hospitaleiro.

O que o tesoureiro do PT faz em reunião de empreiteiro no Planalto? Sei lá! E com o presidente da Usiminas? Eu que sei?

Só sei que o Planalto escancarou as portas ao PT, e o comando do PT não se fez de rogado. Entrou e assumiu o controle do Estado.

(@ → elianec@uol.com.br

Folha S. Paulo

05/08/05

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “Caracas é lá”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 07 de agosto do corrente.

O Presidente Lula anda achando que o Brasil é a Venezuela. Porém, está muito enganado porque são países totalmente diferentes. Lula governa um país que apesar de ter corrupção tem um povo que reage, tem uma planta industrial bem sofisticada, compra, vende e tem parcerias pelo mundo inteiro. Por isso, o

Presidente deveria prestar mais atenção no Brasil e lutar por seu país ao invés de ficar preocupado com a Venezuela.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Caracas é lá

BRASÍLIA - Alguém precisa explicar ao presidente Lula e ao novo “núcleo duro” do Palácio do Planalto que o Brasil não é exatamente a Venezuela. Muito pelo contrário.

Por aqui, vai ser meio difícil partir o país ao meio, como Hugo Chávez fez no país vizinho, e governar apenas com os pobres e com setores muito específicos.

A Venezuela é um samba de uma nota só na economia: petróleo, petróleo, petróleo. E petróleo estatal, da PDVSA (a Petrobras de lá). Governar o país significa gerenciar o setor e administrar bem as vacas gordas do mercado internacional do produto.

O Brasil, ao contrário, tem uma planta industrial bem mais sofisticada. Produz, compra e vende em setores diversificados e tem parcerias no mundo inteiro.

Quando Chávez tomou posse, encontrando instituições deterioradas, uma moral pública arrasada e os capitais privados voltados para Miami, ele tinha todas as condições para assumir com mão de ferro e fazer prosperar o mito entre pobres.

Lula vive num país muito diferente, onde há, sim, corrupção endêmica, mas a população reage, a iniciativa privada prospera, a imprensa é plural, a inserção internacional é evidente. Ele foi eleito com os votos de miseráveis, da classe média, do funcionalismo, do capital e até das igrejas. E com eles precisa governar.

Chávez rachou seu país ao meio, e sobrevive, entre outros motivos, por falta de adversários e de uma oposição consistente e unida. Após os escândalos, Lula enveredou pelo discurso fácil e populista e corre o risco de naufragar, entre outros motivos, porque o grande capital tem opções mais confiáveis, a classe média não se sente mais representada e o voto dos excluídos não sustenta presidentes no Brasil de 2005, bem diferente do Brasil de Getúlio Vargas ou da Venezuela de Chávez.

Em vez de se mirar na Venezuela, Lula deveria mirar o Brasil. Ver onde errou, por que errou e com quem errou. Para tentar, enfim, acertar. Se é que não é tarde demais.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a movimentação internacional de mercadorias conheceu, ao longo das últimas duas décadas, um índice de crescimento jamais observado anteriormente.

Mais que em qualquer outra época da história da humanidade, navios a serviço dos mercadores internacionais cruzam os mares e oceanos da Terra.

Em decorrência, essa movimentação mobiliza a maior frota de embarcações mercantes jamais vista. Mais e maiores navios se deslocam entre os continentes, transportando uma quantidade gigantesca de matérias-primas e produtos manufaturados.

Todos conhecemos os benefícios decorrentes desse incremento. Estamos todos cientes, também, da existência dos males relacionados ao aumento do fluxo internacional de mercadorias.

Os malefícios relacionados à criminalidade organizada, como a pirataria, o contrabando internacional de bens e o tráfico de drogas, animais e pessoas são, há muito, problemas reconhecidos pela comunidade internacional, objeto de inúmeras convenções internacionais.

Também os riscos inerentes ao transporte de petróleo e seus derivados são conhecidos. Inúmeros desastres de magnitude espantosa geraram uma preocupação internacional acerca do tema, que se refletiu na elevação dos padrões internacionais de construção naval e na adoção de controles mais rígidos na movimentação do óleo cru.

Há, no entanto, outros problemas relacionados ao transporte marítimo que, não obstante sua gravidade, têm atraído menor atenção da opinião pública.

Refiro-me ao problema do lixo produzido pelos navios mercantes, o qual, lançado ao mar pelas tripulações, vem acostar em nosso litoral, afetando suas condições ambientais.

No isolamento do alto-mar, fora da vigilância das autoridades, navios de todo o mundo soem lançar, amurada afora, os detritos quotidianamente produzidos pela tripulação.

Particularmente, embalagens de plástico, vidro e metal são freqüentemente alijadas pelos tripulantes, uma vez que, em geral, não podem ser adequadamente incinerados a bordo. Essas embalagens, por não serem biodegradáveis, transformam-se em uma fonte permanente de problemas.

Além do dano estético evidente, o lixo espalhado em nossas costas constitui, igualmente, uma ameaça à vida marinha. Por exemplo, o exame das entranhas de tartarugas encontradas mortas em nosso litoral indica

que 60 por cento delas possuem, em seus estômagos, resíduos de plástico transparente.

As tartarugas consomem o plástico, tomando-as pelas águas vivas que compõem sua dieta normal. Ainda que não seja possível vincular cabalmente sua morte a isso, é bastante provável a ocorrência de algum tipo de dano à saúde daqueles répteis marinhos causado pela ingestão da matéria que compõe sacos e garrafas.

Também a atividade econômica é fortemente atingida pelo despejo de detritos sólidos no mar. Praias poluídas não atraem turistas. O desgosto de encontrar a costa juncada por lixo é uma das mais desagradáveis surpresas que podem ocorrer àqueles que se dirigem ao litoral em busca de um maior contato com a natureza.

Sem dúvida a maior parte do lixo encontrado em nossas praias é originária da própria área litorânea, sendo por vezes deixado pelos próprios turistas. No entanto, uma parcela não desprezível do lixo encontrado em solo possui origem internacional, sendo possível sua vinculação a navios de diversas bandeiras que navegam pelo Atlântico Sul.

A Lei 9.966, de 28 de abril de 2000, incorporou à legislação brasileira diversos preceitos contidos no Anexo V da MARPOL, a convenção internacional para prevenção da poluição marinha. Esse anexo, que se tornou cogente em 31 de dezembro de 1988, trata exatamente do lançamento de lixo dos navios e determina, entre outras coisas, que as embarcações são responsáveis pela manutenção dos resíduos que não puderem ser incinerados e pelo seu encaminhamento, em terra, às autoridades sanitárias, que deles disporão de maneira adequada.

Ainda que tenha incorporado disposições legais acerca do tratamento do lixo naval, o Brasil não dispõe, Senhor Presidente, de um sistema nacional para sua implementação.

A maioria dos portos brasileiros, mas não sua totalidade, oferece serviços particulares de coleta de lixo das embarcações. Aqueles que os oferecem, por sua vez, não apresentam uniformidade, quer da natureza, quer do preço cobrado pelo serviço.

Ainda, as autoridades sanitárias, portuárias e aduaneiras apresentam entendimentos distintos acerca da definição legal do que seriam “detritos sólidos” e de sua disposição adequada.

Igualmente, não existe integração, na maioria das vezes, entre os entes portuários e os organismos sanitários municipais, impedindo a utilização, pelos portos, da estrutura de coleta de lixo urbano mantida pelas cidades portuárias, o que permitiria a assimilação da maior parte do lixo produzido pelos navios.

A própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em relatório de sua Gerência Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras, reconhece que a falta de integração entre as instâncias administrativas e a desinformação são as duas principais dificuldades no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos em áreas portuárias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, seria ingênuo atribuir o problema do lixo dos navios unicamente à falta de vigilância. Nossos 8.500 quilômetros de costa tornam impossível o patrulhamento ininterrupto de todos os navios que cruzam nossas águas territoriais.

A principal falha do Brasil não é a de não vigiar o cumprimento de suas leis, mas o de não oferecer aos possíveis infratores as condições para seu cumprimento.

Não é crível que, em um futuro próximo, seja possível vigiar a totalidade dos navios. A criação de um sistema integrado de recolhimento do lixo proveniente de navios, no entanto, permitiria que seu despejo fosse reduzido a níveis manejáveis, liberando recursos para a persecução de eventuais infratores e reduzindo, a médio prazo, a poluição por eles causada.

Antes de exigirmos rigor no cumprimento de nossas leis, devemos combater as causas estruturais de sua inobservância. Não devemos dar ao faltoso um pretexto para suas falhas. A ausência de um sistema eficiente de coleta de lixo naval constitui exatamente um pretexto desse tipo.

Se não combatermos esse problema, os poluidores continuarão a se sentir livres para degradar nosso patrimônio natural e paisagístico. E não podemos dar ao inimigo uma justificativa para que ele nos ataque.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, *que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), *que dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos*.

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), *que altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setem-*

bro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, acolhendo na íntegra o voto em separado do Senador Sibá Machado.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda*.

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

– 10 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), *que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), *que dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 891, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 –CMA, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 254, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

– 15 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 16 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador César Borges.

– 17 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 18 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Parecer favorável, sob nº 475, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti.

ti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2005, dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, requerem voto de solidariedade ao povo inglês, diante do atentado terrorista, que vitimou centenas de pessoas.

Parecer favorável, sob nº 1.347, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 757, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando, voto de solidariedade ao povo inglês, vítima na manhã do dia 7 de julho de 2005 de ataques terroristas, em Londres.

Parecer favorável, sob nº 1.348, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 758, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.

Parecer favorável, sob nº 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

– 26 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2000 (nº 405/95, na Casa de origem), que *estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.*

Parecer sob nº 1.079, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Reginaldo Duarte, pela prejudicialidade.

– 27 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2003, do Senador Hélio Costa, que *autoriza a criação da TV Brasil Internacional.*

Parecer sob nº 798, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho, pela prejudicialidade.

– 28 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 186, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os valores dispendidos pelo Banco Popular do Brasil com diárias, passagens aéreas e cartões corporativos, nos anos de 2003 a 2005.

Parecer sob nº 466, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela prejudicialidade.

– 29 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 187, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, que requer sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Fazenda,

informações sobre as atividades do Banco Popular do Brasil, a fim de instruir a Medida Provisória nº 226, de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Parecer sob nº 467, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 32 minutos.)

(OS Nº 15224/050)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

10-8-2005

Quarta-feira

11:00 – Reunião com Líderes de Partidos no Senado

Assunto: Reforma Eleitoral Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:00 – Senadora Patrícia Saboya Gomes, acompanhada do

Senhor Roberto Busato, Presidente da OAB Doutor Dioclécio Campos Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:30 – Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 48, que institui o Plano Nacional da Cultura

Plenário do Senado Federal

13:00 – Senhor Oswaldo Baptista Duarte Filho, Presidente Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e Reitor da Universidade Federal de São Carlos, acompanhado do

Reitor Paulo Speller, Universidade Federal do Mato Grosso Reitor José Ivonildo do Rêgo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Reitora Maria Margarida Martins Salomão, Universidade Federal de Juiz de Fora Reitora Ana Dayse Rezende Dorea, Universidade Federal de Alagoas Senhora Miriam da Costa Oliveira, 2ª Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de

Ensino Superior Senhor Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:00 – Senhor Fernando Barros, Presidente da Propeg – Propaganda e Comunicação, acompanhado do

Senhor Valdir Siqueira, 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP Jornalista Mário Rosa Senhor Paulo Alvos, Publicitário Senhor Jose Badaró, Publicitário

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

16:00 – Senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria Senhor Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, Senhor Antonio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio Senhor Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte Senhor Gabriel Jorge Ferreira, Presidente da Confederação Nacional das instituições Financeiras Senhor Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador-Geral da Ação Empresarial

Entrega do documento “Crise Política e Economia: Uma Agenda Mínima para a Governabilidade” Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:30 – Deputado Daniel Almeida – PCdoB/BA, acompanhado de Deputados Estaduais da Bahia

Assunto: cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

17:00 – Presidente Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados, acompanhado do

Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

18:00 – Deputado Heleno Silva – PL/SE, Deputado Rogério Teófilo – PPS/AL Deputado B. Sá – PPS/PI

Assunto: Programa de refinanciamento da dívida dos agricultores

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 210 PÁGINAS